

Resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 124, 1º semestre de 2019

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Arquivo Central – DCA
Divisão de Comunicações e Arquivo - DCA

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Arquivo Central - DCA

Número 124, 1º semestre de 2019 – Ano 46, ISSN 01012428

© 2019 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Arquivo Central da Divisão de Comunicações e Arquivo – Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

- Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Ernesto Henrique Fraga Araújo

- Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Otávio Brandelli

- Subsecretário-Geral do Serviço Exterior

Embaixador João Pedro Corrêa Costa (até 02 de junho de 2019)

Embaixadora Cláudia Buzzi (após 03 de junho de 2019)

- Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação

Ministro Mauricio Medeiros de Assis

- Chefe da Divisão de Comunicações e Arquivo

Primeiro Secretário Augusto César Teixeira Leite

- Arquivo Central do Itamaraty

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação. Arquivo Central – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

212p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS	12
DISCURSO DO MINISTRO ERNESTO ARAÚJO DURANTE CERIMÔNIA DE POSSE NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – BRASÍLIA, 02/01/19	12
DISCURSO DO SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PARA O EMBAIXADOR ERNSTO ARAÚJO, BRASÍLIA, 02/01/19	21
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO, NA REUNIÃO MINISTERIAL INFORMAL DA OMC – DAVOS, 25/01/19	28
INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NO “DIA DO BRASIL”, NA CÂMARA DE COMÉRCIO DOS ESTADOS UNIDOS, WASHINGTON, 18/03/19 – Inglês	30
PALAVRAS DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO, AO APRESENTAR AO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JAIR BOLSONARO, EM PALESTRA NO “DIA DO BRASIL”, NA CÂMARA DE COMÉRCIO DOS ESTADOS UNIDOS, WASHINGTON, 18/03/19	32
DISCURSO DO MINISTRO ERNESTO ARAÚJO NA FORMATURA DO INSTITUTO RIO BRANCO, BRASILIA, 03/05/19	33
DISCURSO DO MINISTRO ERNESTO ARAÚJO NA CONFERÊNCIA “A COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA”, POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DO DIA DA ÁFRICA, BRASÍLIA, 27/05/19	37
DISCURSO DO MINISTRO ERNESTO ARAÚJO NA SOLENIDADE COMEMORATIVA AO 30º ANIVERSÁRIO DA EMBRAPA TERRITORIAL, CAMPINAS, 30/05/19	44
DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO POR OCASIÃO DA ABERTURA DO SEMINÁRIO SOBRE “GLOBALISMO”, DA FUNAG – PALÁCIO ITAMARATY, 10/06/19	46
ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR	54
COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	71
Tempestade tropical nas Filipinas – 01/01/19	71
Declaração do Grupo de Lima – 04/01/19	71
Situação na Venezuela – 10/01/19	73

Calendário de Eventos entre 14 e 19 de janeiro de 2019 – 11/01/19	73
Evolução da situação na Venezuela – 11/01/19	73
Diferendo Venezuela-Guiana – 12/01/19	73
Detenção de Cesare Battisti – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça e Segurança Pública – 13/01/19	74
Declaração do Grupo de Lima – 13/01/19	74
Entrega de Cesare Battisti à Itália – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça e Segurança Pública – 13/01/19	74
Visita do Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil – 16/01/19	74
Atentado no Quênia – 16/01/19	75
Declaração Conjunta emitida por ocasião da visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Nação Argentina, Mauricio Macri – Brasília, 16/01/19	75
Salvaguardas da União Europeia sobre Importação de Produtos de Aço – 16/01/19	76
Atentado em Bogotá – 17/01/19	76
Reunião com forças políticas democráticas venezuelanas – 17/01/19	76
Calendário de eventos entre 18 e 25 de janeiro de 2019 – 18/01/19	77
Explosão de tubulação de combustível no México – 19/01/19	77
Concessão de agrément ao embaixador da República do Peru – 21/01/19	77
Ataque terrorista contra base da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA) – 22/01/19	78
Nota à Imprensa – 23/01/19	78
Ataque terrorista em Bogotá – 24/01/19	78
Declaração do Grupo de Lima – 03-19 25/01/19	78
Calendário de eventos entre 25 de janeiro e 1º de fevereiro de 2019	79
Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto – 27/01/19	80
Rompimento da barragem de Brumadinho – 27/01/19	80
Abertura de mercado para exportações brasileiras de bovinos vivos à Malásia – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 28/01/19	80
Atentado terrorista nas Filipinas – 28/01/19	81
Ataque contra a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (MINUSMA) – 28/01/19	81

Intervenção do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, na reunião ministerial informal da OMC – Davos, 25 de janeiro de 2019 – 30/01/19	81
Nota à Imprensa – 31/01/19	83
Montanhistas brasileiros falecidos na Patagônia argentina – 04/02/19	83
Calendário de eventos entre 4 e 8 de fevereiro de 2019	83
Declaração do Grupo de Lima – 4 de fevereiro de 2019 – 04/02/19	84
Salvaguardas da União Europeia sobre produtos de aço – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 05/02/19	85
Eleições em El Salvador – 05/02/19	86
Encontro do Ministro de Estado das Relações Exteriores com a Representante Diplomática da Venezuela no Brasil – 11/02/19	86
Calendário de eventos entre 8 e 15 de fevereiro de 2019 – 12/02/19	86
Atentado terrorista na Índia – 15/02/19	87
Salvaguardas da União Europeia sobre produtos de aço – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 18/02/19	88
Incendio em Dacca, Bangladesh – 21/02/19	88
Entrevista coletiva do Ministro Ernesto Araújo – Pacaraima, 23 de fevereiro de 2019 – 23/02/19	88
Atos de violência do regime de Maduro – 24/02/19	88
Contencioso na OMC entre Brasil e Índia sobre subsídios ao setor açucareiro – pedido de consultas – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 27/02/19	89
Declaração do Grupo de Lima em apoio ao processo de transição democrática e à reconstrução da Venezuela – Bogotá, 25 de fevereiro de 2019 – 27/02/19	89
Acidente ferroviário no Egito – 27/02/19	92
Entrada em vigor do Acordo de Prespa entre a Macedônia do Norte e a Grécia – 01/03/19	92
Comunicação da União Europeia à OMC sobre a intenção brasileira de suspender concessões em resposta a salvaguardas europeias sobre produtos de aço – 01/03/19	92
Retorno à Venezuela do Presidente Encarregado Juan Guaidó – 02/03/19	92
Atentado na Somália – 07/03/19	93
Calendário de Eventos entre 8 e 15 de março de 2019 – 08/03/19	93
Situação na Venezuela – Comunicado do Grupo de Lima – 10/03/19	93

Solicitação de atribuição do nome de domínio de primeiro nível “.Amazon” – 11/03/19	94
Visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – 12 de março de 2019 – 11/03/19	95
Ministra Damares Alves participa de comissão da ONU sobre status da mulher – 11/03/19	95
Acidente aéreo na Etiópia – 11/03/19	95
Eleições Legislativas na Guiné-Bissau – 11/03/19	96
Declaração presidencial conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – 12 de março de 2019 – 12/03/19	96
Presidência brasileira do BRICS em 2019 – 12/03/19	97
Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos, Xeiq Abdullah bin Zayed Al Nahyan, ao Brasil – Brasília, 15 de março de 2019 – 14/03/19	97
Lançamento de foguetes contra Israel – 14/03/19	98
Brasil-China: Reunião da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) – 14 de março de 2019	98
Ciclone Idai em Moçambique e no Malawi – 14/03/19	99
Ataques terroristas em Christchurch, Nova Zelândia – 15/03/19	99
Aprovação do nome do representante da Venezuela no BID e na CII indicado pelo Presidente Encarregado Juan Guaidó – 16/03/19	99
Entrada em vigor do livre comércio para automóveis entre Brasil e México – Nota conjunta à Imprensa do Ministério da Economia e do Ministério das Relações Exteriores – 19/03/19	100
Brasil participa de Conferência da ONU sobre cooperação Sul-Sul – 19/03/19	100
Comunicado Conjunto do Presidente Jair Bolsonaro e do Presidente Donald J. Trump – 19 de março de 2019 – 19/03/19	101
Comunicado do Grupo de Lima – 21/03/19	102
Calendário de Eventos entre 15 e 22 de março de 2019 – 22/03/19	103
Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul – Santiago, 22 de março de 2019 – 22/03/19	104
Declaração Conjunta Presidencial e Plano de Trabalho por ocasião da Visita Oficial à República do Chile de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro–Santiago, 23 de março de 2019 – 23/03/19	106
Visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, ao Peru – Lima, 26 de março de 2019 – 25/03/19	109
Doação para Moçambique no contexto da emergência humanitária gerada pelo ciclone Idai – 25/03/19	110

Brasil enviará dois aviões Hércules com ajuda humanitária para Moçambique – 27/03/19	110
Violência no Mali – 28/03/19	111
Eleição do Brasil para a Presidência da negociação do novo Acordo Internacional do Café – 29/03/19	111
Brasil circula proposta para superar impasse do Órgão de Apelação na OMC – 29/03/19	111
Declaração Conjunta por ocasião da Visita Oficial a Israel de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro – 31 de março de 2019 – 31/03/19	112
Tratamento Especial e Diferenciado e a OMC – 01/04/19	113
Extensão da Vigência do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança – 05.04.19	114
Mudança na direção da APEX – 09/04/19	115
Calendário de Eventos entre 5 e 12 de abril de 2019 – 10/04/19	115
Escalada militar na Líbia – 12/04/19	116
Calendário de Eventos entre 12 e 19 de abril de 2019 – 12/04/19	116
Missão ao Brasil do serviço veterinário da Federação da Rússia – Nota do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 15/04/19	117
Declaração do Grupo de Lima – 15/04/19	117
Atentados no Paquistão – 15/04/19	
Denúncia do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – 15/04/19	120
Mensagem de condolências ao povo francês em razão do incêndio na Catedral de Notre-Dame – 15/04/19	119
Crise na Nicarágua – 16/04/19	119
Comemoração dos 60 anos de relações diplomáticas Brasil-Tailândia – 17 de abril de 2019 – 17/04/19	120
Acidente com ônibus na Ilha da Madeira – 18/04/19	121
Calendário de Eventos entre 19 e 26 de abril de 2019 – 18/04/19	121
Brasil prorroga operação humanitária em Moçambique – 18/04/19	121
Solicitação de atribuição de domínio de primeiro nível “.Amazon” – 18/04/19	122
Atentados no Sri Lanka – 21/04/19	122

Falecimento do Grão-Duque Jean, de Luxemburgo – 24/04/19	123
Visita do senhor Presidente da República à Argentina – Buenos Aires, 6 de junho de 2019 – 24/04/19	123
Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal de Assuntos Estrangeiros da Suíça, Ignazio Cassis – 25 e 26 de abril de 2019 – 26/04/19	123
Calendário de Eventos entre 26 de abril e 3 de maio de 2019 – 26/04/19	124
Brasil envia equipe de busca e salvamento às áreas afetadas pelo ciclone Kenneth em Moçambique – 26/04/19	125
9ª Reunião do Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia – 30 de abril de 2019 – 29/04/19	125
Comunicado Conjunto Brasil-Alemanha – Visita Oficial do Ministro Federal do Exterior da República Federal da Alemanha, Heiko Maas – Brasília, 30 de abril de 2019 – 30/04/19	126
Declaração do Grupo de Lima – 30/04/19	127
Dia do Diplomata – Brasília, 3 de maio de 2019 – 02/05/19	128
Comércio eletrônico na OMC – 02/05/19	129
Declaração do Grupo de Lima – 3 de maio de 2019 – 03/05/19	129
Lançamento de foguetes contra Israel – 05/06/19	130
Calendário de Eventos entre 3 e 10 de maio de 2019 – 06/05/19	131
Visita oficial ao Brasil da relatora especial da ONU sobre eliminação da discriminação contra pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares, Alice Cruz – 6 a 14 de maio de 2019 – 06/05/19	132
Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado à Itália – 7 e 8 de maio de 2019 – 06/05/19	133
Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado ao Vaticano – 08 de maio de 2019 – 06/05/19	133
Eleições no Panamá – 07/05/19	133
O Brasil envia segunda equipe humanitária a Moçambique – 07/05/19	133
Comemoração dos 30 anos de relações diplomáticas Brasil-Vietnã – 08/05/19	134
Visita de trabalho do Senhor Ministro de Estado à Hungria – 9 de maio de 2019 – 08/05/19	134
O Brasil doa vacinas antirrábicas ao Haiti – 08/05/19	135
Falecimento do Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto e da Embaixatriz Vera Lúcia Ribeiro Estrela de Andrade Pinto – 08/05/19	135
Lançamento da pedra fundamental da segunda ponte sobre o rio Paraná – Foz do Iguaçu, 10 de maio de 2019 – 08/05/19	135

Comunicado do Grupo de Lima – 09/05/19	136
Visita de trabalho do Senhor Ministro de Estado à Polônia – 10 de maio de 2019 – 09/05/19	136
Não imposição, pelo Governo do Peru, de direito antidumping às exportações brasileiras de barras de aço – 10/05/19	137
Calendário de Eventos entre 10 e 17 de maio de 2019 – 10/05/19	137
Abertura de mercado para exportações brasileiras para o México de arroz beneficiado – nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 11/05/19	138
Referendo em Belize – 14/05/19	139
Visita do Senhor Vice-Presidente à China 19 e 24 de maio de 2019 – 17/05/19	139
Calendário de Eventos entre 17 e 24 de maio de 2019 – 20/05/19	140
Solicitação de atribuição de domínio de primeiro nível “.Amazon” – 20/05/19	142
Ataques contra a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA) - 21/05/19	142
Visita do Ministro do Comércio Internacional e Indústria da Malásia, Darell Leiking – 21 a 24 de maio de 2019 – 21/05/19	143
Entendimento entre o Brasil e a China no contencioso do açúcar – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 21/05/19	143
Diálogo com a Anistia Internacional – Nota conjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Ministério das Relações Exteriores – 21/05/19	143
Eleição para Diretor-Geral da FAO – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento–22/05/19	144
Falecimento de Cidadãos Brasileiros em Santiago, Chile – 23/05/19	144
Reunião do Comitê Permanente de Política Nuclear Brasil-Argentina – Brasília, 23 de maio de 2019 – 23/05/19	144
V Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) – 23 de maio de 2019 – 24/05/19	145
Não imposição, pelo Governo da Turquia, de medidas de salvaguarda definitivas sobre importações de aço – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 24/05/19	146
Governo dos EUA reitera apoio ao ingresso do Brasil na OCDE – 24/05/19	146
Ampliação, pelo México, da quota livre de tarifas para importação de carnes de aves – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 24/05/19	147
Reeleição do Presidente da África do Sul – 25/05/19	147
Massacres na República Centro-Africana – 25/05/19	147

Calendário de Eventos entre 24 e 31 de maio de 2019 – 27/05/19	148
Apoio à transição democrática venezuelana – 30/05/19	149
Calendário de Eventos entre 31 de maio e 07 de junho de 2019 – 31/05/19	149
Apresentação de cartas credenciais ao Senhor Presidente da República – 04/06/19	150
Declaração da XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima – Guatemala, 6 de junho de 2019 - -6/06/19	151
Declaração Conjunta Presidencial por ocasião da visita de Estado do Presidente Jair Bolsonaro a Buenos Aires – 06/06/19	152
Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa – Brasília, 7 de junho de 2019 – 06/06/19	154
Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia sobre as negociações comerciais com o México – 07/06/19	155
Calendário de Eventos entre 7 e 14 de junho de 2019 – 10/06/19	155
Crise no Sudão – 10/06/19	156
Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Marrocos, Nasser Bourita – Brasília, 13 de junho de 2019 – 12/06/19	156
Carne bovina – fim da suspensão dos embarques para a China – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 14/06/19	157
Ataque em Sobame Da, no Mali – 14/06/19	157
Conflito no Iêmen – 14/06/19	157
Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Africana e dos Togoleses no Exterior, Robert Dussey – 17 e 18 de junho de 2019	158
Calendário de Eventos entre 14 e 21 de junho de 2019 – 14/06/19	158
Calendário de Eventos entre 21 e 28 de junho de 2019 – 21/06/19	160
Contencioso na OMC entre Brasil e Indonésia sobre medidas restritivas às exportações brasileiras de frango – Painel de implementação – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 24/06/19	161
Situação no Golfo de Omã – 25/06/19	162
Cúpula do G20 em Osaka – 26/06/19	162
Adesão do Brasil ao Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Inter	163

Reunião informal de líderes do BRICS à margem da Cúpula do G20 – Comunicado conjunto de Imprensa – Osaka, 28 de junho de 2019 – 27/06/19 163

Conclusão das Negociações do Acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia – Nota Conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Bruxelas, 27 e 28 de junho de 2019 – 28/06/19 167

Declaração de Osaka dos Líderes do G20 para a Prevenção da Exploração da Internet para o Terrorismo e o Extremismo Violento Conducente ao Terrorismo (EVCT) – 29/06/19 181

Declaração dos Membros do Grupo de Lima – Osaka, Japão – 30/06/19 182

Nota do Grupo de Lima – 30/06/19 183

ARTIGOS 184

Opinião: Bolsonaro não foi eleito para deixar país igual, diz chanceler – Bloomberg, 7 de janeiro de 2019 – 07/01/19 184

“Os primeiros avanços da nova política externa” (Valor Econômico, 08/05/2019) – 08/05/19 186

ENTREVISTAS 189

“Admiramos a Polônia, por defender seus interesses” (Diário Rzeczpospolita, 14/02/2019) – 14/02/19 189

Ernesto Araújo, Canciller de Brasil: “La creación de Prosur es muy necesaria e no tiene sesgo ideológico” (La Tercera, 22/03/2019) – 22/03/19 190

“ENTREVISTA – Brasil diz que militares russos devem deixar Venezuela se objetivo deles é manter Maduro no poder” (Reuters, 28/03/2019) – 28/03/19 192

Chanceler Ernesto Araújo: “Esperamos que haja recuperação na Argentina” (Clarín, 10/04/2019) – 10/04/19 193

“Em viagem pela Europa, chefe da diplomacia brasileira busca levar mensagem tranquilizadora” (AFP, 08/05/2019) (Francês) – 08/05/19 195

Araújo: “No combate à soberania para salvar a nação (e alma) o Brasil fica com os soberanos” (Corriere della Ser, Itália, 08/05/2019) – 08/05/19 197

Brasil-Hungria: Araújo diz que Brasil manterá pressão para que militares abandonem Maduro (EFE, 10/05/2019) – 10/05/19 198

“Queremos o equilíbrio entre os Estados Unidos e a China” (Le Figaro, 28/05/2019) (Francês) – 28/05/19 200

“Nacionalismo suave” (Veja, 26/06/2019) – 26/06/19 205

INDICE REMISSIVO 210

DISCURSOS

Discurso do Ministro Ernesto Araújo durante a cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, em 02 de janeiro de 2019

Meu ilustre antecessor, Senador Aloysio Nunes Ferreira, senhora Gisele, Excelentíssimo senhor Ministro José Antonio Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, Excelentíssimo senhor Presidente Fernando Collor de Mello, Sua Alteza Imperial e Real Dom Bertrand de Orleans e Bragança, que juntamente com os Presidentes Toffoli e Collor muito honram essa Casa e muito me honram pessoalmente, cuja presença muito agradeço, Excelentíssimo Dom Giovanni d'Aniello, Núncio Apostólico, Excelentíssimos demais chefes de missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo do Brasil, Excelentíssima senhora Tereza Cristina, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Excelentíssimo senhor Ricardo de Aquino Salles, Ministro de Estado do Meio Ambiente, Excelentíssimo General Carlos Alberto dos Santos Cruz, Ministro da Secretaria de Governo, Excelentíssima senhora Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República, Excelentíssimo senhor Senador Flávio Bolsonaro, Excelentíssimos demais senhores senadores e deputados, Excelentíssimo senhores secretários executivos, Excelentíssimas demais autoridades civis, militares, eclesiásticas, senhores embaixadores, minha mulher, Maria Eduarda, minha filha, Clarice,

meus enteados, Joaquim e Pedro, minha mãe, Marylin, meu padastro Luís Carlos, minha irmã Lismary, meu sogro, embaixador Luis Felipe de Seixas Correa, grande chefe desta Casa, minha sogra, Marilu de Seixas Correa, meus queridos amigos, colegas,

Inicialmente, gostaria de agradecer muito vivamente as palavras tão amáveis do ministro e senador Aloysio Nunes a meu respeito. Agradeço, muito tocado, sua deferência e gostaria de dizer que a história sempre lembrará a sua condução sempre segura, serena, competente, dessa Casa, em momentos difíceis, e queria dizer que tive muito orgulho em trabalhar sob sua chefia em temas importantes desse Ministério. O senhor deixará um legado muito importante para o Itamaraty.

Gostaria de começar com uma frase que é absolutamente fundamental para entender o que está acontecendo no Brasil. Vou dizê-la de uma maneira diferente do que vocês estão acostumados a ouvir:

Gnosesthe ten aletheian kai he aletheia eleutherosei humas.

"Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará".

Essa convicção íntima e profunda animou o presidente Jair Bolsonaro na luta extraordinária que ele travou e está travando para reconquistar o Brasil e devolver o Brasil aos brasileiros.

Nesse versículo de São João há três conceitos cruciais para o pensamento humano, para a vida humana e para o nosso momento histórico. Nós temos *Gnosis*, que é conhecimento, *Aletheia*, a verdade, e *Eleuthería*, a liberdade.

Aletheia. A tradução mais literal dessa palavra grega seria “desvelamento”, ou,

melhor ainda, “desesquecimento”. *Lethe* é esquecimento. *Lethe* é o rio do esquecimento que, na tradição grega, os mortos cruzavam para ir para o outro lado. Então *Aletheia* é cruzar o rio de volta para cá. *Aletheia* é a superação do esquecimento. Algo que está esquecido e escondido e que de repente se recupera. *Aletheia* envolve uma experiência autêntica, individual, sentimental, de tal maneira que o nosso conceito atual de “verdade” é muito pobre diante desse conceito original. Nosso conceito de verdade normalmente se refere apenas à verdade factual, é um conceito um pouco técnico e frio, quando deveria ser algo orgânico e vivido.

A *Aletheia* nos faz esquecer e reconectar-nos conosco mesmo, e nesse redescobrimto e reconexão conosco mesmos é que a verdade liberta. Pois onde estava preso aquele que se vê libertado pela verdade? Estava preso fora de si mesmo. Estava procurando ser o que não é. O Brasil estava preso fora de si mesmo. E eu arriscaria dizer que a política externa brasileira estava presa fora do Brasil.

Eleuthería, *eleutherosei humas*. *Eleuthería* é outra palavra genial criada pelos gregos. Eu não conheço nenhuma outra língua antiga, não conheço tantas, enfim, não conheço hitita, não conheço sânscrito, mas não conheço nenhuma outra língua antiga que possua esse conceito, exceto o latim *libertas*, mas que já é uma tradução tardia do grego. Então, mesmo assim, na Grécia antiga, *eleutheria* significava basicamente a liberdade civil, era um termo jurídico. Somente com a literatura cristã, e, especialmente com esse trecho de São João, *eleutheria* se tornou algo mais completo, mais profundo e mais elevado.

É um conceito que se desgastou também ao longo dos séculos, a palavra

liberdade se desgastou ao longo dos séculos, mas preserva uma força incrível. A palavra liberdade ainda é uma palavra que acende o coração das pessoas. A pessoa pode estar lá, desanimada, no seu canto, mas quando escuta a palavra “liberdade”, não há quem não levante a cabeça, subitamente alerta, e pergunte: liberdade? Onde? Eu quero.

O presidente Bolsonaro está libertando o Brasil, por meio da verdade. Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty, como o presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória.

Bem, nós falamos da verdade e da liberdade, mas ainda não falamos do conhecimento, da *gnosis*. A verdade liberta, mas para chegar à verdade é preciso conhecê-la. E não se trata aqui de um conhecimento racional, pois a verdade não pode ser ensinada, a verdade nesse sentido profundo não pode ser ensinada por dedução analítica. *Gnosis* é o conhecimento no sentido de uma experiência mais íntima. A verdade é essencial, mas não pode ser ensinada nem aprendida. Mas se é assim, como é que nós vamos conhecer a verdade, que é a chave de isso tudo?

Para explicar isso eu queria apelar a um brasileiro ilustre, Renato Russo, quando ele diz: "é só o amor, é só o amor que conhece o que é verdade".

Não são a cautela ou a prudência que conhecem o que é a verdade, mas o amor. A cautela, a prudência e o pragmatismo são bons instrumentos, quando sabemos para onde queremos ir, mas eles não nos ensinam para onde ir, não nos mostram o que somos, não nos explicam a nós mesmos.

É só o amor que explica o Brasil. O amor, o amor e a coragem que do amor decorre, conduziram os nossos ancestrais a formarem esta nação

imensa e complexa. Nós passamos anos na escola, quase todos nós, eu acho, escutando que foi a ganância ou o anseio de riqueza, ou pior ainda, o acaso, que formou o Brasil, mas não foi. Foram o amor, a coragem e a fé que trouxeram até aqui, através do oceano, através das florestas, pessoas que nos fundaram, pessoas que disseram coisas como esta que vou ler agora:

Anuê Jaci, etiniseмба-ê

*Indê irú manunhê
Yara rekô embobeuká tupirã
Rekôku ya subí
Embobeuká tupirabê
Nge membyrá Tupã*

Essa é a Ave Maria em tupi, na versão original do Padre José de Anchieta, onde ele traduz Maria por Jaci, a lua, *Anuê Jaci*, e Jesus por Tupã, o trovão.

E aqui precisamos da *Aletheia*. O desesquecimento. Precisamos libertar a nossa memória histórica da qual essa modesta oração faz parte.

Para libertar o Itamaraty através da verdade, precisamos recuperar o papel do Itamaraty como guardião da continuidade da memória brasileira.

Eu me lembro da emoção que eu senti pela primeira vez, quando era Terceiro Secretário, que subi as escadas para este terceiro andar, e vi, logo ao subir a escada, o quadro da Coroação de Dom Pedro I e o quadro do Grito do Ipiranga. Imediatamente, eu, que tinha 22 anos, me lembrei de quando tinha 5 anos e assisti maravilhado no cinema ao filme "Independência ou Morte", com Tarcísio Meira e Glória Menezes. E pensei: então tudo isso existe, né? Tudo isso existe... e tudo isso é aqui!

Eu me lembro desse momento muito marcadamente e eu percebi: olha, isso aqui não é simplesmente uma repartição pública, isso aqui é uma espécie de um santuário. É uma espécie de túnel do tempo, onde os heróis estão vivos, os

heróis famosos e os heróis anônimos, onde nós convivemos com os descobridores, com Alexandre de Gusmão, José de Anchieta, com D. João VI, com os Imperadores e as princesas, com os bandeirantes e os abolicionistas, com os seringueiros e garimpeiros e tropeiros que construíram essa nação, e até mesmo com o estranho caso de um Barão monarquista que se tornou o grande ídolo da República.

Eu não sei se alguns de vocês já tenham assistido provavelmente a um seriado espanhol chamado *Ministerio del Tiempo*. Eu recomendo. E eu diria que o Itamaraty, em certo sentido, não é somente um Ministério das Relações Exteriores, é também um Ministério do Tempo. Como talvez nenhuma outra instituição no Brasil, nós temos a responsabilidade de proteger e regar esse tronco histórico multissecular por onde corre a seiva da nacionalidade.

O presidente Bolsonaro disse que nós estamos vivendo o momento de uma nova Independência. É isso que os brasileiros profundamente sentimos. E deveríamos senti-lo e vivê-lo ainda mais aqui no Itamaraty, onde a história está tão presente. Deveríamos deixar fluir por estes salões e corredores a emoção deste novo nascimento da pátria.

Precisamos desesquecer e lembrar de quem somos, de quem estamos voltando a ser.

Diz o lema do Barão: *Ubique Patriae Memor*. Normalmente se traduz como "em todos os lugares, lembrar-se da pátria". Aqui, os senhores me perdoarão a um professor de latim frustrado, que nunca fui, antes de querer ser diplomata, para dizer que está errada essa tradução. *Memor* é uma primeira pessoa. Então, na verdade é: "em todos os lugares, eu me lembro da pátria" É um compromisso de vida pessoal que cada um de nós assume, e não uma simples anotação na agenda. Onde quer que seja, eu me lembro da pátria. E "eu

me lembro da pátria” aqui não significa simplesmente que, quando estamos no exterior, devemos pensar no Brasil. Significa, se nós pensarmos no conceito de *Aletheia*: eu sinto essa verdade profunda que é a pátria, eu sinto o que é ter uma pátria e lembrar-se da pátria, portanto, como uma verdade central, essa verdade que liberta e que só se pode conhecer pelo amor.

Lembrar-se da pátria. Não é lembrar-se da ordem liberal internacional, não é lembrar-se da ordem global, não é lembrar-se do que diz o último artigo da *Foreign Affairs* ou a última matéria do *New York Times*. É lembrar-se da pátria como uma realidade essencial.

Não estamos aqui para trabalhar pela ordem global. Aqui é o Brasil.

Não tenham medo de ser Brasil.

Não tenham medo.

Pensem, por exemplo, em Dom Sebastião. Quando preparava sua expedição à África, algum nobre da corte portuguesa perguntou a Dom Sebastião se ele não tinha medo. Dom Sebastião olhou e perguntou: “De que cor é o medo?”

Alguém objetará que Dom Sebastião morreu pouco depois no areal do *Alcácer Quibir*, que é verdade, mas nós estamos falando aqui dele, não é? Nós sabemos quem ele é. Dom Sebastião se tornou um mito, aquele que há de voltar das ondas do mar, num dia de muita névoa. Nós não nos lembramos das pessoas que ficaram em casa, daqueles que não foram ao *Alcácer Quibir*. A *Aletheia* que liberta está com os que foram, com os que seguiram a bandeira dos seus reis e dos seus santos, sem saber se iriam voltar, sem se importar se iriam voltar.

O mito ensina a não ter medo, e é curioso que o mito é o mito e no momento atual o mito é o apelido carinhoso que o povo brasileiro deu ao presidente Bolsonaro.

Marcel Proust dizia que os nossos sentimentos vão se atrofiando por medo, por medo de sofrer. E eu acho que a nossa política externa vem se atrofiando por medo de ser criticada. Então não tenham medo de sofrer e não tenham medo de ser criticados.

Por sua vez, Clarice Lispector dizia, falando do Brasil e do nacionalismo: “A nossa evidente tendência nacionalista não provém de nenhuma vontade de isolamento: ela é movimento sobretudo de autoconhecimento”.

Autoconhecimento, a verdade. *Aletheia*, a verdade que liberta.

Então, para não ter medo, vamos ler menos *Foreign Affairs*, e mais Clarice Lispector ou Cecília Meireles.

Vamos ler menos *The New York Times*, e mais José de Alencar e Gonçalves Dias.

Vamos escutar menos a CNN e mais Raul Seixas.

Por que Raul Seixas? “Não fiquemos no trono de um apartamento”, ou de uma Embaixada, “com a boca escancarada cheia de dentes esperando a morte chegar”.

Vamos fazer alguma coisa pelas nossas vidas e pelo nosso país. Mergulhem no oceano de sentimento e na esperança do nosso povo. Não mergulhem nessa piscina sem água que é a ordem global.

O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global.

O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para si mesmo. Nós somos uma casa de excelência? Somos, claro que sim. Mas para sê-lo precisamos mostrá-lo, e não ficar simplesmente repetindo isso uns para os outros. Nós vamos cuidar da nossa administração, do fluxo de carreira, vamos solucionar esse e muitos outros problemas, se Deus quiser, que legitimamente afligem a instituição, para que o Ministério possa melhor se capacitar para sua tarefa maior. Queria dizer que nós não

precisamos e não vamos abrir os quadros do Itamaraty para pessoas de fora da carreira, além dos casos que já existem. O presidente Bolsonaro confia plenamente na capacidade dessa casa e dessa carreira de implementar a sua política. Nós simplesmente estamos tomando a medida de flexibilizar a ocupação de cargos no Itamaraty por funcionários da carreira em determinados níveis hierárquicos justamente para arejar o fluxo da carreira e inclusive estimular os nossos colegas a ocuparem esses cargos.

Nós temos tradições, é claro, mas precisamos empregá-las como estímulo para buscar a verdade e a liberdade, como serviço à pátria, como serviço a todos os brasileiros, tanto os mais humildes, quanto os mais afortunados do nosso povo, esse povo que uma ideologia perversa não mais divide.

Temos tradições, mas, como dizia o Embaixador Azeredo da Silveira, na frase famosa, "a maior tradição do Itamaraty é saber renovar-se".

Eu quando ingressei no Itamaraty, repetia-se essa frase a torto e a direito. Você não conseguia cruzar um corredor sem ouvir essa frase da tradição do Itamaraty sabendo renovar-se; mas há alguns anos, há muito tempo, eu pessoalmente já não tenho escutado essa frase. Não sei bem porquê. Talvez seja por um pouco desse ensimesmamento, de um certo comodismo que se criou.

Nós nos apegamos muito à nossa própria autoimagem e fizemos dela uma espécie de um ídolo, e ficamos nos olhando um pouco no espelho e dizendo que nós somos o máximo, e dizendo que os Governos não nos entendem, mas que o Itamaraty está acima dos Governos. Nós nos tornamos diplomatas que fazem coisas que só são importantes para outros diplomatas. Isso precisa acabar. Deixemos de olhar no espelho e passemos a olhar pela janela.

Ou melhor ainda, vamos sair à rua para o Brasil verdadeiro.

Não tenhamos medo do povo brasileiro. Somos parte do povo brasileiro.

Certa vez, ainda no Instituto Rio Branco, eu ouvi de um diplomata antigo o seguinte: que o Itamaraty não pode ser melhor do que o Brasil. Nessa época, eu tomei isso como um sinal de um grande pessimismo. Era um momento difícil na história do Brasil e eu achei que ele estava dizendo, olha, o Brasil está ruim, e o Itamaraty está igual. Mas hoje eu acho que finalmente eu compreendo o que ele queria dizer. O Itamaraty não pode achar que é melhor do que o Brasil. O Itamaraty não pode achar que não faz parte do Brasil. Fazemos parte, voltamos a fazer parte de uma aventura magnífica.

A partir de hoje, o Itamaraty regressa ao seio da pátria amada.

O Itamaraty voltou, porque o Brasil voltou.

Fernando Pessoa afirmava o seguinte: o poeta superior diz o que pensa. Ou melhor, o poeta superior diz o que sente. O que pensa, também. "O poeta superior diz o que sente. O poeta médio diz o que decide sentir. O poeta inferior diz o que acha que deve sentir". O mesmo talvez se possa dizer do diplomata. E o mesmo se aplica ao um país na sua presença internacional.

Por muito tempo o Brasil dizia o que achava que devia dizer. Era um país que falava para agradar os administradores da ordem global. Queríamos ser um bom aluno na escola do globalismo, e achávamos que isso era tudo. Éramos um país inferior, aplicando a classificação de Fernando Pessoa.

Mas o Brasil volta a dizer o que sente, e a sentir o que é.

Vocês podem dizer que isso é "quixotesco", talvez, e as pessoas nos

chamam, às vezes, ou me chamam de tantas coisas bem piores, que então “quixotesco”, só para dizer que talvez já estaria bom, “quixotesco” já seria um bom adjetivo. Mas isso me lembra algo que escutei do Professor Olavo de Carvalho, um homem que, após o presidente Jair Bolsonaro, talvez seja o grande responsável pela imensa transformação que o Brasil está vivendo. Certa vez eu ouvi o Professor Olavo referir-se a um trecho do Dom Quixote de Cervantes, que é talvez o ponto central dessa obra. É quando Dom Quixote está caído à beira do caminho, em algum lugar de La Mancha, em espécie de delírio, e começa a conversar com os passantes como se fossem o marquês disso, o conde daquilo, ou algum herói de cavalaria, enquanto fala das suas próprias façanhas. Lá pelas tantas, ele se refere a um camponês que está passando como “Marquês de Mântua”. E o camponês pára e olha para ele e diz: “Peraí. Eu sei quem é o senhor. Eu não sou marquês de Mântua, eu sou seu vizinho, Pedro Alfonso. E o senhor não é Dom Quixote, o senhor é um bom homem, que conheço há muitos anos, o senhor é Alonso Quijano.” E Dom Quixote pára um segundo, pensa, e responde: “Yo sé quién soy.”

Algumas pessoas dirão que o Brasil não é isso tudo que o presidente Bolsonaro acredita e que eu também acredito, dirão que o Brasil não tem capacidade de influir nos destinos do mundo, de defender os valores maiores da humanidade, que devemos apenas exportar produtos e atrair investimentos, pois afinal somos um bom país, quieto e pacífico, mas não temos poder para nada. Dirão que o Brasil é apenas Alonso Quijano. Mas o Brasil responderá: Eu sei quem eu sou.

Eu sei quem eu sou.

Somos um país universalista, é certo, e a partir desse universalismo queremos

construir algo bom e produtivo com cada parceiro. Mas universalismo não significa não ter opiniões. Universalismo não significa uma geléia geral. Não significa querer agradar a todos. A vocação do Brasil não é ser um país que simplesmente existe para agradar. Queremos ser escutados, mas queremos ser escutados não por repetir alguns dogmas insignificantes e algumas frases assépticas, queremos ser escutados por ter algo a dizer.

Nós buscaremos as parcerias e as alianças que nos permitam chegar aonde queremos, não pediremos permissão à ordem global, o que quer que ela seja. Defenderemos a liberdade e a vida. Defenderemos o direito de cada povo de ser o que é, com liberdade e dignidade, com a dignidade que unicamente a liberdade proporciona.

Quem ama, luta pelo que ama. Então nós admiramos quem luta, admiramos aqueles que lutam pela sua pátria e aqueles que se amam como povo, por isso admiramos por exemplo Israel, que nunca deixou de ser uma nação, mesmo quando não tinha solo – em contraste com algumas nações de hoje, que mesmo tendo seu solo, suas igrejas e seus castelos já não querem ser nação. Por isso admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis. Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo. Admiramos nossos irmãos do outro lado do Atlântico que estão construindo uma África pujante e livre. Admiramos os que lutam contra a tirania na Venezuela e em outros lugares. Por isso admiramos a nova Itália, por isso admiramos a Hungria e a Polônia, admiramos aqueles que se afirmam e não aqueles que se negam. O problema do mundo não é a xenofobia, mas a oikofobia – de oikos, oikía, o lar. Oikofobia é odiar o próprio lar, o

próprio povo, repudiar o próprio passado.

É mais fácil não amar, não lutar, porque amar e lutar também significam sofrer, significam muitas vezes não ser compreendido, significam suscitar o ódio, o desprezo, a inveja – então muitas nações, assim como muitas pessoas optam pelo conforto e pela facilidade de não amar e de não lutar. Nós aqui não optamos nem pelo conforto, nem pela facilidade.

Além da oikofobia, o ódio contra o próprio lar, deveria preocupar-nos, também, cada vez mais, a teofobia, o ódio contra Deus. Há uma teofobia horrenda, gritante, na nossa cultura. Não só no Brasil, em todo o mundo. Um ódio contra Deus, proveniente sabe-se lá de onde, canalizado por todos os códigos de pensamento e de não-pensamento que perfazem a agenda global.

Para destruir a humanidade é preciso acabar com as nações e afastar o homem de Deus, e é isso que estão tentando, e é contra isso que nos insurgimos.

O globalismo se constitui no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano. Nação, natureza e nascimento, todos provêm da mesma raiz etimológica e isso se dá porque possuem entre si uma conexão profunda. Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, são os mesmos que propalam que um feto humano é um amontoado de células descartável, são os mesmos que dizem que a espécie humana é uma doença e que deveria desaparecer para salvar o planeta. Por isso a luta pela nação é a mesma luta pela família e a mesma luta

pela vida, a mesma luta pela humanidade em sua dignidade infinita de criatura.

Quando eu era criança, ouvia, e adolescente também, ouvia muita gente dizendo: “O mundo caminha inexoravelmente para o socialismo”. Mas não caminhou. Não caminhou porque alguém foi lá e não deixou.

Hoje escutamos que a marcha do globalismo é irreversível.

Mas não é irreversível.

Nós vamos lutar para reverter o globalismo e empurrá-lo de volta ao seu ponto de partida.

Nós queremos levar a toda parte o grito sagrado da liberdade, *eleuthería*. Esse foi o primeiro grito de guerra do Ocidente em seu nascimento, na batalha de Salamina, *Eleutheroûte Patrída*. Libertai a pátria.

Então temos aqui o Barão dizendo “eu me lembro da pátria”, eu trago a pátria de dentro do seu escondimento, eu vivo a pátria na verdade. E temos Ésquilo gritando pela liberdade, libertai a pátria, *Eleuthería*.

Mas *Aletheia* e *Eleuthería* só são possíveis pelo conhecimento da pátria, que se dá pelo amor.

Um dos instrumentos do globalismo, para abafar aqueles que se insurgem contra ele, é espalhar que, para fazer comércio e negócios, não se pode ter ideias nem defender valores. Nós provaremos que isso é completamente falso. O Itamaraty terá, a partir de agora, o perfil mais elevado e mais engajado que jamais teve na promoção do agronegócio, do comércio, dos investimentos e da tecnologia. De fato, ao se distanciar do Brasil e do povo brasileiro, o Itamaraty havia se distanciado também do setor produtivo nacional. Pois agora estaremos junto com o setor produtivo nacional, como nunca estivemos. Nós não vamos mais apenas “acompanhar os temas”, como

se diz no jargão antigo, o jargão daquele Itamaraty fechado ao povo. O Itamaraty não será mais um Ministério que só fica olhando. Vamos trabalhar sem descanso para promover o comércio agrícola, a indústria, o turismo, a inovação, a capacitação tecnológica, os investimentos em infraestrutura e energia, avançando ombro a ombro com os outros Ministérios – graças a essa extraordinária equipe ministerial que o presidente Bolsonaro criou com um espírito de harmonia e um sentido de missão sem precedentes.

Quando digo extraordinária me excetuo, porque não quero falar de mim mesmo. Estou falando dos outros 21 ministros.

Formularemos com cada parceiro internacional um programa de trabalho específico, para desenvolver o potencial de cada relação, de maneira criativa e dinâmica. Para isso contaremos, entre outros, com esse instrumento extraordinário que é a APEX, uma APEX renovada, redinamizada e integrada ao conjunto da nossa estratégia de política externa. Contaremos também com um setor de Promoção Comercial dentro do Itamaraty que multiplicaremos por quatro, vamos desburocratizar os setores de promoção comercial nas Embaixadas no Exterior, transformando-os em verdadeiros escritórios comerciais capazes de gerar negócios e ocupar novos mercados para os nossos produtores.

Implementaremos uma política de negociações comerciais para os dias de hoje. Estivemos negociando acordos comerciais, alguns mais exitosamente, outros menos, mas em muitos casos no modelo dos anos 90. Em alguns casos também estamos negociando esses acordos desde os anos 90, e até agora, em alguns casos, vão involuindo com o passar do tempo. Nós negociamos esses instrumentos em abstrato, e não aquilo que deveríamos fazer, que são

entendimentos efetivos direcionados às nossas potencialidades concretas. Nós negociamos muitas vezes a partir de uma posição de fraqueza, como se estivéssemos implorando acesso a mercados, quando na verdade deveríamos negociar a partir de uma posição de força, como um dos maiores e potencialmente o maior produtor de alimentos do mundo, por exemplo.

Nós orientaremos todas as relações bilaterais e multilaterais para a geração de resultados concretos para o emprego, a renda e para a segurança dos brasileiros. Ao mesmo tempo que as relações bilaterais, investiremos renovado esforço também nas negociações multilaterais, especialmente na OMC, que está construindo uma nova e promissora agenda da qual, hoje, o Brasil ainda está de fora, mas na qual entrará com todo o seu peso e toda sua criatividade.

No sistema multilateral político, especialmente na ONU, vamos reorientar a atuação do Brasil em favor daquilo que é importante para os brasileiros – não do que é importante para as ONGs. Defenderemos a soberania. Defenderemos a liberdade – a liberdade de expressão, a liberdade de crença, a liberdade na internet, a liberdade política. Defenderemos os direitos básicos da humanidade, o principal dos quais talvez seja, se me permitem usar o título de uma novela dos anos 60, o direito de nascer.

Abriremos o Itamaraty para a sociedade, seremos a casa de todos os brasileiros. Muito se escuta que o brasileiro não se interessa por política externa. Na verdade, o brasileiro não se interessava por política externa quando achava que política externa era simplesmente um exercício de estilo, infinitas variações para não dizer nada em um discurso da ONU. Desde a eleição do presidente Bolsonaro, o brasileiro está profundamente interessado e envolvido

em política externa, mesmo porque o presidente dá uma atenção enorme a essa área, pois a considera algo profundamente integrado na vida nacional, e não alguma disciplina arcana à qual só teriam acesso alguns especialistas. O brasileiro sente que na frente externa se dá uma das principais, senão a principal batalha pelos seus ideais e valores mais profundos. O brasileiro entende que da frente externa depende em grande medida a sobrevivência e o êxito do projeto de redescoberta e libertação, esta aventura de *aletheia* e *eleuthería* que estamos vivendo com amor e com coragem.

Falar com a sociedade não é simplesmente falar, é principalmente ouvir. Vou dar um exemplo do que temos para ouvir. É o comentário de uma pessoa que segue a minha conta do *tweeter*, que diz o seguinte... li isso ontem: “Antes eu não entendia o amor do povo da Inglaterra pela rainha. Agora entendo. Quando temos alguém que ama seu país e seu povo e os defende, ganha amor e respeito. Não conhecíamos isso antes de Bolsonaro”.

A isso me proponho aqui. Fazer do Itamaraty um instrumento de amor pelo nosso país e pelo nosso povo.

Estou certo de que podemos tornar o Brasil ao mesmo tempo mais competitivo e mais autêntico, ao mesmo tempo mais econômica e comercialmente dinâmico e mais verdadeiro, mais respeitado internacionalmente e mais fiel a si mesmo.

Não deixem o globalismo matar a sua alma em nome da competitividade. Não acreditem no que o globalismo diz quando diz que para ter eficiência econômica é preciso sufocar o coração da pátria e não amar a pátria. Não

escutem o globalismo quando ele diz que paz significa não lutar.

Os senhores me perguntarão: e como faremos isso?

Pela palavra.

Acreditemos no poder infinito da palavra, que é o logos criador.

O presidente Jair Bolsonaro está aqui, chegou até aqui, e nós com ele, porque diz o que sente. Porque diz a verdade. E isso é o logos.

Eu vou terminar falando do princípio e citando novamente São João, a abertura do Evangelho de São João, quando diz “en archê ên ho logos”. O princípio era o logos. A palavra. O verbo. Archê, a última palavra em grego que eu vou dizer aqui hoje, significa princípio, tanto no sentido de início, quanto no sentido, principalmente, de força estruturante, princípio estruturante. A realidade, pelo menos a realidade humana, está estruturada em torno da linguagem, da palavra, do verbo, portanto do logos.

Tudo o que temos, tudo de que precisamos, é a palavra. Ela está aprisionada, mas com amor e com coragem havemos de libertá-la.

Que Deus abençoe a todos vocês, aos que crêem e aos que não crêem, aos que estão conosco e aos que ainda não estão conosco. Que Deus abençoe o presidente Jair Bolsonaro e que Deus abençoe o Brasil.

Anuê Jaci!

Muito obrigado.

Discurso do Senador Aloysio Nunes Ferreira na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores para o Embaixador Ernesto Araújo, Brasília, em 2 de janeiro de 2019

Senhoras e senhores,

Hoje completo mais um ciclo de toda uma vida dedicada à política.

Agradeço ao Presidente Michel Temer pela confiança depositada em mim para exercer a honrosa função de Ministro das Relações Exteriores.

Agradeço à minha mulher Gisele e a todos que me acompanharam neste período, seja garantindo o suporte afetivo da amizade, seja proporcionando o conselho seguro que é a marca dos funcionários do Itamaraty.

Faço uma homenagem especial ao meu querido amigo e antecessor no cargo, Senador José Serra.

Meu muito obrigado aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e aos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas. A parceria com o Legislativo foi de grande importância para avançarmos na política externa.

Exerci vários cargos públicos no Executivo e no Legislativo, mas poucos me proporcionaram tanta satisfação quanto ter ocupado a cadeira de Rio Branco.

Não estive à frente de uma instituição qualquer. Tive o orgulho de chefiar uma diplomacia que inspira respeito mundo afora como paradigma de excelência, estabilidade e apreço pela boa convivência entre os povos.

O Itamaraty e seus quadros tiveram um papel crucial na construção do grande

país que hoje somos, como bem nos lembra o Embaixador Rubens Ricúpero.

Foi uma contribuição que não se resumiu a conquistas notáveis, como a delimitação negociada de todas as nossas fronteiras, a mobilização de meios e recursos externos para a modernização da economia brasileira e uma participação decisiva na montagem dos tratados e organizações que pautaram a vida internacional desde o pós-guerra.

A contribuição também se deu na promoção do que Gilberto Freyre chamava de valores majormente nacionais, como a defesa da paz, o apreço pelo direito, a igualdade entre os Estados, a resolução pacífica de controvérsias e a valorização do diálogo na afirmação de nossos objetivos.

Senhoras e senhores,

O Presidente Michel Temer assumiu a presidência da República em um dos momentos mais difíceis da vida nacional.

O trauma do impeachment, a pior recessão de nossa história e o sentimento de frustração com o sistema político haviam minado a confiança no presente e no futuro.

Era preciso mostrar ao mundo que a democracia no Brasil é sustentada por leis e instituições muito mais sólidas do que tentou fazer crer campanha difamatória levada a efeito pelos que foram apeados do poder.

Por determinação do presidente Temer nossa política externa recuperou sua vocação universalista. Rejeitamos a estreiteza de vistas, o sectarismo partidário, o dogmatismo incompatível com a ação política exercida em ambiente democrático.

Aqui não apregoamos ideologias, de direita ou de esquerda. Fizemos política, política externa atenta à realidade

efetiva dos fatos, “la verità effettuale delle cose”, na expressão de Maquiavel, na defesa dos interesses permanentes do Brasil.

Buscamos levar em conta a pluralidade das aspirações que compõe os interesses, tão diversificados quanto é plural a sociedade brasileira. Em uma conjuntura política marcada por antagonismos destrutivos, o Itamaraty atuou como um fator de coesão e não de discórdia entre os brasileiros.

Foi esse o espírito que orientou a política externa do Presidente Temer sob a minha execução.

O Presidente Bolsonaro reafirmou ontem, perante o Congresso Nacional, os compromissos assumidos por ele na campanha eleitoral. Referiu-se às relações exteriores nos seguintes termos: “A política externa retomará seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil”.

Pois eu digo, senhoras e senhores, que a política externa já retomou esse caminho, tendo à sua frente José Serra e depois sob minha condução. E eu o fiz com o concurso de valor inestimável de diplomatas que colaboraram comigo, entre os quais, cito Vossa Excelência que dirigiu o Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos. Refiro-me também ao Embaixador Otávio Brandelli, o novo Secretário Geral, além de outros diplomatas que colaboraram comigo muito de perto e que hoje assumem postos de comando no Itamaraty.

Senhoras e senhores,

A política externa, nesses dois anos e meio, assumiu a tarefa de reposicionar o Brasil num mundo assombrado pelo unilateralismo, pelo protecionismo e pela intolerância.

Uma ordem internacional com estrutura de poder crescentemente multipolar, porém marcada pela assimetria e por focos de tensão entre potências.

Para responder a essa conjuntura, a política externa buscou contribuir para a modernização de nossa inserção na economia mundial; reforçou seu compromisso com a integração, a segurança e a democracia na nossa região; intensificou a diversificação de parcerias; e valorizou o multilateralismo e as decisões negociadas.

As reformas econômicas internas reclamavam uma diplomacia econômica ágil e ousada, que nos desafiasse a aumentar a competitividade de nossa economia.

A ponta de lança da modernização de nossa inserção externa foi o MERCOSUL, que encontramos em estado de letargia. O Brasil trabalhou com afinco para recuperar a vocação original do bloco para um regionalismo aberto e competitivo.

Removemos ou encaminhamos quase 90% dos 78 entraves que existiam no comércio intrabloco. Assinamos o Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL e o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Avançamos na convergência regulatória e no aprimoramento da estrutura administrativa do bloco.

Demos passos para a racionalização da Tarifa Externa Comum de modo a modernizar o bloco sem perder as enormes vantagens que temos em um mercado ampliado que é fundamental para nossa indústria.

O diálogo foi destravado também com os países associados. O bloco assinou com a Colômbia acordo de complementação econômica que praticamente reduziu a zero as tarifas bilaterais.

Com o Chile, formalizamos instrumentos para a liberalização das compras públicas e a facilitação de transações financeiras. Também foi concluído um acordo de livre-comércio de segunda geração, cobrindo uma ampla gama de temas não tarifários.

Adotamos com a Aliança do Pacífico um plano de ação que prevê passos concretos em facilitação de comércio, cooperação regulatória, agenda digital e comércio inclusivo.

Ao contrário da postura passiva que prevaleceu no passado recente diante do impasse na Rodada Doha, não ficamos esperando Godot.

A agenda de negociações externas do MERCOSUL foi dinamizada, com várias frentes abertas que podem vir a reconfigurar nossas relações econômicas externas.

As negociações entre MERCOSUL e União Europeia, apesar das dificuldades, avançaram de maneira inédita. Passamos a um ímpeto negociador que logrou concluir 12 dos 15 capítulos do acordo. Se mantida a vontade política dos dois lados, são reais as chances de uma associação entre os blocos em futuro próximo.

Lançamos também negociações com parceiros importantes como Canadá, Coreia do Sul, Singapura e a Associação Europeia de Livre Comércio (que reúne Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein).

Continuamos o trabalho para ampliar o acordo com a Índia e as tratativas com Egito, Líbano e Tunísia. Estão dadas as condições para o início das negociações do acordo com o Japão.

Já concluímos a negociação de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimento (ACFIs) com 12 países. Temos duas negociações em andamento

e propusemos iniciar tratativas com outros 10 países.

A busca de eficiência e competitividade para nossa economia levou à decisão de solicitar o ingresso na OCDE, organismo com o qual já temos uma cooperação que vem sendo aprofundada e expandida. O Itamaraty sabia, e informou aos demais órgãos do governo, que esse processo não seria concluído da noite para o dia – fato que requer mais, não menos trabalho e empenho.

Não posso deixar de assinalar os ganhos que obtivemos com a incorporação da Apex ao Itamaraty, em 2016.

Substituímos o desperdício de recursos e a duplicação de esforços por complementariedade e mais eficiência na promoção comercial e atração de investimentos.

Saúdo, portanto, a decisão do novo governo de manter a Apex vinculada ao Itamaraty.

Senhoras e senhores,

O esforço para modernizar o Brasil não prescindiu da busca de um entorno imediato próspero, seguro e democrático.

Por experiência própria, aprendemos que, sem democracia, a estabilidade e o bem-estar de nossa região correm riscos que não queremos e não devemos aceitar.

Os países da região assumiram compromissos democráticos por meio de instrumentos como a cláusula democrática do MERCOSUL e a Carta Democrática Interamericana.

O Brasil não ficou indiferente diante da ruptura da ordem democrática na Venezuela.

Lideramos a aplicação do Protocolo de Ushuaia. Atuamos com firmeza na OEA para ativar a Carta Democrática e criar

as condições para o retorno do país à democracia.

Acolhemos os refugiados venezuelanos porque é um dever moral e uma obrigação internacional. Sem prejuízo da pressão político-diplomática que exercemos em relação ao regime venezuelano, mantivemos canais de interlocução necessários para tratar de desafios concretos, como surtos epidemiológicos, abastecimento energético, segurança na fronteira e bem-estar de nossos compatriotas que lá vivem.

A Nicarágua também continua a ser fonte de preocupação. Trata-se de um caso de solapamento da democracia e uso de paramilitares para controle político. Favorecemos na OEA o diálogo e a conciliação.

Na busca por uma região segura e próspera, a diplomacia brasileira buscou refletir a prioridade atribuída pela sociedade à questão da segurança.

Ainda na gestão do ministro Serra, o Itamaraty promoveu – ao lado do Gabinete de Segurança Institucional, do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa – a realização em Brasília da inédita reunião ministerial do Cone Sul sobre segurança nas fronteiras.

O encontro reforçou a cooperação com os vizinhos no combate a crimes transnacionais, resultando em operações conjuntas, compartilhamento de inteligência e treinamento de agentes.

Para além da vizinhança, a política externa do Presidente Temer retomou a tradição de relacionamento equilibrado com todos os países, a rejeição aos alinhamentos automáticos e a diversificação de parcerias.

Diferentemente do que pode ter sido a prática em governos anteriores, procuramos reforçar as relações com parceiros tradicionais, como Estados Unidos, Europa e Japão.

Com os Estados Unidos, apresentamos uma agenda de 10 pontos, que gerou resultados concretos: o foro de segurança, a ratificação do acordo de céus abertos e a retomada da negociação do acordo de salvaguardas tecnológicas para viabilizar comercialmente a Base de Alcântara.

Ampliamos também outras frentes. O Presidente Michel Temer fez mais de 20 viagens ao exterior e recebeu mais de 30 dignitários estrangeiros em Brasília.

A atração de investimentos, a abertura de mercados e a transferência de tecnologia foram prioridades nos contatos do presidente e nas visitas que fiz na América Latina, Europa e Oriente Médio; no continente africano, onde estive cinco vezes; no Sudeste Asiático, para onde viajei duas vezes.

Fiz 43 viagens ao exterior, visitando 52 países, muitos deles mais de uma vez, como no caso de nossos principais parceiros do Mercosul e da América do Sul.

Nesse mesmo período, recebi mais de 50 autoridades estrangeiras de 28 países, além de importantes autoridades de organismos multilaterais.

A Ásia, incluindo a China e a Índia, a África e a Rússia ocuparam lugar de destaque na agenda, tanto pelo papel que já desempenham na economia global quanto pelo seu potencial de crescimento.

Procurei aproveitar melhor o potencial relativamente inexplorado da parceria com o Sudeste Asiático. Além de buscar abrir mercados para produtos e serviços brasileiros, a aproximação com os países da Asean e outros países da Ásia, como a Coreia do Sul, favorece a internacionalização de empresas brasileiras e sua participação em cadeias globais de valor.

Viajei a países de todas as regiões do continente africano. Fui o primeiro chanceler brasileiro a visitar o Maláui e o primeiro, em 35 anos, a visitar a Costa do Marfim.

Assinei acordos com os países visitados em diversas áreas, em particular com o propósito de abrir mercados e facilitar investimentos.

Faltava uma visão para a África que se encaixasse na expectativa dos nossos interlocutores africanos, que preferem ser vistos não com olhar paternalista ou oportunista, mas como parceiros interessados em explorar oportunidades econômicas e comerciais.

Sob a presidência brasileira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2017-2018), ocorreram 13 encontros ministeriais e várias reuniões técnicas para acertar políticas comuns, trocar experiências e adotar acordos em áreas como turismo e energia.

Realizei périplo pela região do Cáucaso Meridional e fui o primeiro chanceler brasileiro a visitar oficialmente a Armênia, o Azerbaijão e a Geórgia.

Estive também no Oriente Médio e pude constatar o grande apreço pelo Brasil na região.

Um apreço que deriva de nossos laços históricos e humanos com países árabes e com Israel e da imagem do Brasil como um país identificado com a defesa do direito internacional e da solução pacífica das controvérsias.

Nas visitas e conversas no Oriente Médio, ficou evidente que há espaço para aumentar os negócios. Já somos grandes exportadores de proteína animal para países árabes, mas há imensas possibilidades em outras áreas, como, por exemplo, na atração de investimentos de grandes fundos soberanos para a modernização de nossa infraestrutura.

Com Israel, identificamos potencial enorme em temas como dessalinização, ciência e tecnologia, e defesa.

Somos especialmente reconhecidos no Oriente Médio pela nossa posição equilibrada para o equacionamento do conflito entre israelenses e palestinos. O Brasil defende historicamente uma solução de dois Estados, ambos vivendo em paz e segurança e com fronteiras reconhecidas, no marco das resoluções pertinentes da ONU.

Essa posição sempre foi a garantia de relações produtivas tanto com países árabes quanto com Israel.

Ao cultivar o universalismo da política externa, a diplomacia brasileira participou ativamente de diversos arranjos e agrupamentos, como o IBAS e o BRICS.

No caso do IBAS, coordenei-me com os chanceleres da África do Sul e da Índia para reativar foro que reúne as maiores democracias do mundo em desenvolvimento.

Participamos do BRICS também com pragmatismo, enfatizando os assuntos e as áreas nas quais temos mais em comum com os outros integrantes do grupo e com maior potencial de gerar ganhos concretos para o país.

No plano global, o Brasil foi uma força a favor do multilateralismo, como tem sido desde os primórdios do século vinte, quando Rui Barbosa, em sintonia com o Barão do Rio Branco, percebeu em Haia a importância dos foros multilaterais para a projeção dos nossos interesses e valores na cena internacional, em particular a afirmação do direito como contraponto ao uso indiscriminado do poder.

Aprendemos que soluções negociadas são mais sustentáveis e, também, as únicas eficazes para problemas globais,

que exigem, por sua própria natureza, ações concertadas.

Participamos de maneira propositiva, segundo os valores e interesses do país, na elaboração de normas internacionais em áreas-chave como paz e segurança, direitos humanos, migrações e mudança do clima. O Brasil tem proposto soluções que refletem nossa visão de mundo e os valores de nossa sociedade.

Na área de desarmamento, lideramos a adoção do pioneiro Tratado de Proibição de Armas Nucleares.

Após ausência por longo período, voltamos a participar da Organização dos Estados Americanos e elegemos uma jurista de grande prestígio, a Dra. Flavia Piovesan, para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Também elegemos o nosso valoroso Consultor Jurídico, Professor George Galindo, para a Comissão Jurídica Interamericana.

Atuamos com independência no Conselho de Direitos Humanos, sem votos automáticos, avaliando cada decisão de maneira cuidadosa.

Ajudamos a negociar o Pacto Global sobre Migração Segura, Ordenada e Regular como uma plataforma para fortalecer a cooperação internacional, respeitando a soberania de cada país na definição de suas políticas migratórias.

Temos uma legislação avançada de migração – baseada em projeto de minha autoria. Somos um país multiétnico e formado por imigrantes, mas hoje o Brasil é muito mais emissor do que receptor de imigrantes.

Temos de nos preocupar com a defesa da dignidade dos milhões de brasileiros que vivem no exterior, bem como cooperar com outros países para assegurar migrações ordenadas, combater redes de tráfico de pessoas e garantir a segurança de todos.

Defendemos a implementação do Acordo de Paris por uma questão de princípio e também por razões econômicas, que dizem respeito ao futuro de nosso agronegócio.

Nossas credenciais ambientais são amplamente reconhecidas: detentor da maior biodiversidade do mundo, o Brasil possui uma matriz energética sustentável e tem conseguido aumento da produção agrícola sem ampliação desordenada da área plantada.

Lançamos a Plataforma do Biofuturo, demonstrando nossa capacidade de propor soluções inovadoras em busca de uma economia de baixo carbono.

Sabemos que arranjos plurilaterais e bilaterais podem ser explorados em diversas matérias, mas há temas que exigem tratamento multilateral se quisermos evitar perdas bilionárias para nosso país.

É o caso da mudança do clima. E é também o caso da OMC, cuja paralisia atual pode jogar a economia mundial em uma era de incerteza, agravada por guerra comercial deflagrada por vezes de forma inconsequente.

Ninguém ganha em um mundo regido no grito, pela lei da selva. Tomar partido em rivalidades desse tipo não corresponde à nossa tradição e tampouco atende aos nossos interesses. Fazê-lo seria um risco para um país que mantém negócios e boas relações com todos. Não nos interessa importar conflitos que não são nossos.

Por isso, participamos ativamente do esforço de preservação da OMC e de seu mecanismo de solução de controvérsias, do qual somos um dos principais usuários e beneficiários.

Senhoras e senhores,

Não se faz política externa sem servidores motivados e sem condições de trabalho adequadas.

Faço questão de expressar minha gratidão a todos os funcionários da Secretaria de Estado que trabalham nas divisões, departamentos, subsecretarias, Instituto Rio Branco, FUNAG, ABC e APEX. E também a todos os funcionários lotados nos Escritórios Regionais e, sem dúvida, àqueles que atuam em nossa vasta rede de postos no exterior.

Apesar do aperto fiscal, logramos recuperação orçamentária que permitiu manter o funcionamento da máquina e pagar obrigações correntes, evitando vexames do passado.

Com a racionalização dos gastos, foi possível, por exemplo, regularizar a movimentação de pessoal e restaurar a previsibilidade nas remoções.

Avançamos em 2016, mas não conseguimos resolver as dificuldades e atrasos no pagamento de nossas contribuições aos organismos internacionais — um constrangimento desnecessário para o Brasil. Deixo, como proposta, a mesma que fiz ainda durante minha gestão: que essas contribuições, exceto as de caráter voluntário, sejam transformadas em despesa obrigatória da União, excluídas de eventuais contingenciamentos.

A política de promoções respondeu à avaliação interna feita pela própria Casa. Conteí com o apoio do Presidente Temer para conter pressões externas e assegurar que os critérios sejam o mérito e a avaliação das chefias.

Orgulho-me de ter feito uma política de pessoal sem caça às bruxas. As remoções, promoções e nomeações para cargos na Secretaria de Estado obedeceram, repito, ao critério da competência.

Como afirmei na recente cerimônia de batismo do Anexo I deste Ministério com o nome de Maria José de Castro Rebello Mendes, a primeira mulher a

ingressar, cem anos atrás, no serviço exterior brasileiro, é ainda pendente o desafio de assegurar equidade de gênero nos quadros e nas instâncias decisórias do Itamaraty, por válidos que tenham sido os avanços institucionais e normativos nos últimos anos. Congratulo-me com as mulheres diplomatas pela capacidade de mobilização por uma causa que é de todos.

Estamos deixando como legado para a nova gestão no Itamaraty minuta de projeto de lei do serviço exterior, que já se encontra na Presidência. Trata-se de projeto que moderniza o serviço exterior em questões como movimentação de pessoal e fluxo de carreira, ascensão funcional e lotação na Secretaria de Estado.

Também concluímos um projeto de lei de cooperação técnica e assistência humanitária, que vai criar uma base jurídica sólida para o importante trabalho desenvolvido pela Agência Brasileira de Cooperação.

Ainda no campo da modernização, finalizamos este ano o projeto piloto do Sistema de Planejamento Estratégico das Relações Exteriores (SISPREX).

O sistema pretende ajudar a disseminar o pensamento estratégico em todo o Ministério e postos no exterior. Será uma ferramenta para definição de diretrizes, objetivos estratégicos e metas específicas, de maneira encadeada e coerente.

Senhoras e senhores,

Faço questão de assinalar o muito que me beneficiei do diálogo regular não apenas com o Secretário-Geral e com meu chefe de Gabinete, mas também com os Subsecretários, diretores de departamento e assessores encarregados de imprensa, relações com o Congresso e planejamento diplomático.

Mantive sempre canal aberto de diálogo com os sindicatos e associações na busca de soluções para as demandas apresentadas.

Cumpri o que havia prometido no meu discurso de posse. Ao assumir, eu disse que valorizaria o debate de ideias, o engajamento com as chefias em todas as áreas e a busca conjunta de soluções. Acredito profundamente no valor do pluralismo e do diálogo. Rejeito qualquer crença em pensamento único, à esquerda e à direita.

O diálogo foi particularmente útil para que essa virtude tão cara à diplomacia, a temperança, triunfasse sobre o calor natural da política, cujas paixões e polaridades raramente são as melhores conselheiras em política externa.

Sem o debate de ideias, e sem a liberdade interna para o contraditório e a avaliação ponderada dos ganhos e

Intervenção do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, na Reunião ministerial informal da OMC – Davos, em 25 de janeiro de 2019

Senhor Presidente,

O Brasil está comprometido com a reforma da OMC, tal como o Presidente Jair Bolsonaro anunciou em seu discurso de abertura do Fórum de Davos, no dia 22 de janeiro.

O Presidente Bolsonaro foi eleito no último mês de outubro com o mandato claro de restaurar a soberania, a ordem e a liberdade econômica, a partir das profundezas de uma das mais graves crises da nossa história. Seu mandato também é o de restaurar o crescimento sustentável e a prosperidade.

Um enorme esforço está em curso, por parte do governo brasileiro, para

perdas potenciais de certas decisões, os acertos teriam sido em menor número; os erros mais frequentes.

Os funcionários do Serviço Exterior Brasileiro – diplomatas, oficiais de chancelarias, assistentes de chancelarias e integrantes de todas as carreiras – são o maior ativo do Itamaraty.

Caros amigos e amigas,

Conheci o Ministro Ernesto Araújo no dia a dia do nosso trabalho. Pude bem avaliar sua cultura, seu espírito público, sua competência profissional.

Ele está mais do que talhado para bem servir o Brasil nas elevadas atribuições que agora lhe são confiadas.

Desejo ao Ministro Ernesto Araújo felicidades e todo o êxito à frente do Itamaraty.

Muito obrigado.

aprovar reformas há muito necessárias, reduzir custos, desregulamentar, facilitar os negócios e o empreendedorismo, abrir a economia.

No comércio internacional, nossa diplomacia econômica é fundamental para contribuir a esse propósito.

Estamos implementando uma política de negociações comerciais afinada com o mundo de hoje e com as realidades econômicas.

O Brasil está consciente de sua responsabilidade. Somos a oitava economia do mundo. Somos uma nação líder na agricultura – e é importante dizer que a produção agrícola brasileira é a mais sustentável do mundo, e que nosso compromisso com essa sustentabilidade é inabalável. Temos grande potencial para nos tornarmos líderes também em outras áreas do comércio mundial e na inovação. A política comercial brasileira procurará

liberar todo esse potencial do Brasil para aumentar sua contribuição ao comércio mundial, e a OMC constitui parte indispensável desse esforço.

A OMC hoje se vê condicionada por novas tendências e grandes transformações geopolíticas. A organização está diante de um desafio sistêmico. Nenhum país individual deve ser culpado por essa crise. Trata-se do resultado de uma nova distribuição do poder global e novas fontes de concorrência.

No Brasil, os eleitores escolheram um caminho que combina a liberdade econômica com um forte sentimento de identidade nacional e seus valores. Estamos convencidos de que essas duas dimensões – a da liberdade econômica e a dos valores – se reforçam mutuamente. A única base sólida para uma economia liberal competitiva é uma sociedade coerente, autêntica e livre. Isso também se aplica ao plano internacional. Em todo o mundo, o único fundamento para o liberalismo é a liberdade. A única fundação sólida para a economia liberal global é a liberdade humana.

Em 1994, quando a OMC foi criada, falava-se muito do “fim da história”. Considerava-se que a democracia liberal era um dado incontestável como base para o sistema internacional. Mas a democracia liberal já não é mais um dado incontestável. Hoje, o comércio pode funcionar como uma grande força a favor da democracia liberal. Mas o comércio também pode funcionar como uma força que leva ao oposto da democracia liberal. Cabe a nós fazer do comércio uma força a favor do bem, da liberdade e do progresso humano.

O Brasil considera que um arcabouço revisto para a OMC se faz necessário. O Brasil está comprometido com o processo de reforma e modernização da OMC, em linha com os nossos valores.

Pois não estamos apenas diante de uma questão de eficiência do sistema multilateral de comércio. Trata-se de uma questão que envolve valores e opções existenciais profundas.

O Brasil está preparado para ser uma força de mudança.

O Brasil participará das discussões sobre a agenda de reformas da OMC com toda a sua capacidade.

Alguns pontos sobre o caminho pela frente:

No nível dos arranjos institucionais existentes, temos evidentemente o tema do mecanismo de solução de controvérsias. O Brasil está pronto a examinar construtivamente maneiras de satisfazer as preocupações existentes. Mas é claro que o sistema de solução de controvérsias, em especial o Órgão de Apelação, constitui uma parte integral do sistema multilateral de comércio. Adaptação e reforma pressupõem o funcionamento e a própria existência do mecanismo.

De forma conexa, temos as questões de monitoramento e transparência. O Brasil já apresentou propostas com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho dos comitês regulares e estamos prontos para estar na vanguarda nesse campo. A iniciativa canadense de fortalecer a função deliberativa da OMC é um passo na direção correta. Temos a expectativa de coordenar a dimensão de normas sanitárias e fitossanitárias dessa iniciativa. A Suíça também apresentou uma proposta de transparência para regras de origem não-preferenciais, que co-patrocinamos.

No domínio das regras do processo negociador, o Brasil está pronto a negociar em qualquer formato – bilateral, plurilateral, multilateral. O Brasil está preparado para ser uma força decisiva no processo de tomada de

decisões que conduza a reformas e modernização.

Quanto aos temas a serem negociados, o Brasil deseja revigorar o braço negociador da OMC. Asseguro que o Brasil está disposto a discutir qualquer agenda e qualquer assunto. Saudamos, por exemplo, a iniciativa trilateral dos EUA, União Europeia e Japão, que levanta questões fundamentais (tais como a transferência forçada de tecnologia e o tema das companhias controladas pelo Estado). O Brasil será ambicioso em todas as frentes negociadoras, desde facilitação de investimentos até comércio eletrônico. O Brasil também está disposto a discutir novas regras de tratamento especial e diferenciado em acordos futuros.

Intervenção do Embaixador Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no “Dia do Brasil”, na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, Washington, em 18 de março de 2019 – Inglês

A new Brazil-US relationship can displace and replace the axis of the global order.

That displacement and replacement is already taking place.

It is not the economy or military power that determine the structure of the global order, but ideas. It is ideas that determine if and how a country exerts its power. There are countries which are economically and militarily powerful, but where the spirit doesn't blow.

We are displacing the axis of global order in many ways: through our commitment to democracy (true commitment, not only lipservice, as we show in the case of Venezuela), through

Entretanto, qualquer agenda de reforma, para ser bem-sucedida, precisa necessariamente incluir o tema dos subsídios agrícolas. Para o Brasil, isso é claríssimo e incontornável.

Nas próximas semanas, o Brasil apresentará um documento conceitual com suas ideias e visões sobre a reforma da OMC. Estaremos inteiramente abertos a discutir e negociar com todos os parceiros interessados na reforma e modernização da Organização. Nossa posição é clara: favorecemos a reforma e estamos prontos a negociar de boa-fé, fortalecendo o sistema multilateral de comércio.

Muito obrigado.

an open economy, and through shared values, mostly those that are called conservative values.

For almost 30 years now we have seen in the world a liberal, globalized economy, which is great, but it lies on top of a total absence of values, or on top of ideological values, those of what is called political correctness. And this is not working. This reliance on no values, or on the wrong set of values, is taking the liberal global economy towards a world where the liberal democracies will not be the dominant powers.

Something is wrong there. In the past, free trade served the purposes of freedom. Today, I am not sure this is the case. Free trade is essential, but free trade must, once more, be brought to serve freedom. A liberal economy can only be based on liberty, it cannot be an instrument against liberty.

The best hope we have today is to create a solid amalgam uniting an open,

competitive, liberal economy, with the basis of conservative values.

We must break the perverse amalgam of the free economy with an ideological structure which is opposite to freedom. And we must prepare a new amalgam of liberal economy and conservative values, which means, an open economy and an open society. A society built around political correctness is essentially a closed society, where thought is closed from sentiment, where the road between man and God is blocked, where words are locked away from reality. A society built around conservative values is organic, it is an open system where different things can happen which could not be deduced from the terms of the system, where contact with tradition can generate true innovation. Tradition means openness because tradition is the accumulation of lived experience, and lived experience is necessarily open to the unknown, to the numinous, to the marvelous. In the politically correct realm nothing is numinous, nothing is spontaneous, nothing is even remotely marvelous.

The blend of open economy and conservative values can only be performed inside a nation. The nation is the alchemical vase where trade and tradition can merge. The nation is still the only space where open economy and free society can blend. Because the nation is natural, as their shared etymology indicates.

Conservative values give rise to a healthy society, a cohesive and coherent society where people are happy together, and their community is built on mutual trust, not just by an accident of being thrown together in the same territory.

The politically correct ideology gives rise to a society which is fragmented, where different groups hate each other, without nationhood, without a sense of

belonging, where being a citizen of a certain country means no more than having a piece of paper which entitles you to some benefits, without any deeper feeling associated to it.

The West, after 1989, got used to not thinking. To take society and culture for granted, and to concentrate only on economic management. Societies lost their capacity to generate meaning. The economy and the search for competitiveness cannot generate meaning, cannot fill someone's heart.

If there is no nation, no family, no culture, history, heroes, or tradition, the economy cannot fill your heart, and your heart will be occupied by ideology.

The indifference to the realm of values and sentiment brought us to where we are today (or to where we were until yesterday, as we are beginning to change that). Brought us to a situation where the economy, the liberal world order, is indifferent to liberty and democracy.

This is essential: the liberal economy without democracy has no future.

In Brazil, it is clear today that the liberal economic reforms can only be achieved if they are coupled with a solid conservative basis in civil society. We are lucky in that regard, because in Brazil the people who advocate for conservative causes like family values, gun ownership, who have a pro-life stance and who want an assertive foreign policy defending democracy and freedom are, most often, the same people who want an open economy, the rule of law, a political compact with no room for corruption.

Liberal economic reforms have been tried before in Brazil, but never succeeded, because there was no strong social basis to put pressure on the politicians. It's simply that. Only a conservative, patriotic agenda can

mobilize people to exert that pressure for the economic reforms.

A system will never reform itself from within. Only from the outside is that possible, only on the basis of meaning and feeling, only around the flag and the faith can the system be truly changed and reformed. Only under the leadership of an outsider like President Jair Bolsonaro can the system be challenged, as it's happening today.

So we want economic opening and, for the first time, we think we can deliver it

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, ao apresentar o Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em palestra no “Dia do Brasil”, na Câmara de Comércio dos Estados Unidos – Washington, em 18 de março de 2019

Jair Bolsonaro é o líder mais transformador do Brasil em muito tempo, e a possibilidade de fazer parte desse processo de transformação é uma imensa honra para nós Ministros aqui presentes com ele. É uma honra, de forma especial, para mim, que desde minha indicação para o cargo de Ministro das Relações Exteriores assumi a incumbência de fazer do Itamaraty e da política externa brasileira parte integrante desta transformação, rompendo as tradições de acomodação e irrelevância da política externa brasileira de tempos recentes, assim como o Presidente Bolsonaro está quebrando tradições: quebrando as tradições da corrupção, do toma-lá-dá-cá, da eterna postergação das soluções, a tradição do crime, a tradição do materialismo.

because we have a leader from outside the system, and because the people are mobilized.

And for that process of economic opening, the best partner is the United States, as the Brazil-US Investment Map prepared by the Brazilian export and investment promotion agency APEX is showing. Because the United States is an open economy, where the private sector is the main player, and an open society, a country that has blended together freedom and competitiveness along all its history.

O lema do Presidente Bolsonaro – Brasil acima de tudo e Deus acima de todos – contém em si mesmo um projeto político e uma concepção de mundo. São um projeto e uma concepção que correspondem aos sentimentos profundos do povo brasileiro.

Brasil acima de tudo: ou seja, a união dos brasileiros em torno da ideia da pátria, como único fator capaz de mobilizá-los por um objetivo comum.

Governos anteriores criaram uma sociedade fragmentada e dispersa. Uma sociedade descrente de si mesma e de suas instituições. A maneira de reunificar essa dispersão e superar essa descrença é colocar como horizonte a pátria. A nação. Não o Estado, mas a nação.

Quando os cidadãos olham e enxergam apenas o Estado, isso não os transforma, porque isso eles já conhecem, porque o Estado não gera sentimentos, e o ser humano é movido por sentimentos. Mas quando olham e enxergam a nação, surge um potencial incrível de criar energia e de unificar o país.

Menos Estado e mais nação, esta poderia ser a definição desse potencial mobilizador.

Deus acima de todos: aqui se introduz a concepção de uma realidade vertical, onde o ser humano sabe que possui uma dimensão espiritual e onde a vida não se reduz às leis da física.

A grande maioria dos brasileiros sente e deseja essa presença da transcendência em suas vidas – mas o sistema de pensamento imperante lhes negava, até há pouco, a possibilidade de expressar esse sentimento. Ao dizer “Deus acima de todos”, acima de cada um, essa expressão permite que os brasileiros voltem a poder exprimir sua fé no espaço público, o espaço da nação.

Com esse lema, com sua presença inspiradora, o Presidente Jair Bolsonaro está reconfigurando a realidade brasileira de uma maneira poucas vezes vista. Com apenas oito palavras está enfrentando o sistema. Um certo sistema. O sistema que produziu décadas de estagnação econômica, atraso, corrupção, ineficiência, crime. Um sistema que produziu, por exemplo, uma relação de indiferença ou de hostilidade para com os Estados Unidos, em detrimento dos nossos interesses. A relação com os Estados Unidos era colocada para baixo pelos governos brasileiros, não por acaso, mas porque a relação com uma nação dinâmica e aberta produz liberdade, reforça o estado de direito, promove os valores humanos que nos inspiram – ou seja, tudo o que causa pavor a uma certa ideologia.

Somente um presidente que vem de fora do sistema poderá mudá-lo. E parte dessa transformação profunda é a criação de uma nova parceria com os Estados Unidos.

Discurso do Ministro Ernesto Araújo na formatura do Instituto Rio Branco – Brasília, 03 de maio de 2019

Senhor presidente da República, Jair Bolsonaro, senhor vice-presidente da República, Hamilton Mourão, senhores ministros, senhores senadores, senhores deputados, senhores comandantes de força, senhores embaixadores, senhor secretário-geral, senhora diretora do Instituto Rio Branco, senhora paraninfa, senhores chefes de casa, demais autoridades, colegas, amigos, caros formandos,

Em primeiro lugar, estou extremamente grato em nome de todos aqui por honrarem com sua presença esta casa e todos os diplomatas brasileiros. Neste dia em que a nossa casa, em que a nossa carreira celebra sua continuidade e, principalmente, sua renovação, com a formatura da Turma Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. Neste momento, lutamos justamente pela renovação, pela renovação do Brasil. Muito obrigado, senhor presidente, por nos admitir a nós diplomatas sob o seu comando nessa luta. Nenhum Presidente da República no período de quase três décadas em que tenho tido a felicidade de trabalhar no Serviço Exterior, nenhum valorizou mais o papel do Itamaraty do que o senhor. Nenhum teve uma visão mais clara do que a sua sobre o papel da Política Externa executada pelo Itamaraty em projeto de grande transformação nacional. Isso, para nós que estamos aqui hoje, constitui, naturalmente, um privilégio e, ao mesmo tempo, uma enorme responsabilidade. Seremos dignos dessa confiança e dessa responsabilidade.

Recentemente o senhor presidente mandou uma mensagem por Whatsapp, aquela que mandou a todos os ministros. E, aliás, é interessante porque a oradora da turma mencionava que a turma do Instituto Rio Branco que agora se forma se tornou uma família. E eu acho que posso dizer, junto com os colegas de Gabinete que estão aqui, que a equipe de ministros que o senhor

formou, presidente, está se tornando também uma família. E temos inclusive o privilégio de trocar muitas vezes comentários via Whatsapp. Isso acaba sendo uma das maiores novidades e inovações do seu governo, e que enfatiza e reforça esse sentimento de responsabilidade conjunta. Mas eu dizia que o Senhor mandou uma mensagem aos ministros dizendo: “Enquanto não faltar água no mar, não deixaremos de lutar”. E fique certo, presidente, de que esse é o sentimento que nos anima. Certamente, esse é o sentimento que me anima e que eu gostaria de transmitir aqui a essa turma que agora se forma. Queria dizer aos formandos que, há vinte e sete anos, estava aí, exatamente onde vocês estão, e agora estou aqui, mas continuo aí, continuo me sentindo aí, continuo sentindo o mesmo, o mesmo entusiasmo, a mesma perplexidade, no sentido positivo de, de repente, estar no meio de uma entidade, de uma instituição que tem a história que tem e que tem o futuro que tem. Uma sensação que tenho certeza que vocês não perderão e que vai animá-los ao longo da vida.

Os diplomatas brasileiros devem servir o Itamaraty mas devem, sobretudo, servir o Brasil, nunca podemos perder de vista esse horizonte último. O Itamaraty é um extraordinário instrumento da pátria, e somente florescerá se a pátria florescer. Em segundo lugar, quero dizer que a diplomacia é um método, não é um conteúdo, a diplomacia é um ofício, uma arte. Podemos equipará-la, por exemplo, à arte da navegação. A navegação é indispensável para chegar a algum lugar, mas não determina para onde ir. Há que saber para onde se quer ir e utilizar nesse caso, nesse exemplo, a arte da navegação, para lá chegar. Do mesmo modo, colocados diante dos desafios da realidade, dos desafios de posicionar o Brasil no mundo, da maneira que melhor corresponda ao

nosso projeto de transformação, e perguntados sobre o que queremos, não podemos responder “queremos diplomacia”. Diplomacia não desenha um rumo, diplomacia não proporciona um objetivo. Precisamos formular a noção dos objetivos e para eles apontar. Isso significa, antes de mais nada, pensar. Assim, o terceiro apelo que eu lhes faço é que não deixem de pensar, que não terceirizem o seu pensamento aos meios de comunicação, nem a ninguém, que diante de cada situação não puxem aquela ficha básica previamente gerada pelo discurso dominante, não tenham medo de correlacionar fatos. Hoje nós vivemos num círculo fechado, onde parece que qualquer tentativa de correlacionar fatos é imediatamente chamada de teoria da conspiração. Rompam esse círculo.

Há vários anos, uns quinze anos, eu escrevi uma pequena obra de ficção, não sei se vou publicar um dia, mas vou fazer aqui um pequeno trailer. Se passa em um mundo do futuro que é dominado por uma casta de controladores do discurso, chamados os tautólogos. Os tautólogos, evidentemente, praticam a tautologia. E sua função é evitar qualquer expressão do pensamento que procure dizer algo além do único sentido aprovado. Nesse mundo existe um único e último líder rebelde que, segundo a lenda, ainda ousa emitir juízos sintéticos, isso é, expressões que procurem afirmar algo além daquilo que está em seus próprios termos, como seria por exemplo esta frase de Guimarães Rosa, que eu gosto muito: “Tudo é a ponta de um mistério, inclusive os fatos”. Naquele mundo dos tautólogos não se poderia dizer isso, nem se poderia dizer praticamente nada. Eu nunca imaginei que nós fôssemos chegar tão perto de viver no mundo dos tautólogos, mas acho que chegamos. Mas ainda não estamos inteiramente lá. Então eu peço, faço um apelo a vocês, formandos, que não se sujeitem aos

tautólogos. Não deixem de sentir também. Entre aquilo que apaga seu coração e aquilo que o acende, sugiro que optem por essa segunda via. Política externa não é lugar para sentimentos, isso é o que dizem os tautólogos. E acrescento aqui também algo que acabo de ouvir da oradora da turma: “Não nos percamos em medos nem hesitações”.

Outro dia, senhor presidente, o senhor nos dizia também a alguns ministros e outros funcionários que o acompanhávamos na ocasião: “Nós temos uma oportunidade única de mudar o Brasil”. Eu tomei essas palavras não somente como uma pertinente avaliação do quadro político, mas como um chamamento, como o toque de um clarim, como uma missão. Eu conclamo aqui todos dessa casa a participarem dessa missão, como um compromisso existencial profundo, mudar o Brasil, transformar o Brasil na grande nação que nós somos chamados a ser. Brasil, escuta hoje esse clarim que o conclama a um grande destino histórico. E o que nós faremos diante desse grande chamado? E o que nós diremos quando nossos netos perguntarem: “O que vocês estavam fazendo em 2019, quando tiveram oportunidade de mudar o Brasil? O que vocês estavam fazendo em 2019, enquanto esse Brasil em transformação teve a oportunidade de contribuir para transformar o mundo”?

Estamos trabalhando. Aqui no Itamaraty, estamos trabalhando pelo crescimento econômico, pela capacitação tecnológica, pela segurança, pela democracia, pela soberania nacional, pela dignidade humana e pelos valores fundamentais do povo brasileiro. Esse é o nosso horizonte. Todas as ações que vínhamos tomando nesses últimos meses apontam de maneira coerente no sentido dessas prioridades. Estamos avançando em

todas elas. Fechamos acordos com grandes economias e grandes centros tecnológicos do mundo e estamos a ponto de fechar outros. Recuperamos o processo de integração regional; reavivamos parcerias essenciais para o reforço de nossas defesas e de nossa capacidade de enfrentar o crime; ajudamos de maneira decisiva a criar uma marcha irreversível rumo à democracia na Venezuela e em toda nossa região; defendemos o direito à vida nas Nações Unidas; promovemos a liberdade econômica, ao engajar-nos, por exemplo, no processo de reformas da OMC; levantamos a voz pela liberdade religiosa e pela liberdade de expressão. Nossos interesses unidos aos nossos ideais, somente assim seremos alguém no mundo.

Eu gostaria de deter-me um pouco, por um momento, em um tema específico, o tema da Venezuela. O mundo todo tem hoje os olhos postos na Venezuela, porque ali se dá um combate entre a democracia e a opressão, entre a verdade e o cinismo. O ressurgimento da Venezuela em torno de uma esperança de democracia, configurada pelo seu presidente encarregado, se deve fundamentalmente a um esforço diplomático democrático, a um esforço dos países democráticos das Américas, reunidos no grupo de Lima. O Brasil participou e participa intensamente desse esforço, decisivamente desde os primeiros dias deste governo. Este governo se identificou com a causa da democracia e da verdade na Venezuela. Isso está claríssimo, e é muito triste ver pessoas no Brasil torcendo pela tirania, pelo cinismo, apenas para ver este governo se dar mal. Absoluta falta de ideais diante do tema Venezuela, às vezes, é algo que me espanta, por parte da imprensa e de comentaristas sobretudo, mas não há de ser nada.

Essa nossa política externa, isso eu garanto, não recua diante do primeiro

obstáculo nem da primeira crítica, nem da segunda, nem da terceira, nem da milionésima. O que nos move é uma convicção muito simples e profunda. Estamos fazendo o que é certo. O que nos move é a esperança dos brasileiros e dos nossos vizinhos. Ainda ontem eu escutava de uma ativista pró-democracia de um país sul-americano a seguinte frase: “o governo Bolsonaro é a grande esperança da democracia em toda América do Sul, estamos rezando todo os dias pelo seu presidente”. Isso não é a avaliação de um especialista de Relações Internacionais que poderia aparecer na *The Economist* ou na *Foreign Affairs* ou em algum periódico brasileiro. Isso é um grito rasgado de fé e de esperança de alguém que sente, na carne, os efeitos da tirania, de alguém que anseia pela liberdade, não como um modelo teórico em um seminário de sociologia, mas a liberdade como o dom da vida. Estamos construindo nossa política externa a partir desse compromisso com a democracia na nossa região, desse compromisso com a liberdade, liberdade de carne e osso. Somente a liberdade, bem fundamental do ser humano, dará sentido aos nossos demais objetivos.

Senhor presidente, eu acho que se perguntarem a qualquer brasileiro se quer um novo Brasil, um Brasil mais próspero e feliz, essa pessoa dirá imediatamente que sim. Se quer um país transformado, dirá que sim. Se quer um Brasil diferente do que era nos últimos anos e décadas, exclamará, sem pestanejar, que sim. Mas se perguntarmos se querem uma Política Externa diferente, muitos dirão: “Ah não, aí não. Queremos uma Política Externa igualzinha”. Igual, igual à dos últimos 40 anos, esse período que gerou estagnação econômica, desemprego, desindustrialização, corrupção galopante, criminalidade, ineficiência, colapso da educação, dos serviços públicos, tudo isso, queremos mais do

mesmo? Não. Não teremos um Brasil diferente com uma Política Externa igual, pois a Política Externa é um terreno essencial para o avanço da nação. Precisamos de uma Política Externa que escape ao mundo repetitivo e fechado dos tautólogos, precisamos de uma Política Externa que ajude a mudar o Brasil, simplesmente isso.

Bem, hoje também é um dia de homenagens, sobretudo um dia de homenagens. Queria homenagear inicialmente todos os professores do Instituto Rio Branco que formaram essa turma, e continuam formando as novas turmas, alguns dos quais inclusive foram meus professores tantos anos atrás e a quem tanto devo. Devo homenagear a diretora do Instituto Rio Branco, embaixadora Gisela Padovan, pelo seu trabalho na frente desta instituição de referência. Quero homenagear os familiares dos formandos, aconselhando que se preparem, porque, se os seus filhos, maridos, esposas, seus pais que agora se formam conseguirem, nessa luta, nesta aventura a qual os convoco nem tudo serão rosas para vocês familiares. Vocês sofrerão ao lado deles, e eles somente suportarão a luta se tiverem vocês ao seu lado, como eu tenho o privilégio de ter ao meu lado a minha família, especialmente a minha mulher, Maria Eduarda, aqui presente, sem cujo amor e apoio eu não estaria aqui. E não teria forças para a imensa tarefa que o senhor me atribuiu, senhor presidente. Quero homenagear a paraninfa, embaixadora Eugenia Barthelmess, com seu espírito de dedicação, sua grande capacidade de trabalho, seu patriotismo e sua integridade e qualidades que bem conheço e admiro, desde que convivemos em turmas contíguas no Instituto Rio Branco.

Quero homenagear e enaltecer a figura da patrona da turma, Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, pessoa de

extraordinária coragem e princípios, que salvou inúmeros judeus durante a Segunda Guerra Mundial. É uma belíssima escolha de patrona. Mostra a consciência dessa turma de que a diplomacia não significa ficar em cima do muro, diplomacia não significa ficar assistindo aos grandes embates da humanidade, esperando para ver quem ganha e aí aderir ao vencedor. Diplomacia precisa ter sangue nas veias. E, com Aracy, quero homenagear todos os combatentes da liberdade e todos os que sofrem perseguição na Venezuela e em todos os lugares do mundo. Falando de Aracy, este também é o momento de anunciar que, em breve, o Itamaraty estará apresentando ao presidente a proposta de criação do Instituto Guimarães Rosa, entidade que será encarregada de promover a língua, a cultura e a produção criativa do Brasil no exterior, cujo nome homenageia justamente o marido de Aracy, o diplomata e escritor João Guimarães Rosa, cuja inesgotável aventura criadora nos recorda também que a diplomacia é, entre outras coisas, um projeto literário no mais alto sentido e simboliza a permanente reinvenção e redescoberta das nossas raízes e da nossa alma.

Eu gostaria de encerrar, se me permitem, citando o Evangelho. Quando diz: “a pedra que os construtores rejeitaram, essa pedra tornou-se a pedra angular do edifício”. De fato, a pedra que os órgãos de imprensa rejeitaram e a mídia rejeitou, e a pedra que os intelectuais rejeitaram, a pedra que tantos artistas rejeitaram, a pedra que tantos autoproclamados especialistas rejeitaram, essa pedra tornou-se a pedra angular do edifício, o edifício de um novo Brasil. Esse raio vívido de amor e de esperança que à terra desce. Senhor presidente, nós aqui do Itamaraty, formandos e formados, modernos e antigos, homens e mulheres, todos nós estamos prontos para, a partir da sua orientação e com base na pedra angular

rejeitada por tantos, mas escolhida pelo povo brasileiro, ajudá-lo a construir esse novo Brasil.

Muito obrigado.

Discurso do Ministro Ernesto Araújo na Conferência “A Cooperação entre o Brasil e a África”, por ocasião da celebração do Dia da África, Brasília, em 27 de maio de 2019

Boa tarde a todos.

Senhor embaixador Martin Agbor Mbeng, decano do grupo africano em nome do qual cumprimento todos os embaixadores africanos acreditados em Brasília,

Caros colegas, amigos,

Senhoras e senhores,

É uma enorme satisfação e alegria contar com a presença de todos os senhores aqui para comemorarmos juntos o Dia da África, mantendo e reiniciando uma tradição de diálogo e proximidade entre o Brasil e o continente africano nesta importante data.

Gostaria de começar assinalando que a política externa do presidente Jair Bolsonaro pretende aproximar-se do povo brasileiro e dos sentimentos que movem a nossa nação.

A maioria da nossa nação, a maioria do nosso povo se reconhece afrodescendente. Nós nos orgulhamos disso. O povo brasileiro se identifica profundamente com a África, como inclusive acabamos de ver no brilhante texto do embaixador Alberto da Costa e Silva.

Nesse momento em que o Brasil se esforça por se reencontrar consigo mesmo, isto significa necessariamente um impulso de nos reencontrarmos com

a África, que é parte indispensável da nossa essência e das nossas raízes. Num mundo justamente de desenraizamento e de homogeneização das nações, contra o qual nos insurgimos, esse reencontro com as raízes africanas da nacionalidade brasileira é absolutamente fundamental. Nós buscamos não só um Brasil mais próspero, mas um Brasil também mais autêntico e mais conectado consigo mesmo. Na parceria com a África, nós queremos refletir essa mesma disposição, combinando o trabalho com a nossa identidade e a promoção de nossas relações econômicas e em tantos outros domínios. Entre nós, brasileiros, a África está presente na língua, na cultura, na religião, na dança, no DNA. O Dia da África, portanto, é também um pouco um dia nosso, do Brasil, se é que posso ousar dizê-lo. A África tem lugar sólido no edifício da nacionalidade brasileira.

Esse Dia da África, que acaba de transcorrer, celebra um movimento de caráter libertador. Refere-se à criação da Organização da Unidade Africana, em 25 de maio de 1963. Desde então, a organização, que em 2002 se converteu na União Africana, cresceu e se afirmou: acolhe hoje dezenas de estados e desempenha papel central no reforço da institucionalidade do continente. Os países africanos aprenderam que caminhar unidos é a forma mais eficiente para realizarem seus objetivos – unidos, mas soberanos, dando um exemplo ao mundo, inclusive ao nosso esforço de integração na América Latina e na América do Sul.

O dia 25 de maio marca, dessa forma, a celebração dos mais caros valores regionais dos quais compartilhamos: a soberania, a igualdade entre os estados, a solidariedade e a integração regional em prol da construção de um destino comum – sem que, com isso, sejam feridas a liberdade e a dignidade de cada

povo. É nesse espírito de liberdade que nos reunimos aqui hoje.

Gostaria de falar um pouco sobre o tema do comércio. Desde o início dos anos 2000, o mundo assiste ao “renascimento africano”. A África é polo econômico em ascensão, com grande atração de capitais e taxas de crescimento econômico em muito superiores à média mundial.

Entre 2000 e 2010, o continente apresentou 5,4% de crescimento anual do PIB, enquanto a média mundial foi de aproximadamente 3% no mesmo período. Para 2018 e 2019, estima-se que o crescimento econômico anual africano seja superior a 4%, número invejável, enquanto a economia global deve crescer em torno de apenas 3%.

Diante desses números vemos que estamos muito longe de realizar o potencial de comércio entre o Brasil e o continente africano.

Nossas trocas econômicas devem estar à altura das nossas relações firmemente ancoradas na história e num patrimônio cultural compartilhado. A África constitui mercado consumidor em clara expansão, com o qual o Brasil compartilha a vasta área comum do Atlântico Sul.

Nos últimos anos, após sensível redução na corrente de comércio entre Brasil e África, verificada em 2016, experimentamos uma fase de ainda modesta recuperação. Em 2017, as trocas foram da ordem de 14 bilhões, quase 15 bilhões de dólares. Em 2018, alcançaram novamente 14,7 bilhões de dólares. Precisamos trabalhar para redinamizar as nossas trocas comerciais, a partir desse patamar.

O perfil do comércio entre Brasil e África não corresponde mais ao de outros tempos, antes marcado por exportação de bens industrializados por parte do Brasil e importação de

produtos primários com origem nos países africanos.

Em 2018, manufaturados e semimanufaturados corresponderam a 58% das exportações brasileiras e 53% das importações brasileiras provenientes da África. É um novo quadro, que nos traz novos desafios, dentro do qual queremos e podemos atingir muito mais.

Seguindo o espírito do recém-firmado Acordo Continental Africano de Livre Comércio, queremos mais acordos comerciais. Já temos dois tratados em vigor que demonstram esse potencial, e queremos expandir essa dimensão. Temos o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito – país para onde se destinam atualmente 26% [US\$ 2,13 bilhões] de todas as exportações do Brasil para a África– e o Acordo de Comércio Preferencial [ACP] Mercosul-SACU [União Aduaneira da África Austral].

Quero enfatizar que, na nova visão de política externa que estamos implementando, a dimensão econômica e comercial das relações Brasil-África é fundamental. Convido nossos parceiros africanos a continuar a dialogar com o Brasil sobre formas e opções para aumentarmos o nosso comércio, para diversificá-lo, bem como para ampliarmos os investimentos de lado a lado, sempre com a participação crucial do setor privado.

O governo brasileiro tem toda a disposição para trabalhar com a iniciativa privada com o propósito de ampliar o fluxo de investimentos em direção à África. Vamos trabalhar com o objetivo de que estejam dadas as condições para empresas africanas e brasileiras investirem lá e cá.

Atualmente, os investimentos do Brasil na África concentram-se, principalmente, nos ramos da construção civil, agronegócio,

mineração e petróleo, tendo como principais parceiros em investimentos Angola, África do Sul e Nigéria.

Mas também há significativos investimentos africanos no Brasil, fato desconhecido por muitos brasileiros. Esses investimentos acontecem nos mais diferentes campos – da produção de petróleo e fertilizantes até à extração e o transporte do minério de ferro, passando pelo mercado editorial e pela ligação, por cabo submarino de fibra ótica, entre os nossos continentes.

Nesse campo dos investimentos, como nos outros, queremos uma relação entre iguais, equitativa, explorando os diferentes modelos, conforme as necessidades e características de cada parceiro.

Senhoras e senhores,

Canal privilegiado de diálogo entre o Brasil e a África é a União Africana. Enxergamos a União Africana como a janela pela qual os vários aspectos do continente se mostram ao mundo, na forma de uma só entidade e um ponto privilegiado para o exame das principais questões africanas.

A União Africana representa importante espaço de divulgação de projetos de alcance continental, como a área de livre comércio continental ou o passaporte continental unificado. Essas amplas e ambiciosas propostas apontam para uma vontade política voltada para a construção e o fortalecimento da arquitetura de coordenação e de cooperação africana. Complementarmente, instrumentos como a observação eleitoral, a garantia do resultado dos pleitos e o apoio ao funcionamento regular das instituições dos países-membros, têm contribuído para a prevenção de conflitos e o reforço da institucionalidade do continente, trabalho que muito admiramos.

Em abril, ainda de 2018, em reunião com autoridades da União Africana, em Adis Abeba, nós reiteramos a importância estratégica que atribuímos a essa relação com a União Africana, e ao continente africano de modo geral, na política externa brasileira. Um compromisso que agora nós reafirmamos. Queria nesse momento reiterar a proposta então feita de criação de um mecanismo de consultas políticas regulares entre Brasil e a União Africana.

Senhoras e senhores,

Gostaria de falar de maneira muito especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, cuja presidência no momento é de Cabo Verde, e que constitui importante elo de ligação entre o Brasil e o continente africano.

Seis dos nove membros da CPLP são países africanos, cuja língua comum é base sobre a qual se constrói a comunidade. A CPLP é um símbolo do valioso patrimônio humano, linguístico e cultural que nos une, do princípio da igualdade soberana entre estados e do forte adensamento das nossas relações em todos os domínios.

A partir dos três pilares da CPLP – a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa –, surgem iniciativas concretas de cooperação e apoio em casos de crise, estreita coordenação dos nove países nos foros multilaterais, em questões como segurança alimentar e energética e construção da paz em situações pós-conflito.

Também é importante destacar a presença da CPLP no acompanhamento de processos eleitorais de estados-membros, sempre a pedido destes. O Brasil integrou todas as missões de observação eleitoral da Comunidade – cerca de 30 até hoje – desde que elas

foram instituídas, tendo sido a mais recente aquela realizada na Guiné-Bissau em março corrente. Na visão brasileira, as missões de observação eleitoral contribuem para o desenvolvimento institucional em bases democráticas dos Estados membros.

A experiência da CPLP – como também a da União Africana – demonstra que os povos e as nações são mais fortes quando se unem.

A exemplo da CPLP, nos foros multilaterais, com frequência, o Brasil e a África convergem em posições relativas a temas como a promoção da segurança alimentar, a criação de mecanismos de defesa do sistema financeiro internacional contra crises, o fortalecimento dos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento e a liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas.

Aproveito a oportunidade para felicitar as nações africanas, que indicarão o presidente da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, desde já garantindo que o candidato que seja endossado pela União Africana para essa notável função terá o apoio do governo brasileiro.

No setor de defesa, nós compartilhamos visões similares, na medida em que acreditamos que a maior estabilidade de nossas regiões possibilita o desenvolvimento de nossos povos. Por isso, cooperamos de maneira intensa nessa área de defesa e segurança.

Mantemos acordos-quadro de cooperação em defesa com 12 estados africanos, que nos permitem compartilhar ideias, treinamento, doutrina militar e tecnologia.

Nossas Forças Armadas enviaram e receberam oficiais e praças para cursos e outras atividades de treinamento. Das escolas brasileiras de formação de oficiais já saíram militares africanos que

hoje são motivo de orgulho para seus países e para o Brasil.

Várias forças aéreas da África já utilizam aeronaves Super Tucano da Embraer. Também cooperamos com países africanos na implantação de sistemas de controle terrestre, aéreo e naval.

Outro importante aspecto é a cooperação técnica em matéria de defesa, que inclui pesquisa tecnológica e venda de material de alto valor agregado, área bastante frutífera e que permanecerá muito promissora.

Nesse sentido, destaca-se o desenvolvimento conjunto de tecnologia de mísseis com a África do Sul: o projeto do míssil ar-ar de quinta geração “A-Darter” está em fase final de testes.

Mantemos ainda importantes projetos de cooperação naval com países africanos, até mesmo por meio do estabelecimento de missões navais. Formamos mais de mil militares da Marinha da Namíbia em escolas navais brasileiras, o maior contingente de oficiais estrangeiros já capacitados no Brasil. A Missão Naval do Brasil na Namíbia contribuiu, ademais, para a criação do Curso de Formação de Marinheiros na Base de Walvis Bay.

Ainda outro exemplo de cooperação naval é a manutenção de um oficial da Marinha do Brasil no Centro inter-regional de coordenação entre os países do Golfo da Guiné, no Cameroun.

A África Ocidental, é importante assinalar, compartilha com o Brasil o Atlântico Sul, espaço que faz parte do “entorno estratégico” brasileiro. Nesse sentido, a intensificação da cooperação com o oeste do continente africano contribui para a consolidação de uma área de paz e estabilidade.

O governo brasileiro acredita na importância da coordenação de

esforços para a prevenção e o combate à pirataria, ao tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, à pesca ilegal e outros ilícitos transnacionais no Atlântico Sul.

No Golfo da Guiné, participamos, pela sexta vez, nas atividades da “Operação Obangame Express”, com o navio-patrolha oceânico “Araguari”, da Marinha do Brasil. O exercício envolve diretamente os 16 países do Golfo da Guiné, desde Senegal até Angola, e é patrocinado pelo Comando Militar dos EUA para África [AFRICOM] e facilitado pelas forças navais norte-americanas para Europa e África [“US Naval Forces Europe/Africa”].

Bienalmente, participamos dos exercícios navais IBSAMAR, que contaram com a participação da corveta Barroso, em 2018, gerando aproximação e intercâmbio de experiências entre as Marinhas do Brasil, da África do Sul e da Índia.

O Brasil acredita que exercícios conjuntos como esses capacitam forças de defesa brasileiras e africanas a incrementar seu grau de interoperabilidade e a fazer com que nós nos apropriemos da nossa própria segurança.

Além da cooperação em defesa, a cooperação técnica também é instrumento privilegiado para o adensamento das relações do Brasil com a África: intensifica nossos laços políticos, econômicos, sociais e culturais.

Focamos no desenvolvimento de capacidades, ou seja, na identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para a concepção e a implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento.

Nos últimos vinte anos, o Brasil realizou 677 projetos de cooperação técnica com os mais diversos países africanos, destacadamente nas áreas de saúde, agricultura, pecuária, pesca, educação e formação profissional.

Notabiliza-se aqui o trabalho da Agência Brasileira de Cooperação, ABC, que, desde 1987, presta cooperação técnica como instrumento de desenvolvimento de países irmãos – entre eles, muito especialmente, os países africanos.

Atualmente, encontram-se em vigor 32 acordos de cooperação técnica entre o Brasil e países do continente e 78 projetos de cooperação técnica em andamento com a África.

Pretendemos que esses projetos se orientem cada vez mais pelas prioridades políticas definidas por nossos parceiros africanos. Queremos trabalhar para aquilo que é importante para os africanos.

Eu digo sempre que os diplomatas não devem fazer coisas que são apenas importantes para outros diplomatas, mas coisas que façam a diferença para pessoas comuns e para a realidade concreta de seus países, e queremos aplicar isto às relações com o continente africano. Queremos escutá-los e saber quais são as suas prioridades e, para isso, é extremamente valiosa essa oportunidade que temos aqui hoje. Já tive a oportunidade de escutar com enorme interesse e atenção as palavras do embaixador do Cameroun, Martin Agbor Mbeng, que já apontam diferentes ideias para o aprofundamento dessa cooperação e terei enorme prazer em escutar outras ideias de vossas excelências. Essa preocupação ilustra o interesse brasileiro fundamental em contribuir para o desenvolvimento econômico e social da África.

Essa cooperação técnica brasileira reveste-se, como sabem, de variados formatos.

Temos um lugar cada vez mais importante para a cooperação trilateral, com países desenvolvidos, que já resultou em inúmeros projetos, como a parceria com a Alemanha para o melhoramento do plantio do caju em Gana, para dar um exemplo, ou com o Japão para o fortalecimento do Sistema de Resposta ao HIV e SIDA em Moçambique, ou ainda no combate à lagarta do cartucho em inúmeros países africanos, em parceria com os Estados Unidos.

No âmbito da cooperação trilateral com organismos internacionais, cabe destacar o programa para o apoio no desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar, implementado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos por meio do Centro de Excelência contra a Fome, em Brasília.

No que diz respeito à cooperação com a CPLP, quero destacar aqui o programa de Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP, mais um exemplo das perspectivas da nossa cooperação.

Queria ressaltar também a perspectiva de aumento da nossa cooperação cultural. Como sabem, estamos criando um novo instituto, o Instituto Guimarães Rosa, para promoção da cultura brasileira no exterior, que permitirá uma presença mais estruturada do Brasil nessa área da cooperação cultural, e onde um destaque muito especial caberá à nossa cooperação com a África.

Nossa cooperação também toma a forma de resposta humanitária, a fim de contribuir para mitigar o sofrimento de populações em situações vulneráveis.

A propósito, gostaria de manifestar nossa solidariedade com Moçambique, Malawi e Zimbábue, onde o ciclone tropical Idai causou centenas de mortes, destruição e desalojamentos, que tanto lamentamos.

A resposta humanitária do Brasil, até o momento, materializou-se no fornecimento de imagens de satélite das regiões afetadas pelo ciclone, o envio de dois aviões de transporte Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB), com duas equipes de 20 especialistas em busca e salvamento, com carga de medicamentos e insumos básicos de saúde. O governo brasileiro também ofereceu contribuição com recursos – inclusive por meio da CPLP – para ações de mitigação e reconstrução.

No início de maio, nossa equipe humanitária brasileira, com efetivo de 29 especialistas, partiu para Moçambique, substituindo as anteriores e dando continuidade à assistência às vítimas dos ciclones.

Falando agora, e para terminar, do futuro das relações entre o Brasil e a África. Gostaria de dizer que o Brasil quer ser parceiro da África no desenvolvimento vertiginoso que atravessa o continente africano. Obras de infraestrutura e produção de alimentos se intensificam à luz da rápida urbanização que perpassa os países africanos. Podemos contribuir com capacidade técnica em infraestrutura e urbanismo, tendo em conta que compartilhamos muitos dos desafios que a África enfrenta e enfrentará.

Queremos participar da revolução agrícola pela qual passará a África, com nosso “know-how”, maquinário e programas de capacitação. Nos campos do urbanismo, infraestrutura e agronegócio, podemos empreender processos de transferência de tecnologia que proporcionem ganhos para o lado

africano, em termos de desenvolvimento, bem como para o lado brasileiro, em termos de conquista de mercados.

Busquemos, juntos, construir um arcabouço jurídico que proporcione previsibilidade aos negócios entre brasileiros e africanos por meio, por exemplo, de novos acordos de cooperação e facilitação de investimentos. Ampliemos nosso trabalho conjunto no campo da defesa por meio de pesquisa compartilhada, capacitação de recursos humanos e transferência de conhecimentos. Fortaleçamos a cooperação educacional e cultural no contexto dos programas de intercâmbio de graduação e pós-graduação e no contexto do novo instituto ao qual me referia há pouco.

Senhoras e senhores,

Como os senhores que vivem aqui em Brasília sabem, o Brasil passou, nos últimos anos, por uma de suas maiores crises econômicas da sua história, marcada por desafios políticos, sociais e, não menos importante, desafios de natureza ética.

Estamos inaugurando um novo tempo político, em que os valores da transparência, da honestidade e da liberdade nos guiam. É sob essa ótica que buscaremos promover mais comércio, mais investimento e mais desenvolvimento para os nossos povos. Queremos reconquistar para o Brasil um lugar de destaque no mundo, um lugar que acreditamos ser o nosso destino, e esse trabalho passa muito especialmente pela construção de uma parceria vibrante e sólida com a África.

Agradeço novamente muito a presença de todos, e convido todos a passarmos para o debate e a troca de ideias.

Muito obrigado.

Discurso do Ministro Ernesto Araújo na solenidade comemorativa do 30º aniversário da Embrapa Territorial – Campinas, 30 de maio de 2019

Boa Tarde,

Ministra Tereza Cristina, Ministro Fernando, Ministro Ricardo Salles, Deputado Alceu Moreira, em nome de quem saúdo todos os parlamentares presentes, Secretário de Agricultura de São Paulo, Gustavo Junqueira, Presidente da Embrapa, Sebastião Barbosa, Chefe-geral da Embrapa Territorial, Evaristo Miranda, Senhores Oficiais Gerais, ex-ministros. Quero saudar de maneira especial Dom Luiz Philippe de Orléans e Bragança, em nome de quem saúdo todos os demais presentes.

É uma enorme alegria e uma enorme honra estar aqui nesta tarde. Minha primeira observação é de que, além de uma nova sala de situação, a Embrapa Territorial precisa de um novo auditório para acomodar toda a enorme atenção que, justamente, ela atrai.

A Embrapa, como todos os senhores sabem, ao longo desses 46 anos, tem sido uma instituição central na transformação do Brasil. Passamos de importador líquido de alimentos dos anos 70 a um dos celeiros do mundo. E se nós temos hoje essa ação, como temos, de transformar o Brasil em um dos grandes do mundo, em uma potência em escala mundial, uma potência trabalhando pela democracia, pela liberdade, pela dignidade humana, isso não seria possível sem o agro, sem essa base do agronegócio, onde o Brasil já é uma potência mundial. Esperamos que, com novas Embrapas, novas ideias, novos esforços como esse, nós

consigamos realmente alcançar esse sonho.

Agradeço muito ao Doutor Evaristo por ter mencionado a iniciativa que nós tivemos da criação do Departamento do Agronegócio, de Promoção do Agronegócio dentro do Itamaraty, isso é parte de um esforço de concatenação de todo o governo brasileiro. No Itamaraty, que tem interface com praticamente todas as áreas do governo, nós procuramos que haja um perfeito encaixe, uma perfeita coordenação, através de diferentes áreas do Itamaraty, com todas as áreas do governo, mas o Agro realmente tem um caráter fundamental e está muito presente no nosso coração, de todos os diplomatas brasileiros e do Itamaraty. Isso também é simbolizado pela presença, aqui, de quatro ministros da equipe, esse esforço extraordinário que o Presidente Jair Bolsonaro tem tentado implementar, e conseguido, de criar um governo que trabalhe em equipe, que trabalhe com uma estrutura harmônica. Isso a gente sabe que não é fácil no Brasil, não é, infelizmente, a tradição do Brasil. Não por falta de tentar, mas acho que, finalmente, nós estamos conseguindo ter esse caráter de um governo que trabalha em equipe, isso é também fundamental para as transformações que incumbem a todos nós.

Quero mencionar de maneira muito especial, que nessa semana, essa minha presença aqui muito me honra. Ontem, estive na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e [tive ocasião] de dizer a um deputado que recordava que, pelo menos nas últimas duas ou três legislaturas, é a primeira vez que um ministro das Relações Exteriores fala na Comissão de Agricultura. Tenho tido um diálogo muito frequente com a frente parlamentar do agronegócio, presidida pelo deputado Alceu Moreira, [com quem] mantenho contato frequente. Enfim, para mencionar o que

isso representa, eu sou muito grato por isso, representa que o Itamaraty se sente acolhido por essa extraordinária comunidade do agro, e estamos muito honrados de fazer parte dessa comunidade tão bem representada aqui.

No caso da Embrapa territorial, que hoje completa seus gloriosos primeiros 30 anos, é fundamental mencionar que ela cumpre, de maneira extraordinária, a sua missão de gerar dados, de gerar informações sobre o uso e ocupação de terras no Brasil, garantindo a competitividade, a sustentabilidade da agricultura, da pecuária brasileira. Nós vemos que a informação é a alma da diplomacia, e portanto a informação sobre a agricultura brasileira é a alma dessa diplomacia do agro que nós estamos tentando implementar, em coordenação direta e estreita com o Ministério da Agricultura e com todas as outras esferas, Ministério do Meio Ambiente, Defesa, que têm interface com esse trabalho. Esses dados, esse trabalho todo gerado pela Embrapa Territorial é fundamental para levar ao mundo o retrato fiel do nosso agro e defender os interesses de todos os senhores ao redor do mundo, e saber [das] percepções que, às vezes por ignorância, às vezes por interesse, prevalecem em outros países, percepções distorcidas sobre o agronegócio brasileiro.

Ao visitar a sala de situação que vai ser inaugurada, tive a ideia de ter uma sala de situação também no Itamaraty, para que nós tenhamos visões estratégicas de tudo que está acontecendo nos nossos quase 200 postos ao redor do mundo, nossas embaixadas e consulados, e ver se realmente estão trabalhando pela agricultura brasileira, e tenho certeza que estão. Mas, além de informação, acho que a Embrapa Territorial usa a inspiração, uma coisa também fundamental para o nosso trabalho. E aqui entra de maneira muito especial o

trabalho do Dr. Evaristo, que, com a sua amizade, com seu entusiasmo, foi fundamental para mim, para mudar minha visão, para aprofundar minha visão, minha percepção sobre o agro brasileiro e isso permanece como fonte permanente de inspiração e de ideias para o nosso trabalho, não só para mim, mas acho que para todo o governo brasileiro. O presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, nas várias reuniões bilaterais que ele manteve durante o Fórum em Davos, com países, sobretudo países europeus, sempre entregava uma cópia do livro do Dr. Evaristo sobre o caráter sustentável da agricultura brasileira. Isso é um documento fundacional para mostrar a realidade do nosso agronegócio, um instrumento fantástico para a nossa ação diplomática. A atuação de toda a Embrapa e da Embrapa Territorial, portanto, no exterior, também, como lembrava o presidente da Embrapa, é fundamental para a nossa cooperação técnica e incumbe à Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty, transferindo, adaptando tecnologias agrícolas nacionais para a realidade de diferentes países.

Esses dias mantive também uma reunião com todos os embaixadores africanos em Brasília para celebrar o dia da África e para debater com eles ideias de cooperação e as ideias de cooperação de tecnologia agrícola surgiram sempre como um ponto central. É fundamental que o Brasil e o mundo, sobretudo o mundo, no nosso caso o congresso, reconheçam e valorizem cada vez mais as características, ao mesmo tempo eficientes e sustentáveis da agricultura brasileira. Que valorizem, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural, o efetivo monitoramento por satélite e geo-referenciamento do uso e ocupação da terra no Brasil, que valorizem os projetos de manejo integrado lavoura, pecuária e floresta. Conheçam e valorizem, também, o fato de que

apenas 30% do nosso território é utilizado para produzir alimentos, e nada mais nada menos do que 60% do território se mantém com vegetação nativa original. Isso aprendi também no período de transição, com o Dr. Evaristo. Não acreditei quando vi esses dados. Isso é pouco conhecido no Brasil, menos ainda no exterior, então a gente tem o orgulho de levar esses dados e informações ao redor do mundo. O Brasil precisa realmente atuar como a potência agrícola que é, e isso está sendo feito pela Ministra Tereza Cristina, pelo Itamaraty, pelo Ministério da Defesa, pelo Ministério do Ambiente. Todos nós, em conjunto, temos consciência disso e procuramos atuar nesse sentido, nesse esforço.

Nós promovemos o avanço das negociações, em benefício do agronegócio brasileiro, tanto multilaterais quanto bilaterais. Procuramos remover barreiras. Procuramos criar ambiente competitivo favorável às nossas exportações. Procuramos impulsionar o acesso aos mercados, uniformização de procedimentos sanitários e fitossanitários. Estamos aprofundando a participação do Brasil na OMC e em outras entidades e organizações macro, inclusive na OCDE, como os senhores sabem, estamos a um passo de começar o nosso processo de adesão, enfim, em todas essas frentes levamos com muito orgulho, com muita convicção a mensagem do agro brasileiro.

Queria, finalmente, dizer que o Itamaraty está pronto a ser parte integrante e entusiasmada dessa comunidade do agronegócio. Parabéns a todos. Muito Obrigado.

Ouçá no Soundcloud a íntegra do discurso do Ministro Ernesto Araújo por ocasião da Solenidade Comemorativa

do 30º aniversário da Embrapa Territorial: <https://soundcloud.com/itamaratygovbr/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-na-solenidade-comemorativa-ao-30-aniversario-da-embrapa-territorial>

Discurso do senhor Ministro de Estado por ocasião da abertura do Seminário sobre “Globalismo”, da FUNAG – Palácio Itamaraty, 10 de junho de 2019

Muito obrigado ao Ministro Goidanich pela introdução e pela organização deste seminário. Quero me dirigir à deputada Chris Tonietto e, em seu nome, cumprimentar todos os integrantes da mesa, todos os senhores, senhores embaixadores, colegas, e todas as pessoas interessadas nesse tema, que também nos honram aqui com a sua presença.

Eu gostaria, nesse momento que tenho para me dirigir aos senhores, compartilhar uma pequena reflexão com os senhores, sobre o tema do globalismo, a partir de uma leitura de Nietzsche. No início do livro *A Vontade de Poder*, que aliás, é um livro que dizem que não existe, pois teria sido composto a partir de fragmentos escolhidos pela irmã de Nietzsche, uma polêmica, aliás, interessante, mas o livro existe. Influenciou, como sabemos, vários movimentos, então é significativo que, logo no início de *A Vontade de Poder*, Nietzsche diz o seguinte: eu vou contar a história dos próximos duzentos anos. Vou descrever aquilo que está vindo e que não pode mais vir diferentemente – o advento do niilismo. Ele escreveu isso entre o fim de 1887 e o começo de 1888. Então, nós estamos bem dentro da segunda metade desses duzentos anos de história do advento do niilismo. O próprio conceito, em Nietzsche, é extremamente

complexo e, inclusive, a própria relação de Nietzsche com o niilismo. No mesmo prefácio de *A Vontade de Poder*, ele diz: “eu sou o primeiro niilista da Europa, mas, ao mesmo tempo, meio que já deixei de ser niilista e já superei isso”. Então, o pensamento de Nietzsche é, de certa forma, uma descrição desse fenômeno do niilismo e uma superação do niilismo. Podemos, talvez, vê-lo dessa maneira.

Nietzsche também, claro, é famoso pela frase “Deus está morto”, que aliás, não é dele. Há muitas vozes em Nietzsche e essa frase, “Deus está morto”, é pronunciada por um personagem em um determinado fragmento de *A Gaia Ciência*. É um outro problema também em Nietzsche – problema e solução, talvez – porque você nunca sabe exatamente quem está falando. Mas, enfim, essa ideia de que “Deus está morto” se tornou o postulado central de toda o pensamento posterior e, de certa forma, de toda a história posterior. Sem essa ruptura radical, a meu ver, não se pode explicar nem o marxismo-leninismo, e nem o nazi-fascismo. Ambos esses movimentos partem da rejeição de Deus, da rejeição à chamada moral burguesa, essa ordem moral centrada em Deus, que Nietzsche havia destruído de certa maneira, ou cuja necessária destruição, para uma necessária renovação, ele havia anunciado.

Evidentemente, Marx também é necessário para compreender os dois movimentos, tanto o leninismo quanto o nazi-fascismo. No livro *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels fazem, basicamente, o que faz Nietzsche, só que sem, a meu ver, a mesma sutileza e o mesmo caráter multidimensional, mas a mesma destruição das ideias da moral corrente. Eu acho que uma leitura em paralelo de *A Ideologia Alemã* e de *Genealogia da Moral*, por exemplo, de Nietzsche, seria um exercício bastante

interessante. Não tive tempo de ver se isso já foi feito e, menos ainda, tempo para tentar dedicar-me a isso. Nem competência teria. Mas, enfim, é só uma direção de pesquisa, que talvez seja interessante. O certo é que o comunismo e o nazi-fascismo dependem da morte de Deus. Dependem do fim do que eu chamaria de o antropoteísmo, que é a concepção do homem como um ser vertical, que se relaciona com Deus e que é filho de Deus. Ambos instauram um antropocentrismo radical, achando talvez que com isso estão, de alguma maneira, libertando o homem. Ambos querem rumar para alguma espécie de *Übermensch*, o homem socialista, na concepção soviética, ou a própria palavra usada pelos nazistas. Há um parentesco grande aqui. E no entanto, na verdade, nessa falsa libertação, estão escravizando o ser humano.

Aqui nós precisamos nos lembrar, também, de Dostoiévski, no *Crime e Castigo*, onde o personagem central parte da ideia de que, “se Deus não existe, tudo é permitido”. E se dá mal, nós sabemos, na história. Raskólnikov também é uma espécie, e talvez seja o indivíduo que representa toda essa história posterior do mundo, ou, pelo menos, do Ocidente. Partindo do princípio de que Deus está morto, ele enfrenta toda uma crise a partir desse momento na sua vida, e acaba voltando à fé. Mais interessante também, ou talvez tão interessante, é uma frase do psicanalista Jacques Lacan, que eu encontrei em um importante filósofo marxista, o Slavoj Žižek. Lacan, em certo momento, disse o seguinte: “se Deus não existe, nada é permitido”, embora talvez com uma dimensão diferente, pois não sei exatamente o contexto dessa frase de Lacan. Mas eu, de certa forma, me identifico com essa frase. Eu acho justamente que ela representa o reconhecimento dessa falsa liberdade trazida pela ausência de uma

ordem divina, de uma ordem moral. Essa ideia já é vista, um pouco depois, com o moralismo que está dentro do globalismo atual.

Voltando aqui ao nosso Nietzsche, a questão é: “Deus está morto”. Para um cristão, isso não é novidade nenhuma. O Cristianismo é, essencialmente, conviver com esse fato, da mortalidade de Deus, da morte de Deus e, evidentemente, da ressurreição. O próprio Nietzsche é talvez um profeta herético, mas um profeta desse renascimento. É muito interessante olhar as cartas que Nietzsche escreveu no começo do período chamado da sua loucura. Nietzsche tem um colapso, como se sabe, no dia 3 de janeiro de 1889, e nesse mesmo dia ele escreve algumas cartas, sobretudo bilhetes, para amigos e conhecidos, e em algumas delas ele assina como “O Crucificado”, *Der Gekreuzigte*. Em uma delas, ele diz “*Die Welt ist verklärt, denn Gott ist auf der Erde*”: o mundo está esclarecido, o mundo está aclarado, porque Deus está sobre a Terra. Em outra carta, que ele escreve para Cosima Wagner, ele pede que ela anuncie “*Die frohe Botschaft*” – que não é a Embaixada alegre, já que para alguns de nós isso teria um sentido diferente, aqui no mundo diplomático – mas é a Boa Nova, o Evangelho.

Em outras dessas cartas, desses bilhetes, Nietzsche assina como “Dionysos” – Dionísio – que é o principal deus dos cultos de mistérios da Grécia antiga, um deus de morte e de renascimento, frequentemente associado ao Cristo nos cultos sincréticos, ali dos séculos I, II e III. E, curiosamente, quando a gente considera a famosa oposição de Nietzsche entre o apolíneo e o dionisíaco, a tendência é vermos no dionisíaco apenas o lado da celebração da vida, da liberdade, e não a celebração do renascimento, e, portanto, o caráter, digamos, “pré-cristico”, pré-cristão, do culto de Dionísio, que a meu ver, seria

mais apropriado e mais completo. De certa forma, Nietzsche se apresenta como o próprio crucificado. Ele se entrega ao seu próprio sacrifício, pregado na cruz do seu próprio ateísmo, que é, talvez, um falso ateísmo.

Ao longo de toda sua vida, Nietzsche se entrega a esse abismo da angústia intelectual, e ele mesmo, acho, se apresenta nos seus livros mais anticristãos como uma figura talvez “paracristã” se você quiser – o “*Ecce Homo*”, “aqui está o homem”, que é como Pilatos apresenta Cristo antes da crucificação. Nietzsche anuncia o século XX e o século XXI, acredito, em muitas coisas, em muitos momentos; acho que valeria a pena ler os quatorze volumes da obra completa de Nietzsche atrás desses momentos em que ele anuncia o que nós estamos vivendo. Eu acho que tive a sorte de achar um deles aqui, justamente nos últimos textos de Nietzsche, que é de dezembro de [18]88, começo de janeiro de [18]89, portanto, nos últimos dias antes do colapso e da entrada no que se chama período da loucura. E ele diz o seguinte: “Eu trago a guerra. Não a guerra entre povo e povo. Não entre classe e classe. Eu trago a guerra entre *Aufgang* e *Niedergang* – a subida e a descida –, entre a vontade da vida e a vingança contra a vida”. Eu acho que, bom, em primeiro lugar, aqui, Nietzsche já nega de antemão aquilo que ele também, de certa forma, também anuncia, que é tanto a concepção da luta nacional, que daria origem a essa luta entre povo e povo, um pouco a origem da concepção de mundo do nazi-fascismo e nega, também, a luta de classes, evidentemente origem da concepção de mundo do comunismo. Então, talvez, nós possamos ler essa história posterior como essa luta entre o que ele chama de descida e o que ele chama de subida – “*Aufgang und Niedergang*”.

Também é interessante perguntar quem é esse “eu” que fala. Como eu disse antes, em Nietzsche a gente tem sempre que se perguntar quem é o sujeito, quando ele diz “Ich bringe den Krieg” – “eu trago a guerra”. Esse “ich” não é necessariamente ele como pessoa. É, talvez, a História, o Espírito. Aqui, a gente entra um pouco em Hegel. Enfim, é uma maneira de ler não como um depoimento pessoal, mas justamente como uma quase prosopopeia, digamos, da história posterior. Essa guerra entre a ascensão e o descenso é, talvez, a história do século XX, ou a maneira de ver a história do século XX e desse século XXI, onde nós estamos participando. Bem, nesse mesmo texto, como em muitos outros, Nietzsche prega uma quebra de todos os valores considerados sagrados, que é basicamente o que tanto Lênin quanto os nazifascistas fizeram. É o Niedergang total – a descida no homem da pura fisiologia, que é o termo que ele próprio usa nesse texto.

Ele curiosamente coloca como, digamos, o desdobramento dessa luta entre *Aufgang* e *Niedergang*, a criação de um partido. É interessante, porque isso está antes da ideia de partido único, que preside tanto os movimentos nazistas quanto nazifascistas. Ele diz “é preciso”, não é bem que é preciso, ele diz, vai descrever, digamos, quais serão os passos de como se desdobrar esse movimento. E ele diz “vai-se criar” ou “deve-se criar um partido da vida”, bom, “forte o suficiente para a grande política”. A grande política torna a fisiologia a rainha de todas as outras questões. Então, é a ideia do homem como a pura fisiologia, e um partido político totalitário para impor esse fisiologismo. Isso é o que Nietzsche prevê, ou deseja, ou prega, a gente nunca sabe, mas é isso que ele, de certa forma, anuncia. É isso que tanto, por exemplo, o partido comunista de Lênin, mais tarde, quanto o partido nacional-

socialista dos trabalhadores alemães tentam implementar. É curioso porque, no Brasil, para nós o termo “fisiologia” adquiriu, na política, um outro sentido bastante próprio, que nós todos conhecemos. Então quando Nietzsche diz, assim, “Ah! Vamos fazer da fisiologia a rainha de tudo”, o sistema político brasileiro fala: “Deixa comigo!” Bom, o que há, então, ao longo do século XX, é esse terrível mergulho da humanidade nessa noite do fisiologismo, nessa noite sem Deus. E a questão é saber se poderíamos, se um dia conseguiremos emergir desse mergulho. Bem, dessas duas ideologias, desses dois movimentos derivados, não de Nietzsche, mas dessa ideia, introduzida por Nietzsche, da morte de Deus, uma desapareceu; a outra, não. Ao longo de décadas de luta intensa, essas duas ideologias lutaram pela primazia, digamos, desse *Niedergang* no fisiológico.

E quem lutou contra essas ideologias? Basicamente, as democracias liberais, onde, ao longo do século XX, ainda subsistia algo da ordem antiga, algo da presença de Deus, mesmo que elas talvez não soubessem. Acho que nas democracias liberais, Deus nunca morreu, nunca inteiramente, justamente porque nessas democracias, havia – há – liberdade. E contrariamente ao que muito, às vezes, se fala, onde há liberdade acaba, sempre, havendo lugar para Deus. O conceito de liberdade é absolutamente central ao Cristianismo. Liberdade é uma palavra. “Liberdade” e o verbo “libertar” aparecem dezenas de vezes no Novo Testamento. No corpo das democracias liberais continuava a bater um coração conservador, onde continuava a fluir a fé, a concepção vertical do ser humano, a concepção da transcendência.

Esse amálgama liberal-conservador, ou seja, democracias liberais com economias liberais, mas com o coração

ligado à ordem divina, foi a espinha dorsal do Ocidente que lhe permitiu vencer primeiro o nazi-fascismo e, depois, enfrentar o comunismo a partir de 1945. Ao longo de toda a Guerra Fria, esse modelo aparentemente desconexo, incoerente e um pouco caótico dessa fusão entre liberalismo e conservadorismo da fé cristã acabou se impondo ao modelo totalitário do puro fisiologismo. E realmente a gente se esquece disso, desse coração conservador do Ocidente na Guerra Fria. Ronald Reagan foi uma epitome desse amálgama: com “reaganomics” e todo seu impulso liberal, ao mesmo tempo era um homem de profunda fé, que colocava essa fé na sua concepção política, e de enfrentamento do mundo socialista, que ele, ao contrário de seus predecessores, não teve problema em chamar de mal, de mal absoluto.

Outra figura importante nesse momento, da qual a gente também se esquece, é o Papa João Paulo II – São João Paulo II – que atuou politicamente na superação desse inimigo fisiológico, o comunismo. [Atuou] politicamente, mas a partir da sua fé profunda. Tive oportunidade de falar um pouco disso na Polônia, onde estive há pouco tempo: o caráter conexo dessas duas dimensões da atuação de João Paulo II.

O problema é que, depois de 1989, justamente com a vitória desse Ocidente, dessa linha liberal-conservadora, alguém achou que não precisava mais do coração conservador, da fé cristã no centro das democracias liberais. Alguém falou assim: “Vencemos, a economia de mercado e a democracia representativa agora se espalharão pelo mundo todo. De Deus ninguém precisa, isso é uma relíquia da Idade do Bronze”. Resolveram expulsar Deus do coração da sociedade liberal e deixaram Deus do lado de fora, ali no frio.

Não se deram conta, mas há muito o comunismo vinha-se preparando para ocupar a sociedade liberal por dentro, com a teoria de Gramsci, com a Escola de Frankfurt, com a Revolução Cultural dos anos 60. E, com essa abertura no coração da sociedade liberal, que expulsa Deus, o caminho ficou livre para que o marxismo cultural, o gramscismo, como quer que se chame, ocupasse o coração da sociedade liberal, que tinha sido deixado vazio. Isso é o globalismo, o momento em que o comunismo, o fisiologismo, o gramscismo, como quer que se chame, ocupa o coração que tinha sido deixado vazio da sociedade liberal.

É interessante porque se passam exatamente 100 anos, um século exato entre esse momento do final da vida produtiva de Nietzsche, o momento do início da sua loucura, em que se anuncia como crucificado, e a queda do Muro de Berlim, entre 1889 e 1989. Durante esses 100 anos, a sociedade liberal tinha sido, meio sem o saber, o baluarte da *Aufgang*, da concepção da transcendência, da concepção vertical do ser humano, como um ser não só material, mas também espiritual. Infelizmente, do nosso ponto de vista, nesse momento – em 1989, ou por aí –, meio inconscientemente, a sociedade liberal se entrega à *Niedergang*, ao fisiologismo, porque acha que a disputa da Guerra Fria havia sido uma disputa puramente econômica e que a vitória do modelo econômico capitalista era tudo que era preciso para essa vitória final.

Não foi vitória coisa nenhuma, foi, de certa forma, uma derrota cujos efeitos estamos vivendo até este momento. Não perceberam que, por trás desse debate, dessa disputa entre modelos econômicos e políticos, estava aquilo que Platão chamava, e que Heidegger recupera, “*gigantomachia peri tes ousias*”, a gigantomaquia, a grande luta pela

essência do ser humano. Isso estava em jogo.

O historiador e filósofo francês Marcel Gauchet criou o termo de desencantamento do mundo, “le désenchantement du monde”, para falar de todo esse percurso da sociedade democrática, que aos poucos, a partir do século XVIII vai livrando-se, desfazendo-se da ideia de Deus. O que era esse encantamento do mundo? Era justamente a presença de Deus.

Hoje, ao longo do debate e do seminário, os palestrantes vão falar de alguns, talvez de todos os instrumentos dessa inserção do fisiologismo (chamemos assim, para continuar usando esse termo) dentro do coração da sociedade liberal, que, a meu ver, constitui a definição do globalismo.

Para mencionar alguns dos instrumentos que identificamos: o desconstrucionismo linguístico talvez seja o principal, que é a separação entre a palavra e a realidade, que também pode ser chamado de nominalismo, embora não seja exatamente o conceito da filosofia medieval de nominalismo, mas, enfim, a elevação de determinados conceitos, de determinadas palavras a um caráter absoluto onde já que não se dialoga com a realidade. A ideologia de gênero, acho que também vai ser um tópico aqui. O que eu chamo de “racialismo”, que é a concepção da sociedade dividida em raças, a volta – algo tão lamentável – do conceito de raça como algo que seja substrato da formação da sociedade. E o ecologismo, por diferença da ecologia, quer dizer, o ecologismo é, digamos, a ecologia transformada em ideologia, ou seja, mais um desses exemplos onde determinada área de atividade, de pensamento, deixa de ter contato com a realidade e se torna algo que extrapola, algo abstrato que não é mais objeto de debate, que tem que ser implementado sem debate. Então é fundamental, acho,

fazer essa distinção entre ecologia, ou a dimensão ambiental, no seu caráter legítimo, e o “ecologismo”, o ambientalismo como uma ideologia.

E todos esses instrumentos pressupõem a ausência de Deus, pressupõem a horizontalidade do ser humano. E, ao mesmo tempo – e algo que previa Nietzsche – eles criam um novo moralismo, criam uma nova moral, um moralismo férreo, um mecanismo de opressão psicológica. Nietzsche previa isso nesse desdobramento do niilismo, que o niilismo não levaria a uma ausência de moral, mas a uma tentativa de recuperação de uma moral, mas já sem a base numa ordem divina, numa ordem estruturada. Então, é curioso, porque no ápice, mais ou menos, que nós estamos vivendo, de todos esses movimentos, que em tese partem de movimentos libertários, nós temos, cada vez mais, um caráter opressivo, coisas que você não pode falar, coisas que você não pode fazer, um moralismo inclusive no campo sexual, em que hoje um homem olhar para uma mulher já é tentativa de estupro. Isso é um moralismo muito mais pesado que aquele que se criticava no século XIX, na época vitoriana.

O globalismo tenta formular, de maneira canhestra, uma espécie de nova religião, com esses pseudo-valores, esses conceitos legítimos, mas que são extrapolados e transformados em ideologia – como direitos humanos, como tolerância, como a proteção ambiental, por exemplo. Isso é uma resposta ao deserto de valores que surgiu nesse avanço do niilismo, onde se perdeu o conceito de propósito, o conceito de unidade e o conceito de verdade. Isso também é uma tríade nietzschiana. Ele disse que isso iria acontecer, que se perderiam esses três pilares, digamos, do conceito anterior, da moral baseada num conceito divino. E o globalismo começa a inventar falsos

inimigos para defender algo, para ter a sensação de defender algo e se dotar de algum tipo de sentido de propósito, de unidade e de verdade. Mas existe um problema nessa criação de uma pseudo-religião globalista, que é o seguinte: que tudo isso pressupõe que o homem, que o ser humano é a medida de tudo, pressupõe uma espécie de humanismo, só que, ao fazer isso, o globalismo se dá conta de que ele abre a porta para algum tipo de retorno de Deus, porque colocar o homem como valor supremo leva a indagar de onde vem esse valor supremo do ser humano. Só pode vir de algo acima dele e isso o globalismo não admite.

Então, é curioso, porque se cria um estranho humanismo, que é um humanismo que desmerece o homem, e equipara o homem à máquina. Então, nós estamos vendo hoje, é interessante toda a discussão da inteligência artificial, onde normalmente se fala: “bom, a inteligência artificial é a máquina aprendendo a pensar como o ser humano”. Ok, na verdade, o que está acontecendo é o contrário – e isso é o programa globalista – é o ser humano aprendendo a pensar como máquina, é a mecanização do ser humano. Os teóricos da singularidade, que seria o momento em que a inteligência artificial vai superar a inteligência humana – aquele Kurzweil, um escritor americano, disse que deve acontecer por volta de 2050, quer dizer, seria mais ou menos no final dos duzentos anos de Nietzsche, acho que nós estamos nos aproximando disso, mas, na verdade, não é o momento onde a máquina aprenderá, como eu digo, a pensar como o homem, é mais o contrário, será o momento onde nós seremos forçados e passaremos a ser subjugados pela nossa própria concepção mecanicista do pensamento humano.

Bom, acho que já falei bem mais do que eu devia. Acho que estamos nesse

momento de uma recomposição e de uma tomada de consciência que está em jogo, o que é essa gigantomaquia e de como nós estamos nos comportando diante dela. Então, quer dizer, qual é o grande desenho, digamos, que eu procurei formular aqui? Bom, a gente parte do conceito de que Deus está morto; daí surge o fisiologismo como estrutura filosófica, digamos assim, de organização de uma sociedade sem Deus; surgem duas ideologias baseadas nisso, elas se digladiam, uma delas sobrevive. E o liberalismo que as enfrenta, porque preserva um núcleo de fé e de antropoteísmo, esse liberalismo com Deus no centro, inicialmente triunfa sobre o fisiologismo, mas acha que foi um triunfo meramente econômico e dispensa Deus do seu centro. Aí surge o globalismo. E o globalismo é o niilismo, basicamente. Globalismo é a consolidação daquele niilismo previsto por Nietzsche, ou seja, é a sociedade liberal ateia submetida aos mecanismos de controle daquele núcleo gramscista ou comunista ou fisiologista, como chamemos.

E nós talvez estejamos começando a viver um novo momento, um momento central desse conflito entre *Aufgang* e *Niedergang*, onde nós tentamos reintroduzir Deus nessa cidadela da sociedade liberal, em substituição a esta religião ateia do politicamente correto. Eu acho que um momento simbólico desse movimento – movimento no qual o Brasil (isso a gente pode discutir depois, já esgotei meu tempo aqui) tem um papel fundamental –, um momento simbólico, é no último Fórum Mundial de Davos, onde, no discurso de abertura, o presidente Bolsonaro, no final, falou de Deus. Falou de Deus. Eu não sei, não fui pesquisar, mas eu acho que provavelmente foi a primeira vez em que um chefe de Estado fala, usa a palavra Deus, acreditando nele, sobretudo no Fórum de Davos! Eu imagino as pessoas ali tendo que olhar

no dicionário – assim, “o que significa esse nome?” – em um momento, realmente, de certo desconcerto.

E eu acho que é isso, acho que o momento que estamos vivendo é esse, é Deus em Davos. Nós estamos entrando na cidadela para tentar recuperar esse coração da sociedade liberal, tentar recompor o amálgama liberal-conservador que foi aquilo que permitiu, ao longo destes últimos cento e tantos anos, a preservação de um

conceito profundo de dignidade humana, do ser humano como um ser, claro, terrestre, mas que se relaciona com o mundo espiritual, que se relaciona com Deus, e não como esse ser aplastado, esse ser horizontal, que daqui a pouco se a gente deixar – não vamos deixar! – vai começar a pensar como máquina.

Então é isso: Deus em Davos!
Obrigado!

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Eslovaca, sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal das Missões Diplomáticas e das Repartições Consulares, 02/05/19

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência a celebração do seguinte Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Eslovaca (doravante denominados "Partes Contratantes") sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal das Missões Diplomáticas e das Repartições Consulares:

Artigo 1º

1. Com base na reciprocidade, dependentes do pessoal das missões diplomáticas e das repartições consulares poderão ser autorizados a exercer atividades remuneradas no território do Estado acreditado, em conformidade com o presente Acordo.

2. A observância da legislação doméstica é obrigatória para atividades ou empregos especializados que estejam sujeitos à regulamentação do Estado acreditado.

Artigo 2º

Para fins deste Acordo, consideram-se:

1. "Membro de uma missão diplomática ou de uma repartição consular" um agente diplomático ou

membro do pessoal administrativo ou técnico de uma missão diplomática ou qualquer funcionário consular ou empregado consular de uma repartição consular no Estado acreditado, que não seja nacional ou residente permanente no Estado acreditado.

2. "Dependente de um membro de uma missão diplomática ou repartição consular":

a) cônjuge ou companheiro permanente;

b) filho solteiro dependente menor de 21 anos;

c) filho solteiro dependente menor de 25 anos, matriculado em uma universidade ou instituição educacional superior reconhecida pelo Estado acreditado;

d) filho solteiro dependente com deficiência física ou mental apto a desempenhar atividades remuneradas.

3. "Atividades remuneradas" o trabalho exercido sob uma relação contratual de emprego ou sob um contrato de trabalho sem vínculo empregatício. O trabalho de um dependente em uma missão diplomática ou repartição consular do Estado acreditante ou de outros Estados ou de uma missão junto a uma Organização Internacional não está coberto, e não é de nenhuma forma afetado, por este Acordo.

4. "Estado acreditado" o Estado no qual o membro da missão diplomática ou da repartição consular estiver acreditado oficialmente e onde a missão diplomática ou a repartição consular estiver localizada.

Artigo 3º

1. Na República Federativa do Brasil

a) Antes que um dependente possa exercer atividades remuneradas, a Missão Diplomática da República Eslovaca deverá solicitar uma autorização oficial, por escrito e com a documentação apropriada, ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

b) Após confirmar que o dependente em questão se enquadra nas categorias definidas neste Acordo e observar os dispositivos internos aplicáveis, o Cerimonial informará a Missão Diplomática da República Eslovaca, por escrito e com a brevidade possível, de que o dependente está autorizado a exercer atividades remuneradas na República Federativa do Brasil, nos termos da legislação doméstica aplicável.

2. Na República Eslovaca

a) Antes que um dependente possa exercer atividades remuneradas, a Missão Diplomática da República Federativa do Brasil deverá solicitar uma autorização oficial, por escrito e com a documentação apropriada, ao Departamento de Protocolo do Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Europeus da República Eslovaca.

b) Após confirmar que o dependente em questão se enquadra nas categorias definidas neste Acordo e observar os dispositivos internos aplicáveis, o Departamento de Protocolo informará a Missão Diplomática da República Federativa do Brasil, por escrito e com a brevidade possível, de que o dependente está autorizado a exercer atividades remuneradas na República Eslovaca, nos termos da legislação local aplicável.

3. Os dependentes que exerçam atividade remunerada no território da outra Parte Contratante não farão jus à

isenção de quaisquer requisitos, procedimentos ou taxas domésticos aplicáveis às referidas atividades.

Artigo 4º

A autorização para o exercício de atividades remuneradas terminará quando:

a) cessar a condição de dependente do beneficiário da autorização, nos termos do Artigo 2º deste Acordo;

b) cessarem as atividades para as quais a autorização foi concedida;

c) terminar a missão do indivíduo de quem o beneficiário for dependente.

Artigo 5º

1. Os dependentes que exerçam atividades remuneradas com base neste Acordo não gozarão de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas ou da Convenção de Viena sobre Relações Consulares ou de qualquer outra norma de direito internacional aplicável, com relação a questões relativas ao exercício dessas atividades.

2. Caso algum dependente que faça jus à imunidade de jurisdição penal nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas ou da Convenção de Viena sobre Relações Consulares ou de qualquer outra norma de direito internacional aplicável seja acusado de um delito criminal no decurso do exercício de suas atividades remuneradas, o Estado acreditante considerará seriamente qualquer pedido escrito do Estado acreditado no sentido de renunciar a essa imunidade.

Artigo 6º

1. Nada neste Acordo conferirá ao dependente o direito de exercer atividades remuneradas que, de acordo com a legislação do Estado acreditado, somente possam ser exercidas por seus cidadãos ou que estejam relacionadas à segurança nacional.

2. Este Acordo não implicará o reconhecimento automático de provas de qualificação formal obtidas no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas aplicáveis a essas questões no Estado acreditado. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais no território do Estado acreditado, o dependente não estará isento de cumprir os mesmos requisitos aplicáveis aos nacionais do Estado acreditado.

Artigo 7º

Os dependentes que exerçam atividades remuneradas com base neste Acordo estarão sujeitos às normas tributárias, previdenciárias e sanitárias do Estado acreditado para quaisquer questões relativas às referidas atividades no referido Estado.

Artigo 8º

1. Qualquer controvérsia entre as Partes Contratantes que surja da interpretação ou da execução deste Acordo será dirimida por via diplomática.

2. Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes Contratantes. A entrada em vigor das emendas obedecerá ao mesmo processo disposto no Artigo 9º deste Acordo.

Artigo 9º

Este Acordo permanecerá em vigor por período indeterminado. Cada Parte

Contratante poderá denunciar este Acordo a qualquer tempo desde que uma notificação escrita seja transmitida à outra Parte Contratante, pela via diplomática. A denúncia surtirá efeitos seis (6) meses após a data da recepção, pela outra Parte, da notificação.

Caso o Governo da República Eslovaca concorde com a presente proposta, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que fique expressa tal concordância, constituirão a assinatura do Acordo, que entrará em vigor no primeiro (1º) dia do segundo (2º) mês após o recebimento da Nota resposta de Vossa Excelência.

Feito em dois originais, nos idiomas eslovaco, português, e inglês, todos os textos sendo igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

**LUIS ANTONIO BALDUINO
CARNEIRO**

Embaixador Extraordinário e
Plenipotenciário da República
Federativa do Brasil

NOTA DE RESPOSTA ESLOVACA:

Sua Excelência

Senhor Luis Antonio Balduino Carneiro

Embaixador Extraordinário e
Plenipotenciário da República
Federativa do Brasil.

Bratislava, 14 de junho de 2019

Nº: 017741/2019 – MEPO - 0732825

Excelência,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência datada de 2 de maio de 2019, do seguinte teor:

“Senhor Ministro,

Tendo em vista o estágio particularmente avançado de entendimento entre os dois países; e

No intuito de estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das suas relações diplomáticas;

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência a celebração do seguinte Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Eslovaca (doravante denominados "Partes Contratantes") sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal das Missões Diplomáticas e das Repartições Consulares:

Artigo 1º

1. Com base na reciprocidade, dependentes do pessoal das missões diplomáticas e das repartições consulares poderão ser autorizados a exercer atividades remuneradas no território do Estado acreditado, em conformidade com o presente Acordo.

2. A observância da legislação doméstica é obrigatória para atividades ou empregos especializados que estejam sujeitos à regulamentação do Estado acreditado.

Artigo 2º

Para fins deste Acordo, consideram-se:

1. "Membro de uma missão diplomática ou de uma repartição consular" um agente diplomático ou membro do pessoal administrativo ou técnico de uma missão diplomática ou qualquer funcionário consular ou empregado consular de uma repartição consular no Estado acreditado, que não seja nacional ou residente permanente no Estado acreditado.

2. "Dependente de um membro de uma missão diplomática ou repartição consular":

a) cônjuge ou companheiro permanente;

b) filho solteiro dependente menor de 21 anos;

c) filho solteiro dependente menor de 25 anos, matriculado em uma universidade ou instituição educacional superior reconhecida pelo Estado acreditado;

d) filho solteiro dependente com deficiência física ou mental apto a desempenhar atividades remuneradas.

3. "Atividades remuneradas" o trabalho exercido sob uma relação contratual de emprego ou sob um contrato de trabalho sem vínculo empregatício. O trabalho de um dependente em uma missão diplomática ou repartição consular do Estado acreditante ou de outros Estados ou de uma missão junto a uma Organização Internacional não está coberto, e não é de nenhuma forma afetado, por este Acordo.

4. "Estado acreditado" o Estado no qual o membro da missão diplomática ou da repartição consular estiver acreditado oficialmente e onde a missão diplomática ou a repartição consular estiver localizada.

Artigo 3º

1. Na República Federativa do Brasil

a) Antes que um dependente possa exercer atividades remuneradas, a Missão Diplomática da República Eslovaca deverá solicitar uma autorização oficial, por escrito e com a documentação apropriada, ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

b) Após confirmar que o dependente em questão se enquadra nas categorias definidas neste Acordo e observar os dispositivos internos aplicáveis, o Cerimonial informará a Missão Diplomática da República Eslovaca, por escrito e com a brevidade possível, de que o dependente está autorizado a exercer atividades remuneradas na República Federativa do Brasil, nos termos da legislação doméstica aplicável.

2. Na República Eslovaca

a) Antes que um dependente possa exercer atividades remuneradas, a Missão Diplomática da República Federativa do Brasil deverá solicitar uma autorização oficial, por escrito e com a documentação apropriada, ao Departamento de Protocolo do Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Europeus da República Eslovaca.

b) Após confirmar que o dependente em questão se enquadra nas categorias definidas neste Acordo e observar os dispositivos internos aplicáveis, o Departamento de Protocolo informará a Missão Diplomática da República Federativa do Brasil, por escrito e com a brevidade possível, de que o dependente está autorizado a exercer atividades remuneradas na República Eslovaca, nos termos da legislação local aplicável.

3. Os dependentes que exerçam atividade remunerada no território da outra Parte Contratante não farão jus à isenção de quaisquer requisitos, procedimentos ou taxas domésticos aplicáveis às referidas atividades.

Artigo 4º

A autorização para o exercício de atividades remuneradas terminará quando:

a) cessar a condição de dependente do beneficiário da autorização, nos termos do Artigo 2º deste Acordo;

b) cessarem as atividades para as quais a autorização foi concedida;

c) terminar a missão do indivíduo de quem o beneficiário for dependente.

Artigo 5º

1. Os dependentes que exerçam atividades remuneradas com base neste Acordo não gozarão de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas ou da Convenção de Viena sobre Relações Consulares ou de qualquer outra norma de direito internacional aplicável, com relação a questões relativas ao exercício dessas atividades.

2. Caso algum dependente que faça jus à imunidade de jurisdição penal nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas ou da Convenção de Viena sobre Relações Consulares ou de qualquer outra norma de direito internacional aplicável seja acusado de um delito criminal no decurso do exercício de suas atividades remuneradas, o Estado acreditante considerará seriamente qualquer pedido

escrito do Estado acreditado no sentido de renunciar a essa imunidade.

Artigo 6º

1. Nada neste Acordo conferirá ao dependente o direito de exercer atividades remuneradas que, de acordo com a legislação do Estado acreditado, somente possam ser exercidas por seus cidadãos ou que estejam relacionadas à segurança nacional.

2. Este Acordo não implicará o reconhecimento automático de provas de qualificação formal obtidas no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas aplicáveis a essas questões no Estado acreditado. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais no território do Estado acreditado, o dependente não estará isento de cumprir os mesmos requisitos aplicáveis aos nacionais do Estado acreditado.

Artigo 7º

Os dependentes que exerçam atividades remuneradas com base neste Acordo estarão sujeitos às normas tributárias, previdenciárias e sanitárias do Estado acreditado para quaisquer questões relativas às referidas atividades no referido Estado.

Artigo 8º

1. Qualquer controvérsia entre as Partes Contratantes que surja da interpretação ou da execução deste Acordo será dirimida por via diplomática.

2. Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes Contratantes. A entrada em vigor das emendas obedecerá ao mesmo processo disposto no Artigo 9º deste Acordo.

Artigo 9º

Este Acordo permanecerá em vigor por período indeterminado. Cada Parte Contratante poderá denunciar este Acordo a qualquer tempo desde que uma notificação escrita seja transmitida à outra Parte Contratante, pela via diplomática. A denúncia surtirá efeitos seis (6) meses após a data da recepção, pela outra Parte, da notificação.

Caso o Governo da República Eslovaca concorde com a presente proposta, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que fique expressa tal concordância, constituirão a assinatura do Acordo, que entrará em vigor no primeiro (1º) dia do segundo (2º) mês após o recebimento da Nota resposta de Vossa Excelência.

Feito em dois originais, nos idiomas eslovaco, português, e inglês, todos os textos sendo igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração. ”

Tenho a honra de confirmar que o Governo da República Eslovaca chegou à mesma conclusão que o Governo da República Federativa do Brasil, e a Nota de Sua excelência e esta resposta afirmativa constituem, portanto, o acordo que entrará em vigor no primeiro (1) dia do segundo (2) mês seguinte ao dia do recebimento da nota de Resposta.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Miroslav Lajcák

Ministro dos Negócios Estrangeiros e
Assuntos Europeus da República
Eslovaca

As empresas aéreas designadas de ambas as Partes poderão, em qualquer ou em todos os voos, exercer direitos de tráfego de quinta liberdade em quaisquer pontos intermediários e/ou além.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do projeto de cooperação técnica “Fundo de Estudos e Peritos”, 14/05/19

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha

(doravante denominados “Partes”) –

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, firmado em 17 de setembro de 1996,

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento sustentável,

Considerando que a cooperação técnica nas áreas prioritárias de “uso sustentável e conservação da floresta tropical” e de “energias renováveis e

eficiência energética” se reveste de especial interesse para as Partes,

Com referência à Ata das reuniões de trabalho Brasil-Alemanha sobre a cooperação para o desenvolvimento sustentável, de 6 e 7 de dezembro de 2016, e à Nota Verbal n.º WZ 440/380/2016, de 14 de dezembro de 2016 –

acordaram o seguinte:

Artigo 1.º

O presente Ajuste Complementar tem por objeto a coordenação, a promoção, o acompanhamento e a implementação do projeto “Fundo de Estudos e Peritos” (doravante denominado “Projeto”), no marco da cooperação bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento da República Federativa do Brasil. Este projeto serve, em particular, para a análise e preparação de iniciativas de cooperação técnica, estudos e laudos, bem como de outras medidas consideradas pertinentes para a coordenação conjunta do Programa de Cooperação Brasil-Alemanha.

Artigo 2.º

(1) O Governo da República Federativa do Brasil designa a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;

(2) O Governo da República Federal da Alemanha designa a “Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH” em

Bonn e Eschborn como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo 3.º

(1) Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

1. contribuir com contrapartida não-financeira, na forma de servidores da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) a nível operacional e de gestão, instalações físicas e equipamentos, por parte da ABC/MRE, sem alocação de recursos financeiros para o Projeto. A contrapartida da ABC/MRE ater-se-á ao seu mandato oficial e às atribuições de seus servidores;

2. conceder aos técnicos, em conformidade com os artigos 4.º, 6.º, 7.º e 9.º do Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17 de setembro de 1996, os privilégios, a imunidade e a proteção aí referidos. A isenção dos equipamentos de impostos e encargos fiscais e a isenção de impostos concedida à GIZ obedecerão ao disposto nos artigos 4.º, 6.º, 7.º e 9.º do mencionado Acordo Básico;

3. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

(2) Ao Governo da República Federal da Alemanha cabe:

1. contribuir em recursos humanos e materiais, no montante total de até 2 000 000 euros (dois milhões de euros);

2. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

(3) O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de

uma Parte à outra ou quaisquer encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Artigo 4.º

Nenhuma das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto inaugurará uma nova relação jurídica entre as Partes.

Artigo 5.º

(1) Os pormenores do Projeto bem como das contribuições a prestar e dos compromissos a cumprir serão também registrados em um Termo de Compromisso de Execução a ser concluído entre a ABC do lado brasileiro e a GIZ do lado alemão. Esse Termo de Compromisso de Execução ficará sujeito às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha, desde que seja respeitada a legislação brasileira.

(2) O compromisso assumido pelo Governo da República Federal da Alemanha para o Projeto será anulado, sem direito a substituição, se o Termo de Compromisso de Execução mencionado no parágrafo 1 não for firmado até 31 de dezembro de 2022.

(3) O compromisso assumido pelo Governo da República Federal da Alemanha para o Projeto poderá ser reprogramado de comum acordo entre os dois Governos, sem que isto acarrete qualquer prejuízo para alguma das Partes.

(4) Os documentos e produtos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes.

Artigo 6.º

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado, em qualquer momento, por qualquer das Partes, pela via diplomática e por consentimento mútuo.

Artigo 7.º

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo 8.º

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação.

Artigo 9.º

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, 06/06/19

A República Federativa do Brasil e a República Argentina,

(doravante denominadas “as Partes”);

RECONHECENDO que a energia é um recurso essencial para a melhoradas condições de vida de nossos povos e que o acesso à energia é relevante para

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, firmado em 17 de setembro de 1996.

Artigo 10.º

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por quatro (4) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.

Feito em Brasília, em 14 de maio de 2019, em dois exemplares originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

o crescimento econômico com equidade e inclusão social e para o enfrentamento dos desafios globais atuais, como a mudança do clima e desenvolvimento sustentável;

COMPARTILHANDO o objetivo de promover o crescimento da participação das energias renováveis na matriz energética global;

CONSCIENTES da importância de um mercado mundial para a bioenergia, incluindo biocombustíveis, que funcione de forma adequada, bem como da necessidade de eliminar distorções de mercado;

RECONHECENDO as diferentes e valiosas iniciativas de cooperação e integração energéticas existentes entre as Partes e no espaço sul-americano, baseadas na solidariedade, complementaridade, eficiência e sustentabilidade;

CIENTES da relevância dos esforços conjuntos em curso no âmbito do Grupo Ad Hoc de Biocombustíveis do Mercosul (GAHB), da Plataforma para o Biofuturo e outros foros internacionais, em prol da promoção da produção e uso sustentável de biocombustíveis;

CONVENCIDOS da importância da pesquisa e desenvolvimento em bioenergia, a fim de aumentar sua eficiência em termos econômicos, fortalecer os benefícios sociais e reduzir os impactos ambientais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável;

TENDO PRESENTES os mecanismos de cooperação existentes nas áreas de energia, agricultura, meio ambiente, ciência e tecnologia relacionados a biocombustíveis, e

CONSIDERANDO que este Memorando de Entendimento expressa a disposição das Partes em cooperar na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1

Objetivo

Pelo presente Memorando de Entendimento, as Partes acordam envidar os melhores esforços para promover a produção e o uso da bioenergia, incluindo os biocombustíveis, em ambos os países, e

sua inserção em mercados internacionais.

Artigo 2

Escopo e Atividades

1. A fim de alcançar o objetivo do presente Memorando de Entendimento, as Partes decidirão quais atividades serão desenvolvidas em conjunto, podendo incluir, entre outras, em conformidade com suas respectivas leis e regulamentos internos:

- a. intercâmbio de informações sobre produção e uso sustentáveis de bioenergia, incluindo biocombustíveis, e outras áreas de interesse relacionadas;
- b. cooperação para promover a utilização de tecnologias na área de bioenergia, incluindo a cogeração de bioeletricidade a partir de resíduos agrícolas e agroindustriais e a produção de biocombustíveis líquidos;
- c. promoção da harmonização de padrões e normas técnicas para biocombustíveis em âmbito bilateral e em foros regionais e internacionais relevantes;
- d. facilitação e promoção de cooperação com a indústria automotiva e com produtores de outras tecnologias de uso final relevantes para promover o uso eficiente dos biocombustíveis, em particular o uso do etanol e do biodiesel; assim como sobre possíveis desenvolvimentos em matéria de biocombustíveis sustentáveis para o transporte aéreo e marítimo;

- e. intercâmbio de informação e análise sobre a possibilidade de criação de mercado regional de créditos de descarbonização vinculado ao cálculo da redução das emissões de gases de efeito estufa ao longo do ciclo de vida dos biocombustíveis;
- f. promoção de programas de pesquisa e desenvolvimento da bioenergia, incluindo biocombustíveis, a fim de melhorar o desempenho técnico, aumentar a eficiência em termos de custos, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover o desenvolvimento sustentável. Melhorar a informação e fundamentação desses avanços, a fim de fortalecer o posicionamento do setor em temas de sustentabilidade e acesso a mercados;
- g. promoção do intercâmbio de informações sobre ações em prol da competitividade e do desenvolvimento de um mercado de eletricidade e calor utilizando bioenergia e biocombustíveis;
- h. intercâmbio de experiências em matéria comercial e fomento de uma posição conjunta para abordar temas de acesso a mercado e sustentabilidade dos biocombustíveis;
- i. coordenação de posições em diferentes organizações internacionais sobre temas de interesse comum no âmbito da bioenergia, em especial o GAHB e a Plataforma para o Biofuturo.

2. As Partes não divulgarão nem distribuirão a terceiros informações compartilhadas no âmbito das atividades previstas neste Memorando de Entendimento, salvo com o consentimento da outra Parte expresso por escrito, e observadas as disposições e limites da legislação vigente em cada país sobre proteção, acesso e publicidade da informação.

Artigo 3

Grupo de Trabalho

1. As Partes concordam em estabelecer um Grupo de Trabalho, a ser integrado por representantes indicados por cada Parte, com vistas a implementar as atividades realizadas no contexto deste Memorando de Entendimento.

2. Pelo lado argentino, integrarão o Grupo de Trabalho representantes das seguintes instituições: Ministério das Relações Exteriores e Culto, Ministério da Produção e do Trabalho (Secretaria de Governo de Agroindústria e Secretarias de Indústria e de Comércio), Ministério da Fazenda (Secretaria de Governo de Energia), Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (Secretaria de Governo de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva) e Chefe de Gabinete de Ministros (Secretaria de Governo do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável).

3. Pelo lado brasileiro, integrarão o Grupo de Trabalho representantes das seguintes instituições: Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e outras entidades governamentais com competência sobre as áreas de atividade

previstas neste Memorando de Entendimento.

4. O Grupo de Trabalho poderá, por acordo mútuo das Partes, convidar representantes do setor privado, da academia ou de organizações não governamentais, conforme julgue apropriado.

5. A coordenação das atividades relacionadas a este Memorando de Entendimento, por parte da República Argentina, será exercida por responsáveis designados pela Secretaria de Governo de Energia, pela Secretaria de Governo de Agroindústria e pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto.

6. A coordenação das atividades relacionadas a este Memorando de Entendimento, por parte da República Federativa do Brasil, será exercida por responsáveis designados pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério de Minas e Energia.

7. As reuniões do Grupo de Trabalho serão realizadas em periodicidade a ser determinada em comum acordo entre a coordenação das partes, podendo ser realizadas alternadamente na Argentina e no Brasil, ou por meio de videoconferências ou teleconferências, conforme mutuamente acordado.

8. Caberá ao Grupo de Trabalho:

a. avaliar e definir áreas comuns prioritárias para a implementação da cooperação em bioenergia e biocombustíveis;

b. implementar as atividades específicas para o cumprimento das áreas prioritárias definidas, para o que poderá, de comum acordo, optar pela criação de subgrupos temáticos;

c. avaliar os resultados da execução das ações implementadas no âmbito desta cooperação.

Artigo 4

Disposições Finais

1. Este Memorando de Entendimento não implica a assunção de compromissos gravosos a nenhuma das Partes.

2. Este Memorando de Entendimento produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.

3. Este Memorando de Entendimento poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

4. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação do presente Memorando de Entendimento será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

5. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por via diplomática, sua decisão de terminar o presente Memorando de Entendimento. A terminação surtirá efeitos trinta (30) dias após a data da notificação e não afetará as atividades que se encontrem em curso de execução.

Feito em Buenos Aires, dia 6 de junho de 2019, em dois (2) exemplares originais, nos idiomas espanhol e português, sendo ambos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

Memorando de Entendimiento entre la República Federativa del Brasil y la República Argentina sobre Cooperación en el Área de Bioenergía incluyendo los Biocombustibles.

La República Federativa del Brasil

Y

la República Argentina

(en adelante denominadas "las Partes");

RECONOCIENDO que la energía es un recurso esencial para la mejora de las condiciones de vida de nuestros pueblos y que el acceso a la energía es relevante para el crecimiento económico con equidad e inclusión social y para enfrentar los desafíos globales actuales, como el cambio climático y el desarrollo sustentable;

COMPARTIENDO el objetivo de promover el crecimiento de la participación de las energías renovables en la matriz energética global;

CONSCIENTES de la importancia de un mercado mundial para la bioenergía, incluyendo los biocombustibles, que funcione en forma adecuada, así como la necesidad de eliminar las distorsiones del mercado;

RECONOCIENDO las diferentes y valiosas iniciativas de cooperación e integración energéticas ya existentes entre ambos Estados y en el contexto sudamericano, basadas en la solidaridad, complementariedad, eficiencia y sustentabilidad;

CONSCIENTES de la relevancia de los esfuerzos conjuntos en curso en el ámbito del Grupo Ad Hoc de

Biocombustibles del MERCOSUR (GAHB), de la Plataforma para el Biofuturo y otros foros internacionales, a favor de la promoción de la producción y el uso sustentable de biocombustibles;

CONVENCIDOS de la importancia de la búsqueda y desarrollo de avances en bioenergía, a fin de aumentar su eficiencia en términos económicos, fortalecer los beneficios sociales y reducir los impactos ambientales, lo cual contribuye al desarrollo sustentable;

TENIENDO EN CUENTA los mecanismos de cooperación ya existentes en las áreas de energía, agricultura, medio ambiente, ciencia y tecnología referidos a biocombustibles, y

CONSIDERANDO que este Memorando de Entendimiento expresa la voluntad de las Partes para cooperar en el área de bioenergía incluyendo los biocombustibles;

Han alcanzado el siguiente entendimiento:

Artículo 1

Objetivo

Por medio del presente Memorando de Entendimiento, las Partes acuerdan hacer sus mejores esfuerzos para promover la producción y el uso de la bioenergía, incluyendo los biocombustibles, en ambos países, y su inserción en mercados internacionales.

Artículo 2

Alcance y Actividades

1. A fin de alcanzar el objetivo del presente Memorando de Entendimiento,

las Partes decidirán qué actividades desarrollarán en conjunto, pudiendo incluir, entre otras, de conformidad con sus respectivas leyes y reglamentos internos:

a) Intercambio de información sobre producción y uso sustentable de bioenergía, incluyendo biocombustibles, y otras áreas de interés relacionadas;

b) Cooperación para promover la utilización de tecnologías en el área de bioenergía, incluyendo la cogeneración de bioelectricidad a partir de los residuos agrícolas y agroindustriales, y la producción de biocombustibles líquidos;

c) Promoción de la armonización de patrones y normas técnicas para los biocombustibles en el ámbito bilateral y en los foros regionales e internacionales relevantes;

d) Facilitación y promoción de la cooperación con la industria automotriz y con productores de otras tecnologías de uso final relevante para promover el uso eficiente de biocombustibles, en particular el uso del bioetanol y del biodiesel; así como sobre posibles desarrollos en materia de biocombustibles sostenibles para el transporte aéreo y marítimo;

e) Intercambio de información y análisis de la posibilidad de crear un mercado regional de créditos de descarbonización vinculado al cálculo de las emisiones de gases de efecto invernadero a lo largo del ciclo de vida de los biocombustibles;

f) Promoción de programas de investigación y desarrollo de la bioenergía, incluyendo los biocombustibles, a fin de mejorar el desempeño técnico, aumentar la eficiencia en términos de costos, reducir

las emisiones de gases de efecto invernadero y promover el desarrollo sustentable. Mejorar la información y fundamentación de estos avances con el fin de fortalecer el posicionamiento del sector en temas de sustentabilidad y acceso a mercados;

g) Intercambio de información sobre acciones en favor de la competitividad y el desarrollo de un mercado eléctrico y de calor utilizando bioenergía, incluyendo biocombustibles;

h) Intercambio de experiencias en materia comercial y fomento de una posición conjunta para enfrentar temas de acceso al mercado y sustentabilidad de los biocombustibles;

i) Coordinación de posiciones en diferentes organismos internacionales sobre temas de interés común en el ámbito de la bioenergía, en especial el GAHB y la Plataforma para el Biofuturo.

2. Las Partes no divulgarán ni distribuirán a terceros la información transmitida con motivo de las actividades previstas en el presente Memorando, salvo consentimiento de la otra Parte expresado por escrito, y observadas las disposiciones y límites de la legislación vigente en cada país sobre protección, acceso y publicidad de la información.

Artículo 3

Grupo de Trabajo

1. Las Partes acuerdan establecer un Grupo de Trabajo, conformado por integrantes indicados por cada Parte, con el fin de implementar las actividades realizadas en el marco de este Memorando de Entendimiento.

2. Por el lado argentino, integrarán el Grupo de Trabajo representantes de las siguientes instituciones: Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, Ministerio de Producción y Trabajo (Secretaría de Gobierno de Agroindustria y Secretarías de Industria y de Comercio), Ministerio de Hacienda (Secretaría de Gobierno de Energía), Ministerio de Educación, Cultura, Ciencia y Tecnología (Secretaría de Gobierno de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva) y Jefatura de Gabinete de Ministros (Secretaría de Gobierno de Ambiente y Desarrollo Sustentable).

3. Por el lado brasileño, integrarán el Grupo de Trabajo representantes de las siguientes instituciones: Ministerio de Relaciones Exteriores, Ministerio de Minas y Energía, Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento, Agencia Nacional de Petróleo, Gas Natural y Biocombustibles (ANP) y otras entidades gubernamentales con competencia sobre las áreas de actividad previstas en este Memorando de Entendimiento.

4. El Grupo de Trabajo, de mutuo acuerdo entre las Partes, podrá invitar representantes del sector privado, de la academia o de organizaciones no gubernamentales, conforme lo crea apropiado.

5. La coordinación de las actividades relacionadas con el presente Memorando de Entendimiento, por parte de la República Argentina, será ejercida por quien designe la Secretaría de Gobierno de Energía, la Secretaría de Gobierno de Agroindustria y el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto.

6. La coordinación de las actividades relacionadas con el presente

Memorando de Entendimiento, por parte de la República Federativa del Brasil, será ejercida por quien designe el Ministerio de Relaciones Exteriores y el Ministerio de Minas y Energía.

7. Las reuniones del Grupo de Trabajo serán realizadas con una frecuencia a ser determinada de común acuerdo entre las coordinaciones de las Partes, y podrán ser realizadas en forma alternada en la Argentina y Brasil, o por intermedio de videoconferencias o teleconferencias, de mutuo acuerdo.

8. Recaerá en el Grupo de Trabajo:

a) Evaluar y definir áreas comunes prioritarias para la implementación de la cooperación en bioenergías y biocombustibles;

b) Implementar las actividades específicas para el cumplimiento de las áreas prioritarias definidas, para lo cual podrá, de común acuerdo, optar por la creación de subgrupos temáticos;

c) Evaluar los resultados de la ejecución de las acciones implementadas en virtud de esta cooperación.

Artículo 4

Disposiciones Finales

1. Este Memorando de Entendimiento no implica la asunción de compromisos onerosos para ninguna de las Partes.

2. Este Memorando de Entendimiento producirá efectos a partir de la fecha de su firma.

3. Este Memorando de Entendimiento podrá ser enmendado en cualquier momento, por consentimiento mutuo de las Partes, por la vía diplomática.

4. Cualquier controversia relativa a la interpretación o implementación del presente Memorando de Entendimiento será resuelta por negociaciones directas entre las Partes, por la vía diplomática.

5. Cualquiera de las partes podrá, en cualquier momento, notificar a la otra, por vía diplomática, su decisión de terminar el presente Memorando de Entendimiento. La terminación producirá efectos treinta (30) días después de la fecha de notificación, y no afectará las actividades que se encuentren en curso de ejecución.

Hecho em Buenos Aires, el día 6 de junio de 2019, em dos (2) originales em los idiomas portugués y español, siendo ambos igualmente auténticos.

POR LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

POR LA REPÚBLICA ARGENTINA

Declaração Presidencial Conjunta sobre Política Nuclear por ocasião dos 25 anos da entrada em vigor do Acordo Quadripartite, 06/06/19

O Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil,

Tendo em vista que neste ano comemora-se o 25º aniversário da entrada em vigor do “Acordo entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a Aplicação de Salvaguardas” (INFCIRC/435), conhecido como “Acordo Quadripartite”, assinado em 13 de dezembro de 1991, em Viena, e que

entrou em vigor em 4 de março de 1994; e

Considerando a trajetória em matéria de cooperação sobre usos pacíficos da energia nuclear entre ambos os países baseada na confiança e no diálogo político, que constitui não apenas um dos pilares da integração, mas também um exemplo inédito e uma contribuição tangível para a paz e a segurança internacionais:

1. Declaram sua satisfação pelo fato de o Acordo Quadripartite, instrumento único do tipo, ter possibilitado a aplicação eficaz, pela ABACC e pela AIEA, das inspeções de verificação nos dois países, a fim de fornecer garantias robustas à comunidade internacional do uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social de ambos os países.

2. Destacam a estreita colaboração que, a partir da assinatura do Acordo Quadripartite, mantém a Argentina, o Brasil, a ABACC e a AIEA para a aplicação de salvaguardas abrangentes para os materiais nucleares de todas as atividades nucleares dentro do território de ambos os países.

3. Expressam sua satisfação por terem chegado a um acordo com a AIEA, o qual possibilita que, na aplicação de salvaguardas, essa Agência aproveite o máximo o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) e evite a duplicação desnecessária das atividades da ABACC.

4. Ressaltam a relevância da existência da ABACC e do Acordo Quadripartite como uma demonstração clara da vontade política dos dois países de dar transparência aos seus programas nucleares, contribuindo para a consolidação do clima de confiança mútua, o conhecimento recíproco e a cooperação que marcam as relações

entre Brasil e Argentina e, portanto, para incrementar a segurança regional e internacional.

5. Concordam em continuar a aprofundar o diálogo e o trabalho conjunto sobre os usos pacíficos da energia nuclear para o desenvolvimento econômico e social de ambos os países.

6. Sublinham a importância de dinamizar o Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN) e a Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN) com a finalidade de empreender e coordenar iniciativas nas áreas política, técnica e industrial dos usos exclusivamente pacíficos da energia nuclear, realizando reuniões e mantendo contato permanente e ativo, conforme estabelecido na Declaração de Iperó, de 8 de abril de 1988.

7. Comprometem-se a cooperar em temas de licenciamento e regulamentação de atividades nucleares.

8. Exprimem a vontade de identificar projetos específicos que agreguem valor e sejam consistentes com o grau de maturidade que o setor nuclear desenvolveu em ambos países, na convicção de que o trabalho conjunto permite agregar valor além da soma das partes.

9. Coincidem em aprofundar as visitas e trocas de informações com o objetivo de otimizar a complementação tecnológica e continuar o aprofundamento da confiança recíproca.

10. Expressam sua disposição de estimular o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos na região.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ARGENTINA

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Tempestade tropical nas Filipinas – 01/01/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, das consequências da tempestade nas Filipinas nos últimos dias, que deixou dezenas de mortos e feridos.

Ao expressar suas condolências aos familiares das vítimas e desejar pronta recuperação aos feridos, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao povo e ao governo das Filipinas.

Declaração do Grupo de Lima – 04/01/19

Tradução não oficial

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia, ante o início, em 10 de janeiro de 2019, do mandato presidencial ilegítimo do regime de Nicolás Maduro (2019-2025) na Venezuela, expressam o seguinte:

1. Reiteram que o processo eleitoral realizado na Venezuela em 20 de maio de 2018 carece de legitimidade por não haver contado com a participação de todos os atores políticos venezuelanos, nem com a presença de observadores internacionais independentes, nem com garantias e padrões necessários a um processo livre, justo e transparente. Consequentemente, não reconhecem a legitimidade do novo mandato presidencial do regime de Nicolás Maduro, que terá início em 10 de janeiro de 2019.

2. Ratificam seu total respaldo e reconhecimento à Assembleia Nacional, legitimamente eleita em 6 de dezembro

de 2015, como o órgão constitucional democraticamente eleito na Venezuela.

3. Instam Nicolás Maduro a não assumir a presidência em 10 de janeiro de 2019, a respeitar as competências da Assembleia Nacional e transferir-lhe, temporariamente, o exercício do Poder Executivo até que novas eleições presidenciais democráticas sejam realizadas.

4. Enfatizam a importância do respeito à integridade, à autonomia e à independência do Tribunal Superior de Justiça legitimamente constituído, de acordo com a Constituição venezuelana, para a plena vigência do estado de direito naquele país.

5. Reafirmam sua firme e inequívoca condenação à ruptura da ordem constitucional e do estado de direito na Venezuela, observando que somente por meio da rápida e plena restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos, será possível dedicar-se às causas da crise política, econômica, social e humanitária que atravessa esse país.

6. Expressam sua convicção de que a solução da crise política na Venezuela cabe aos venezuelanos e, portanto, reiteram sua determinação permanente em apoiar as iniciativas políticas e diplomáticas que levem à restauração da ordem constitucional, da democracia e do estado de direito naquele país, por meio da condução de um novo processo eleitoral com garantias democráticas.

7. Manifestam sua determinação em continuar promovendo iniciativas em foros multilaterais, em particular na Organização dos Estados Americanos e no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a fim de contribuir para o restabelecimento da ordem democrática e do respeito aos direitos humanos na Venezuela.

8. Instam todos os países membros da OEA a reafirmar seu apoio à Carta da OEA e à Carta Democrática Interamericana, a fim de contribuir para o restabelecimento da ordem democrática na Venezuela.

9. Condenam qualquer provocação ou desdobramento militar que ameace a paz e a segurança na região. Conclamam o regime de Nicolás Maduro e as Forças Armadas venezuelanas a desistirem de ações que violem os direitos soberanos de seus vizinhos. Nesse sentido, expressam sua profunda preocupação com a interceptação, em 22 de dezembro de 2018, de um navio de pesquisa sísmica por parte da Marinha venezuelana dentro da zona econômica exclusiva da República Cooperativa da Guiana.

10. Reiteram sua profunda preocupação com a grave crise política e humanitária na Venezuela, que resultou no êxodo em massa de migrantes e requerentes de asilo oriundos daquele país, como resultado de atos e políticas antidemocráticas, opressoras e ditatoriais praticados pelo regime de Nicolás Maduro, que só pode ser resolvida por meio do pleno restabelecimento da ordem democrática e do respeito aos direitos humanos. Também renovam seu compromisso, na medida de suas possibilidades, de continuar prestando assistência aos migrantes procedentes da Venezuela, bem como de promover e desenvolver iniciativas de coordenação regional em resposta a essa crise. Nesse sentido, saúdam a inclusão da crise de migrantes e refugiados da Venezuela, pela primeira vez, no Apelo Humanitário Global da ONU para 2019, bem como a nomeação do representante conjunto da OIM e do ACNUR.

11. Expressam sua preocupação com o impacto sobre a economia e a segurança dos países da região causado pela crise política na Venezuela.

12. Instam o regime venezuelano a permitir a imediata entrada de assistência humanitária dirigida ao povo da Venezuela, a fim de evitar o agravamento da crise humanitária e de saúde pública naquele país e seus efeitos transnacionais.

13. Acordam as seguintes medidas:

A. Reavaliar o status ou o nível de suas relações diplomáticas com a Venezuela, com base na restauração da democracia e da ordem constitucional naquele país, e a necessidade de proteger seus nacionais e seus interesses.

B. Nos termos permitidos por suas leis internas, impedir a entrada de altos funcionários do regime venezuelano no território dos países do Grupo Lima; elaborar listas de pessoas físicas e jurídicas com as quais entidades financeiras e bancárias de seus países não devem operar ou devem realizar especial verificação de antecedentes, impedir seu acesso ao sistema financeiro e, se necessário, congelar seus fundos e outros ativos ou recursos econômicos.

C. Avaliar, com critérios restritivos, a concessão de empréstimos ao regime de Nicolás Maduro nos organismos financeiros internacionais e regionais de que fazem parte.

D. Suspender a cooperação militar com o regime de Nicolás Maduro, incluindo a transferência de armas à luz dos artigos 6 e 7 do Tratado sobre o Comércio de Armas, bem como avaliar as autorizações de sobrevoos das aeronaves militares venezuelanas em casos de assistência humanitária.

E. Intensificar os contatos com países não membros do Grupo de Lima, a fim de mantê-los informados sobre as ações do Grupo, sobre a gravidade da situação na Venezuela e sobre a necessidade de trabalhar em conjunto para o

restabelecimento da democracia naquele país.

F. Com relação ao pedido feito por Argentina, Canadá, Colômbia, Chile, Paraguai e Peru ao Tribunal Penal Internacional para que se investigue o cometimento de possíveis crimes contra a humanidade na Venezuela, instar outros países a apoiar a solicitação e, ao Escritório do Procurador do Tribunal Penal Internacional, a executar com celeridade os procedimentos correspondentes.

G. Instar outros membros da comunidade internacional a adotar medidas semelhantes às acordadas pelo Grupo de Lima contra o regime de Nicolás Maduro para a restauração da democracia.

Situação na Venezuela – 10/01/19

Tendo em vista que nesta data, 10 de janeiro de 2019, Nicolás Maduro não atendeu às exortações do Grupo de Lima, formuladas na Declaração de 4 de janeiro, e iniciou novo mandato presidencial ilegítimo, o Brasil reafirma seu pleno apoio à Assembleia Nacional, órgão constitucional democraticamente eleito, ao qual neste momento incumbe a autoridade executiva na Venezuela, de acordo com o Tribunal Supremo de Justiça legítimo daquele país. O Brasil confirma seu compromisso de continuar trabalhando para a restauração da democracia e do estado de direito na Venezuela, e seguirá coordenando-se com todos os atores comprometidos com a liberdade do povo venezuelano.

Calendário de Eventos entre 14 e 19 de janeiro de 2019 – 11/01/19

14/JAN a 1º/FEV – Genebra, Suíça. 80ª sessão do Comitê para os Direitos da Criança.

15/JAN – Genebra, Suíça. Reunião organizacional do Conselho de Direitos Humanos referente ao mecanismo de Revisão Periódica Universal.

16/JAN – Genebra, Suíça. Reunião intersessional do Conselho de Direitos Humanos para o diálogo e cooperação entre direitos humanos e a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

16 a 25/JAN – Londres, Reino Unido. 6ª Sessão do Subcomitê de Navegação, Comunicações e Busca e Salvamento (NCSR) da Organização Marítima Internacional (IMO).

Evolução da situação na Venezuela – 11/01/19

O Governo brasileiro saúda a manifestação do Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, de estar disposto a assumir constitucionalmente a Presidência da Venezuela, diante da ilegitimidade da posse de Nicolás Maduro no dia 10 de janeiro.

O Brasil continua comprometido a ajudar o povo venezuelano a recuperar a liberdade e a democracia, e seguirá em coordenação com os demais atores imbuídos do mesmo propósito.

O Governo brasileiro reitera ademais a importância do respeito à integridade, autonomia e independência do Tribunal Supremo de Justiça legítimo da Venezuela.

Diferendo Venezuela-Guiana – 12/01/19

O Governo brasileiro reitera ao povo venezuelano e às autoridades legítimas da Venezuela seu compromisso de favorecer a solução pacífica da controvérsia territorial entre a Venezuela e a Guiana, destacando a importância do respeito ao princípio da integridade territorial, no marco do direito internacional, bem como a

necessidade de que as partes evitem ações capazes de pôr em risco a paz e a segurança na região.

O Governo brasileiro estará pronto a contribuir junto à Venezuela para um diálogo frutífero com a Guiana, e vice-versa, quando haja um governo legítimo em funcionamento em Caracas.

O Governo brasileiro reitera, ademais, seu apoio à decisão do Presidente da Assembleia Nacional legítima da Venezuela de assumir constitucionalmente a Presidência da Venezuela.

Detenção de Cesare Battisti – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça e Segurança Pública – 13/01/19

Diante da detenção de Cesare Battisti pela Interpol, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério das Relações Exteriores estão tomando todas as providências necessárias, em cooperação com o Governo da Bolívia e com o Governo da Itália, para cumprir a extradição de Battisti e entregá-lo às autoridades italianas.

Declaração do Grupo de Lima – 13/01/19

Tradução não oficial

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia, em face dos graves eventos ocorridos na Venezuela hoje:

1. Condenam a detenção arbitrária do Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, deputado Juan Guaidó, por parte do Serviço Nacional de

Inteligência Bolivariano - SEBIN, na manhã de hoje.

2. Expressam seu mais forte rechaço a qualquer ação que afete a integridade física dos membros da Assembleia Nacional da Venezuela, suas famílias e colaboradores, e a qualquer pressão ou coerção que impeçam o exercício pleno e normal de suas competências como órgão constitucional e legitimamente eleito na Venezuela.

Entrega de Cesare Battisti à Itália – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça e Segurança Pública – 13/01/19

O terrorista Cesare Battisti retornará diretamente da Bolívia, onde foi preso na madrugada de hoje, para a Itália, onde começará a cumprir imediatamente a pena de prisão que lhe foi cominada pela Justiça italiana.

O Brasil ofereceu facilitar o embarque pelo território nacional e devido à urgência foi encaminhada uma aeronave da Polícia Federal brasileira à Bolívia. No entanto, optou-se pelo envio direto do prisioneiro à Itália.

O governo brasileiro se congratula com as autoridades bolivianas e italianas e com a Interpol pelo desfecho da operação de prisão e retorno de Battisti à Itália. O importante é que Cesare Battisti responda pelos graves crimes que cometeu. O Brasil contribui assim para que se faça justiça.

Visita do Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil – 16/01/19

A convite do Presidente Jair Bolsonaro, o Presidente da República Argentina,

Mauricio Macri, realizará visita ao Brasil em 16 de janeiro.

A visita do presidente Macri constitui oportunidade para reafirmar os laços fraternos e profundos entre Brasil e Argentina e para discutir novas iniciativas no seu relacionamento.

A Argentina é um dos principais parceiros do Brasil em todas as áreas. O encontro presidencial terá por objetivo o fortalecimento da cooperação bilateral em temas como o combate ao crime organizado e à corrupção, energia, espaço e defesa assim como a ampliação do comércio e dos investimentos. O encontro será, igualmente, oportunidade para tratar da agenda interna e externa do Mercosul.

Atentado no Quênia – 16/01/19

O Governo brasileiro condena, nos mais fortes termos, o atentado perpetrado ontem contra um hotel e centro empresarial de Nairóbi, capital do Quênia.

Ao reafirmar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, o governo brasileiro presta suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Quênia, e faz votos de plena recuperação dos feridos.

Declaração Conjunta emitida por ocasião da visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Nação Argentina, Mauricio Macri – Brasília, 16/01/19

O Presidente Jair Bolsonaro recebeu, no dia 16 de janeiro de 2019, o Presidente da Argentina, Mauricio Macri, em visita de trabalho a Brasília.

Após reuniões ministeriais setoriais, o Presidente Bolsonaro reuniu-se

privadamente com o Presidente Macri e, em seguida co-presidiu, com seu convidado, reunião ministerial.

Os presidentes ressaltaram a importância desta primeira visita de um mandatário estrangeiro ao Brasil após a posse do presidente Jair Bolsonaro, prova da prioridade que se atribuem reciprocamente os dois países.

Os presidentes fizeram uma primeira abordagem de temas de interesse comum nas esferas bilateral, regional e internacional.

Com relação aos temas da agenda bilateral, os presidentes acordaram que os dois governos devem trabalhar com o objetivo de cumprir metas concretas, no curto prazo, nas diferentes áreas com maior potencial. Destacaram, de forma não-exaustiva mas com sentido de prioridade, a segurança interna e segurança regional, o aperfeiçoamento dos instrumentos bilaterais de cooperação jurídica e de combate ao crime transnacional e à corrupção, o tratamento expedito e sistemático das questões comerciais e de investimentos, a convergência regulatória, a facilitação de comércio, a facilitação do trânsito de turistas, a cooperação consular, a cooperação tecnológica e industrial nas áreas de defesa, nuclear, espacial e de satélites, a infraestrutura física, a conectividade, inclusive aérea, entre os dois países, a ciência, tecnologia e inovação, as energias renováveis e não-renováveis, a integração energética, a cooperação entre as Forças Armadas, inclusive no treinamento para missões de paz das Nações Unidas, a saúde, a educação, o ensino do português e do espanhol, entre outros.

Celebramos a assinatura do novo tratado de Exatidão bilateral, o qual aperfeiçoará o quadro de cooperação jurídica entre nossos dois países.

Com relação ao Mercosul, os presidentes decidiram trabalhar durante

suas consecutivas presidências pro-tempore, em 2019, para rever a tarifa externa comum, melhorar o acesso a mercados e avançar em facilitação de comércio e convergência regulatória. No plano externo, acordaram impulsionar as negociações mais promissoras já em curso e avaliar o início de novas negociações com outros parceiros.

O Presidente Bolsonaro aceitou convite do Presidente Macri para realizar uma visita de Estado à Argentina em data a ser acordada mutuamente pelos canais diplomáticos.

Salvaguardas da União Europeia sobre Importação de Produtos de Aço – 16/01/19

O governo brasileiro tomou conhecimento de que a União Europeia decidiu hoje, 16 de janeiro, pela aplicação de salvaguarda sobre importações de aço. A medida deverá entrar em vigor no início de fevereiro e impactará as exportações brasileiras. O governo brasileiro tem dialogado com a União Europeia com o objetivo de preservar as exportações das empresas nacionais. Consultas a respeito do tema ainda estão em andamento entre o Brasil e a União Europeia. Em coordenação com os demais órgãos de governo e com o setor privado, o Itamaraty continuará atuando com todo o empenho na defesa dos interesses dos exportadores brasileiros.

Atentado em Bogotá – 17/01/19

O governo brasileiro condena, nos mais fortes termos, o atentado terrorista ocorrido hoje na Academia de Polícia General Santander, em Bogotá.

Ao reafirmar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, o governo brasileiro

presta suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas fatais, ao povo e ao governo da Colômbia, e faz votos de plena recuperação dos feridos.

Reunião com forças políticas democráticas venezuelanas – 17/01/19

O Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo realizou hoje reunião com as principais forças políticas democráticas venezuelanas. O encontro incluiu sessão que contou também com a presença de representantes de países do Grupo de Lima e dos EUA.

O Ministro reuniu-se separadamente com o Presidente do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela e outros Magistrados do mesmo Tribunal, bem como com representante do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A reunião teve por objetivo analisar a situação na Venezuela decorrente da ilegitimidade do exercício da presidência por Nicolás Maduro e da manifestação do Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, de sua disposição de assumir a Presidência da Venezuela interinamente, seguindo a Constituição venezuelana. Teve igualmente por objetivo discutir ideias de ação concreta para restabelecer a democracia na Venezuela.

O papel-chave do Brasil, sob a liderança do Presidente Bolsonaro, na mudança do cenário venezuelano, onde pela primeira vez em muitos anos ressurgiu a esperança da democracia, foi reconhecido por todos os líderes venezuelanos.

De acordo com as lideranças venezuelanas, hoje na Venezuela 300.000 pessoas correm o risco de morrer de fome. Mais de 11.000 recém-nascidos perdem a vida anualmente por

falta de atendimento primário pós-natal. O déficit de medicamentos é de 85%. Os líderes venezuelanos enfatizaram que se trata de um genocídio silencioso, perpetrado pela ditadura de Maduro contra seu próprio povo.

O sistema chefiado por Nicolás Maduro constitui um mecanismo de crime organizado. Está baseado na corrupção generalizada, no narcotráfico, no tráfico de pessoas, na lavagem de dinheiro e no terrorismo.

O Brasil tudo fará para ajudar o povo venezuelano a voltar a viver em liberdade e a superar a catástrofe humanitária que hoje atravessa.

Calendário de eventos entre 18 e 25 de janeiro de 2019 – 18/01/19

14/JAN a 1º/FEV (continuação) – Genebra, Suíça. 80ª sessão do Comitê para os Direitos da Criança.

16 a 25/JAN (continuação) – Londres, Reino Unido. 6ª Sessão do Subcomitê de Navegação, Comunicações e Busca e Salvamento (NCSR) da Organização Marítima Internacional (IMO).

21/JAN a 29/MAR – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte I.

21 a 23/JAN – Genebra, Suíça. 29ª Reunião do Comitê de Programa, Orçamento e Administração do Conselho Executivo da OMS (Brasil é membro).

21/JAN a 1º/FEV – Genebra, Suíça. 32ª sessão do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

22/JAN – Genebra, Suíça. Audiência sobre Segurança Cibernética da Comissão Global para a Estabilidade do Espaço Cibernético – Organizado pela UNIDIR - Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento.

22/JAN – Genebra, Suíça. Apresentação do relatório da Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho e Cerimônia de Lançamento das Comemorações pelo Centenário da Organização Internacional do Trabalho. 22 a 25/Jan – Davos, Suíça. Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial.

24/JAN – Genebra, Suíça. Oficina “O Papel de Organizações Regionais no Fortalecimento da Estabilidade e Segurança Cibernética: Experiências e Oportunidades” – Organizado pela UNIDIR - Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento.

24/JAN – Londres, Reino Unido. Reunião Interseccional do Comitê de Finanças e Administração da Organização Internacional do Café (OICAFÉ).

24/JAN a 1º/FEV – Genebra, Suíça. 144ª sessão do Conselho Executivo da OMS (presidência do Brasil).

Explosão de tubulação de combustível no México – 19/01/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com profundo pesar, da explosão em uma tubulação de combustível no município de Tlahuelilpan, no estado de Hidalgo, no México, que deixou dezenas de mortos e feridos.

O governo brasileiro expressa suas condolências às famílias das vítimas e sua solidariedade ao povo e ao governo mexicanos.

Concessão de agrément ao embaixador da República do Peru – 21/01/19

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao

senhor Javier Raúl Martín Yépez Verdeguer como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República do Peru no Brasil.

Ataque terrorista contra base da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA) – 22/01/19

O governo brasileiro condena com veemência o ataque terrorista contra base da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), no dia 20 de janeiro, na região de Kidal, no norte do país. A ação resultou na morte de dez “capacetes azuis” do Chade e deixou, pelo menos, 25 feridos. O governo brasileiro reitera seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

Ao expressar suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas e aos governos do Chade e do Mali, o governo brasileiro renova seu apoio ao trabalho da MINUSMA e aos esforços da comunidade internacional em favor da estabilização do Mali.

Nota à Imprensa – 23/01/19

O Senhor Juan Guaidó, Presidente da Assembleia Nacional venezuelana, assumiu hoje, 23/01, as funções de Presidente Encarregado da Venezuela, de acordo com a Constituição daquele país, tal como avalizado pelo Tribunal Supremo de Justiça (TSJ).

O Brasil reconhece o Senhor Juan Guaidó como Presidente Encarregado da Venezuela.

O Brasil apoiará política e economicamente o processo de

transição para que a democracia e a paz social voltem à Venezuela.

Ataque terrorista em Bogotá – 24/01/19

O governo brasileiro reitera sua mais veemente condenação do atentado terrorista praticado em 17 de janeiro corrente contra a Escola de Polícia General Santander, em Bogotá, Colômbia, que causou numerosas mortes.

Ao condenar os atos do auto-denominado Exército de Liberação Nacional (ELN), que admitiu responsabilidade pelo atentado, o governo brasileiro empresta seu mais completo respaldo ao governo da Colômbia em sua exigência de que o ELN deponha imediatamente as armas e coloque em liberdade as pessoas que mantém sequestradas.

O governo brasileiro também apoia o governo da Colômbia em sua determinação de levar à justiça os responsáveis por esse ato terrorista.

O governo brasileiro reitera sua solidariedade e suas sentidas condolências às famílias das vítimas e estende aos feridos votos de plena e rápida recuperação.

Declaração do Grupo de Lima – 03-19 25/01/19

Comunicado Conjunto 003-19

23 de janeiro de 2019

Tradução não oficial

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru expressam o seguinte:

1. Reconhecem e expressam seu pleno apoio ao Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, que assumiu na

presente data como Presidente da República Bolivariana da Venezuela, em face da ilegitimidade do regime Nicolás Maduro e tendo em conta as normas constitucionais.

2. Apoiam o início do processo de transição democrática na Venezuela, no âmbito da sua Constituição, a fim de que sejam realizadas novas eleições no menor tempo possível, com a participação de todos os atores políticos, com garantias e dentro dos padrões internacionais necessários a um processo democrático.

3. Condenam os atos de violência ocorridos na Venezuela e instam a que o Estado de Direito, os direitos fundamentais do povo e a paz social sejam garantidos enquanto ocorra a transição do governo.

4. Confirmam sua decisão de continuar apoiando firmemente a recuperação da democracia na Venezuela.

Calendário de eventos entre 25 de janeiro e 1º de fevereiro de 2019

16 a 25/JAN (continuação) – Londres, Reino Unido. 6ª Sessão do Subcomitê de Navegação, Comunicações e Busca e Salvamento (NCSR) da Organização Marítima Internacional (IMO).

14/JAN a 1º/FEV (continuação) – Genebra, Suíça. 80ª sessão do Comitê para os Direitos da Criança.

21/JAN a 1º/FEV (continuação) – Genebra, Suíça. 32ª sessão do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

24/JAN a 1º/FEV (continuação) – Genebra, Suíça. 144ª sessão do Conselho Executivo da OMS (presidência do Brasil).

28/JAN a 1º/FEV – Genebra, Suíça. 23ª sessão do Grupo de Trabalho sobre Situações (Conselho de Direitos Humanos).

28/JAN a 1º/FEV – Nova York, EUA. 24ª sessão da sessão do Grupo de Trabalho sobre a questão da discriminação contra a mulher na lei e na prática.

28/JAN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião da Mesa Diretora e do Grupo Consultivo do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA).

28/JAN – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Primeira reunião conjunta das Mesas Diretoras e Presidências Regionais.

28/JAN – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Reunião de atualização sobre o Plano de Gestão do PMA (2019-2021).

30/JAN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Consulta Aberta do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) sobre Sistemas Alimentares.

30/JAN – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Seminário Informal sobre o Programa Especial para os Países em Situações de Fragilidade.

30/JAN – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Seminário informal sobre a Estratégia do FIDA para o Setor Privado.

31/JAN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião da Mesa Diretora do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA).

31/JAN a 1º/FEV – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 3º Reunião do Comitê de Conformidade do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA).

1º/FEV – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Primeira reunião de consultas sobre o Código de Gestão de Fertilizantes.

Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto – 27/01/19

O dia 27 de janeiro é o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, data instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Trata-se da data de libertação, em 1945, daquele que foi o mais terrível dos campos de concentração do Terceiro Reich, o de Auschwitz.

Ao associar-se a esta memória dolorosa, o Governo brasileiro reafirma seu compromisso incondicional com os direitos fundamentais, incluindo o direito à vida e à liberdade religiosa, e seu absoluto repúdio ao antissemitismo.

Contra a desumanização radical tipificada em Auschwitz, muitos brasileiros se insurgiram ativamente. Além do combate ao Terceiro Reich pela Força Expedicionária Brasileira nos campos da Itália, cabe aqui rememorar os exemplos de Aracy Guimarães Rosa, o “Anjo de Hamburgo”, homenageada nos museus do Holocausto de Jerusalém (Yad Vashem) e de Washington; e do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, ambos com seus nomes gravados no Jardim dos Justos entre as Nações, no Museu do Holocausto em Jerusalém.

Rompimento da barragem de Brumadinho – 27/01/19

Neste momento de pesar nacional, o Governo brasileiro agradece as manifestações de solidariedade e o oferecimento de apoio da comunidade internacional, após o rompimento da barragem de Brumadinho.

Equipe israelense se encontra a caminho do território nacional para auxiliar as tarefas de resgate, ajuda pela qual o Governo brasileiro expressa profunda gratidão.

Abertura de mercado para exportações brasileiras de bovinos vivos à Malásia – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 28/01/19

O Governo brasileiro recebeu com satisfação, por meio da Embaixada do Brasil em Kuala Lumpur, a informação de que será aberto o mercado da Malásia às exportações brasileiras de bovinos vivos para abate. A medida foi tomada após a aprovação dos requisitos sanitários negociados coordenadamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministério das Relações Exteriores, no lado brasileiro, e pelo Ministério da Agricultura e Agroindústria da Malásia.

A decisão reforça a posição do Brasil como um dos líderes mundiais na exportação de proteína animal e representa um passo importante para o aprofundamento das relações comerciais com a Malásia. O país asiático tem mais de 30 milhões de habitantes e importa cerca de 80% da carne bovina que consome.

O Governo brasileiro seguirá negociando com o governo da Malásia a exportação de gado vivo para reprodução, bem como a expansão das habilitações para exportação de carne de aves e de carne bovina.

Atentado terrorista nas Filipinas – 28/01/19

O Governo brasileiro condena veementemente o atentado terrorista praticado em 27 de janeiro na Catedral de Nossa Senhora de Monte Carmelo, na cidade de Jolo, nas Filipinas, que deixou dezenas de mortos e feridos.

O governo brasileiro reafirma seu inteiro repúdio a todo ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, expressa sua solidariedade ao governo e ao povo das Filipinas, transmite suas sentidas condolências às famílias das vítimas e estende aos feridos votos de plena e rápida recuperação.

Ataque contra a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (MINUSMA) – 28/01/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, de mais um ataque contra a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), em 25 de janeiro, na região de Mopti, no centro do país.

O ataque vitimou dois “capacetes azuis” do Sri Lanka e deixou diversos feridos. O governo brasileiro reitera seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, manifesta suas condolências aos familiares das vítimas e aos governos do Mali e do Sri Lanka e reitera seu apoio ao trabalho da MINUSMA e aos

esforços da comunidade internacional em favor da estabilização do Mali.

Intervenção do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, na reunião ministerial informal da OMC – Davos, 25 de janeiro de 2019 – 30/01/19

Senhor Presidente,

O Brasil está comprometido com a reforma da OMC, tal como o Presidente Jair Bolsonaro anunciou em seu discurso de abertura do Fórum de Davos, no dia 22 de janeiro.

O Presidente Bolsonaro foi eleito no último mês de outubro com o mandato claro de restaurar a soberania, a ordem e a liberdade econômica, a partir das profundezas de uma das mais graves crises da nossa história. Seu mandato também é o de restaurar o crescimento sustentável e a prosperidade.

Um enorme esforço está em curso, por parte do governo brasileiro, para aprovar reformas há muito necessárias, reduzir custos, desregulamentar, facilitar os negócios e o empreendedorismo, abrir a economia.

No comércio internacional, nossa diplomacia econômica é fundamental para contribuir a esse propósito.

Estamos implementando uma política de negociações comerciais afinada com o mundo de hoje e com as realidades econômicas.

O Brasil está consciente de sua responsabilidade. Somos a oitava economia do mundo. Somos uma nação líder na agricultura – e é importante dizer que a produção agrícola brasileira é a mais sustentável do mundo, e que nosso compromisso com essa sustentabilidade é inabalável. Temos

grande potencial para nos tornarmos líderes também em outras áreas do comércio mundial e na inovação. A política comercial brasileira procurará liberar todo esse potencial do Brasil para aumentar sua contribuição ao comércio mundial, e a OMC constitui parte indispensável desse esforço.

A OMC hoje se vê condicionada por novas tendências e grandes transformações geopolíticas. A organização está diante de um desafio sistêmico. Nenhum país individual deve ser culpado por essa crise. Trata-se do resultado de uma nova distribuição do poder global e novas fontes de concorrência.

No Brasil, os eleitores escolheram um caminho que combina a liberdade econômica com um forte sentimento de identidade nacional e seus valores. Estamos convencidos de que essas duas dimensões – a da liberdade econômica e a dos valores – se reforçam mutuamente. A única base sólida para uma economia liberal competitiva é uma sociedade coerente, autêntica e livre. Isso também se aplica ao plano internacional. Em todo o mundo, o único fundamento para o liberalismo é a liberdade. A única fundação sólida para a economia liberal global é a liberdade humana.

Em 1994, quando a OMC foi criada, falava-se muito do “fim da história”. Considerava-se que a democracia liberal era um dado incontestável como base para o sistema internacional. Mas a democracia liberal já não é mais um dado incontestável. Hoje, o comércio pode funcionar como uma grande força a favor da democracia liberal. Mas o comércio também pode funcionar como uma força que leva ao oposto da democracia liberal. Cabe a nós fazer do comércio uma força a favor do bem, da liberdade e do progresso humano.

O Brasil considera que um arcabouço revisto para a OMC se faz necessário. O Brasil está comprometido com o processo de reforma e modernização da OMC, em linha com os nossos valores. Pois não estamos apenas diante de uma questão de eficiência do sistema multilateral de comércio. Trata-se de uma questão que envolve valores e opções existenciais profundas.

O Brasil está preparado para ser uma força de mudança.

O Brasil participará das discussões sobre a agenda de reformas da OMC com toda a sua capacidade.

Alguns pontos sobre o caminho pela frente:

No nível dos arranjos institucionais existentes, temos evidentemente o tema do mecanismo de solução de controvérsias. O Brasil está pronto a examinar construtivamente maneiras de satisfazer as preocupações existentes. Mas é claro que o sistema de solução de controvérsias, em especial o Órgão de Apelação, constitui uma parte integral do sistema multilateral de comércio. Adaptação e reforma pressupõem o funcionamento e a própria existência do mecanismo.

De forma conexa, temos as questões de monitoramento e transparência. O Brasil já apresentou propostas com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho dos comitês regulares e estamos prontos para estar na vanguarda nesse campo. A iniciativa canadense de fortalecer a função deliberativa da OMC é um passo na direção correta. Temos a expectativa de coordenar a dimensão de normas sanitárias e fitossanitárias dessa iniciativa. A Suíça também apresentou uma proposta de transparência para regras de origem não-preferenciais, que co-patrocinamos.

No domínio das regras do processo negociador, o Brasil está pronto a

negociar em qualquer formato – bilateral, plurilateral, multilateral. O Brasil está preparado para ser uma força decisiva no processo de tomada de decisões que conduza a reformas e modernização.

Quanto aos temas a serem negociados, o Brasil deseja revigorar o braço negociador da OMC. Asseguro que o Brasil está disposto a discutir qualquer agenda e qualquer assunto. Saudamos, por exemplo, a iniciativa trilateral dos EUA, União Europeia e Japão, que levanta questões fundamentais (tais como a transferência forçada de tecnologia e o tema das companhias controladas pelo Estado). O Brasil será ambicioso em todas as frentes negociadoras, desde facilitação de investimentos até comércio eletrônico. O Brasil também está disposto a discutir novas regras de tratamento especial e diferenciado em acordos futuros.

Entretanto, qualquer agenda de reforma, para ser bem-sucedida, precisa necessariamente incluir o tema dos subsídios agrícolas. Para o Brasil, isso é claríssimo e incontornável.

Nas próximas semanas, o Brasil apresentará um documento conceitual com suas ideias e visões sobre a reforma da OMC. Estaremos inteiramente abertos a discutir e negociar com todos os parceiros interessados na reforma e modernização da Organização. Nossa posição é clara: favorecemos a reforma e estamos prontos a negociar de boa-fé, fortalecendo o sistema multilateral de comércio.

Muito obrigado.

Nota à Imprensa – 31/01/19

O Governo do Brasil agradece a solidariedade da nação israelense, que, atendendo prontamente pedido do

Presidente Bolsonaro, enviou missão para apoiar os trabalhos de resgate das vítimas do rompimento da Barragem do Feijão, em Brumadinho.

Trabalhando incansavelmente, em estreita sintonia com as forças brasileiras, a missão israelense, composta por 136 pessoas, entre especialistas em resgate e peritos, além de cães farejadores e equipamentos de alta tecnologia, prestou inestimável serviço ao Brasil, neste momento difícil, seja na busca por sobreviventes, seja na recuperação dos corpos das vítimas fatais.

A presteza na resposta e o empenho demonstrado nesta missão atestam a solidariedade e a amizade entre os dois países.

Montanhistas brasileiros falecidos na Patagônia argentina – 04/02/19

O Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires recebeu a informação oficial de que foram localizados os corpos dos montanhistas brasileiros Leandro Oliveira Iannotta e Fabricio Amaral de Souza, desaparecidos no Monte Fitz Roy, na Patagonia argentina, em janeiro último.

O assunto encontra-se agora sob a responsabilidade da Justiça argentina, que investigará as causas do acidente e decidirá sobre o resgate dos corpos.

O Ministério das Relações Exteriores lamenta o acidente fatal e informa que continuará a acompanhar o assunto e a prestar apoio consular às famílias, a quem estende sua solidariedade.

Calendário de eventos entre 4 e 8 de fevereiro de 2019

4/FEV – Genebra, Suíça. Consultas técnicas na Organização Mundial de Saúde sobre Ferramentas para Evitar Potenciais Conflitos de Interesse na Área de Nutrição.

4 a 8/FEV – Genebra, Suíça. 82ª sessão do Grupo de Trabalho prévio a sessão do Comitê para os Direitos da Criança.

4 a 8/FEV – Genebra, Suíça. 22ª sessão do Grupo de Trabalho sobre direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas.

4 a 8/FEV – Nova York, EUA. 49ª sessão da Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental.

5 a 8/FEV – Nova York, EUA. 1ª sessão Regular da Junta Executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

8/FEV – Nova York, EUA Reunião da Configuração para Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz (PBC)

Declaração do Grupo de Lima – 4 de fevereiro de 2019 – 04/02/19

Os governos da Argentina, do Brasil, do Canadá, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, da Guatemala, de Honduras, do Panamá, do Paraguai e do Peru, membros do Grupo de Lima, expressam o seguinte:

1. Reiteram seu reconhecimento e respaldo a Juan Guaidó como Presidente Encarregado da República Bolivariana da Venezuela, em respeito à sua Constituição. Saúdam a decisão do crescente número de países que reconheceram o Presidente Encarregado Juan Guaidó e instam a comunidade internacional a dar-lhe seu mais forte respaldo, assim como à Assembleia Nacional, em seus esforços no sentido de estabelecer um governo de transição democrática na Venezuela.

2. Acolhem com grande satisfação o pedido do Presidente Encarregado Juan Guaidó de incorporar ao Grupo de Lima o legítimo governo da Venezuela e lhe dão as boas-vindas.

3. Concordam em reconhecer e trabalhar junto aos representantes designados pelo governo do Presidente Encarregado Juan Guaidó em seus respectivos países.

4. Observam que as iniciativas de diálogo proporcionadas por diversos atores internacionais foram manipuladas pelo regime de Maduro, que as transformou em manobras protelatórias para se perpetuar no poder e, portanto, consideram que toda iniciativa política ou diplomática que venha a ocorrer deve ter por objetivo apoiar o mapa do caminho constitucional apresentado pela Assembleia Nacional e pelo Presidente Encarregado, Juan Guaidó, que busque uma transição pacífica entre os venezuelanos, logre a saída do regime ditatorial de Maduro, permita a convocação de eleições e o restabelecimento da democracia na Venezuela.

5. Fazem um chamado ao restabelecimento imediato da democracia na Venezuela mediante a realização de eleições livres e justas convocadas pelas autoridades legítimas, de acordo com padrões internacionais e tão logo possível. Essas eleições devem ser realizadas com garantias suficientes, com a participação de todos os líderes políticos e com observadores internacionais, além da designação de um novo Conselho Nacional Eleitoral.

6. Condenam as persistentes e sérias violações de direitos humanos cometidas na Venezuela. Nesse sentido, rechaçam os atos de violência e repressão das manifestações populares por parte das forças de segurança que causaram numerosas mortes, feridos e detenções.

7. Clamam pelo restabelecimento da plena liberdade de imprensa, pelo fim da censura e pela normalização do funcionamento dos meios de comunicação, cuja atuação tem sido arbitrariamente impedida pelo regime de Maduro.

8. Reiteram a importância de se aplicar efetivamente a Resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovada em 27 de setembro de 2018, “Promoção e Proteção dos Direitos Humanos na República Bolivariana Venezuela”. Instam a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos a responder de imediato à grave situação dos direitos humanos naquele país.

9. Expressam sua profunda preocupação com a situação dos presos políticos na Venezuela e exigem a sua libertação imediata; exigem também que se garanta a integridade física dos membros da Assembleia Nacional.

10. Reiteram sua profunda preocupação com a grave situação humanitária na Venezuela, causada pelo regime de Maduro. Consideram imperativo que se garanta o acesso à ajuda humanitária para satisfazer as necessidades urgentes dos venezuelanos. Instam as Nações Unidas, suas agências e a comunidade internacional a estarem preparadas para prestar assistência humanitária à população daquele país.

11. Instam as Forças Armadas Nacionais da Venezuela a manifestar sua lealdade ao Presidente Encarregado em sua função constitucional de Comandante em Chefe. Da mesma forma, instam as Forças Armadas Nacionais a não impedir o ingresso e o trânsito da ajuda humanitária aos venezuelanos.

12. Reiteram sua preocupação pelo êxodo provocado pela crise política, econômica e social na Venezuela e enfatizam sua estreita conexão com a

ruptura da ordem constitucional. Da mesma forma, reconhecem o esforço dos países de acolhida e ressaltam a necessidade de apoiar e fortalecer sua capacidade de assistência e resposta humanitárias, por meio do acesso aos recursos necessários.

13. Tomam nota da Resolução 1/2019 da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, que outorgou medidas cautelares em favor de Juan Guaidó e sua família, e exigem sua implementação imediata.

14. Repudiam as medidas do Supremo Tribunal de Justiça, controlado pelo regime de Maduro, de proibir a saída do Presidente Encarregado Juan Guaidó do país e de bloquear suas contas e bens na Venezuela.

15. Destacam o papel fundamental que o Supremo Tribunal de Justiça legítimo tem desempenhado na abertura do processo de transição democrática.

16. Fazem um chamado aos membros da comunidade internacional para evitar que o regime de Maduro realize transações financeiras e comerciais no exterior, que tenha acesso a ativos internacionais da Venezuela e que possa fazer negócios tanto em petróleo quanto em ouro ou outros ativos.

17. Finalmente, reiteram seu apoio a um processo de transição pacífica por meios políticos e diplomáticos, sem o uso da força.

Salvaguardas da União Europeia sobre produtos de aço – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 05/02/19

O governo brasileiro tomou conhecimento de que a União Europeia (UE) publicou, em 1º de fevereiro de

2019, regulamentação sobre imposição de salvaguardas definitivas às importações de produtos de aço. As medidas serão aplicadas na forma de quotas tarifárias, com sobretaxas de 25% sobre as importações que excederem os limites estabelecidos por categoria de produto.

A UE havia iniciado em março de 2018 avaliação sobre a imposição de salvaguardas, as quais foram implementadas em caráter provisório em junho daquele ano. A intenção de aplicar as medidas de modo definitivo foi notificada pela UE à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 04 de janeiro de 2019. O prazo de expiração é junho de 2021.

Por intermédio do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia, o governo brasileiro tem acompanhado desde o início os processos da UE acerca das salvaguardas, tendo manifestado diversas vezes sua posição contrária à aplicação.

O governo brasileiro entende que as circunstâncias previstas no Acordo de Salvaguardas da OMC para o oferecimento de compensações se aplicam e, nesse sentido, continuará a buscar junto à União Europeia as compensações adequadas para equilibrar os efeitos adversos das salvaguardas sobre a corrente de comércio.

Eleições em El Salvador – 05/02/19

O Governo brasileiro congratula o presidente eleito de El Salvador, Nayib Bukele, pela vitória nas eleições gerais realizadas no último domingo, 03 de fevereiro de 2019.

O Governo brasileiro congratula, igualmente, o povo e os atores políticos

salvadorenses pelo alto nível da institucionalidade democrática do país.

Ao formular votos de pleno êxito ao presidente eleito no desempenho do mandato conferido, o Governo brasileiro manifesta sua expectativa de promover as relações bilaterais e os laços de amizade e de cooperação que tradicionalmente unem Brasil e El Salvador.

Encontro do Ministro de Estado das Relações Exteriores com a Representante Diplomática da Venezuela no Brasil – 11/02/19

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, recebeu esta manhã a senhora Maria Belandria, Representante Diplomática no Brasil do Presidente Encarregado da Venezuela, Juan Guaidó.

A Representante Diplomática da Venezuela no Brasil estava acompanhada do Coordenador da Coalizão Internacional para Ajuda Humanitária à Venezuela, Lester Toledo. No encontro, entre outros assuntos, foram discutidas possíveis medidas capazes de viabilizar o envio de alimentos e remédios para aliviar o sofrimento a que o povo venezuelano está submetido sob o regime ilegítimo de Maduro.

O Governo brasileiro está definindo, em processo de coordenação interministerial, formas do apoio que pode ser prestado ao povo venezuelano e ao Governo do Presidente Guaidó no processo de transição rumo ao restabelecimento da democracia na Venezuela.

Calendário de eventos entre 8 e 15 de fevereiro de 2019 – 12/02/19

11/FEV – Genebra, Suíça. Reunião organizacional preparatória à 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

11/FEV – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). 11º Sessão Especial do Conselho Executivo.

11 a 15/FEV – Sarajevo, Bósnia e Herzegovina. 117ª sessão do Grupo de Trabalho sobre desaparecimentos forçados ou involuntários.

11 a 15/FEV – Genebra, Suíça. 24ª sessão do Grupo de Trabalho sobre Comunicações (Conselho de Direitos Humanos).

11 a 15/FEV – Nova York, EUA. 57ª sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social, sob o tema prioritário "Abordando desigualdades e desafios para inclusão social por meio de políticas fiscais, salariais e de proteção social".

12/FEV – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento – Parte I (Continuação).

12/FEV – Genebra, Suíça. Painel "Construindo sobre a Agenda do desarmamento do Secretário Geral das Nações Unidas". Organizado pela Conceito estratégico para remoção de armas e proliferação (SCRAP na sigla em inglês).

12 e 13/FEV – Nova York, EUA. 1ª sessão Regular da Junta Executiva da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres).

12 e 13/FEV – Genebra, Suíça. Consulta sobre direitos humanos na resposta ao HIV – Promovendo os direitos humanos na resposta ao HIV: estratégias e melhores práticas regionais e sub-regionais.

12 e 13/FEV – Haia, Países Baixos. Reunião sobre reforma do sistema de desenvolvimento "Funding Compact" (representação responsável: Missão Permanente do Brasil junto à ONU em Nova York).

12 e 13/FEV – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). 4º Reunião Global do Fórum dos Povos Indígenas.

12 a 15/FEV – Genebra, Suíça. 43ª sessão do Grupo de Trabalho sobre Comunicações sob o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

13 e 14/FEV – Varsóvia, Polônia. Conferência sobre Paz no Oriente Médio.

13 a 16/FEV – Tóquio, Japão. G-20. Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade Climática. (FONTE: DEMA-II).

14 e 15/FEV – Genebra, Suíça. 12ª sessão do Grupo de Trabalho sobre Investigações sob o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

14 e 15/FEV – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). 42ª Sessão do Conselho de Governadores do FIDA.

Atentado terrorista na Índia – 15/02/19

O governo brasileiro condena veementemente o atentado terrorista contra policiais indianos no distrito de Pulwama, na região da Caxemira administrada pela Índia, que vitimou cerca de 40 pessoas e feriu dezenas, em 14 de fevereiro.

O governo brasileiro reafirma seu inteiro repúdio a todo ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, transmite suas sentidas condolências às famílias das vítimas, estende aos feridos votos de plena e rápida recuperação e expressa sua solidariedade ao governo e ao povo da Índia.

Salvaguardas da União Europeia sobre produtos de aço – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 18/02/19

O governo brasileiro encaminhou hoje à União Europeia pedido de compensações pelas salvaguardas às importações de aço impostas pela União Europeia no início deste mês.

Paralelamente, o governo brasileiro encaminhou à OMC notificação de que o Brasil, ao amparo do Acordo de Salvaguardas, poderá adotar medidas de forma a reequilibrar o seu comércio com a União Europeia, ante o impacto das medidas de salvaguarda no setor de aço.

O governo brasileiro permanece aberto ao diálogo com a União Europeia, a fim de buscar o melhor encaminhamento para essas questões. Reitera também sua disposição de seguir defendendo com todo o empenho os interesses dos produtores e exportadores brasileiros.

Incendio em Dacca, Bangladesh – 21/02/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com profundo pesar, do incêndio ocorrido no bairro histórico de Chawkbazar, em Dacca, na noite de 20

de fevereiro corrente, que resultou em dezenas de mortos e feridos.

O governo brasileiro transmite suas sentidas condolências às famílias das vítimas, estende aos feridos votos de plena e rápida recuperação e expressa sua solidariedade ao governo e ao povo de Bangladesh.

Entrevista coletiva do Ministro Ernesto Araújo – Pacaraima, 23 de fevereiro de 2019 – 23/02/19

No contexto de sua viagem a Pacaraima, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, conversará com profissionais de imprensa às 8h30 da manhã (horário local) de hoje, sábado (23/2), na Polícia Federal.

Atos de violência do regime de Maduro – 24/02/19

O Governo do Brasil expressa sua condenação mais veemente aos atos de violência perpetrados pelo regime ilegítimo do ditador Nicolás Maduro, no dia 23 de fevereiro, nas fronteiras da Venezuela com o Brasil e com a Colômbia, que causaram várias vítimas fatais e dezenas de feridos. O uso da força contra o povo venezuelano, que anseia por receber a ajuda humanitária internacional, caracteriza, de forma definitiva, o caráter criminoso do regime Maduro. Trata-se de um brutal atentado aos direitos humanos, que nenhum princípio do direito internacional remotamente justifica e diante do qual nenhuma nação pode calar-se.

O Brasil apela à comunidade internacional, sobretudo aos países que ainda não reconheceram o Presidente encarregado Juan Guaidó, a somarem-se ao esforço de libertação da Venezuela, reconhecendo o governo legítimo de Guaidó e exigindo que cesse a violência

das forças do regime contra sua própria população.

Contencioso na OMC entre Brasil e Índia sobre subsídios ao setor açucareiro – pedido de consultas – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 27/02/19

O Brasil apresentou hoje, 27 de fevereiro de 2019, pedido de consultas à Índia no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) para questionar aspectos do regime indiano de apoio ao setor açucareiro, em particular o programa de sustentação do preço da cana-de-açúcar. A Austrália também formalizou hoje pedido de consultas com questionamentos semelhantes ao governo indiano.

No entendimento do Brasil, a recente ampliação dos subsídios indianos tem causado impactos significativos no mercado mundial de açúcar. Estimativas de especialistas indicam que a oferta adicional indiana poderá gerar, na safra 2018/2019, supressão de até 25,5% do preço internacional do produto, o que se traduziria em prejuízo de até 1,3 bilhão de dólares apenas para os exportadores brasileiros.

O pedido de consultas é a primeira etapa formal de um contencioso na OMC. O governo brasileiro tem expectativa de que as consultas com o governo indiano contribuam para o equacionamento da questão.

A data e o local das consultas deverão ser acordados entre os dois países nas próximas semanas.

Declaração do Grupo de Lima em apoio ao processo de transição democrática e à reconstrução da Venezuela – Bogotá, 25 de fevereiro de 2019 – 27/02/19

Tradução não oficial

Os governos da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, membros do Grupo de Lima, comprometidos em contribuir para o processo de transição democrática e para a reconstrução institucional, econômica e social da República Bolivariana da Venezuela:

1. Condenam as ações deliberadas do regime ilegítimo de Nicolás Maduro que, sem considerar o sofrimento da população e os reiterados apelos da comunidade internacional, impediram, em 23 de fevereiro, a entrada de artigos de primeira necessidade e a assistência internacional, mediante atos de repressão violenta que causaram várias vítimas e mortes na fronteira com a Colômbia e com o Brasil, o que e agravou a situação de risco em que se encontram a vida, a dignidade e a integridade dos venezuelanos.
2. Expressam sua solidariedade com o povo venezuelano e reconhecem sua bravura e coragem na luta para recuperar a democracia e reiteram o compromisso do Grupo de Lima em continuar a apoiá-lo ativamente neste esforço.
3. Denunciam perante a comunidade internacional o regime ilegítimo de Nicolás Maduro por estar intencionalmente sujeitando os venezuelanos, e, em particular, a população mais vulnerável, a uma privação sistemática de alimentos e medicamentos, e de acesso a serviços básicos, de forma a garantir a sua permanência no poder.

4. Expressam seu agradecimento pela assistência humanitária colocada à disposição da Venezuela, e condenam a violência indiscriminada empregada pelos corpos de segurança e de grupos armados a serviço do regime ilegítimo de Nicolás Maduro para obstar sua distribuição e impedir o pleno exercício dos direitos e liberdades dos venezuelanos. Em consequência, colaborarão para que os responsáveis por tais atos respondam perante a justiça.

5. Decidem solicitar à Corte Penal Internacional que leve em consideração a grave situação humanitária na Venezuela, a violência criminosa do regime de Nicolás Maduro contra a população civil e a negação do acesso à assistência internacional, que constituem um crime de lesa-humanidade, no curso dos procedimentos em curso em virtude da solicitação apresentada por Argentina, Canadá, Colômbia, Chile, Paraguai e Peru em 27 de setembro de 2018, posteriormente referendada pela Costa Rica e França, e saudada pela Alemanha.

6. Decidem impulsionar a designação por parte do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas de um perito independente ou de uma comissão de investigação sobre a situação na Venezuela, em seguimento à profunda preocupação pelas “graves violações de direitos humanos no contexto de uma crise política, econômica, social e humanitária” no país, expressa na Resolução A/HRC/RES/39/1 “Promoção e proteção dos direitos humanos na República Bolivariana de Venezuela”, de 26 de setembro de 2018; e reiteram seu chamado à Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos a responder tempestivamente sobre a situação nesse país, previamente à apresentação de seu informe exaustivo

na 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

7. Manifestam o caráter irreversível de seu compromisso em favor da transição democrática e da reconstrução institucional, econômica e social na Venezuela, destacando que a permanência de Nicolás Maduro e de seu regime ilegítimo no poder representa uma ameaça sem precedentes à segurança, à paz, à liberdade e à prosperidade em toda a região, razão pela qual estão levando a discussão da atual situação nesse país ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, e seguirão abordando-a na Organização dos Estados Americanos. Ademais, adiantarão gestões diretas perante o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas para que ele, de conformidade com suas competências, impulse a ativação do Sistema de Nações Unidas em relação ao que está ocorrendo na Venezuela.

8. Expressam sua satisfação ante o número crescente de Estados que reconheceram a autoridade constitucional da Assembleia Nacional e do Presidente Encarregado, Juan Guaidó, e convidam a esses Estados e ao conjunto da comunidade internacional a somar-se ao compromisso do Grupo de Lima com a transição democrática e com a imediata provisão de assistência humanitária, aderindo à Declaração de Ottawa pela Venezuela. Nesse sentido, decidem intensificar as gestões do Grupo de Lima a nível internacional, estabelecendo todos os contatos e coordenações necessários, incluindo missões especiais, para dar a conhecer os esforços e as ações que o Grupo empreendeu para ajudar na restauração da democracia e da ordem constitucional na Venezuela.

9. Resolvem manter permanente coordenação com os representantes do governo do Presidente Encarregado,

Juan Guaidó, tanto em suas relações bilaterais como nas organizações internacionais às quais pertencem e nos foros multilaterais dos quais participam, com vistas ao retorno da democracia, à reconstrução econômica, e ao imediato tratamento da crise humanitária. Nesse contexto, promoverão seu reconhecimento nas organizações internacionais e nos mecanismos de coordenação multilaterais como representantes legítimos da Venezuela.

10. Avançam no reconhecimento dos representantes do Presidente Encarregado Juan Guaidó, em conformidade com seus procedimentos internos.

11. Reiteram seu chamado a todos os membros das Forças Armadas Nacionais da Venezuela a reconhecerem o Presidente Encarregado Juan Guaidó como seu Comandante em Chefe, e os exortam a, mantendo-se fiéis ao seu mandato constitucional de estarem a serviço exclusivo da Nação e não de uma pessoa, cessar de servir como instrumentos do regime ilegítimo de Nicolas Maduro para a opressão ao povo venezuelano e a sistemática violação dos seus direitos humanos.

12. Instam os membros do Poder Judiciário e do Sistema Judicial da Venezuela, inclusive aqueles que tenham sido irregularmente designados, a reconhecerem a autoridade legítima da Assembleia Nacional e do Presidente Encarregado Juan Guaidó, e a respeitarem o pleno exercício de suas competências constitucionais, com o objetivo de facilitar a transição democrática e o restabelecimento do Estado de direito na Venezuela.

13. Fazem um chamado aos países que ainda mantêm laços de cooperação com o regime ilegítimo de Nicolás Maduro a promoverem a busca de soluções que abram o caminho para o processo de transição democrática e para a

convocação de eleições livres, justas, transparentes e credíveis.

14. Oferecem seu firme apoio ao Acordo para a promoção do Plano de Resgate do País, adotado pela Assembleia Nacional em 29 de janeiro. Nesse sentido, expressam sua disposição de convocar uma conferência internacional e de solicitar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento que lidere o apoio às autoridades legítimas da Venezuela na implementação de reformas institucionais e econômicas que estas considerem necessárias para recuperar a economia e para proporcionar oportunidades de progresso social a todos os venezuelanos.

15. Reafirmam o direito de todos os venezuelanos a viver em democracia e liberdade, e, portanto, reiteram seu apoio à realização de eleições livres e justas, abertas à participação de todas as forças políticas, com acompanhamento e observação internacional, organizadas por uma autoridade eleitoral neutra e legitimamente constituída. Para a realização de novas eleições democráticas, exigem a saída imediata de Nicolás Maduro e o fim da usurpação, respeitando a autoridade constitucional da Assembleia Nacional e do Presidente Encarregado Juan Guaidó.

16. Reiteram sua convicção de que a transição para a democracia deve ser conduzida pacificamente pelos próprios venezuelanos e no marco da Constituição e do direito internacional, com o apoio de meios políticos e diplomáticos, sem o uso da força.

17. Concordam em reafirmar e acompanhar as medidas anteriormente adotadas pelo Grupo Lima; oferecer todo o seu apoio à concepção e execução do calendário eleitoral estabelecido pela Assembleia Nacional e pelo Presidente Encarregado Juan

Guaidó; e exortar a comunidade internacional para a necessidade urgente de se permitir a entrada da assistência humanitária ao povo venezuelano.

18. Acolhem a oferta do Governo da República do Chile para sediar a próxima reunião do Grupo Lima, em data a ser determinada.

Acidente ferroviário no Egito – 27/02/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do acidente seguido de incêndio na Estação Ferroviária de Ramsés, Cairo, na manhã do dia 27 de fevereiro, que causou a morte de pelo menos 20 pessoas e deixou mais de 40 feridos.

O Brasil transmite sua solidariedade e suas condolências aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Egito e faz votos de plena recuperação aos feridos.

Entrada em vigor do Acordo de Prespa entre a Macedônia do Norte e a Grécia – 01/03/19

O Governo brasileiro congratula a República da Macedônia do Norte e a República Helênica pela histórica assinatura do Acordo de Prespa, que entrou em vigor em 12 de fevereiro.

O Governo brasileiro presta reconhecimento à determinação daqueles países para superarem o diferendo onomástico, e manifesta confiança em que a amizade entre a Macedônia do Norte e a Grécia favorecerá a paz e a prosperidade da região.

Comunicação da União Europeia à OMC sobre a intenção brasileira de suspender

concessões em resposta a salvaguardas europeias sobre produtos de aço – 01/03/19

NOTA CONJUNTA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Em resposta às salvaguardas definitivas impostas pela União Europeia (UE) sobre produtos de aço, vigentes desde 2 de fevereiro de 2019, o Brasil notificou à Organização Mundial do Comércio, em 18 de fevereiro, sua intenção de suspender, em 30 dias, concessões em relação àquele bloco.

Em 27 de fevereiro, a União Europeia circulou comunicação aos Membros da OMC questionando a intenção brasileira de suspender tais concessões.

O Brasil afirma que sua decisão está inteiramente amparada nas disciplinas multilaterais de comércio, de modo geral, e no Acordo de Salvaguardas, em particular.

Retorno à Venezuela do Presidente Encarregado Juan Guaidó – 02/03/19

O governo brasileiro, ao rechaçar as intimidações e ameaças do regime Maduro contra o Presidente Encarregado da Venezuela, Juan Guaidó, e sua família, manifesta a expectativa de que sua volta à Venezuela ocorra sem incidentes e que os direitos e segurança do presidente Guaidó, seus familiares e assessores sejam plenamente respeitados por aqueles que ainda controlam o aparato de repressão do regime.

Atentado na Somália – 07/03/19

O governo brasileiro condena veementemente os ataques ocorridos no último dia 28 de fevereiro, em Mogadíscio, na Somália, que deixaram pelo menos 20 mortos e dezenas de feridos.

Ao expressar condolências às famílias das vítimas e votos de plena recuperação aos feridos, o Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, e reitera seu apoio à paz e à estabilidade na Somália.

Calendário de Eventos entre 8 e 15 de março de 2019 – 08/03/19

25/FEV a 22/MAR – Genebra, Suíça. 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. (Continuação).

4 a 29/MAR – Genebra, Suíça. 125ª sessão do Comitê de Direitos Humanos. 11 e 12/MAR - Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 108ª Sessão do Comitê de Assuntos Constitucionais e Jurídicos.

11/MAR a 12/MAR – Genebra, Suíça. Reunião da mesa diretora da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.

11/MAR a 15/MAR. Genebra, Suíça. 64ª sessão do Grupo de Trabalho prévio ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

11/MAR a 15/MAR – Genebra, Suíça. 74ª sessão do Grupo de Trabalho prévio a sessão do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.

11 a 15/MAR – Genebra, Suíça. Grupo de Peritos Governamentais sobre o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas.

11/MAR – Brasília, DF. Reunião de Consultas Políticas Brasil-Rússia.

11/MAR a 5/ABR – Genebra, Suíça. 21ª sessão do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

12/MAR – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte I (Continuação) 12 a 14/MAR – Londres, Inglaterra. IMO. Workshop de Especialistas em preparação para o 4º Grupo de Estudo sobre Gases de Efeito Estufa (GHG-EW) da Organização Marítima Internacional (IMO).

13/MAR – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião preparatória para a 175ª Sessão do Comitê de Finanças.

13/MAR – Genebra, Suíça. Reunião conjunta das mesas diretoras da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco e do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco.

14/MAR – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte I (Continuação) 14 e 15/MAR – Genebra, Suíça. Reunião da mesa diretora do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco.

15/MAR – Berlim, Alemanha. Conferência “Novas tecnologias e controle de armas”.

15 e 16/MAR – Annecy, França. Oficina sobre o Tratado sobre a Não Proliferação Nuclear. Comitê Preparatório de 2019: O que é possível avançar para a Conferência de 2020?

Situação na Venezuela – Comunicado do Grupo de Lima – 10/03/19

Os governos da Argentina, do Brasil, do Canadá, da Colômbia, da Costa Rica, do Chile, da Guatemala, de Honduras, do Panamá, do Paraguai e do Peru, membros do Grupo de Lima, nos solidarizamos com os milhões de venezuelanos afetados pelo apagão que se prolonga há mais de 50 horas e que,

até o momento, resultou em 18 vítimas em hospitais e em clínicas em consequência da falta de abastecimento elétrico, além dos inúmeros contratempos na vida cotidiana, os quais se somam às penúrias que o povo venezuelano vem sofrendo há anos. Esta situação não faz senão confirmar a existência e a magnitude da crise humanitária que o regime de Maduro se nega a reconhecer.

Responsabilizamos exclusivamente o regime ilegítimo de Maduro pelo colapso do sistema elétrico venezuelano.

Reiteramos nosso apoio ao Presidente Encarregado Juan Guaidó e à Assembleia Nacional e ratificamos nosso compromisso com o povo venezuelano em sua busca por uma solução para a crise que afeta seu país. Somente um governo legítimo surgido de eleições livres e democráticas poderá realizar a reconstrução das instituições, da infraestrutura e da economia do país, de que os venezuelanos necessitam para recuperar sua dignidade, o exercício das liberdades civis e o respeito de seus direitos humanos, após anos de negligência e negação.

Solicitação de atribuição do nome de domínio de primeiro nível “Amazon” – 11/03/19

Em 10 de março, o Conselho Diretor da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) adotou resolução a respeito da atribuição do nome de domínio de primeiro nível “Amazon” à empresa Amazon Inc. A medida dispõe que, na ausência de um acordo entre os países amazônicos e a companhia norte-americana nessa matéria até 7 de abril próximo e de eventual pedido conjunto de prorrogação dessa data, a ICANN resolverá o assunto após o dia 21 de

abril. Ao não tomar uma decisão durante sua reunião em curso no Japão, o Conselho atendeu a solicitação do governo brasileiro e de outros países amazônicos, gesto que o Ministério das Relações Exteriores aprecia.

Desde 2012, por intermédio do Itamaraty, o Brasil, em coordenação com os demais países amazônicos, opõe-se firmemente à atribuição do “Amazon” à empresa Amazon Inc. em regime de exclusividade. Na visão brasileira, devido a sua indissociável relação semântica com a Amazônia, aquele domínio não deve, de modo algum, ser o monopólio de uma empresa. Ao contrário, é imperioso que os Estados concernidos possam participar de sua gestão e uso, com vistas a defender e promover o patrimônio natural, cultural e simbólico da região amazônica, bem como fomentar a economia regional e a inclusão digital das populações ali residentes.

Nas próximas semanas, o Brasil buscará, de boa-fé, em parceria com outros países amazônicos e em diálogo com a Amazon Inc., ajudar a que se chegue a solução mutuamente aceitável e que respeite o legítimo e superior interesse público dos Estados e sociedades envolvidos. O governo brasileiro mantém a esperança de que a companhia norte-americana demonstrará elevado sentido de responsabilidade pública e marcada sensibilidade política e cultural.

A ICANN é uma entidade de direito privado responsável pela gestão do sistema de nomes de domínio da Internet. A função dos governos limita-se ao mero aconselhamento do Conselho Diretor, sem força legal, em temas de política pública, especialmente quando haja vinculações entre suas decisões e os direitos nacional ou internacional. Essa singularíssima governança também exigirá da ICANN

sentido de responsabilidade pública e sensibilidade política e cultural, ao decidir acerca de atribuição de domínio na internet que remete à própria identidade nacional de nada menos que oito países e a uma região com tamanha carga simbólica. Sua futura decisão também terá de levar em conta a necessidade de preservar o equilíbrio do regime multissetorial de governança da internet.

Visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – 12 de março de 2019 – 11/03/19

O presidente da República, Jair Bolsonaro, receberá o presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez, em Brasília, no dia 12 de março. Na ocasião, os presidentes examinarão os principais temas da pauta bilateral, com destaque para o combate aos ilícitos transnacionais, o acordo automotivo bilateral e os projetos de pontes internacionais ligando os dois países. Também serão tratados assuntos de interesse mútuo da agenda regional, como a situação na Venezuela.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2018, o intercâmbio comercial foi de US\$ 4,1 bilhões, tendo aumentado 8,6% em relação a 2017. O Brasil mantém, ainda, o segundo maior estoque de investimentos diretos naquele país, estimado em cerca de US\$ 1 bilhão.

O Paraguai abriga a segunda maior comunidade brasileira no exterior, estimada em cerca de 330 mil pessoas. Parte significativa dessa comunidade dedica-se a atividades agropecuárias em Departamentos limítrofes com o Brasil.

Ministra Damares Alves participa de comissão da ONU sobre status da mulher – 11/03/19

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, participa a partir desta segunda-feira, 11 de março, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, da 63ª Conferência sobre o Status da Mulher – CSW, comissão do Conselho Econômico e Social da ONU. A Ministra integra, à tarde, a Mesa Redonda de Alto Nível, que discute o trabalho doméstico e não-remunerado. Na terça-feira, discursa no debate geral.

A delegação brasileira, chefiada pela ministra Damares, é composta por representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Ministério das Relações Exteriores e das bancadas femininas no Congresso Nacional. Estão previstos, também, encontros bilaterais com representantes de outros países para debater a condição social e econômica da mulher.

Acidente aéreo na Etiópia – 11/03/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do acidente aéreo ocorrido no último domingo, 10 de março, que vitimou as 157 pessoas a bordo do voo ET 302 da Ethiopian Airlines. Não há registro de nacionais brasileiros entre os passageiros do voo.

O governo brasileiro lamenta profundamente a tragédia e expressa suas condolências e sua solidariedade às famílias e aos governos dos países de origem das vítimas, bem como às Nações Unidas, que contavam com diversos de seus funcionários entre os passageiros daquela aeronave.

Eleições Legislativas na Guiné-Bissau – 11/03/19

O governo brasileiro felicita o povo e o governo da Guiné-Bissau pela realização das eleições legislativas, em 10 de março. O Brasil prestou apoio à Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, por intermédio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e destacou representantes brasileiros para integrar a Missão de Observação Eleitoral da CPLP, chefiada pelo embaixador Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso.

O governo brasileiro reitera sua disposição em seguir cooperando em benefício da estabilidade e da consolidação da paz na Guiné-Bissau.

Declaração presidencial conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez – 12 de março de 2019 – 12/03/19

O Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez, realizou visita oficial a Brasília, em 12 de março de 2019, atendendo a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro.

Na ocasião, ambos os Chefes de Estado mantiveram encontro privado, bem como reunião ampliada com participação de suas respectivas delegações, em que passaram revista a importantes temas da agenda bilateral e constataram a coincidência de visões e prioridades entre os dois Governos.

Os Presidentes ressaltaram o excelente momento em que se encontram as relações entre Brasil e Paraguai e expressaram sua mais firme vontade em avançar na realização de projetos comuns e ações conjuntas com vistas a consolidá-las ainda mais em benefícios de seus povos. Nesse sentido:

1) Reafirmaram a importância da cooperação bilateral no combate ao crime organizado transnacional e comprometeram-se a intensificar ainda mais os contatos entre autoridades de segurança e inteligência para aprimorar a coordenação, com vistas à eliminação das organizações criminosas que atuam em ambos os países.

2) O Presidente Jair Bolsonaro agradeceu o empenho demonstrado pelas autoridades paraguaias em dar maior celeridade aos trâmites de expulsão daquele país de criminosos brasileiros de alta periculosidade e de sua entrega à Polícia Federal brasileira.

3) Os Presidentes destacaram a administração conjunta da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, que continua a ser a maior unidade de produção de eletricidade no mundo e um paradigma de integração energética bilateral bem-sucedida. Concordaram que as futuras negociações com vistas à revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu devem orientar-se pelo mesmo espírito de entendimento construtivo que tem caracterizado esse importante projeto binacional.

4) Reafirmaram os termos da Declaração Presidencial Conjunta Brasil-Paraguai sobre Integração Física, adotada em 21 de dezembro de 2018, segundo a qual será custeada pela margem brasileira de Itaipu Binacional a Segunda Ponte sobre o Rio Paraná, e pela margem paraguaia da entidade a Ponte sobre o Rio Paraguai.

5) Ao verificarem o crescimento do fluxo comercial bilateral e de investimentos, os Presidentes instruíram a reativação dos mecanismos encarregados de aprofundar os processos de integração produtiva para alcançar um maior desenvolvimento econômico e social de seus países.

6) No âmbito do MERCOSUL, os Presidentes acordaram concentrar seus esforços em matéria de acesso a mercados, fortalecimento da

competitividade, facilitação de comércio, fortalecimento institucional e relacionamento externo.

De outra parte, ao mesmo tempo em que constatarem a sintonia de visões, ideais e valores entre Brasil e Paraguai com respeito aos esforços em curso para a promoção da vigência do Estado de Direito e da democracia na América do Sul e para o fortalecimento da integração regional, reiteraram seu firme compromisso de seguir apoiando o povo venezuelano e o Governo do Presidente Juan Guaidó no processo de transição rumo ao restabelecimento da democracia na Venezuela.

Por fim, o Presidente Mario Abdo Benítez agradeceu a cordial atenção que lhe foi dispensada e estendeu convite ao Presidente do Brasil para que realize visita oficial à República do Paraguai, em data próxima a ser acordada por vias diplomáticas. O Presidente Jair Bolsonaro aceitou, com satisfação, o convite.

Presidência brasileira do BRICS em 2019 – 12/03/19

O Brasil exerce, em 2019, a presidência de turno do BRICS, agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. É responsabilidade da presidência rotativa propor prioridades para o grupo e coordenar as cerca de 100 reuniões anuais, inclusive em nível ministerial, dos diversos foros e grupos de trabalho que debatem e propõem iniciativas conjuntas em ampla gama de temas econômico-comerciais, financeiros, científico-tecnológicos, culturais, de saúde, de segurança, sociais e de gestão.

Marcando o início das atividades formais da presidência de turno brasileira, a primeira reunião de coordenação ocorrerá em Curitiba, de 13 a 15 de março. No encontro, em nível de “sherpas” (vice-ministros

encarregados de BRICS nas respectivas chancelarias), se discutirão as prioridades para o ano e se passará em revista o andamento das iniciativas de cooperação em curso.

Somados, os quatro outros integrantes do BRICS foram destino, em 2018, de 30,7% das exportações brasileiras. O valor dos bens comprados por esses quatro membros do grupo atingiu US\$ 73,8 bilhões (contra US\$ 56,4 bi em 2017). Vieram desses países 23,8% das importações nacionais, correspondentes a US\$ 43,1 bilhões. O saldo comercial do Brasil com o BRICS foi, no ano passado, positivo em US\$ 30,7 bilhões (era de US\$ 23 bilhões em 2017), equivalente a 52% do superávit comercial brasileiro no ano.

Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos, Xeiqe Abdullah bin Zayed Al Nahyan, ao Brasil – Brasília, 15 de março de 2019 – 14/03/19

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos, Xeiqe Abdullah bin Zayed Al Nahyan, visitará Brasília em 15 de março.

O Xeiqe Abdullah será recebido pelo Presidente Jair Bolsonaro e manterá reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, além de encontrar-se com outras autoridades brasileiras.

Brasil e Emirados Árabes Unidos mantêm expressiva cooperação econômica. O intercâmbio comercial bilateral atingiu, em 2018, US\$ 2,6 bilhões, e há grande potencial de investimentos recíprocos. Estima-se que os investimentos emiráticos no Brasil superem US\$ 5 bilhões.

A assinatura, durante a visita, do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), juntamente com a recém-assinada Convenção para Eliminar a Dupla Tributação, abrirão novas perspectivas para a expansão dos fluxos de investimentos entre os dois países. Ainda com o objetivo de ampliar parcerias, decidiu-se estabelecer, em 2019, grupo de trabalho bilateral para a promoção de investimentos.

A visita permitirá o intercâmbio de visões sobre as agendas bilateral e regionais e a identificação de oportunidades para o desenvolvimento da cooperação em setores como agronegócios, infraestrutura e ciência e tecnologia. Celebram-se, em 2019, 45 anos de relações diplomáticas entre os dois países.

Serão assinados acordos bilaterais nas áreas de facilitação de investimentos, cooperação jurídica internacional e turismo.

Lançamento de foguetes contra Israel – 14/03/19

O governo brasileiro condena, nos termos mais veementes, o lançamento de mísseis desde a Faixa de Gaza contra a região central de Israel, onde se localiza a cidade de Tel Aviv.

Nada pode justificar o disparo indiscriminado de foguetes contra centros urbanos, em ataques que têm como alvo a população civil.

O governo brasileiro destaca a eficácia do sistema “Iron Dome” de Israel, que interceptou um dos projéteis (o outro caiu em área despovoada), e insta os grupos que controlam a Faixa de Gaza a colocarem fim aos ataques.

Brasil-China: Reunião da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) – 14 de março de 2019

Em reunião de Conselho de Governo, deu-se início aos preparativos para a realização da próxima reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Instituída em 2004, a Sessão Plenária da COSBAN reuniu-se quatro vezes, sendo a última em 2015, em Brasília.

Principal mecanismo de coordenação da relação bilateral, a COSBAN é constituída por estrutura com três níveis:

- Sessão Plenária: copresidida pelo Vice-Presidente do Brasil e pelo Vice-Presidente da China;

- Secretaria-Executiva: cabe ao Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil e ao Vice-Ministro de Comércio da China;

- Subcomissões: coordenadas pelos Ministérios de ambos os países;

A COSBAN subdivide-se em doze Subcomissões temáticas:

- (1) Política;
- (2) Econômico-Comercial;
- (3) Econômico-Financeira;
- (4) de Inspeção e Quarentena;
- (5) de Agricultura;
- (6) de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- (7) de Indústria e Tecnologia da Informação;
- (8) de Cooperação Espacial;
- (9) de Energia e Mineração;
- (10) Educacional;
- (11) Cultural;
- (12) de Saúde.

As Subcomissões têm entre seus objetivos promover a implementação dos compromissos firmados pelos países e identificar novos campos e modalidades de cooperação.

Na reunião de hoje, foi definido o cronograma de atividades preparatórias a serem realizadas pelo governo brasileiro.

A data da Sessão Plenária está sendo acordada conjuntamente com o governo chinês.

Ciclone Idai em Moçambique e no Malawi – 14/03/19

O governo brasileiro lamenta profundamente as mortes, a destruição e os desalojamentos causados pelo ciclone tropical Idai no Malawi e em Moçambique e se solidariza com as populações e os governos daqueles países amigos afetados.

Criada em 1999, por razões humanitárias, a Carta Internacional – Espaço e Grandes Catástrofes (“International Charter Space and Major Disasters”, em inglês) reúne agências espaciais de vários países, entre os quais o Brasil, para o livre e gratuito compartilhamento dos recursos de satélites com capacidade de observação de desastres na Terra.

O Brasil participa da Carta por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, com imagens obtidas pelo Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). No Brasil, o “Usuário Autorizado” para ativar o protocolo de acesso a essas imagens satelitais é a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional (SEDEC/MDR).

Tal como se beneficiou desse serviço humanitário de alta tecnologia por ocasião da tragédia de Brumadinho (MG), o Brasil vai rapidamente fornecer a Moçambique e ao Malawi mapas, com base em imagens satelitais, das regiões afetadas pelo ciclone tropical Idai, para auxiliar as operações de busca e salvamento.

Ataques terroristas em Christchurch, Nova Zelândia – 15/03/19

O governo brasileiro condena veementemente os ataques terroristas direcionados à comunidade muçulmana de Christchurch, Nova Zelândia, que custaram a vida de cerca de 49 pessoas e deixaram dezenas de feridos, em 15 de março.

Ao expressar condolências às famílias das vítimas e votos de rápida e plena recuperação aos feridos, o Brasil reitera seu firme repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, e manifesta sua solidariedade ao povo e ao governo da Nova Zelândia.

Aprovação do nome do representante da Venezuela no BID e na CII indicado pelo Presidente Encarregado Juan Guaidó – 16/03/19

O Ministério das Relações Exteriores saúda a decisão dos Conselhos de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Interamericana de Investimentos (CII) de aprovar a nomeação, pelo Presidente Encarregado da Venezuela Juan Guaidó, do economista Ricardo Hausmann como Governador pela Venezuela em ambas as instituições financeiras.

A decisão foi aprovada pela ampla maioria dos votos (75%) dos acionistas, entre os quais o Brasil. Isso demonstra, uma vez mais, a rejeição internacional ao regime de Nicolás Maduro, juntamente com o claro e firme apoio internacional ao presidente Guaidó e seu governo, único representante legítimo do Estado venezuelano.

Ao passar a contar com representante da verdadeira Venezuela, a Venezuela que inicia a transição democrática sob a liderança de Guaidó, o BID se credencia para desempenhar papel decisivo na recuperação da economia venezuelana, que pressupõe a redemocratização do país.

Entrada em vigor do livre comércio para automóveis entre Brasil e México – Nota conjunta à Imprensa do Ministério da Economia e do Ministério das Relações Exteriores – 19/03/19

O comércio bilateral automotivo passa a ocorrer livremente, sem a cobrança de tarifas ou limitação quantitativa

A partir desta terça-feira (19/3), Brasil e México retornam ao livre comércio de veículos leves. A medida está prevista no Acordo de Complementação Econômica nº 55 (ACE-55), que regula o comércio de automóveis e a integração produtiva entre os dois países desde 2002.

O fim do regime de cotas para veículos leves estava previsto desde 2015. Agora o comércio bilateral de automóveis passa a ocorrer livremente, sem cobrança de tarifas ou limitação quantitativa. A partir de hoje, também deixa de vigorar a lista de exceções, que previa regras de origem específicas para autopeças.

Em paralelo ao fim do regime de cotas, o acordo também prevê, a partir desta data, conforme disposto no artigo 4º do 5º Protocolo Adicional ao Apêndice II do ACE-55, novo conteúdo regional para o comércio de automóveis e autopeças entre os dois países.

O retorno ao livre comércio automotivo entre Brasil e México é passo importante para aprofundar o relacionamento comercial entre as duas

maiores economias da América Latina. A partir de 2020, está previsto o livre comércio também para veículos pesados (caminhões e ônibus) e suas autopeças, e as negociações bilaterais para esse fim ganharão reforço nos próximos meses.

Adicionalmente, o Governo Brasileiro tem grande interesse em ampliar o livre comércio com o México para outros setores, tanto industriais quanto agrícolas, com a inclusão de matérias sanitárias e fitossanitárias, facilitação de comércio e barreiras técnicas ao comércio, conforme compromisso assumido anteriormente nas negociações do Acordo de Complementação Econômica nº 53 (ACE-53).

Dentro de uma dinâmica de abertura e de aproveitamento do pleno potencial das duas maiores economias da América Latina, o Governo Brasileiro pretende retomar as negociações para um acordo mais abrangente de livre comércio com o México, paralisadas desde 2017.

Brasil participa de Conferência da ONU sobre cooperação Sul-Sul – 19/03/19

O Brasil participará da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (PABA +40), a ser realizada em Buenos Aires entre os dias 20 e 22 deste mês.

A Conferência, que será aberta pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, marca os 40 anos da adoção do “Plano de Ação de Buenos Aires” (1978), que estruturou os princípios sobre os quais a cooperação entre países em desenvolvimento, ou cooperação Sul-Sul (CSS), tem se desenvolvido ao longo das últimas décadas. Na CSS, os países compartilham conhecimentos, boas práticas e experiências entre si,

para a superação de desafios comuns, nos seus respectivos processos de desenvolvimento econômico e social.

Com o tema “O papel da cooperação Sul-Sul na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: desafios e oportunidades”, o evento terá espaço de exposições que contará com estande em que o Brasil apresentará seus projetos nessa área.

O Brasil tem 380 iniciativas de cooperação Sul-Sul em curso, em 63 países em desenvolvimento ao redor do mundo. Os projetos são coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), criada em 1987 para coordenar, executar e avaliar as iniciativas de cooperação técnica do País, recebida e prestada. Com mais de 30 anos de experiência, a ABC desenvolve parcerias com mais de 100 instituições nacionais de excelência, públicas e privadas, e mantém alianças estratégicas com países desenvolvidos, organismos internacionais e países em desenvolvimento.

Integram a delegação brasileira representantes da Presidência da República, Itamaraty, Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade de São Paulo (USP), Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (CGEE/MCTIC) e da ABC/MRE.

Comunicado Conjunto do Presidente Jair Bolsonaro e do Presidente Donald J. Trump – 19 de março de 2019 – 19/03/19

No dia de hoje, o Presidente Jair Messias Bolsonaro e o Presidente Donald J. Trump assumiram o compromisso de construir uma nova parceria entre seus dois países com foco

no aumento da prosperidade, na melhoria da segurança, na promoção da democracia, da liberdade e da soberania nacional.

O Presidente Trump e o Presidente Bolsonaro reiteraram que os Estados Unidos e o Brasil apoiam o Presidente Encarregado da Venezuela Juan Guaidó, ao lado da Assembleia Nacional democraticamente eleita e o povo venezuelano no seu trabalho de restauração pacífica da ordem constitucional na Venezuela.

Os dois Presidentes concordaram em aprofundar a sua parceria no combate ao terrorismo, ao tráfico de armas e drogas, aos crimes cibernéticos e à lavagem de dinheiro por meio do Fórum Permanente de Segurança Brasil-EUA, e saudaram a assinatura de dois instrumentos para melhorar a segurança de fronteira. O Presidente Bolsonaro anunciou a intenção de isentar cidadãos dos EUA de vistos de turista, e os Presidentes concordaram em dar os passos necessários para permitir a participação do Brasil no Programa de Viajantes Confiáveis “Global Entry” do Departamento de Segurança Interior.

O Presidente Trump anunciou a intenção dos Estados Unidos de designar o Brasil como um Aliado Prioritário Extra-OTAN. Os Presidentes saudaram, ademais, a assinatura de um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que permitirá que empresas norte-americanas conduzam lançamentos espaciais comerciais a partir do Brasil, assim como a assinatura de um acordo entre a Administração de Aeronáutica e Espaço (NASA) e a Agência Especial Brasileira para o lançamento um satélite desenvolvido conjuntamente no futuro próximo.

Os dois líderes concordaram em construir uma Parceria para Prosperidade com o objetivo de aumentar empregos e reduzir barreiras

ao comércio e aos investimentos. Nesse sentido, decidiram aprimorar o trabalho da Comissão de Relações Econômicas e Comerciais Brasil-EUA, criada pelo Acordo sobre Cooperação Econômica e Comercial, para explorar novas iniciativas para facilitar o comércio, os investimentos e boas práticas regulatórias.

Os dois líderes também assumiram uma série de compromissos na área comercial. O Presidente Bolsonaro anunciou que o Brasil implementará uma quota tarifária, permitindo uma importação anual de 750 mil toneladas de trigo norte-americano com tarifa zero. Além disso, os Estados Unidos e o Brasil acordaram condições baseadas na ciência para permitir a importação de carne de porco dos Estados Unidos. Com o objetivo de permitir a retomada das exportações de carne bovina do Brasil, os Estados Unidos concordaram a agendar rapidamente uma visita técnica do Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar do Departamento de Agricultura para inspecionar o sistema de inspeção de carne “in natura” do Brasil, assim que esteja satisfeito com a documentação sobre segurança alimentar do Brasil. Os Presidentes instruíram suas equipes a negociar um Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) relativo aos seus programas de operadores econômicos autorizados, o que reduzirá custos para empresas norte-americanas e brasileiras.

Os dois líderes anunciaram uma nova fase do Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA, e saudaram a criação de um Fundo de Investimento de US\$ 100 milhões com impacto na preservação da biodiversidade para servir de catalisador do investimento sustentável na região amazônica. Na condição de líderes de dois dos fornecedores de energia que mais crescem no mundo, os Presidentes concordaram em estabelecer um Fórum de Energia Brasil-EUA para facilitar o

comércio e os investimentos relacionados ao setor energético.

O Presidente Trump saudou os atuais esforços do Brasil no campo das reformas econômicas, melhores práticas e marcos regulatórios em linha com os padrões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Presidente Trump manifestou seu apoio para que o Brasil inicie o processo de adesão com vistas a tornar-se membro pleno da OCDE. De maneira proporcional ao seu status de líder global, o Presidente Bolsonaro concordou que o Brasil começará a abrir mão do tratamento especial e diferenciado nas negociações da Organização Mundial do Comércio, em linha com a proposta dos Estados Unidos. O Presidente Bolsonaro agradeceu o Presidente Trump e o povo norte-americano por sua hospitalidade.

Comunicado do Grupo de Lima – 21/03/19

Tradução não oficial

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru, membros do Grupo Lima, rejeitam e condenam veementemente a detenção ilegal do Sr. Roberto Marrero e a inaceitável invasão à residência do deputado Sergio Vergara.

O Grupo de Lima exige que o regime ilegítimo e ditatorial de Nicolás Maduro liberte imediatamente o Sr. Marrero e respeite plenamente o foro parlamentar do deputado Vergara. Também conclama as organizações internacionais de direitos humanos a exercerem seus poderes, de forma decisiva e imediata, em relação ao Estado venezuelano.

Responsabilizamos o regime de Maduro pela segurança e integridade física dos senhores Roberto Marrero e Sergio Vergara. Exigimos o fim da hostilidade aos democratas venezuelanos e das práticas sistemáticas de detenção arbitrária e tortura na Venezuela.

Calendário de Eventos entre 15 e 22 de março de 2019 – 22/03/19

4 a 29/MAR – Genebra, Suíça. 125ª sessão do Comitê de Direitos Humanos. (Continuação).

6 a 29/MAR – Assunção, Paraguai. 51ª Reunião da Comissão do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná. (Continuação).

11/MAR a 5/ABR – Genebra, Suíça. 21ª sessão do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. (Continuação).

18 a 28/MAR – Genebra, Suíça. 335ª sessão do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho. (Continuação).

18 a 29/MAR – Genebra, Suíça. Grupo de Peritos Governamentais (GGE) sobre a Prevenção da corrida armamentista no espaço exterior (PAROS). (Continuação).

21 a 23/MAR – Santiago, Chile. Visita do presidente da República, Jair Bolsonaro, por ocasião da Cúpula Presidencial para a Integração da América do Sul e de visita oficial ao Chile.

24 a 29/MAR – Santiago, Chile. StartOut Brasil em Santiago. Sexto ciclo de internacionalização de startups brasileiras.

25/MAR – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Reunião

da Mesa Diretora da Junta Executiva do PMA.

25/MAR – Genebra, Suíça. Reunião do Subcomitê sobre Países de Menor Desenvolvimento Relativo da OMC.

25/MAR – Genebra, Suíça. Subsídios à pesca: construindo coerência legal, seminário organizado pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável.

25 e 26/MAR – Bonn, Alemanha. Seminário sobre o orçamento 2020-2021 da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima.

25 a 29/MAR – Genebra, Suíça. Reuniões informais do Grupo Negociador de Regras da OMC sobre subsídios à pesca.

25 a 29/MAR – Genebra, Suíça. Grupo de Peritos Governamentais sobre sistemas de armas autônomos letais (GGE sobre LAWS).

25 a 29/MAR – Nairóbi, Quênia. ICO. 124ª Sessão do Conselho e órgãos subsidiários da Organização Internacional do Café (OIC).

25 a 29/MAR – Genebra, Suíça. 24ª sessão do Grupo de Trabalho de Especialistas em Afrodescendentes.

26/MAR – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte I.

26/MAR – Genebra, Suíça. Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia.

26/MAR – Genebra, Suíça. Reunião Ordinária do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

26/MAR – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Plenária do Grupo dos 77 e China.

26/MAR – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento

Agrícola (FIDA). 8ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Quadro de Transição.

26 e 27/MAR – Paris, França. Fórum Global do Grupo de Especialistas em Mudança do Clima (CCXG) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

26 a 29/MAR – Montevidéu, Uruguai. Expanded Constituency Workshop do GEF.

27/MAR – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). 3ª reunião do Grupo Técnico Consultivo sobre o Quadro de Resultados Corporativos.

27/MAR – Genebra, Suíça. Sessão Especial Aberta do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

27 e 28/MAR – Macau, China. 14ª Reunião Ordinária do Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau).

27/MAR a 04/ABR – Montevidéu, Uruguai. Reunião preparatória regional da América Latina e do Caribe à 14ª Conferência das Partes da Convenção de Basileia (COP-14), a 9ª Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo (COP-9) e a 9ª Conferência das Partes da Convenção de Roterdã (COP-9).

28/MAR – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). 104ª Sessão do Comitê de Avaliação.

28/MAR – Genebra, Suíça. Reunião sobre Gênero e Acordos Comerciais.

28/MAR – Genebra, Suíça. Sessão especial do Conselho Coordenador de Programas do UNAIDS.

29/MAR – Genebra, Suíça. I Reunião Preparatória para o Fórum Global sobre Refugiados.

29/MAR – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 20ª Reunião do Conselho de Doadores do Fundo Global para a Diversidade de Cultivos (Crop Trust).

29/MAR – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Plenária do Grupo Regional da América Latina e Caribe (GRULAC).

29/MAR – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Consulta sobre os Planos Estratégicos dos Países 2019-2024.

Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul – Santiago, 22 de março de 2019 – 22/03/19

Os chefes de Estado da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República da Colômbia, da República do Equador, da República Cooperativa da Guiana, da República do Paraguai e da República do Peru, reunidos em Santiago, Chile, em 22 de março de 2019:

Conscientes de que os novos desafios que devemos enfrentar exigem mais do que nunca que trabalhemos juntos com o propósito de renovar e fortalecer o processo de integração das nações da América do Sul, em um marco institucional flexível que permita enfrentar com eficiência e eficácia os desafios que se apresentam no mundo de hoje,

Ratificamos que a integração é uma ponte rumo ao fortalecimento do multilateralismo e da plena vigência do direito internacional, instrumentos

fundamentais para que possamos nos inserir de forma eficiente na quarta revolução industrial e na sociedade do conhecimento e da informação,

Baseados em rica história comum, de luta compartilhada pela independência de nossos povos, estamos decididos a unir nossas forças e vontades para resolver os problemas do presente e enfrentar os desafios de futuro que nos dizem respeito a todos,

Destacamos nosso compromisso de consolidar e aprofundar o desenvolvimento sustentável, erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, alcançar maior igualdade de oportunidades e permitir a nossos cidadãos desenvolver seus talentos, sua capacidade de inovação e de empreendimento,

Reafirmamos que o processo de construção de espaço de coordenação, cooperação e integração regional deve respeitar a integridade territorial dos Estados, o direito e a segurança internacionais, além de estar comprometido com a preservação da América do Sul como Zona de Paz,

Reconhecemos as contribuições de processos anteriores de integração sul-americana, assim como a necessidade de preservar o seu acervo, no marco de novo espaço de integração mais eficiente, pragmático e de estrutura simples, que permita consolidar seus êxitos e promover a evolução sem duplicação de esforços, em direção a uma região mais integrada,

Expressamos nossos agradecimentos ao presidente Sebastián Piñera por sua hospitalidade e pela iniciativa de convocar esta reunião de presidentes sul-americanos para avançar na integração da América do Sul,

DECLARAMOS:

1. Nossa vontade de construir e consolidar espaço regional de

coordenação e cooperação, sem exclusões, para avançar em direção a uma integração mais efetiva que nos permita contribuir para o crescimento, o progresso e o desenvolvimento dos países da América do Sul.

2. Nosso reconhecimento à proposta de criar um espaço de diálogo e colaboração sul-americano, o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), e instruímos os ministros de Relações Exteriores a aprofundar o diálogo em conformidade com os termos desta Declaração.

3. Que este espaço deverá ser implementado gradualmente, ter estrutura flexível, leve, que não seja custosa, com regras de funcionamento claras e com mecanismo ágil de tomada de decisões que permita que a América do Sul avance em entendimentos e programas concretos de integração em função dos interesses comuns dos Estados e de acordo com suas próprias realidades nacionais.

4. Que este espaço abordará de maneira flexível e com caráter prioritário temas de integração em matéria de infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime, prevenção de e resposta a desastres naturais.

5. Que os requisitos essenciais para participar deste espaço serão a plena vigência da democracia e das respectivas ordens constitucionais, o respeito ao princípio de separação dos poderes do estado, e a promoção, proteção, respeito e garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, assim como a soberania e a integridade territorial dos estados, em respeito ao direito internacional.

6. Que a República do Chile exercerá a Presidência Pro Tempore deste processo durante os próximos 12 meses, e, em

seguida, a exercerá a República do Paraguai.

**MAURICIO
MACRI
PRESIDENTE
DA REPÚBLICA
ARGENTINA**

**SEBASTIÁN
PIÑERA
ECHENIQUE
PRESIDENTE
DA REPÚBLICA
DO CHILE**

**JAIR MESSIAS
BOLSONARO
PRESIDENTE
DA REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL**

**IVÁN DUQUE
MÁRQUEZ
PRESIDENTE
DA REPÚBLICA
DA COLÔMBIA**

**Declaração Conjunta
Presidencial e Plano de
Trabalho por ocasião da Visita
Oficial à República do Chile de
Sua Excelência o Presidente da
República Federativa do Brasil,
Jair Bolsonaro – Santiago, 23 de
março de 2019 – 23/03/19**

Atendendo ao convite de Sua Excelência o Presidente da República do Chile, Sebastián Piñera, Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, realizou Visita Oficial ao Chile em 23 de março de 2019, acompanhado do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e de Comitiva Oficial.

Os Presidentes reiteraram o compromisso de seus países com o Estado de Direito e os princípios democráticos, a proteção e a promoção das liberdades individuais, a paz e a segurança internacional, a integração física e o desenvolvimento econômico da América do Sul.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, destacou a iniciativa e liderança do Presidente da

República do Chile, Sebastián Piñera, ao convocar a Reunião Presidencial realizada ontem em Santiago, com vistas a dar nova dimensão à integração entre os países sul-americanos.

Os Presidentes destacaram o momento particularmente auspicioso do relacionamento político-econômico entre Brasil e Chile e acordaram:

1. Reiterar o compromisso do Brasil e do Chile com o aprofundamento do diálogo e aproximação entre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL, especialmente após a reunião realizada em Puerto Vallarta, em julho de 2018, na qual foram adotados Declaração Conjunta e Plano de Ação para fortalecer a integração de ambos os blocos. Com esse objetivo, os Presidentes destacam a disposição dos dois países em reforçar sua coordenação quando o Chile assumir a Presidência Pro Tempore da Aliança do Pacífico e o Brasil, a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL, em julho próximo.

2. Brasil e Chile comprometem-se a impulsionar o aperfeiçoamento da integração econômica, com vistas a estabelecer uma área de livre comércio de nova geração entre os Estados-partes do MERCOSUL e os países-membros da Aliança do Pacífico, e celebram o marco da conclusão, em primeiro de janeiro de 2019, do cronograma de liberalização dos acordos comerciais assinados pelo MERCOSUL com seus Estados associados.

3. Reafirmar o compromisso de Brasil e Chile com a construção de Corredor que irá unir o Centro-Oeste do Brasil com os portos do Norte do Chile, passando pela ponte a ser construída entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, pelo Chaco paraguaio e o noroeste argentino. Os Mandatários reconheceram os avanços registrados na implementação do projeto e os benefícios que essa iniciativa trará às populações,

comunidades, cidades, estados, províncias e regiões que atravessa. O Presidente do Chile saudou a decisão do Brasil e do Paraguai de conferir prioridade à construção da ponte entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, obra fundamental para o projeto do Corredor.

4. Reafirmar o compromisso de contribuir para restaurar a democracia na Venezuela, que requer a realização de eleições presidenciais livres e justas, conforme os padrões internacionais e sob observação internacional independente; a liberação de todos os presos políticos; e o fim da sistemática violação dos direitos humanos naquele país. Insistiram, igualmente, na importância que o regime de Nicolás Maduro autorize a abertura de canal de ajuda humanitária que possa atenuar a grave escassez de remédios e alimentos naquele país.

5. Reiterar, igualmente, o firme compromisso de continuar trabalhando, no âmbito do Grupo de Lima, pela busca de uma saída democrática e pacífica para a crise venezuelana, rejeitando energicamente qualquer ação que implique o uso da violência, sobretudo a opção de intervenção militar.

6. Afirmar que acompanham, com prudente otimismo, a retomada de diálogo nacional amplo, plausível, transparente e representativo entre o governo da Nicarágua e a sociedade civil reunida na Aliança Cívica pela Justiça e Democracia. Instar o governo da Nicarágua a permitir que os mecanismos internacionais de direitos humanos retornem ao país, incluindo os da OEA e das Nações Unidas, e a fornecer as garantias necessárias para o cumprimento in situ de seus respectivos mandatos, de forma independente.

7. Reafirmar os conceitos expressados por seis Presidentes sul-americanos na carta de 18 de abril de 2018, com

relação à situação atual da UNASUL e manifestando seu apoio a que se dê nova dimensão à integração sul-americana.

8. Reiterar o apoio chileno à candidatura brasileira para ingresso na Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), estando de acordo com a importância da entrada brasileira. Os presidentes observaram que o Brasil e o Chile convergem em grande parte das questões debatidas na Organização e que a entrada do Brasil teria impacto positivo na condução das discussões realizadas.

9. Manifestar o compromisso com o desenvolvimento sustentável em seus países, de acordo com os respectivos marcos legais e levando em conta, segundo o caso, os marcos de referência internacionais.

10. O Brasil manifesta seu reconhecimento aos esforços do Chile na organização da COP25 de mudança climática. Ambos os países manterão diálogo sobre seus pontos de vista a respeito da temática da mudança climática e assuntos conexos.

Os Presidentes instruíram seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores a adotar o Plano de Trabalho anexo, que constitui parte integrante desta Declaração Conjunta Presidencial.

O Presidente Jair Bolsonaro agradeceu, em nome próprio e de sua comitiva, a cordial acolhida e as manifestações de estima e amizade recebidas do Governo, das autoridades e do povo chileno durante sua Visita Oficial ao Chile. Igualmente, convidou o Presidente Sebastián Piñera a realizar visita ao Brasil em breve.

Em fé do que ambos os Chefes de Estado subscrevem esta Declaração Presidencial, nas versões em português

e espanhol, aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e dezenove.

Sebastián Piñera
Echenique

Presidente da República do Chile
Jair Bolsonaro
Presidente da República Federativa do Brasil

Plano de Trabalho acordado entre Brasil e Chile

1. Conferir máxima prioridade à tramitação do Acordo de Livre Comércio assinado em novembro de 2018 pelos dois países, a fim de alcançar aprovação parlamentar em ambos os Estados em 2019.
2. Promover o crescimento do comércio bilateral, que totalizou US\$ 10,066 bilhões e registrou um incremento de 11,2% em 2018, bem como dos investimentos recíprocos. Nesse sentido, resolveram realizar a XIII Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral em 2019, em Santiago.
3. Dar novo impulso à Comissão Mista sobre Redução do Consumo, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, realizando a segunda reunião deste mecanismo durante o ano corrente.
4. Convocar a II Reunião do Diálogo Político Estratégico (Mecanismo 2+2), a ser realizada no Chile em julho do ano corrente, a XIV Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas e a II Reunião de Consultas Consulares entre Brasil e Chile.
5. Estabelecer mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de iniciativas de cooperação em assuntos consulares e migratórios, para facilitar a migração regular; prevenir o tráfico de

pessoas e de migrantes; e reconhecer o caráter privilegiado do diálogo migratório bilateral.

6. Realizar, em 2019, a I Reunião da Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração, estabelecida por Memorando de Entendimento em 2006, para intensificar a cooperação nas áreas de energias renováveis, hidrocarbonetos e mineração. Determinar, ademais, a visita ao Brasil de delegação para prospecção conjunta de oportunidades concretas de cooperação na área de biocombustíveis, no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis de 2007.

7. Reiterar a importância de realizar a IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Científica, Tecnológica e Inovação. Do mesmo modo, concordaram em aprofundar a cooperação em pesquisa científica e tecnológica e destacaram a associação já consolidada entre a Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia de Chile (CONICYT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em diversas áreas.

8. Destacar os avanços no âmbito da Aliança Estratégica existente entre os governos do Chile e do Estado de São Paulo, especialmente no que se refere à promoção de iniciativas de inovação de start-ups, projetos conjuntos em ciência e tecnologia, entre outros.

9. Enfatizar o diálogo existente entre a Sociedad de Fomento Fabril (SOFOFA), de Chile, e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), de Brasil, e seu reforço, por meio do estabelecimento de um conselho empresarial que identifique iniciativas concretas que facilitem os negócios entre empresas de ambos os países, promovendo o comércio bilateral e o

investimento privado. Destacaram a proposta da SOFOFA de concretizar visita empresarial ao Brasil no mês de maio de 2019.

10. Reconhecer a consolidada cooperação educacional e cultural, que inclui programas de concessão de bolsas para que estudantes chilenos estudem em universidades brasileiras e estudantes brasileiros realizem pós-graduação no Chile. Igualmente, congratularam-se pelo 80º Aniversário da Criação e Funcionamento do Centro Cultural Brasil-Chile e suas instituições precursoras, dedicados à promoção da cultura brasileira no Chile e ao ensino da língua portuguesa.

11. Registrar os avanços das negociações em andamento entre a Receita Federal do Brasil e o Servicio de Impuestos Internos do Chile sobre modificações ao Acordo de Dupla Tributação bilateral em vigor, as quais abordariam, entre outras questões, o tema da tributação de aposentadorias.

12. Destacar a bem-sucedida cooperação bilateral em matérias antárticas, especialmente a cooperação científica, e impulsionar a entrada em vigor do Acordo de Cooperação Antártica, assinado em 2013, atualmente em trâmite no Congresso brasileiro.

13. Registrar, com satisfação, as conversas entre as Academias Diplomáticas do Brasil e do Chile para intensificar e aprofundar a cooperação conjunta para formação de estudantes; a aproximação entre as Direções de Planificação de ambos os Ministérios de Relações Exteriores para definição de agenda de longo prazo; e os contatos estabelecidos entre a Agência de Cooperação para o Desenvolvimento do Chile (AGCID) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no sentido de definir planos de trabalho bilaterais e com terceiros países.

14. Solicitar às Agências de Cooperação Internacional de seus respectivos governos que definam programa conjunto de cooperação técnica, com iniciativas nas modalidades de cooperação bilateral e trilateral, a ser aprovado por ocasião da II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Chile, que será realizada em Brasília, em 17 e 18 de junho de 2019.

15. Destacar os importantes contatos existentes entre as Forças Armadas de ambos os países, especialmente em matéria de cooperação e intercâmbio de informações, formação de oficiais, exercícios conjuntos, visitas de autoridades, cooperação em defesa cibernética, entre outras matérias.

16. Estender e fortalecer a coordenação e cooperação bilateral entre Chile e Brasil em matéria de segurança cibernética, promovendo iniciativas conjuntas no âmbito do ciberespaço, segurança e defesa cibernética, como o intercâmbio de boas-práticas; desenvolvimento e implementação de estratégias nacionais; resposta a incidentes no espaço cibernético; produção legislativa; protocolos; troca de informação; educação e treinamento; desenvolvimento de capacidades nacionais; acordos institucionais; entre outros.

Visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, ao Peru – Lima, 26 de março de 2019 – 25/03/19

O secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Otávio Brandelli, realizará visita a Lima, em 26 de março, ocasião em que manterá reuniões com o ministro de Relações Exteriores, Néstor Popolizio, o vice-chanceler, Hugo de Zela, e o ministro

de Comércio Exterior e Turismo, Edgar Vásquez.

Serão examinados os principais temas da pauta bilateral, dentre os quais o comércio bilateral, a integração fronteiriça, o combate aos ilícitos, o intercâmbio entre academias diplomáticas, além de assuntos de interesse mútuo da agenda regional. O Brasil divide com o Peru sua segunda fronteira mais extensa (2.995 km). Os dois países mantêm uma Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF), na qual são tratados temas como controle fronteiriço integrado; transportes; saúde na fronteira; cooperação ambiental fronteiriça; e temas indígenas.

O Brasil é o terceiro maior parceiro comercial do Peru. Em 2018, o intercâmbio comercial foi de US\$ 3,97 bilhões, tendo aumentado 2,5% em relação a 2017. As exportações brasileiras alcançaram US\$ 2,15 bilhões, e as importações US\$ 1,81 bilhões. O Brasil exportou para o Peru principalmente automóveis de passageiros; polímeros de etileno, propileno e estireno; chassis; barras de ferro e aço; e papel e cartão. Importou, por sua vez, naftas; minérios de cobre e seus concentrados; minérios de zinco e seus concentrados e catodos de cobre e seus elementos.

Brasil e Peru são membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Em janeiro de 2019, completou-se o cronograma de desgravação do Acordo de Complementação Econômica Nº 58 entre MERCOSUL e Peru, que foi antecedida pela conclusão da desgravação dos acordos do MERCOSUL com outros países da região, o que permitiu a formação de uma virtual área de livre comércio do Brasil com a América do Sul.

Doação para Moçambique no contexto da emergência humanitária gerada pelo ciclone Idai – 25/03/19

Na sexta-feira passada, 22 de março, o Brasil anunciou a doação de cem mil euros para apoiar o governo de Moçambique nos trabalhos de resgate e reconstrução emergenciais, no contexto da passagem do ciclone Idai pelo território daquele país. A doação será feita por meio de fundo solidário a ser criado no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e se somará a outras formas de apoio, já oferecidas ou em exame pelo governo brasileiro.

Brasil enviará dois aviões Hércules com ajuda humanitária para Moçambique – 27/03/19

O governo brasileiro decidiu, no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), enviar dois aviões de transporte Hércules C-130, da Força Aérea Brasileira (FAB), para Moçambique, em caráter de cooperação humanitária. A ação se dá no contexto da emergência humanitária gerada pelo ciclone Idai, que assolou o país africano no dia 14 de março, com ventos de mais de 170 km/h, provocou grandes inundações e deixou destruída 90% da cidade portuária de Beira, a segunda maior daquele país.

Nesta etapa inicial, a assistência humanitária do Brasil reúne equipes de resgate e salvamento da Força Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (20 especialistas em busca e salvamento, botes e outros equipamentos adaptados ao tipo de

desastre que ocorreu naquele país) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (outros 20 especialistas e equipamentos correspondentes, inclusive veículos).

O Ministério da Saúde doou 6 "kits" de medicamentos e insumos básicos de saúde, capazes de prover assistência emergencial para 9 mil pessoas, por até um mês.

Esse primeiro envio de assistência humanitária brasileira será transportado para a cidade da Beira (onde já se confirmam, segundo o governo de Moçambique, mais de 700 vítimas fatais) na próxima sexta-feira, dia 29, e tem previsão de chegada na tarde do dia seguinte.

Violência no Mali – 28/03/19

O governo do Brasil expressa suas condolências ao governo e ao povo do Mali pelo ataque que custou a vida de mais de 160 civis, incluindo crianças, na região de Mopti, no centro do país, em 23 de março. Em particular, manifesta sua solidariedade às famílias das vítimas e estende votos de pronta recuperação às dezenas de pessoas feridas.

O governo brasileiro condena veementemente este ato de violência e reitera seu apoio aos esforços locais, regionais e internacionais em favor da consolidação da paz e da estabilidade do Mali.

Eleição do Brasil para a Presidência da negociação do novo Acordo Internacional do Café – 29/03/19

Hoje, 29 de março, em Nairóbi, Quênia, por ocasião da reunião anual do Conselho Internacional do Café, o Brasil foi eleito para presidir os trabalhos de negociação do novo

Acordo Internacional do Café (AIC). O acordo atual, de 2007, vence em 2021.

O AIC é o tratado internacional que define os objetivos da Organização Internacional do Café (OIC), cujo diretor-executivo é o brasileiro José Sette. A Organização reúne países exportadores e importadores, com o objetivo de enfrentar os desafios do setor, cuja cadeia de comércio global atinge US\$ 200 bilhões. Seus membros representam 98% da produção e 67% do consumo mundial de café.

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial do produto, além de segundo maior consumidor. O café brasileiro é referência em sustentabilidade mundial, graças a leis que asseguram a preservação da biodiversidade e os direitos de quem trabalha na lavoura e na indústria cafeeira.

Brasil circula proposta para superar impasse do Órgão de Apelação na OMC – 29/03/19

O Brasil, que é um dos principais usuários do sistema de solução de controvérsias da OMC, circulou na Organização em 28 de março proposta sobre diretrizes para a atuação dos painéis e do Órgão de Apelação, no âmbito do referido sistema. A proposta busca aprimorar os procedimentos para que o sistema seja mais ágil e eficaz, em estrita observância ao Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC, e de modo a preservar os direitos e obrigações pactuados no Acordo de Marraqueche, que criou a Organização Mundial do Comércio. Também tem por objetivo a superação do impasse na seleção de novos membros do Órgão de Apelação, que poderá prejudicar o andamento de contenciosos na OMC.

A proposta abrange questões tais como o prazo para o Órgão de Apelação emitir seu relatório e a abrangência das

decisões e de seu valor como precedente para casos futuros.

Com essa proposta, o Brasil demonstra, de modo decisivo e construtivo, seu compromisso em assumir posição de liderança nas discussões sobre a reforma da Organização.

Declaração Conjunta por ocasião da Visita Oficial a Israel de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro – 31 de março de 2019 – 31/03/19

A convite do Primeiro-Ministro de Israel, Sua Excelência Benjamin Netanyahu, o Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Jair Bolsonaro, cumpriu visita oficial a Israel de 31 de março a 3 de abril de 2019, abrindo um novo capítulo na história das relações entre os dois países.

Os dois líderes decidiram alçar as relações bilaterais a um novo nível de prioridade, construindo sobre os sólidos vínculos históricos entre os dois países desde a criação de Israel, como demonstra a conclusão de vários instrumentos bilaterais de cooperação, nos campos da ciência e tecnologia; defesa; segurança pública; aviação civil; segurança cibernética; e saúde. Ambos os Governos tomarão as medidas necessárias para cumprir e implementar os acordos recém-assinados nos campos acima mencionados.

Os dois líderes afirmaram que a parceria entre Brasil e Israel está alicerçada sobre valores comuns da liberdade, da democracia, da economia de mercado, da justiça e da paz, e sua determinação comum de buscar a prosperidade para seus povos. Nesse contexto, Israel reiterou seu forte apoio à adesão do

Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Israel lembrou com apreço o papel fundamental desempenhado pelo Brasil durante a Assembléia Geral das Nações Unidas que aprovou a Resolução 181, em 1947, sob a presidência do ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, abrindo caminho para a recriação do Estado de Israel na terra ancestral do povo judeu, em 14 de maio de 1948.

O Brasil relembrou que Jerusalém tem sido parte inseparável da identidade do povo judeu por mais de três milênios e se tornou o coração político do moderno e pujante Estado de Israel. Nesse espírito, e 72 anos depois de participar do primeiro capítulo da recriação do Estado de Israel, o Brasil decidiu estabelecer um escritório em Jerusalém para a promoção do comércio, investimento, tecnologia e inovação, a ser coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasil e Israel recordaram, também, o significado de Jerusalém para os cristãos assim como para os muçulmanos, e enfatizaram a importância de observar o princípio da liberdade de culto em todo o mundo. Nesse espírito, Israel também recordou a proclamação de independência em 14 de maio de 1948, que garantiu a liberdade de culto e salvaguardou os lugares sagrados de todas as religiões. Por meio de sua amizade com Israel, o Brasil continuará especialmente comprometido em contribuir com quaisquer esforços visando à salvaguarda do Santo Sepulcro e de outros lugares sagrados cristãos em Jerusalém.

Energia

Os líderes observaram com satisfação que, em reuniões entre os Ministros de Minas e Energia, os dois Governos concordaram em cooperar em diversos

setores, como petróleo e gás, termoelectricidade e energias renováveis. No campo da energia e da mineração, eles reconheceram o papel transformador da inovação, da robótica e da segurança cibernética. Como dois produtores relevantes de gás natural, os dois países intercambiarão melhores práticas sobre a concepção dos mercados domésticos de gás natural.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Os dois líderes saudaram a assinatura do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, que permitirá planejamento mais adequado, monitoramento e avaliação das atividades bilaterais, assim como o lançamento de novas iniciativas no campo da ciência e tecnologia. Eles expressaram satisfação com os esforços de aproximação dos ecossistemas de inovação brasileiro e israelense. Nesse contexto, celebraram o lançamento de duas chamadas conjuntas da FINEP e da EMBRAPA com a Autoridade Israelense de Inovação, assim como a primeira edição do programa “Scaleup in Brazil” com startups israelenses.

Promoção comercial / investimentos

Os líderes observaram que os intercâmbios entre Brasil e Israel nos campos da ciência, tecnologia e inovação ilustram as sinergias existentes em diversas áreas, que podem e devem ser mais exploradas para estimular investimentos recíprocos, que estão aquém do nível e da complexidade das economias dos dois países.

Aviação Civil

Os líderes tomaram nota com satisfação da celebração de um acordo de serviços aéreos entre Brasil e Israel. O acordo procura aumentar a conectividade entre os dois países, garantindo ampla liberdade operacional às companhias aéreas, o que ajudará a fortalecer os laços entre as suas sociedades.

Segurança pública e segurança cibernética

Os líderes se comprometeram a aprofundar a cooperação bilateral em segurança pública e no combate a todas as formas de crime organizado. A esse respeito, expressaram satisfação com as possibilidades oferecidas pela assinatura de um acordo bilateral sobre segurança pública e um memorando de entendimento sobre segurança cibernética.

Defesa

Os líderes enfatizaram os benefícios mútuos decorrentes da cooperação em assuntos relacionados à defesa e expressaram seu compromisso de se engajarem em um diálogo construtivo nesse campo. Congratularam-se com a assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, que fornece arcabouço legal para iniciativas militares conjuntas e abre caminho para laços mais estreitos neste campo.

Venezuela

Os líderes reiteraram o reconhecimento do Brasil e de Israel do Presidente interino Juan Guaidó como o líder legítimo da Venezuela, e enfatizaram o firme comprometimento dos dois países a apoiar o povo venezuelano em sua luta pelo fim do regime de Maduro e pelo pleno restabelecimento da democracia naquele país.

Tratamento Especial e Diferenciado e a OMC – 01/04/19

O Comunicado Conjunto dos Presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump, de 19/03/2019, indica que o Brasil começará a abrir mão de tratamento especial e diferenciado (TED) nas negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC).

O anúncio não implica qualquer alteração ou redução da flexibilidade já existente no que respeita a certas regras dos acordos da OMC vigentes.

Tal flexibilidade, que resultou de extensas negociações no passado e não será rediscutida, varia conforme os acordos e o grau de desenvolvimento de grupos de países. Como exemplos, podem-se citar: no Acordo sobre Salvaguardas, os países em desenvolvimento, dependendo do nível de suas exportações, são isentos de salvaguardas aplicadas por parceiros comerciais; no Acordo de Agricultura, a tais países é permitido porcentagem maior de apoio doméstico à produção isento de compromissos de redução; no Acordo TRIPS (sobre propriedade intelectual), os países em desenvolvimento ganharam prazo adicional (já concluído) para a implementação de compromissos hoje válidos para todos os membros da OMC; e no Acordo de Facilitação de Comércio, aqueles países puderam associar o cumprimento de obrigações a prazos e recebimento de assistência técnica. Esses benefícios e todos os demais previstos nos acordos vigentes se mantêm integralmente.

A variedade das medidas de TED e o fato de que algumas delas valeram apenas por um período demonstram que o TED é dinâmico e evolutivo.

Extensão da Vigência do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança – 05.04.19

O governo brasileiro anunciou no dia 29/3, na sede das Nações Unidas em Nova York, a extensão da vigência de seu Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança. O anúncio, realizado pelo ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, se deu

durante a Conferência Ministerial de Operações de Paz. No mesmo evento, a capitã de corveta Marcia Andrade Braga, oficial da Marinha do Brasil, que atualmente serve como Conselheira Militar para Gênero no quartel-general da Missão Integrada e Multidimensional de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), foi agraciada com o Prêmio de Defensora Militar do Gênero das Nações Unidas. A militar brasileira recebeu o prêmio das mãos do secretário-geral da ONU, António Guterres, durante a abertura da Conferência.

A extensão do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNA), que permanecerá válido por quatro anos a partir do mês de março de 2019, se insere no contexto da implementação, pelo Brasil, da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança, que inaugurou a agenda de mulheres, paz e segurança com vistas a garantir a plena participação de mulheres em processos de paz, inclusive operações de manutenção da paz. Lançado em março de 2017, o PNA foi elaborado por Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e composto por representantes do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e do Ministério da Família, Mulheres, e Direitos Humanos, com o apoio da sociedade civil e da ONU Mulheres. A extensão de sua vigência representa o compromisso do governo brasileiro com a continuidade e o aprofundamento de esforços na concretização da agenda de mulheres, paz e segurança, do qual é exemplo o incremento da participação de brasileiras militares em operações da paz, como a comandante Marcia Braga.

Em nota divulgada pelas Nações Unidas, o subsecretário-geral para o

Departamento de Operações de Paz (DPO) da ONU, Jean-Pierre Lacroix, afirmou que “A comandante Marcia Braga é um excelente exemplo de por que precisamos de mais mulheres na manutenção da paz: a manutenção da paz funciona efetivamente quando as mulheres desempenham papéis significativos e quando as mulheres das comunidades locais são diretamente engajadas”.

Mudança na direção da APEX – 09/04/19

Como parte do processo de dinamização e modernização do sistema de promoção comercial brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, anuncia a exoneração do Embaixador Mario Vilalva da presidência da APEX.

O Ministro das Relações Exteriores agradece a colaboração que o Embaixador Mario Vilalva prestou à frente daquela Agência nos meses iniciais da atual gestão.

Calendário de Eventos entre 5 e 12 de abril de 2019 – 10/04/19

8/ABR – Genebra, Suíça. Sessão Especial do Conselho do Comércio de Serviços.

8/ABR – Genebra, Suíça. Cerimônia por ocasião do Dia Internacional de Reflexão sobre o Genocídio em Ruanda.

8/ABR – Genebra, Suíça. Reunião Ad Hoc de Peritos sobre Concorrência da UNCTAD.

8 e 9/ABR – Nova York, EUA. 8º Fórum da Juventude do ECOSOC.

8 a 11/ABR – Genebra, Suíça. 11ª sessão do Grupo de Trabalho prévio ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

8 a 12/ABR – Genebra, Suíça. 41ª sessão do Comitê de Marcas, Desenho

Industrial e Indicações Geográficas da OMPI.

8 a 12/ABR – Nova York, EUA. 18ª sessão do Comitê de Especialistas em Administração Pública.

08 a 12/ABR – Genebra, Suíça. Grupo de Peritos Governamentais (GGE, na sigla em inglês) para considerar o papel da verificação no avanço do desarmamento nuclear.

08 a 12/ABR – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 161ª Sessão do Conselho da FAO.

8 a 18/ABR – Genebra, Suíça. 16ª sessão do Comitê contra Desaparecimentos Forçados.

8 a 18/ABR – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê Ad hoc para a Elaboração de Normas Complementares à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

8 a 29/ABR – Nova York, EUA. Abertura da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas (sessão 2019).

9/ABR – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo de Governança da UNITAID.

9/ABR – Genebra, Suíça. Comitê de Acesso a Mercados.

9/ABR – Genebra, Suíça. Reunião Informal de Chefes de Delegação sobre o Órgão de Apelação.

9 e 10/ABR – Genebra, Suíça. Seminário interseccional sobre a contribuição do Conselho de Direitos Humanos para a prevenção de violações de direitos humanos.

9 a 11/ABR – Estocolmo, Suécia. 1º Fórum de Parceiros da OMS.

10/ABR – Genebra, Suíça. 12ª Atualização Anual sobre Solução de Controvérsias da OMC.

10 a 12/ABR – Genebra, Suíça. Revisão de Política Comercial de Samoa).

10/ABR – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Política e Estratégia da UNITAID.

11/ABR – Genebra, Suíça. Órgão de Solução de Controvérsias.

11/ABR – Nova York, EUA. Fórum de Parceiras do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

11/ABR – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Finanças e Controle da UNITAID.

11 e 12/ABR – Genebra, Suíça. Conselho de Bens.

Escalada militar na Líbia – 12/04/19

O Governo brasileiro tem acompanhado, com grande preocupação, a recente escalada militar na Líbia, com relatos de mais de uma centena de mortos e feridos em confrontos nos arredores de Trípoli, capital do país, e de milhares de pessoas tendo que abandonar suas casas nos últimos dias.

Ao reiterar sua convicção de que não há uma solução militar para a crise na Líbia, o Governo brasileiro conclama à cessação imediata das hostilidades e à retomada do diálogo, bem como reitera seu apoio aos esforços do representante especial do secretário-geral das Nações Unidas para a Líbia, Ghassan Salamé, para a promoção de processo político inclusivo, com vistas à reconciliação nacional e à obtenção de paz duradoura para o país.

Calendário de Eventos entre 12 e 19 de abril de 2019 – 12/04/19

8 a 18/ABR – Genebra, Suíça. 16ª sessão do Comitê contra Desaparecimentos Forçados (continuação).

8 a 18/ABR – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê Ad hoc para a Elaboração de Normas Complementares à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (continuação).

8 a 29/ABR – Nova York, EUA. Abertura da Comissão de

Desarmamento das Nações Unidas (sessão 2019). (Continuação).

15/ABR – Santiago, Chile. Visita do ministro de estado Ernesto Araújo por ocasião da XII Reunião de ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima

15/ABR – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Quarta reunião do Grupo Técnico Consultivo (TAG) sobre o Quadro de Resultados Corporativos.

15/ABR – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). 152ª reunião do Comitê de Auditoria.

15/ABR – Genebra, Suíça. Consultas com a Índia sobre açúcar no âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias.

15/ABR – Nova York, EUA. Evento sobre o papel do investimento de impacto social no financiamento da Agenda 2030.

15 e 16/ABR – Genebra, Suíça. UNCTAD – Reunião Plurianual de Peritos sobre Commodities e Desenvolvimento.

15 a 18/ABR – Nova York, EUA. X sessão do Grupo de Trabalho Aberto sobre Envelhecimento.

15 a 19/ABR – Nova York, EUA. IV Fórum sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

16/ABR – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Lançamento do relatório “O Estado do Sistema Humanitário 2018”.

16/ABR – Genebra, Suíça. Seminário Internacional: Resposta rápida internacional a incidentes biológicos: Lições para a Convenção sobre a Proibição das Armas Biológicas.

17 e 18/ABR – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 43ª Sessão da Comissão Europeia para o Controle da Febre Aftosa (EuFMD).

18/ABR – Genebra, Suíça. Comitê Informal de Subsídios e Medidas Compensatórias.

18/ABR – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Reunião sobre o Relatório Anual de Desempenho de 2018.

Missão ao Brasil do serviço veterinário da Federação da Rússia – Nota do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 15/04/19

Os Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tomaram nota do adiamento de missão do serviço veterinário da Federação da Rússia, que viria ao Brasil para inspecionar estabelecimentos interessados em exportar proteína animal para aquele país.

A missão ocorreria no âmbito dos trabalhos destinados a concluir os procedimentos necessários para a ampliação do acesso de produtos e subprodutos de origem animal ao mercado russo, após a suspensão das vendas de carnes brasileiras em 2017 e a subsequente normalização, no final de 2018, com número reduzido de estabelecimentos.

Segundo informação oficial das autoridades russas pertinentes, o adiamento deu-se em razão da necessidade de contar com informações técnicas adicionais. Em nenhum momento, autoridades russas atribuíram a suspensão da missão a questões relacionadas à política externa brasileira.

Os questionamentos apresentados pelo lado russo já se encontram em análise pelas áreas competentes do governo brasileiro e serão respondidos em missão àquele país a ser liderada pelo Secretário de Defesa Agropecuária do

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Declaração do Grupo de Lima – 15/04/19

Os Governos da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, membros do Grupo Lima, expressam o seguinte:

1. A Venezuela vive uma crise humanitária, política, econômica e moral causada pelo regime ilegítimo e ditatorial de Nicolás Maduro, que constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais, com consequências regionais e globais.

2. Exortam o Secretário-Geral das Nações Unidas, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança a tomarem medidas para evitar uma maior deterioração da paz e segurança, e a prestar, com urgência, assistência humanitária à população e aos migrantes venezuelanos.

3. Consideram que o regime ilegítimo de Nicolás Maduro não demonstrou ter vontade de diálogo e, por isso, exigem o fim imediato da usurpação. Esta é uma condição indispensável para o restabelecimento da democracia e da ordem constitucional, por meio da realização de eleições livres, justas e transparentes, com acompanhamento e observação internacionais.

4. Reiteram seu reconhecimento e respaldo à Assembleia Nacional da Venezuela e ao Presidente Encarregado Juan Guaidó, e exigem o respeito absoluto à sua nomeação e competências constitucionais, bem como às de todos os membros da Assembleia Nacional, e responsabilizam Nicolás Maduro pela vida, liberdade e integridade deles e de seus familiares.

5. Condenam a sistemática violação dos direitos humanos cometidas pelo regime ilegítimo de Nicolás Maduro e exigem a libertação imediata dos presos políticos e a cessação de práticas de detenção arbitrária, tortura e ação violenta de grupos paramilitares. Para isso, fazem um apelo ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas a priorizarem a situação na Venezuela.

6. Exortam a procuradora do Tribunal Penal Internacional a avançar no Exame Preliminar realizado por esse organismo, com vistas a averiguar a alegada prática de crimes de lesa-humanidade pelo regime ilegítimo de Nicolas Maduro.

7. Exortam as organizações internacionais para avançarem no reconhecimento dos representantes designados pela Assembleia Nacional da Venezuela como representantes da República Bolivariana da Venezuela junto a essas organizações. Nesse sentido, acolhem a decisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Resolução 1124 (2217/19) do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos.

8. Exortam a comunidade internacional a facilitar o processo de transição e o restabelecimento da democracia na Venezuela, em particular Rússia, China, Cuba e Turquia, tendo em vista o impacto negativo que o seu apoio ao regime ilegítimo de exerce em nossa região.

9. Convidam os Estados que integram o Grupo de Contato Internacional, parceiros regionais, como México, Uruguai e Bolívia, e outros membros da comunidade internacional, a aprofundarem o processo de convergência com o Grupo de Lima, a fim de exigirem o fim da usurpação e a realização de eleições livres, justas e

transparentes, com acompanhamento e observação internacionais.

10. Fazem um chamado à comunidade internacional para que continue a impor sanções ao regime ilegítimo de Maduro e a instam a colocar à disposição exclusiva do governo interino do Presidente Encarregado Juan Guaidó os bens pertencentes ao povo venezuelano no exterior, conforme o ordenamento jurídico de cada Estado.

11. Rejeitam qualquer ameaça ou ação que implique uma intervenção militar na Venezuela, condenam a ingerência estrangeira no país e exigem a retirada imediata dos serviços de inteligência, segurança e forças militares que tenham sido mobilizados naquele país sem respaldo da Constituição venezuelana.

12. Reiteram o seu apoio a um processo pacífico de restauração da democracia e do estado de direito na República Bolivariana da Venezuela, conduzido pelos próprios venezuelanos no âmbito da Constituição e do Direito Internacional, e condenam o uso da força pelo regime ilegítimo de Maduro.

13. Concordam em solicitar à 49ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, a ser realizada em Medellín, na Colômbia, que trate de forma integral a atual situação na República Bolivariana da Venezuela e que adote as medidas previstas no Sistema Interamericano.

14. Reconhecem a preocupação e o repúdio, por parte da Colômbia, frente às atividades transnacionais por parte de organizações terroristas, como o ELN, a partir do território venezuelano.

15. Concordam em convocar, em Lima, uma Conferência Internacional pela Democracia na Venezuela, com a participação de todos os Estados que apoiam a recuperação democrática naquele país.

16. Destacam a exitosa participação da República do Equador, na condição de Observador, nesta reunião do Grupo Lima.

17. Saúdam o convite da República da Guatemala para sediar a próxima Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima, em data a ser definida.

Santiago, Chile, 15 de abril de 2019.

Atentados no Paquistão – 15/04/19

O governo brasileiro condena os atentados terroristas perpetrados no dia 12 de abril nas cidades de Quetta e Chaman, no Paquistão, que resultaram em mais de vinte mortos e dezenas de feridos.

Ao manifestar solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Paquistão, o Brasil reitera seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

Denúncia do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – 15/04/19

O governo brasileiro denunciou, no dia de hoje, o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), formalizando sua saída da organização. A decisão foi comunicada oficialmente ao governo do Equador, país depositário do acordo, e surtirá efeitos transcorridos seis meses a contar da data de hoje.

Em abril de 2018, os governos de Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru decidiram de forma conjunta suspender a sua participação da UNASUL em função da prolongada

crise no organismo, quadro que, desde então, não se alterou.

Em 22 de março último, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru assinaram documento por meio do qual indicaram sua vontade de constituir o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), em substituição à UNASUL. O novo foro terá estrutura leve e flexível, com regras de funcionamento claras e mecanismo ágil de tomada de decisões. Terá, ainda, a plena vigência da democracia e o respeito aos direitos humanos como requisitos essenciais para os seus membros.

Mensagem de condolências ao povo francês em razão do incêndio na Catedral de Notre-Dame – 15/04/19

O governo brasileiro tomou conhecimento com grande pesar do incêndio que atingiu a Catedral de Nossa Senhora de Paris (Notre-Dame), um dos maiores símbolos da fé cristã e da cultura Ocidental, além de verdadeira obra-prima da arquitetura gótica, admirada mundialmente pela beleza de seus tesouros, que celebraram seus 850 anos de história em 2013.

Manifestamos nossa solidariedade com a nação francesa neste momento de perda inestimável.

Crise na Nicarágua – 16/04/19

Passado um ano desde o início da crise política na Nicarágua, o governo brasileiro acompanha com atenção os esforços de retomada do diálogo entre o governo daquele país e a sociedade civil representada pela Aliança Cívica pela Justiça e a Democracia.

Ao longo dos últimos 12 meses, o Brasil associou-se à comunidade internacional para condenar, de modo veemente, a violência oficial contra a população civil, que resultou em mais de 300 vítimas fatais; a restrição das liberdades individuais, de expressão e de associação, com os mais de 600 presos políticos dela decorrentes; as medidas discricionárias contra meios de comunicação e organizações de defesa dos direitos humanos; bem como a suspensão da presença, no terreno, do Mecanismo Especial de Seguimento para a Nicarágua e do Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Nesse período, o governo brasileiro também conclamou o governo da Nicarágua a criar condições para o estabelecimento de diálogo nacional conducente à restauração da normalidade no funcionamento das instituições e dos padrões de convivência democrática no país.

O governo brasileiro manifesta a expectativa de que a retomada do diálogo e a assinatura, em 29 de março passado, do “Acordo para Fortalecer Direitos e Garantias dos Cidadãos” levem a entendimento em prol da restauração democrática, da aplicação da justiça com respeito aos direitos humanos e da implementação de reforma eleitoral abrangente, com eventual adoção de calendário de eleições consensuado entre as diversas forças políticas.

Por fim, o Brasil exorta o governo daquele país a permitir o retorno dos mecanismos internacionais de direitos humanos, tanto da OEA como das Nações Unidas, franqueando-lhes acesso adequado ao terreno para o cumprimento de suas respectivas atribuições e mandatos. Insta também as autoridades nicaraguenses a cumprir

integralmente o compromisso de libertar os presos políticos e autorizar o retorno irrestrito ao país dos cidadãos obrigados a deixá-lo, no último ano, em virtude de perseguição oficial.

Comemoração dos 60 anos de relações diplomáticas Brasil-Tailândia – 17 de abril de 2019 – 17/04/19

Brasil e Tailândia celebram hoje o 60º aniversário de relações diplomáticas. A data marca a troca de notas diplomáticas, em Bangkok, em 1959, entre o embaixador brasileiro Hugo Gouthier e o então ministro das relações exteriores tailandês, Thanat Khomann. A Embaixada do Brasil em Bangkok foi aberta naquele mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia em Brasília, em 1964.

Em 2018, o Brasil se converteu no principal parceiro comercial da Tailândia na América Latina, e a Tailândia, no 7º principal parceiro comercial do Brasil na Ásia. O comércio bilateral foi superior a US\$ 3,5 bilhões. Na área de investimentos, é crescente a atuação de empresas tailandesas em setores como os de hotelaria e eletroeletrônicos no Brasil.

Os dois países contam com mecanismos de diálogo político, que têm permitido interlocução contínua, e mantêm diversos acordos em áreas como as de cooperação técnica e científica. As paisagens e cultura da Tailândia são cada vez mais conhecidas dos brasileiros. Cerca de 66 mil turistas brasileiros visitaram a Tailândia no ano passado. O Brasil é o país que tem mais centros de estudo e prática do Muay Thai.

O Brasil segue comprometido com o fortalecimento das relações com a Tailândia. Queremos expandir ações

concretas nas áreas de comércio e investimentos, cooperação em energia, segurança e defesa, entre outras, para benefício mútuo de nossos povos.

O governo brasileiro congratula-se com o governo tailandês pelos substantivos avanços conjuntos obtidos nos últimos 60 anos, faz votos para o continuado aprofundamento de nossas amistosas e profícuas relações, e transmite ao fraterno povo da Tailândia seus melhores cumprimentos.

Acidente com ônibus na Ilha da Madeira – 18/04/19

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, de acidente ocorrido ontem na Ilha da Madeira, no município de Santa Cruz, envolvendo ônibus de turismo, que deixou 28 vítimas fatais, além de dezenas de feridos, a maioria dos quais turistas alemães.

O Brasil expressa condolências aos familiares das vítimas, manifesta votos de pronta recuperação aos feridos e manifesta solidariedade aos povos e governos de Portugal e Alemanha.

Calendário de Eventos entre 19 e 26 de abril de 2019 – 18/04/19

8 a 29/ABR – Nova York, EUA. Abertura da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas (sessão 2019) (Continuação).

23/ABR – Mumbai, Índia. I Conferência Fintech Índia-Brasil.

23 e 24/ABR – Genebra, Suíça. Fórum Internacional sobre Comércio e Segurança dos Alimentos.

23 e 24/ABR – Genebra, Suíça. Fórum Internacional OMC/OMS/FAO sobre Sanidade Alimentar e Comércio.

23/ABR a 10/MAI – Genebra, Suíça. 98ª sessão do Comitê para a eliminação da discriminação racial.

23/ABR a 17/MAI – Genebra, Suíça. 66ª sessão do Comitê contra a tortura.

24/ABR – Genebra, Suíça. Reunião da Força Tarefa do CDH sobre acessibilidade para pessoas com deficiência.

24/ABR – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo de Ottawa - Proposta Norueguesa para Comércio e Desenvolvimento.

24/ABR a 03/MAI – Genebra, Suíça. 84ª sessão do Grupo de Trabalho sobre detenção arbitrária.

25/ABR – Varsóvia, Polônia. Conferência "150 Anos da Imigração Polonesa no Brasil", no Senado da Polônia.

26/ABR – Genebra, Suíça. Grupo de Trabalho sobre Empresas Estatais de Comércio.

26/ABR – Genebra, Suíça. Reunião Ordinária do Órgão de Solução de Controvérsias.

Brasil prorroga operação humanitária em Moçambique – 18/04/19

Em atenção à solicitação do governo moçambicano, o Brasil prorrogou até 7 de maio a missão de ajuda humanitária brasileira no contexto da catástrofe gerada pelo ciclone Idai, que assolou o país africano no dia 14 de março passado. A equipe brasileira, que se encontra em Moçambique desde o dia 1º de abril, conta com 40 efetivos da Força Nacional de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

Solicitação de atribuição de domínio de primeiro nível “.Amazon” – 18/04/19

O Ministério das Relações Exteriores foi informado de que a empresa Amazon Inc. submeteu à Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), em 17/4/2019, proposta para obter o domínio de primeiro nível .AMAZON, que, na visão do Brasil, não atende preocupações importantes dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O Brasil reitera sua disposição de buscar, de boa-fé, uma solução amigável e mutuamente aceitável para a controvérsia entre a empresa Amazon e os países da OTCA, que assegure: (1) que os países da OTCA compartilharão responsabilidades com a empresa em temas centrais relacionados à governança do nome de domínio de primeiro nível, mediante um Comitê Gestor que garanta o efetivo compartilhamento daquela responsabilidade; (2) que nomes de domínio de segundo nível importantes para a promoção do patrimônio natural e cultural dos países amazônicos serão protegidos ou, em alguns casos, delegados a esses países por acordo mútuo; (3) que nomes de domínio de segundo nível que possam confundir ou induzir a erro sobre questões próprias da região amazônica não serão utilizados pela empresa; e (4) que mudanças em relação ao regime de governança do nome de domínio .AMAZON ocorram por acordo entre as partes.

Com esse espírito, ao longo dos últimos meses, o governo brasileiro tem dialogado com os demais países membros do OTCA, com a ICANN e com a empresa Amazon, na expectativa de prosseguir o esforço de compreensão mútua iniciado em março passado, como resultado dos entendimentos mantidos durante a 64ª Reunião da

ICANN em Kobe, Japão, em busca de solução consensual, conforme recomenda o Comitê Assessor Governamental (GAC) da ICANN.

Qualquer decisão que a ICANN venha a tomar deveria levar em conta a sensibilidade política envolvida na atribuição exclusivamente a interesses privados de um nome de domínio indissociavelmente relacionado à identidade de milhões de pessoas. Deveria, também, considerar plenamente o interesse público dos países amazônicos, bem como a necessidade de preservar a governança verdadeiramente multissetorial da Internet e reforçar a legitimidade dos mecanismos de gestão de recursos globais da rede.

O governo brasileiro reafirma sua expectativa de que as partes envolvidas farão uso de todas as oportunidades disponíveis, inclusive com extensão apropriada do prazo para consultas entre a empresa Amazon e os países amazônicos, para que se alcance solução mutuamente aceitável na matéria.

Atentados no Sri Lanka – 21/04/19

O governo brasileiro condena veementemente os atentados praticados hoje, 21 de abril, Domingo de Páscoa, em igrejas e hotéis nas cidades de Colombo, Katana e Batticaloa, no Sri Lanka, que deixaram centenas de mortos e feridos.

O governo brasileiro reafirma seu inteiro repúdio a todo ato de terrorismo, independente de sua motivação, expressa sua solidariedade ao governo e ao povo do Sri Lanka, transmite suas sentidas condolências às famílias das vítimas e estende aos feridos votos de plena e rápida recuperação.

Falecimento do Grão-Duque Jean, de Luxemburgo – 24/04/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do falecimento do grão-duque Jean, ocorrido em 23 de abril último.

O grão-duque teve papel decisivo em assegurar a prosperidade de Luxemburgo no pós-guerra. Liderou exitosa conversão econômica, de uma economia industrial, baseada na siderurgia, para uma economia financeira de alcance global. Notabilizou-se, ainda, como herói da II Guerra Mundial. Na condição de herdeiro do trono, integrou o Exército britânico e participou do desembarque na Normandia, em junho de 1944.

Em 1942, visitou o Brasil na qualidade de grão-duque herdeiro. Após assumir o trono, em 1964, o grão-duque Jean escolheu o Brasil como destino de sua primeira visita oficial, realizada em 1965. Em 2018, o grão-ducado inaugurou sua embaixada em Brasília.

O governo brasileiro solidariza-se com o povo luxemburguês e apresenta ao governo de Luxemburgo e à família do grão-duque Jean suas mais sentidas condolências.

Visita do senhor Presidente da República à Argentina – Buenos Aires, 6 de junho de 2019 – 24/04/19

A convite do presidente da Argentina, Mauricio Macri, o presidente da República realizará visita a Buenos Aires, em 6 de junho.

Esta visita atesta a prioridade atribuída pelo Brasil ao relacionamento com a Argentina. O encontro ocorre após a viagem do chanceler Ernesto Araújo a Buenos Aires, em 9 e 10 de abril, e a

vinda a Brasília da vice-presidente argentina, Gabriela Michetti, em 12 de abril.

O encontro entre os dois mandatários representa oportunidade para dar seguimento aos principais temas tratados durante a visita do presidente Mauricio Macri a Brasília, em 16 de janeiro último. Possibilitará que os dois presidentes deem contornos claros aos novos rumos do relacionamento e confirmem o necessário impulso político aos tópicos prioritários da pauta bilateral. Constituirá, igualmente, oportunidade para que os mandatários discutam temas de interesse comum da agenda internacional e o atual cenário da integração regional.

Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal de Assuntos Estrangeiros da Suíça, Ignazio Cassis – 25 e 26 de abril de 2019 – 26/04/19

O conselheiro federal de Assuntos Estrangeiros da Suíça, Ignazio Cassis, realizará visita oficial ao Brasil nos dias 25 e 26 de abril corrente.

Em Brasília, o conselheiro federal será recebido pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em reunião de trabalho. Os chanceleres reafirmarão a parceria estratégica entre Brasil e Suíça, estabelecida em 2008, com o objetivo de promover o diálogo e a cooperação bilaterais.

A visita também constituirá ocasião para dar impulso às negociações do Acordo entre o MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), tratar do processo de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e discutir fortalecimento da fluida cooperação bilateral em matéria judiciária e

tributária, importante ferramenta para o combate à corrupção, bem como tratar das perspectivas de cooperação na área de inovação.

Em 2018, a corrente de comércio Brasil-Suíça atingiu cerca de US\$ 3 bilhões. Os investimentos têm especial importância nas relações econômico-comerciais. Mais de 600 empresas suíças mantêm operações no Brasil.

Calendário de Eventos entre 26 de abril e 3 de maio de 2019 – 26/04/19

8 a 29/ABR – Nova York, EUA. Abertura da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas (sessão 2019), (Continuação).

23/ABR a 10/MAI – Genebra, Suíça. 98ª sessão do Comitê para a eliminação da discriminação racial (continuação).

23/ABR a 17/MAI – Genebra, Suíça. 66ª sessão do Comitê contra a tortura (continuação).

24/ABR a 03/MAI – Genebra, Suíça. 84ª sessão do Grupo de Trabalho sobre detenção arbitrária (continuação).

29/ABR – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Reunião da Mesa Diretora da Junta Executiva do PMA.

29/ABR – Genebra, Suíça. Reunião Regular do Comitê de Salvaguardas.

29/ABR – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento Pequenas Economias.

29/ABR – Genebra, Suíça. Reunião Informal do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio.

29/ABR – New York, EUA. Discurso no debate aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação no Oriente Médio.

29/ABR – New York, EUA. Reunião especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) sobre Cooperação Internacional em Assuntos Fiscais.

29/ABR a 1/MAI – Genebra, Suíça. 2ª Cúpula sobre Religião, Paz e Segurança.

29/ABR a 3/MAI – Genebra, Suíça. 20ª sessão do Grupo de Trabalho sobre o direito ao desenvolvimento.

29/ABR a 10/MAI – New York, EUA. 3ª sessão do Comitê Preparatório para a Conferência de Revisão de 2020 do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

29/ABR a 10/MAI – Genebra, Suíça. Reunião Conjunta das Conferências das Partes das Convenções da Basiléia, Roterdã e Estocolmo.

29/ABR a 10/MAI – New York, EUA. 41ª sessão do Comitê de Informação das Nações Unidas.

29/ABR a 07/JUN – Genebra, Suíça. 71ª sessão da Comissão de Direito Internacional (1ª parte).

30/ABR – Genebra, Suíça. Centro Sul - Reunião do Conselho de Representantes.

30/ABR – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Consulta informal sobre os Planos Estratégicos Nacionais.

30/ABR – Genebra, Suíça. Reunião Regular da Comitê de Orçamento, Finanças e Administração.

30/ABR – Genebra, Suíça. Reunião Especial do Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias.

30/ABR e 01/MAI – Genebra, Suíça. Sessão Especial Aberta do Comitê de Agricultura.

01/MAI – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo informal sobre Anticircunvenção do Comitê das Práticas Antidumping.

01/MAI – Genebra, Suíça. Reunião Regular do Comitê das Práticas Antidumping.

02/MAI – Genebra, Suíça. Reunião Aberta sobre Serviços de Regulação Doméstica.

02/MAI – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo de Trabalho sobre Implementação do Comitê das Práticas Antidumping.

01 e 02/MAI – Genebra, Suíça. UNCTAD – Reuniões Plurianuais e Anuais de Especialistas em Comércio, Serviços e Desenvolvimento.

2 e 3/MAI – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). 126ª Sessão da Junta Executiva do FIDA.

03/MAI – Genebra, Suíça. Reunião Informal do Comitê de Negociações Comerciais / Chefes de Delegação.

Brasil envia equipe de busca e salvamento às áreas afetadas pelo ciclone Kenneth em Moçambique – 26/04/19

O governo brasileiro tomou conhecimento da passagem, na noite de ontem, 25/04, do ciclone Kenneth pela província de Cabo Delgado, em Moçambique, causando mortes e destruição, pouco mais de um mês após a devastação provocada pelo ciclone Idai na região central do país. Ao lamentar essa nova calamidade natural, o governo brasileiro se solidariza com a população e o governo moçambicano.

Em atenção a pedido de ajuda do governo de Moçambique, o Brasil está deslocando a equipe humanitária brasileira já presente no país para as

regiões afetadas pelo ciclone Kenneth, a fim de atuar em missões de busca e salvamento. Composta por 40 bombeiros militares da Força Nacional de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Minas Gerais, aquela equipe é o único contingente internacional com treinamento específico em busca e salvamento que se encontra atualmente em Moçambique.

Para auxiliar nas operações, o governo brasileiro também fornecerá a Moçambique mapas das regiões afetadas, obtidos da rede de satélites da “International Charter Space and Major Disasters”.

9ª Reunião do Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia – 30 de abril de 2019 – 29/04/19

Terá lugar amanhã, dia 30 de abril, no Palácio Itamaraty, a 9ª Reunião do Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia (UE). O mecanismo avalia as prioridades da cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e supervisiona as atividades desenvolvidas no âmbito do "Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia", assinado em 2004 e renovado no ano passado por cinco anos.

O encontro discutirá os resultados de projetos de pesquisa conjuntos, financiados por entidades brasileiras e pelo programa europeu, além das perspectivas do futuro da cooperação bilateral com a entrada em vigor do programa “Horizonte Europa” (2021-2027), no qual há a expectativa de maior flexibilização para participação

de países de fora da UE em projetos conjuntos de pesquisa, inclusive em termos de coparticipação financeira. Estima-se que o “Horizonte Europa” conte com recursos na ordem de EUR 115 bilhões, aumento significativo em relação ao atual programa “Horizonte 2020”, cujo orçamento é de EUR 80 bilhões.

A reunião ainda tratará especificamente de áreas de pesquisa relacionadas à agricultura; tecnologias de informação e comunicação; oceanos; recursos hídricos; ciência para a sociedade; energia; inovação e startups; saúde; e mobilidade de pesquisadores. A agenda prevê, ainda, discussão sobre novas áreas de cooperação e contempla a análise do funcionamento do acordo administrativo assinado, em 2018, entre FINEP, CNPq, CONFAP e a Comissão Europeia para o lançamento de chamadas coordenadas ou conjuntas de projetos de pesquisas.

Comunicado Conjunto Brasil-Alemanha – Visita Oficial do Ministro Federal do Exterior da República Federal da Alemanha, Heiko Maas – Brasília, 30 de abril de 2019 – 30/04/19

1. O Ministro Federal do Exterior da Alemanha Heiko Maas realizou visita oficial ao Brasil nos dias 29 e 30 de abril. Em Brasília, o Ministro Federal do Exterior reuniu-se com o Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo e foi recebido em visita de cortesia pelo Presidente Jair Bolsonaro.

2. As relações Brasil-Alemanha são sólidas e densas, alicerçadas em princípios e valores comuns. Brasil e Alemanha mantêm profundos laços históricos e culturais, e compartilham valores como liberdade, democracia e economia de mercado, sempre trabalhando em prol da prosperidade de

seus povos. Os ministros tiveram discussões aprofundadas sobre regras internacionais existentes nos campos do comércio, das finanças, de paz e segurança, mudança do clima, biodiversidade, criminalidade transnacional e segurança cibernética.

3. Os ministros comprometeram-se com o fortalecimento e o aperfeiçoamento do sistema multilateral de comércio e do livre comércio baseado em regras. Comprometeram-se também em intensificar os esforços para a conclusão, no mais breve prazo possível, do Acordo de Associação Inter-regional entre o MERCOSUL e a União Europeia, que seja instrumento para abertura de oportunidades de negócios, promoção da competitividade e o fomento da sustentabilidade. A Alemanha reiterou seu apoio à adesão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que contribuirá para maior integração da economia brasileira ao mundo.

4. A Alemanha é o quarto parceiro comercial e fonte tradicional de investimentos para o desenvolvimento brasileiro, com estoque de cerca de US\$ 20 bilhões em 2016. Estima-se que existam 1600 empresas alemãs instaladas no Brasil, sendo São Paulo uma das maiores concentrações industriais alemãs fora da Alemanha.

5. Os ministros decidiram revigorar a parceria econômica e os investimentos bilaterais, em estreita coordenação com os setores privados dos dois países, no marco da Comissão Mista de Cooperação Econômica (COMISTA), que ocorrerá em setembro próximo.

6. Na área de defesa, reconheceram os progressos alcançados e reiteraram seu interesse na realização de diálogo estratégico bilateral sobre a matéria. Saudaram o anúncio da escolha de consórcio com participação da empresa

alemã Thyssenkrupp para construção de quatro fragatas leves da Classe Tamandaré para a Marinha do Brasil.

7. Relativamente aos temas de segurança, concordam em ampliar a cooperação bilateral.

8. Os ministros condenaram os ataques terroristas perpetrados no Sri Lanka, ocorrido em dia santo para a cristandade. Demonstraram ser o ódio religioso, e especialmente a perseguição a cristãos, assim como a muçulmanos, judeus e outras religiões, um flagelo que exige atitudes firmes de toda a comunidade internacional.

9. Alemanha e Brasil reafirmaram o compromisso com a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas na cooperação com o Japão e Índia (G-4), a fim de torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Os dois países tencionam, também, promover intercâmbio regular de experiências sobre a participação em operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

10. Ambos os países são parceiros importantes na promoção e proteção dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas. Sublinharam seu interesse nas consultas bilaterais existentes não só em matéria de direitos, mas também em outras áreas no âmbito das Nações Unidas. Manifestaram interesse, também, em aprofundar a parceria nas Nações Unidas nas discussões relativas ao impacto das novas tecnologias digitais sobre os direitos humanos e em favor da liberdade na internet.

11. Os ministros enfatizaram a sua determinação de fazer frente aos desafios do desmatamento ilegal e seus efeitos sobre o sistema do clima. Recordaram que a proteção, conservação e o uso sustentável das florestas têm estado historicamente no centro da cooperação em matéria ambiental entre o Brasil e a Alemanha.

Reiteram, também, o interesse comum em fortalecer a cooperação bilateral e multilateral, inclusive com o apoio ao Fundo Amazônia.

12. Brasil e Alemanha pretendem utilizar a parceria bilateral no campo energético para promover investimentos adicionais em energias renováveis.

13. Saudaram o trabalho do Centro Alemão de Ciência e Inovação em São Paulo. Destacaram, ademais, o apoio à cooperação científica e tecnológica na área de matérias-primas de importância econômica e estratégica e sublinharam o compromisso de promover maior cooperação em tecnologias aplicadas em materiais avançados, com foco em nióbio, grafeno e terras raras. Além disso, há interesse das partes em aprimorar ações de cooperação em bioeconomia e segurança alimentar, energias renováveis e eficiência energética, inteligência artificial, manufatura ativa e “smart cities”, bem como criar o “Diálogo Brasil-Alemanha de Digitalização”.

14. Os ministros ressaltaram o interesse em ampliar a cooperação na área de cultura e de educação. Saudaram o contínuo apoio alemão aos trabalhos de reconstrução do Museu Nacional do Rio de Janeiro e de recuperação e de restauração de seu acervo.

15. Os dois países reiteraram o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela, com o mandato de organizar, o mais breve possível, eleições presidenciais livres e justas. Solidarizam-se com o povo venezuelano na luta pelo restabelecimento da democracia. Estão de acordo, também, com a necessidade de que haja acesso irrestrito de ajuda humanitária à Venezuela. O lado brasileiro lamentou a expulsão do Embaixador alemão em Caracas pelo regime de Maduro. Os dois países

comprometeram-se a seguir trabalhando em favor da democracia na Venezuela.

Declaração do Grupo de Lima – 30/04/19

Os governos da Argentina, do Brasil, do Canadá, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, da Guatemala, de Honduras, do Panamá, do Paraguai e do Peru, membros do Grupo de Lima:

1) Expressam seu pleno respaldo ao processo constitucional e popular empreendido pelo povo venezuelano, sob a liderança do Presidente Encarregado, Juan Guaidó, para recuperar a democracia na Venezuela; e rechaçam que tal processo seja qualificado como golpe de Estado.

2) Exigem o pleno respeito à vida, à integridade de à liberdade de todos os venezuelanos e, em particular, de todos os membros da Assembleia Nacional e de todos os líderes das forças políticas democráticas venezuelanas, assim como a liberação imediata dos presos políticos.

3) Renovam seu chamado à Força Armada Nacional da Venezuela para que manifeste sua lealdade ao Presidente Encarregado, Juan Guaidó, na função constitucional de seu Comandante em Chefe; e para que, fiéis ao seu mandato constitucional de estar a serviço da Nação e não de uma pessoa, cessem de servir como instrumentos do regime ilegítimo para a opressão do povo venezuelano e a violação sistemática de seus direitos humanos.

4) Advertem Nicolás Maduro a cessar a usurpação, para que possa começar a transição democrática, a normalização constitucional e a reconstrução econômica e social da Venezuela.

5) Advertem para a responsabilidade direta de Nicolás Maduro e dos grupos armados e de inteligência a serviço de

seu regime ilegítimo pelo uso indiscriminado da violência para reprimir o processo de transição democrática e o restabelecimento do Estado de direito na Venezuela.

6) Instam a comunidade internacional a seguir com atenção a evolução dos acontecimentos e a oferecer seu apoio político e diplomático às legítimas aspirações do povo venezuelano de voltar a viver em democracia e liberdade, sem a opressão do regime ilegítimo e ditatorial de Nicolás Maduro.

7) Declaram-se em sessão permanente e decidem reunir-se presencialmente na próxima sexta, dia 3 de maio, em Lima (Peru).

Dia do Diplomata – Brasília, 3 de maio de 2019 – 02/05/19

Celebra-se no dia 3 de maio, no Palácio Itamaraty, com a presença do presidente Jair Bolsonaro, o Dia do Diplomata. O evento relembra o nascimento do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, e compreende a formatura de diplomatas do Instituto Rio Branco (IRBr) e a cerimônia de imposição de insígnias da Ordem de Rio Branco.

A turma 2017-2019 do IRBr é composta de 30 diplomatas, aos quais se somam 7 outros diplomatas de Argentina, Cazaquistão, Guiné Bissau, Japão, Moçambique e Timor Leste.

A patrona escolhida pela turma 2017-2019 é Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, conhecida como o “Anjo de Hamburgo”, por ter salvo a vida de dezenas de judeus, aprovando seus pedidos de visto ao Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial. Por seu gesto de humanidade, Aracy foi reconhecida como “Justa entre as Nações”, título conferido pelo Museu do Holocausto, em Jerusalém, aos não-judeus que

arriscaram sua vida na Segunda Guerra. Seu nome figura ao lado de Oskar Schindler e do embaixador do Brasil em Paris no período de 1922 a 1943, Luiz Martins de Souza Dantas.

A paraninfa da turma é a embaixadora Eugênia Barthelmess, atual diretora do Departamento de América do Sul, em cuja sólida e comprometida carreira os novos Diplomatas se inspiram. Em seus 30 anos de serviço ao Brasil, a embaixadora Eugênia Barthelmess serviu na missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos em Washington, na embaixada em Quito e na missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas.

Após a formatura dos diplomatas do IRBr, acontece a imposição das insígnias da Ordem de Rio Branco que reconhece a atuação de brasileiros e estrangeiros nas mais diversas áreas.

Comércio eletrônico na OMC – 02/05/19

O Brasil circulou, em 1º de maio, na Organização Mundial do Comércio (OMC), proposta sobre disciplinas a serem aplicadas ao comércio eletrônico internacional. As discussões exploratórias sobre um possível acordo de comércio eletrônico na OMC iniciaram-se em dezembro de 2017, quando 71 membros, inclusive o Brasil, adotaram declaração conjunta sobre o tema em Buenos Aires, por ocasião da 11ª Conferência Ministerial da OMC (MC-11). Em janeiro deste ano, em reunião ministerial realizada em Davos (Suíça), 76 membros, entre eles o Brasil, concordaram em lançar negociações sobre a matéria na OMC.

A proposta brasileira resultou de ampla coordenação interna entre diversos órgãos de governo. Aborda questões como proteção do consumidor e de dados pessoais, além de questões

tributárias e relacionadas à segurança cibernética e à cooperação tecnológica.

O engajamento no tema de comércio eletrônico demonstra o inequívoco compromisso do Brasil com o fortalecimento do pilar negociador da OMC. A primeira rodada negociadora ocorrerá em Genebra, de 13 a 15 de maio corrente.

Declaração do Grupo de Lima – 3 de maio de 2019 – 03/05/19

Os governos da Argentina, do Brasil, do Canadá, do Chile, da Colômbia, da Costa Rica, da Guatemala, de Honduras, do Panamá, do Paraguai, do Peru e da Venezuela, diante do início da fase decisiva do processo de recuperação democrática e de fim da usurpação

1) Reafirmam seu pleno respaldo às ações realizadas nos últimos dias pelo povo venezuelano sob a liderança do Presidente Encarregado Juan Guaidó para restabelecer o Estado de direito na República Bolivariana da Venezuela, de maneira pacífica e no respeito da ordem constitucional, e o encorajam a perseverar nesse esforço;

2) Condenam energicamente a repressão do regime ilegítimo e ditatorial de Nicolás Maduro que novamente resultou em mortos e em centenas de feridos e detidos, deploram a designação de Gustavo González López à frente do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (SEBIN), que simboliza a sistemática violação dos direitos humanos perpetrada pelo regime, que se soma aos supostos crimes de lesa humanidade submetidos à consideração da Fiscal da Corte Penal Internacional.

3) Exigem o pleno respeito à vida, à integridade e à liberdade de todos os venezuelanos, do Presidente Encarregado Juan Guaidó e dos líderes

das forças políticas democráticas, assim como o restabelecimento dos direitos políticos constitucionais do Vice-presidente da Assembleia Nacional (AN), Edgar Zambrano, e de todos seus membros, além da liberação imediata de todos os presos políticos.

4) Instam os membros da Força Armada Nacional Bolivariana a cumprir com seu mandato constitucional a serviço de sua nação e aos membros do Tribunal Supremo de Justiça a cessar seu apoio cúmplice ao regime ilegítimo;

5) Concordam em propor ao Grupo de Contato Internacionagrupol uma urgente reunião de representantes de ambos grupos para buscar a convergência no propósito comum de lograr o retorno da democracia na Venezuela, e convidam outros membros da comunidade internacional, comprometidos com tal propósito, a somar esforços para alcançar este objetivo.

6) Expressam seu beneplácito pela convocatória de uma Conferência Internacional pela Democracia na Venezuela, em Lima, no mês de julho, com a participação de todos os Estados que respaldam a recuperação democrática no país.

7) Ressaltam a realização, no Chile, no mês de junho, do seminário sobre transições democráticas com a participação de líderes democratas venezuelanos.

8) Instam a comunidade internacional, o sistema das Nações Unidas e a seu Secretário-Geral a tomar medidas inequívocas de proteção destinadas a mitigar as consequências da crise humanitária que vêm sofrendo os venezuelanos, responsabilidade exclusiva do regime ilegítimo de Nicolás Maduro.

9) Exortam a comunidade internacional e o sistema das Nações Unidas a

incrementar a cooperação prestada aos países de acolhida para atender o êxodo massivo de venezuelanos;

10) Reiteram seu chamado à Rússia, à Turquia e a todos aqueles países que ainda apoiam o regime ilegítimo de Nicolás Maduro a favorecer o processo de transição democrática.

11) Decidem fazer as gestões necessárias para que Cuba participe na busca da solução da crise na Venezuela.

12) Decidem cooperar com os mecanismos internacionais de combate à corrupção, ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro e a outros delitos para combater a realização desse tipo de crime por parte dos membros do regime ilegítimo de Nicolás Maduro, seus familiares e testas de ferro;

13) Rechaçam a ameaça que representa a proteção, por parte do regime ilegítimo de Nicolás Maduro, a grupos terroristas que operam no território da Colômbia, qualquer tentativa de desestabilização da institucionalidade colombiana, do atentado contra a vida e a integridade do presidente Ivan Duque e a deterioração da segurança regional;

14) Decidem continuar em sessão permanente e realizar a próxima reunião na cidade da Guatemala;

15) Encorajam o povo venezuelano a perseverar na luta para recuperar a democracia e reconhecem a valentia e o patriotismo dos membros das Forças Armadas que o têm apoiado nesta etapa decisiva.

Lançamento de foguetes contra Israel – 05/06/19

O governo brasileiro volta a repudiar, com veemência, o lançamento indiscriminado de centenas de foguetes desde a Faixa de Gaza contra território

israelense, ocorridos nos últimos dois dias.

Nada pode justificar o lançamento indiscriminado de foguetes que têm como alvo a população civil. A ofensiva provocada por militantes que controlam a Faixa de Gaza e a reação israelense já deixaram mortos e dezenas de feridos de ambos os lados. O Brasil expressa condolências às famílias das vítimas e formula votos de plena recuperação dos feridos.

O governo brasileiro conclama pelo fim imediato de todos os ataques contra Israel e manifesta seu apoio aos esforços em andamento para reduzir a tensão em Gaza.

Calendário de Eventos entre 3 e 10 de maio de 2019 – 06/05/19

8 a 29/ABR – Nova York, EUA. Abertura da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas – sessão 2019 (Continuação).

23/ABR a 10/MAI – Genebra, Suíça. 98ª sessão do Comitê para a eliminação da discriminação racial (continuação).

23/ABR a 17/MAI – Genebra, Suíça. 66ª sessão do Comitê contra a tortura (continuação).

29/ABR a 10/MAI – New York, EUA. 3ª sessão do Comitê Preparatório para a Conferência de Revisão de 2020 do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares – TNP (continuação).

29/ABR a 10/MAI – Genebra, Suíça. Reunião Conjunta das Conferências das Partes das Convenções da Basiléia, Roterdã e Estocolmo (continuação).

29/ABR a 10/MAI – New York, EUA. 41ª sessão do Comitê de Informação das Nações Unidas (continuação).

29/ABR a 07/JUN – Genebra, Suíça. 71ª sessão da Comissão de Direito Internacional – 1ª parte (continuação).

4/MAI – Santiago, Chile. Café Literário Parque Bustamante. Celebração do Dia da Língua Portuguesa, em coordenação com a Embaixada de Portugal e o Instituto Camões.

5 a 10/MAI – Houston, EUA. L Conferência de Tecnologia Offshore (OTC) na área de Óleo e Gás.

6/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião da Rede de Gênero das Agências das Nações Unidas baseadas em Roma.

6 e 7/MAI – New York, EUA. Sessão resumida do Comitê de ONGs das Nações Unidas.

6 a 8/MAI – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Quinto retiro da Junta Executiva do FIDA.

6 a 10/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 33ª Sessão do Comitê de Normas da Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais.

6 a 10/MAI – Genebra, Suíça. 29ª Sessão do Comitê de Programa e Orçamento da OMPI.

6 a 10/MAI – New York, EUA. 14ª sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas.

6 a 17/MAI – Genebra, Suíça. 33ª sessão do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

7/MAI – Santiago, Chile. Museo de Arte Contemporáneo Parque Forestal. Inauguração da mostra Moderna para

Sempre: Fotografia Modernista na Coleção Itaú Cultural.

7/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião sobre Proteção Social Rural.

7 e 8/MAI – Genebra, Suíça. Conselho Geral da OMC.

7 a 9/MAI – Genebra, Suíça. Reunião Plurianual de Peritos sobre Transporte, Logística e Facilitação do Comércio da UNCTAD.

7 a 10/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 11ª Reunião do Comitê sobre Estratégia de Financiamento e Mobilização de Recursos do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA).

8/MAI – Varsóvia, Polônia. Conferência "Vozes nas Margens - Culturas em Conta(c)to: Encontros e desencontros da lusofonia". Recital de piano do brasileiro João Elias Soares em homenagem ao centenário do nascimento de Cláudio Santoro.

8 a 10/MAI – Genebra, Suíça. Revisão de Política Comercial de Papua Nova Guiné.

8 a 10/MAI – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo Aberto de Negociação sobre Regras – Subsídios à Pesca.

10/MAI – Genebra, Suíça. Revisão da Decisão de Bali sobre Cotas.

10/MAI – Genebra, Suíça. Consulta sobre modalidades e formato do futuro Fórum Permanente sobre afrodescendentes.

12/MAI – Santiago, Chile. Biblioteca de Santiago. Inauguração de exposição de painéis do ilustrador infanto-juvenil Renato Moriconi.

Visita oficial ao Brasil da relatora especial da ONU sobre eliminação da discriminação contra pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares, Alice Cruz – 6 a 14 de maio de 2019 – 06/05/19

A relatora especial da ONU sobre eliminação da discriminação contra pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares, Alice Cruz, realizará visita oficial ao Brasil de 6 a 14 de maio corrente. A vinda de Alice Cruz faz parte da retomada de visitas de relatores especiais com mandatos temáticos ao Brasil. O país se comprometeu a receber três relatores em 2019.

Em Brasília, a relatora será recebida pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Manterá, ainda, reuniões nos ministérios das Relações Exteriores e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Também terá encontro com o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e com o Defensor Público Geral da União.

Alice Cruz cumprirá, igualmente, agenda no Rio de Janeiro e no Pará. Deverá ser recebida por representantes dos governos estaduais e técnicos responsáveis pela temática de hanseníase. A relatora especial também realizará visitas de campo a instituições de tratamento de pessoas afetadas pela hanseníase, além de contatos acadêmicos e encontros com a sociedade civil. O Escritório das Nações Unidas no Brasil organizará, no dia 14, às 11:30h, coletiva de imprensa na qual a relatora fará um balanço de sua visita (OPAS – Sala de Conferências - Lote 19 - Avenida das Nações, SEN, Brasília - DF).

Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado à Itália – 7 e 8 de maio de 2019 – 06/05/19

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, realizará viagem a Roma nos dias 7 e 8 do corrente mês, ocasião em que manterá encontro com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, com a Ministra da Defesa, Elisabeta Trenta, além de reuniões de trabalho com autoridades do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional (Farnesina) e outros interlocutores locais, a fim de discutir os principais temas da pauta bilateral, como comércio, investimentos, cooperação e temas regionais e globais.

Brasil e Itália mantêm Parceria Estratégica desde 2007. Em 2018, houve crescimento da ordem de 7% no comércio bilateral, que superou os US\$ 8 bilhões. A Itália é um dos maiores investidores individuais no país e possui mais de 1.200 empresas atuando no território brasileiro.

Além das importantes relações comerciais, os dois países possuem importantes laços históricos e culturais. Cerca de 30 milhões de brasileiros são descendentes de italianos e existem significativas comunidades de brasileiros residentes na Itália e de italianos residentes no Brasil.

Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado ao Vaticano – 08 de maio de 2019 – 06/05/19

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, visitará o Vaticano no dia 8 de maio. Na ocasião, manterá reunião com o Secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Pietro Parolin e com o Secretário de Relações com Estados da Santa Sé, Monsenhor Paul Gallagher.

Os católicos correspondem a cerca de 65% da população brasileira, o que faz com que o Brasil seja considerado pela Santa Sé o maior país católico do mundo, e onde atua o mais numeroso episcopado da Igreja. Brasil e Santa Sé possuem forte convergência na defesa da família e dos direitos humanos, da paz e da segurança internacionais e na condenação ao terrorismo.

O Brasil mantém relações diplomáticas com a Santa Sé desde 1826.

Eleições no Panamá – 07/05/19

O Governo brasileiro felicita o presidente eleito do Panamá, Laurentino Cortizo, pela vitória nas eleições gerais de 5 de maio. Congratula-se, de igual maneira, com o conjunto da sociedade panamenha pela qualidade do processo eleitoral, em que também foram escolhidos novos membros da Assembleia Nacional, do Parlamento Centro-Americano, de prefeituras e de conselhos locais.

O Governo brasileiro aproveita a oportunidade para expressar sua melhor disposição para trabalhar com a equipe do presidente eleito Laurentino Cortizo, com vistas a conferir renovado impulso às relações bilaterais.

O Brasil envia segunda equipe humanitária a Moçambique – 07/05/19

O Brasil enviou a Moçambique, neste fim de semana, uma segunda equipe humanitária para prestar assistência às vítimas dos ciclones tropicais Idai e Kenneth, que atingiram aquele país em março e abril passados. Composta de 29 integrantes da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, essa equipe desenvolverá

ações emergenciais nas províncias de Sofala e de Cabo Delgado até o dia 7 de junho, atendendo a solicitações das autoridades moçambicanas e das agências das Nações Unidas.

A primeira equipe humanitária brasileira, que retorna hoje ao Brasil, chegou a Moçambique em 1º de abril passado, com 40 membros daquelas mesmas corporações. Desde então, as ações humanitárias do Brasil em Moçambique beneficiaram milhares de vítimas dos ciclones, com operações de busca e salvamento, distribuição de cestas básicas e vacinas, desobstrução de vias de acesso em lugares remotos e construção de duas pontes e barracas para desabrigados, entre outras atividades.

A resposta humanitária brasileira a Moçambique é coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores.

Comemoração dos 30 anos de relações diplomáticas Brasil-Vietnã – 08/05/19

Brasil e Vietnã celebram hoje o 30º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas. Em 1994, foi inaugurada a Embaixada do Brasil em Hanói, a primeira de um país latino-americano na capital vietnamita e, no ano 2000, a Embaixada do Vietnã em Brasília foi estabelecida.

São três décadas de aprofundamento contínuo das relações bilaterais. Em 2018, o comércio do Brasil com o Vietnã foi superior a US\$ 4,2 bilhões, seu maior nível histórico. No último ano, o Vietnã foi o 5º maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. Empresas brasileiras dos setores de arquitetura e de produção de couros, entre outras, mantêm investimentos no Vietnã.

Brasil e Vietnã contam com acordos nos mais diversos campos, como os de ciência e tecnologia; cultura; esportes; produção e uso de etanol combustível; e saúde. Nos últimos anos, os dois países firmaram, ainda, atos sobre serviços aéreos; transportes marítimos; cooperação entre think tanks; e treinamento de diplomatas.

Os dois países trabalham hoje para expandir e diversificar o já significativo comércio bilateral, bem como ampliar investimentos recíprocos. A promoção do conhecimento mútuo das sociedades brasileira e vietnamita, por meio, por exemplo, da intensificação dos fluxos de turismo, é também importante objetivo nas relações bilaterais.

O governo brasileiro congratula-se com o governo vietnamita pela profícua cooperação desenvolvida ao longo dessas três décadas, manifesta a expectativa de continuado adensamento das relações e transmite votos de prosperidade ao governo e ao povo do Vietnã.

Visita de trabalho do Senhor Ministro de Estado à Hungria – 9 de maio de 2019 – 08/05/19

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, realizará visita de trabalho à Hungria em 9 de maio próximo.

A visita constitui oportunidade para imprimir nova dinâmica às relações bilaterais, em seguimento à visita do Primeiro-Ministro Viktor Orbán ao Brasil, por ocasião da posse do Presidente da República Jair Bolsonaro.

Na capital húngara, o Ministro de Estado Ernesto Araújo manterá reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior da Hungria, Péter Szijjártó, e com o Presidente do Parlamento, László

Kövé, e proferirá palestra no Instituto de Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior (IFAT).

Os Ministros discutirão temas da agenda internacional e formas de incrementar as relações bilaterais, em especial nos campos de economia e comércio, cooperação política, defesa, ciência e tecnologia e inovação. O Ministro Ernesto Araújo firmará, em Budapeste, o Tratado de Extradução Brasil-Hungria, instrumento que fortalece a cooperação jurídica entre os dois países.

A corrente de comércio entre Brasil e Hungria alcançou, em 2015, o pico de US\$ 656 milhões. Em 2018, somou US\$ 480 milhões.

O Brasil doa vacinas antirrábicas ao Haiti – 08/05/19

O Brasil doou ao Haiti, ontem, em caráter de cooperação humanitária coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, 7.000 doses de vacina antirrábica humana fornecidas pelo Ministério da Saúde, em resposta a solicitação do governo haitiano. O transporte a Porto Príncipe foi custeado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Operação semelhante já havia ocorrido em 2017, quando 15.000 doses daquela vacina foram entregues ao Haiti, que registrava, então, crescente número de casos de raiva, com vítimas fatais.

De acordo com o Ministério da Saúde, as doações brasileiras em ações de cooperação humanitária não privam os brasileiros do direito de acesso a medicamentos, destinados a tais iniciativas apenas quando não há carência no atendimento prioritário a pacientes nacionais.

Falecimento do Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto e da Embaixatriz Vera Lúcia Ribeiro Estrela de Andrade Pinto – 08/05/19

O Ministério das Relações Exteriores registra, com grande pesar, o falecimento do Embaixador do Brasil no Líbano, Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, e de sua mulher, Vera Lúcia Ribeiro Estrela de Andrade Pinto, em trágico acidente rodoviário ocorrido no dia de hoje no sul da Itália.

O Ministério das Relações Exteriores expressa aos familiares e amigos do Embaixador Paulo Cordeiro e da Embaixatriz Vera Estrela sua solidariedade e sentidas condolências.

Lançamento da pedra fundamental da segunda ponte sobre o rio Paraná – Foz do Iguaçu, 10 de maio de 2019 – 08/05/19

O presidente da República, Jair Bolsonaro, manterá encontro com o presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez, no Marco das Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu, no dia 10 de maio. Na ocasião, os presidentes lançarão a pedra fundamental da segunda ponte sobre o rio Paraná, a ser construída entre Foz do Iguaçu, no Brasil, e Presidente Franco, no Paraguai.

A segunda ponte sobre o rio Paraná será utilizada para o fluxo de carga e oferecerá alternativa logística à ponte da Amizade, que se destinará unicamente ao trânsito de veículos de passeio. O prazo estimado para a construção da ponte é de três anos. A obra será custeada por Itaipu Binacional e executada pelo Governo do Paraná, com supervisão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O projeto soma-se a outras duas pontes internacionais projetadas para serem construídas entre os dois países nos próximos anos: a ponte sobre o rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, que integrará o Corredor Rodoviário Bioceânico, ligando o Brasil e o Paraguai aos portos do norte do Chile, e a ponte sobre o rio Apa, que servirá de ligação entre o Centro-Oeste brasileiro e o porto fluvial paraguaio de Concepción.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2018, o intercâmbio comercial foi de US\$ 4,1 bilhões, tendo aumentado 8,6% em relação a 2017. O Brasil mantém o segundo maior estoque de investimentos diretos naquele país, estimado em US\$ 1 bilhão.

Comunicado do Grupo de Lima – 09/05/19

Os Governos da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, membros do Grupo de Lima expressam sua rejeição à decisão da ilegítima Assembleia Nacional Constituinte de retirar arbitrariamente a imunidade parlamentar dos deputados da Assembléia Nacional legítima, Edgar Zambrano Ramírez, Henry Ramos Allup, Luis Germán Florido, Mariela Magallanes López, José Simón Calzadilla Peraza, Américo de Grazia, Juan Andrés Mejía, Freddy Superlano, Sergio Vergara e Richard José Blanco Delgado, pelo seu trabalho na recuperação da institucionalidade democrática da Venezuela.

Rejeitamos categoricamente a prisão arbitrária do deputado e primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional, Edgar Zambrano, que foi levado na noite desta quarta-feira com o uso da

força para a sede da polícia política de Nicolás Maduro, a mando do general sancionado Gustavo González López.

Isso representa um ato nulo e inconstitucional, uma vez que, de acordo com a Constituição venezuelana, o único órgão que pode retirar a imunidade parlamentar é a Assembleia Nacional. A retirada dessa prerrogativa sem o devido processo por uma autoridade espúria, como é a Assembleia Nacional Constituinte, constitui uma afronta aos princípios democráticos e aos direitos humanos reconhecidos no direito internacional.

Visita de trabalho do Senhor Ministro de Estado à Polônia – 10 de maio de 2019 – 09/05/19

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, visitará a Polônia em 10 de maio, ocasião em que será recebido pelo Presidente daquele país, Andrzej Duda, e se reunirá com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jacek Czaputowicz, e com o Ministro Chefe de Gabinete da Presidência da República, Krzysztof Szczepanski. Também proferirá palestra no *Polish Institute of International Affairs (PISM)*.

Na ocasião, serão discutidos temas da agenda internacional e formas de adensar as relações bilaterais, em especial nas áreas de economia, comércio, defesa e cooperação política em foros internacionais.

A Polônia tem demonstrado grande pujança econômica nos últimos anos. Hoje, seu PIB supera US\$ 1 trilhão, e é crescente o volume de investimentos poloneses no Brasil. Pretende-se incrementar ainda mais a corrente de comércio bilateral, que registrou expressivo aumento de 29% no ano passado, atingindo US\$1,5 bilhão.

Em 2020, Brasil e Polônia celebram os 100 anos do estabelecimento de relações diplomáticas.

Não imposição, pelo Governo do Peru, de direito antidumping às exportações brasileiras de barras de aço – 10/05/19

Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia

O Brasil tomou conhecimento, com satisfação, da conclusão de investigação antidumping do Peru sobre barras de aço exportadas pelo Brasil, sem a adoção de qualquer sobretaxa. A autoridade investigadora daquele país concluiu inexistir ameaça de dano à indústria peruana.

O Governo brasileiro, por meio de atuação coordenada entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Economia, acompanhou todas as etapas da investigação conduzida pelo Peru, sempre buscando demonstrar que não havia dano ou ameaça de dano à indústria peruana que justificasse a aplicação de medidas antidumping às exportações brasileiras de barras de aço.

Trata-se de resultado importante para a relação econômico-comercial entre o Brasil e o Peru, uma vez que as exportações de barras de aço representam um dos principais itens da pauta exportadora brasileira para o país andino.

Calendário de Eventos entre 10 e 17 de maio de 2019 – 10/05/19

23/ABR a 17/MAI – Genebra, Suíça. 66ª sessão do Comitê contra a tortura (continuação).

29/ABR a 07/JUN – Genebra, Suíça. 71ª sessão da Comissão de Direito Internacional – 1ª parte (continuação).

2 a 14/MAI – Berlim, Alemanha. X Diálogo sobre o Clima de Petersberg.

6 a 17/MAI – Genebra, Suíça. 33ª sessão do mecanismo de Revisão Periódica Universal.

10/MAI – Genebra, Suíça. Consulta sobre modalidades e formato do futuro Fórum Permanente sobre afrodescendentes.

12/MAI – Santiago, Chile. Biblioteca de Santiago. Inauguração de exposição de painéis do ilustrador infanto-juvenil Renato Moriconi.

13/MAI – Genebra, Suíça. Comitê Informal sobre Acesso a Mercados.

13 e 14/MAI – Nova Délhi, Índia. Reunião Ministerial Informal sobre a Reforma Ministerial da OMC.

13 e 14/MAI – Nova Délhi, Índia. Mini-Ministerial da OMC.

13 a 15/MAI – Genebra, Suíça. Reunião Ampliada da Declaração Conjunta sobre Comércio Eletrônico.

13 a 15/MAI – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Reunião do Programa Mundial de Agricultura e Segurança Alimentar (GAFSP).

13 a 17/MAI – Londres, Inglaterra. MEPC 74. 74ª Sessão do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho (MEPC) da Organização Marítima Internacional (IMO).

13 a 17/MAI – Genebra, Suíça. Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, XXII Sessão.

13 a 17/MAI – Genebra, Suíça. Workshop Avançado Global sobre Compras Governamentais da OMC.

13 a 17/MAI – Florianópolis, Brasil. 11ª Reunião do Comitê Consultivo do

Acordo para Conservação de Albatrozes e Petréis – ACAP.

13 a 17/MAI – Genebra, Suíça. Plataforma Global para a Redução de Riscos de Desastres.

13 a 17/MAI – Genebra, Suíça. 23ª sessão do Grupo de Trabalho sobre direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas.

13 a 22/MAI – Genebra, Suíça. 118ª sessão do Grupo de Trabalho sobre desaparecimentos forçados e involuntários.

13 a 31/MAI – Genebra, Suíça. 81ª sessão do Comitê para os Direitos da Criança.

14/MAI – Genebra, Suíça. Grupo de Trabalho do Comitê de Agricultura sobre Concorrência nas Exportações – Sessão Especial.

14/MAI – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento – Parte II.

14/MAI – Genebra, Suíça. Grupo de Trabalho do Comitê de Agricultura sobre Restrições às Exportações – Sessão Especial.

14/MAI – Genebra, Suíça. Conselho informal de Comércio e Bens.

14 a 17/MAI – Montevidéu, Uruguai. Consulta Regional para a América Latina e o Caribe sobre o Marco de Biodiversidade pós-2020 da Convenção de Diversidade Biológica.

15/MAI – Genebra, Suíça. Encontro do Grupo de Ottawa – Reforma da Organização Mundial do Comércio.

15/MAI – Genebra, Suíça. Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente.

15/MAI – Genebra, Suíça. Comitê Informal sobre Regras de Origem.

15 a 17/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a

Alimentação e Agricultura (FAO). Simpósio Mundial sobre Erosão dos Solos.

15 a 17/MAI – Roma, Itália. Centro de Exposições Fiera di Roma. Expo da Cooperação Internacional EXCO 2019.

15 a 17/MAI. Genebra, Suíça. 30ª reunião do Comitê de Programa, Orçamento e Administração do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde.

16/MAI – Genebra, Suíça. Reunião do Quad Plus Técnico de Algodão.

16/MAI – Genebra, Suíça. Reunião Ampliada da Declaração Conjunta sobre Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento.

16 a 17/MAI. Lyon, França. 61ª reunião do Conselho Diretivo da Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer.

17/MAI – Genebra, Suíça. Grupo de Trabalho do Comitê de Agricultura sobre Acesso a Mercados – Sessão Especial.

17/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião da Junta do Comitê de Segurança Alimentar (CSA).

17/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião do Grupo Amigos da Biodiversidade.

Abertura de mercado para exportações brasileiras para o México de arroz beneficiado – nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 11/05/19

O governo brasileiro informa com satisfação que será aberto o mercado mexicano às exportações brasileiras de arroz beneficiado.

A medida foi tomada após a aprovação recíproca dos requisitos fitossanitários para o arroz beneficiado do Brasil e o feijão do México, negociados coordenadamente entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério das Relações Exteriores, pelo lado brasileiro, e a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do México.

A decisão reforça a posição do Brasil como um dos dez principais exportadores mundiais de arroz e representa um passo importante para a diversificação das relações comerciais com o México, país com mais de 120 milhões de habitantes, que importa cerca de 80% do arroz consumido no país.

Referendo em Belize – 14/05/19

O governo brasileiro congratula o governo de Belize pela realização, em 8 de maio, de referendo pelo qual se decidiu levar a julgamento da Corte Internacional de Justiça (CIJ) a questão fronteiriça com a Guatemala.

O governo brasileiro recorda, a esse propósito, que o povo da Guatemala também votou, em abril de 2018, pela submissão do tema à CIJ.

Ao saudar a demonstração de ambos os países de compromisso com uma solução pacífica para o diferendo, o Brasil ratifica seu apoio a iniciativas que levem à promoção da estabilidade na região.

Atentados no Burkina Faso – 14/05/19

O governo brasileiro condena veementemente, e vê com grande preocupação, os sucessivos atentados contra cristãos no Burkina Faso, que deixaram 16 mortos nas cidades de Silgadji (em que seis pessoas foram mortas em uma igreja protestante no dia 28 de abril), Dablo (onde um ataque a uma igreja católica no dia 12 de maio deixou seis mortos) e Ouahigouya (em que quatro pessoas foram assassinadas durante uma procissão católica).

Ao transmitir suas condolências às famílias das vítimas e expressar sua solidariedade ao povo e ao Governo do Burkina Faso, o Brasil reitera seu firme repúdio a qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação.

Visita do Senhor Vice-Presidente à China – 19 e 24 de maio de 2019 – 17/05/19

O Vice-Presidente da República, Antonio Hamilton Martins Mourão, visitará a China (Xangai e Pequim) entre os dias 19 e 24 de maio, e presidirá a V Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 23 de maio. O Vice-Presidente será recebido pelo Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, pelo Vice-Presidente chinês, Wang Qishan, e pelo Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Wang Yang.

A COSBAN é o principal mecanismo bilateral que o Brasil mantém com a China e desempenha papel fundamental como órgão decisório do Plano de Ação Conjunto Brasil-China (PAC) 2015-2021 e do Plano Decenal de Cooperação Bilateral 2012-2021.

Instituída em maio de 2004, a COSBAN dispõe de estrutura institucional em vários níveis, no topo da qual se encontra a Sessão Plenária, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente da República e, do lado chinês, desde 2018, pelo Vice-Presidente Wang Qishan. A Secretaria-Executiva cabe ao Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil e ao Vice-Ministro de Comércio da China.

A COSBAN subdivide-se em doze Subcomissões temáticas – Política; Econômico-Comercial; Econômico-Financeira; de Inspeção e Quarentena; de Agricultura; de Ciência, Tecnologia e Inovação; de Indústria e Tecnologia da Informação; de Cooperação Espacial; de Energia e Mineração; Educacional; Cultural; e de Saúde – que têm entre seus objetivos promover a implementação dos compromissos firmados pelos países e identificar novos campos e modalidades de cooperação.

A China é, desde 2009, o principal parceiro comercial do Brasil. A corrente de comércio bilateral alcançou, em 2018, US\$ 98,9 bilhões (exportações de US\$ 64,2 bilhões e importações de US\$ 34,7 bilhões). O comércio bilateral caracteriza-se por expressivo superávit brasileiro, mantido há nove anos, e que, em 2018, atingiu o recorde histórico de US\$ 29,5 bilhões. No ano passado, os principais produtos exportados pelo Brasil foram soja, combustíveis e minérios de ferro e seus concentrados. Já os principais produtos chineses importados pelo Brasil foram plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, produtos manufaturados em geral, circuitos impressos e outras partes para aparelhos de telefonia.

Segundo dados do Ministério da Economia, até 2018 a China acumulava estoque de US\$ 69 bilhões de investimentos no Brasil, em 155

projetos, especialmente nos setores de energia (geração e transmissão, além de óleo e gás), infraestrutura (portuária e ferroviária), financeiro, de serviços e de inovação.

No segundo semestre, deverá haver a visita do senhor presidente da República à China, em data a ser acordada, e a vinda do presidente chinês, Xi Jinping, ao Brasil, para participar da XI Cúpula dos BRICS (Brasília, 13-14/11/2019). O senhor VPR será portador ademais de carta por meio da qual o Presidente Jair Bolsonaro convida seu homólogo chinês a realizar visita oficial ao Brasil em data a ser mutuamente acordada.

Calendário de Eventos entre 17 e 24 de maio de 2019 – 20/05/19

29/ABR a 07/JUN – Genebra, Suíça. 71ª sessão da Comissão de Direito Internacional – 1ª parte (continuação).

13 a 22/MAI – Genebra, Suíça. 118ª sessão do Grupo de Trabalho sobre desaparecimentos forçados e involuntários (continuação).

13 a 31/MAI – Genebra, Suíça. 81ª sessão do Comitê para os Direitos da Criança (continuação).

20/MAI – Genebra, Suíça. Conferência Internacional sobre IP e Desenvolvimento – Como se beneficiar do sistema IP.

20/MAI – Genebra, Suíça. OMC – Workshop sobre avaliação da Ajuda ao Comércio.

20/MAI – Genebra, Suíça. OMC-IGDC – Grupo Informal dos Países em Desenvolvimento – Briefing da Mini Ministerial de Nova Delhi.

20/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Comemoração do

45º aniversário da Bioversity International.

20 a 22/MAI – Genebra, Suíça. Caso DS493 – Audiência do Órgão de Apelação sobre medidas antidumping Ucrainas questionadas pela Rússia.

20 a 22/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 176ª Sessão da Comitê de Finanças sobre assuntos do PMA.

20 a 23/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Segunda reunião do Grupo Técnico sobre os direitos dos agricultores do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA).

20 a 24/MAI – Genebra, Suíça. 1ª sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental encarregado da elaboração de arcabouço internacional sobre regulação, monitoramento e supervisão das empresas privadas militares e de segurança (PMSCs).

20 a 24/MAI – Genebra, Suíça. Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP), XXIII Sessão.

20 a 28/MAI – Genebra, Suíça. 72ª Assembleia Mundial da Saúde.

21/MAI – Genebra, Suíça. Comitê do Comércio e Desenvolvimento – Ajuda ao Comércio.

21/MAI – Genebra, Suíça. Reunião de consultas sobre a decisão da Base de Dados Integrada da OMC.

22/MAI – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento – Parte II (continuação).

22 ao 24/MAI – Paris, França. Reunião do Conselho de Ministros da OCDE.

22 ao 24/MAI – Paris, França. Reunião Miniministerial da OMC/OCDE.

22 e 24/MAI – Genebra, Suíça. Revisão de Políticas Comerciais – Trinidad e Tobago.

22 a 24/MAI – Genebra, Suíça. Reuniões intersessionais da Convenção sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoais e sobre sua destruição (Convenção de Ottawa).

23/MAI – Buenos Aires, Argentina. XXXV Reunião Especializada de Comunicação Social (RECS) do MERCOSUL

23/MAI – Genebra, Suíça. Encontro do Grupo de Ottawa – Reforma da Organização Mundial do Comércio.

23/MAI – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Valoração Aduaneira da OMC.

23/MAI – Genebra, Suíça. Encontro Público “Como a era pós Plano de Atuação em Buenos Aires+40 contribuirá para a realização da agenda de 2030?”

23/MAI – Pequim, China. V Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

23/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Plenária do Grupo dos 77 e China.

23/MAI – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Reunião da Mesa Diretora da Junta Executiva do PMA.

23/MAI – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Consulta anual sobre Avaliação.

23/MAI – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Reunião de atualização sobre o Plano de Gestão 2020-2022.

23 e 24/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 18ª Reunião do Comitê de Direção do Fórum Mundial da Banana.

24/MAI – Genebra, Suíça. Workshop sobre Revisão de Apelação na OMC: “Propostas de Reformas e Alternativas”.

24/MAI – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Consulta informal sobre o Relatório Anual de Desempenho de 2018.

24/MAI – Genebra, Suíça. Reunião preparatória para a IV Conferência de Exame da Convenção sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoais e sobre sua destruição (Convenção de Ottawa).

Solicitação de atribuição de domínio de primeiro nível “.Amazon” – 20/05/19

O Ministério das Relações Exteriores lamenta a decisão da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), adotada em 17 de maio de 2019, de atribuir o nome de domínio de primeiro nível .Amazon à empresa Amazon Inc., em regime de exclusividade e na ausência de uma solução mutuamente aceitável entre a empresa e os países da região amazônica.

A decisão da ICANN, uma entidade de direito privado da qual os Estados não são membros, não leva em conta pareceres de política pública emanados do Comitê Consultivo Governamental da ICANN (GAC, na sigla em inglês), os quais reconhecem o caráter problemático e politicamente sensível do nome de domínio. Amazon e consideram que a atribuição desse nome de domínio só deveria ocorrer com base em uma solução aceitável para os países

da região amazônica. Preocupa que uma decisão daquela entidade deixe de considerar adequadamente o interesse público identificado por oito governos, em particular a necessidade de defender o patrimônio natural, cultural e simbólico dos países e povos da região amazônica.

O Brasil tem sido um firme defensor da abordagem multissetorial para a governança da Internet, com a participação plena das múltiplas partes interessadas – governos, sociedade civil e setor privado – em seus papéis e responsabilidades respectivos. A decisão da ICANN debilita aquela abordagem, na medida em que não se funda no princípio de que Estados soberanos têm direitos e responsabilidades em temas de política pública relacionados à Internet.

Ataques contra a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA) - 21/05/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com profundo pesar, de dois ataques contra veículos da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), ocorridos em 18 de maio, nas cidades de Timbuktu e Tessalit.

Os atentados resultaram na morte de um “capacete azul” da Nigéria e deixaram feridos outros militares do Chade e da Nigéria. O governo brasileiro expressa condolências aos familiares da vítima e ao governo da Nigéria e votos de pronto restabelecimento dos demais oficiais. Ao reiterar o seu firme repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, o Brasil reafirma seu apoio ao trabalho da MINUSMA e aos esforços da

comunidade internacional em favor da estabilização do Mali.

Visita do Ministro do Comércio Internacional e Indústria da Malásia, Darell Leiking – 21 a 24 de maio de 2019 – 21/05/19

O Ministro do Comércio Internacional e Indústria da Malásia (MITI), Darell Leiking, realizará visita oficial ao Brasil entre 21 e 24 de maio. Em 2019, são celebrados 60 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

Em Brasília, o MITI se reunirá com altas autoridades dos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia e deverá ser recebido pelo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro. Na ocasião, serão assinados os Termos de Referência da Comissão Mista de Comércio Brasil-Malásia. O Ministro malásio cumprirá, igualmente, agenda com investidores na cidade de São Paulo. A Malásia é importante parceiro comercial do Brasil na Ásia. Em 2018, o intercâmbio comercial com o país foi de US\$ 3,5 bilhões, dos quais US\$ 2 bilhões corresponderam a exportações brasileiras e US\$ 1,5 bilhão, a importações provenientes da Malásia.

Os dois países mantêm intensa relação na área de investimentos. O Brasil é o maior investidor latino-americano na Malásia, país que conta com empresas brasileiras dos setores de mineração, alimentos e automotivo. Entre as empresas malásias presentes no Brasil, sobressai a estatal petrolífera Petronas, que estabeleceu unidade de produção de lubrificantes em Contagem, Minas Gerais.

Entendimento entre o Brasil e a China no contencioso do açúcar – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 21/05/19

Brasil e China chegaram a um entendimento nas consultas que têm sido realizadas no âmbito do contencioso do açúcar iniciado pelo Brasil na OMC.

As consultas haviam sido solicitadas pelo Brasil em vista da aplicação, pela China, de salvaguardas na forma de sobretaxas às importações de açúcar. No pedido de consultas, o Brasil também abordou a administração de quota tarifária mantida pela China para a importação de açúcar, bem como a operação de um sistema de licenciamento automático para importações do produto fora da quota.

Nos termos do entendimento alcançado, as preocupações que embasaram o pedido de consultas brasileiro deverão ser atendidas, de modo mutuamente satisfatório, sem a necessidade do estabelecimento de um painel na OMC para examinar a matéria.

O Brasil vê positivamente o resultado alcançado, que reflete o engajamento e a disposição construtiva de ambas as partes para alcançar uma solução para a disputa.

Diálogo com a Anistia Internacional – Nota conjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do Ministério das Relações Exteriores – 21/05/19

O governo brasileiro buscará o diálogo com a Anistia Internacional e demais entidades de direitos humanos para demonstrar que nenhuma das afirmações da nota divulgada nesta terça-feira, 21 de maio, condiz com a sua atual política.

Não foi encontrada qualquer evidência de que as acusações tenham sido fundamentadas em dados ou eventos concretos.

O Brasil segue em seu firme propósito de demonstrar, por meio de ações efetivas, que tem entre suas prioridades de Estado o respeito e o fomento de ações de promoção de direitos humanos.

Eleição para Diretor-Geral da FAO – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22/05/19

O governo brasileiro apoia a candidatura de Qu Dongyu, Vice-Ministro da Agricultura e dos Assuntos Agrários da República Popular da China, ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). As eleições terão lugar no dia 23 de junho próximo, na sede da FAO, em Roma, durante a 42ª sessão da Conferência da Organização. O próximo diretor-geral da FAO substituirá o brasileiro José Graziano da Silva, cujo segundo mandato à frente da Organização expira em 31 de julho de 2019.

Qu Dongyu é PhD em Ciências Agrícolas e do Meio Ambiente. Possui mais de trinta anos de experiência em planejamento, formulação de políticas, cooperação internacional e gerenciamento, ademais de exercer o cargo de vice-ministro da agricultura da China desde junho de 2015. Visitou o Brasil, em março passado, quando manteve reuniões no Ministério das Relações Exteriores e no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em sua recente missão à Ásia, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa

da Costa Dias, anunciou o apoio do Governo brasileiro ao candidato chinês durante encontros bilaterais com o Ministro da Administração-Geral de Aduanas da República Popular da China, Ni Yuefeng, e com o Ministro da Agricultura e dos Assuntos Agrários da República Popular da China, Han Changfu.

Falecimento de Cidadãos Brasileiros em Santiago, Chile – 23/05/19

O Ministério das Relações Exteriores manifesta seu profundo pesar pelo falecimento de seis brasileiros de uma mesma família em um apartamento localizado na região central de Santiago, no Chile, em 22 de maio.

Na tarde do ocorrido, o Consulado-Geral do Brasil em Santiago foi alertado por familiares das vítimas no Brasil, tendo diplomata daquela repartição imediatamente comparecido ao local e acompanhado a abertura do imóvel onde se encontravam os falecidos.

O Consulado-Geral do Brasil em Santiago segue acompanhando o caso e prestando apoio integral para os trâmites necessários à liberação e ao traslado dos corpos. Serão igualmente acompanhados os procedimentos investigativos, a cargo das autoridades chilenas. O Itamaraty aguarda a identificação oficial das vítimas.

Reunião do Comitê Permanente de Política Nuclear Brasil-Argentina – Brasília, 23 de maio de 2019 – 23/05/19

Realiza-se hoje, 23 de maio, em Brasília, reunião do Comitê Permanente de Política Nuclear Brasil – Argentina (CPPN). O Comitê é co-presidido pelas chancelarias dos dois países e

autoridades nacionais do setor nuclear e conta com a participação de representantes de diversos órgãos governamentais.

O CPPN foi instituído em 1988, pela Declaração de Iperó, com o objetivo de empreender e coordenar iniciativas políticas, técnicas e empresariais do setor nuclear. Brasil e Argentina são parceiros estratégicos em matéria nuclear, tendo na Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) um de seus mais importantes ativos diplomáticos. As atividades e inspeções da ABACC e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) atestam as credenciais impecáveis dos dois países em não proliferação. Em março último, celebrou-se o 25º aniversário da entrada em vigor do Acordo Quadripartite (Brasil, Argentina, ABACC, AIEA) sobre salvaguardas nucleares.

Por ocasião deste CPPN, Brasil e Argentina intercambiarão informações sobre os respectivos programas nucleares. Examinarão também o encaminhamento relativo a projetos-chave da cooperação bilateral, como a construção do Reator Multipropósito Brasileiro, do qual participa empresa argentina, e o fornecimento, pelo Brasil, de urânio enriquecido ao país vizinho. Considerarão ainda oportunidades de negócios no setor nuclear e temas nucleares da agenda internacional.

O CPPN constitui o mais alto foro de diálogo entre Brasil e Argentina em matéria nuclear, sendo demonstração da transparência, amizade e longa trajetória de construção de confiança que marcam os laços entre os dois países nesse setor.

V Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

(COSBAN) – 23 de maio de 2019 – 24/05/19

Realizou-se ontem, 23 de maio, em Pequim, a V Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), copresidida pelo Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, e pelo Vice-Presidente chinês, Wang Qishan. O Secretariado-Executivo da reunião, que coordenou as diversas reuniões das subcomissões e grupos de trabalho, esteve sob a coordenação do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Vice-Ministro do Comércio da China. Participaram da sessão plenária representantes de nove ministérios brasileiros e de sete ministérios chineses, além de membros de outros órgãos de ambos os governos.

Ao celebrarem o décimo quinto aniversário da COSBAN, os vice-presidentes reafirmaram o papel fundamental que o mecanismo desempenha para implementar iniciativas bilaterais e fazer avançar a Parceria Estratégica Global estabelecida entre os dois países em 2012. As partes avaliaram o progresso da cooperação entre Brasil e China nas áreas de comércio e economia; energia e mineração; agricultura; finanças; ciência, tecnologia e inovação; espaço; indústria e tecnologia da informação; cultura; educação e saúde; e saudaram as conquistas dos dois países no âmbito da cooperação espacial ao longo de mais de três décadas.

Ao lembrarem que o comércio bilateral entre 2004 – data de criação da COSBAN – e 2018 cresceu 11 vezes, de 9 para 99 bilhões de dólares, os dois lados não deixaram de reconhecer a excessiva concentração das exportações brasileiras para a China em um grupo restrito de produtos primários e reafirmaram seu compromisso de criar condições para a diversificação e o

aumento do valor agregado dos produtos vendidos pelo Brasil para a China. O Brasil solicitou celeridade nos processos de certificação de aeronaves.

As partes concordaram em incrementar os fluxos recíprocos de investimento, a fim de buscar novas complementaridades e oportunidades econômicas, de acordo com seus respectivos interesses nacionais, e tomaram nota das possíveis sinergias entre as políticas de desenvolvimento e os programas de investimento de Brasil e China.

No campo do agronegócio, concordaram em promover atividades de inspeção e quarentena, a fim de conceder acesso a mercados para produtos dos dois países: pera e pescado chineses; melão, produtos lácteos, carne termoprocessada, miúdos suínos, proteína de soja para ração animal, material genético avícola e soro sanguíneo bovino brasileiros.

Paralelamente à sessão plenária, o Conselho Empresarial Brasil-China organizou simpósio comemorativo de seus 15 anos de atuação, ao qual compareceram representantes empresariais dos dois lados.

Os vice-presidentes passaram em revista a cooperação bilateral em temas internacionais, como a defesa do multilateralismo e do livre comércio, o aprimoramento da governança econômica global e o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, com a OMC em seu núcleo.

A reunião permitiu, também, dar orientação estratégica à abrangente cooperação bilateral e estabelecer planos para aprofundá-la.

Não imposição, pelo Governo da Turquia, de medidas de salvaguarda definitivas sobre

importações de aço – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 24/05/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, da decisão do governo da Turquia de encerrar a investigação de salvaguardas sobre produtos de aço, sem a imposição de medidas definitivas.

Por meio de atuação coordenada entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Economia, o governo brasileiro acompanhou todas as etapas da investigação conduzida pela Turquia, sempre buscando demonstrar não haver justificativas para a aplicação de medidas de salvaguardas à luz dos acordos da Organização Mundial do Comércio.

Trata-se de resultado importante para a relação econômico-comercial entre Brasil e Turquia, uma vez que a decisão envolve setor de grande relevância para ambos os países. Em 2016 e 2017, por exemplo, as exportações brasileiras de produtos de aço para aquele país alcançaram a média de 400 mil toneladas/ano

Governo dos EUA reitera apoio ao ingresso do Brasil na OCDE – 24/05/19

O governo dos EUA reiterou ontem, 23 de maio, na Reunião Ministerial do Conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizada em Paris, seu apoio ao início do processo de acessão do Brasil à Organização, como membro pleno. A confirmação do posicionamento norte-americano, já expresso no Comunicado Conjunto da visita do Presidente Jair Bolsonaro aos EUA, em 19 de março último, vem

somar-se ao apoio já indicado por todos os demais integrantes da OCDE.

O fato ilustra a solidez da candidatura do Brasil, amparada em expressiva e crescente convergência entre as normas e práticas nacionais e os parâmetros da Organização. O Brasil espera que a nova manifestação dos EUA ajude a fazer avançar rapidamente as discussões na OCDE sobre sua expansão. A entrada do país na OCDE será mutuamente benéfica, pois auxiliará o processo de reformas em curso no Brasil e contribuirá para a relevância global da Organização.

Ampliação, pelo México, da quota livre de tarifas para importação de carnes de aves – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 24/05/19

O governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, da decisão do governo mexicano de ampliar, em 55 mil toneladas, a quota livre de tarifa para importação de carne de aves.

A medida garantirá a continuidade das exportações brasileiras de frango para o México, que alcançaram o volume de 110 mil toneladas em 2018. As exportações brasileiras foram as principais beneficiárias da quota, aberta em 2013, com utilização de 98% de seu volume total, que havia atingido seu limite quantitativo em fevereiro deste ano.

O México é destino prioritário para as exportações brasileiras de carnes de aves, que já constituem o terceiro produto na pauta de nossas exportações para aquele país.

O governo brasileiro continuará trabalhando para fortalecer a relação comercial com o México e garantir a ampliação do acesso àquele mercado dos produtos agrícolas brasileiros.

Reeleição do Presidente da África do Sul – 25/05/19

O Governo brasileiro felicita o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, pela vitória de seu partido, o Congresso Nacional Africano, nas eleições gerais, e por sua reeleição à Presidência da República. Congratulase, de igual maneira, com o conjunto da sociedade sul-africana, que, vinte e cinco anos após suas primeiras eleições livres, demonstrou, uma vez mais, a solidez e o caráter de sua democracia.

O Governo brasileiro aproveita a oportunidade para reafirmar sua disposição de seguir trabalhando em prol do adensamento das relações bilaterais.

Massacres na República Centro-Africana – 25/05/19

O Governo brasileiro condena veementemente os massacres perpetrados no passado 21 de maio por membros do grupo 3R nas cidades de Koundjili e Djoumjour na República Centro-Africana, que deixaram ao menos 35 mortos, na mais grave violação do acordo de paz firmado, em 6 de fevereiro passado, em Cartum, pelo governo daquele país e 14 organizações armadas, incluindo o próprio 3R.

Ao transmitir suas condolências às famílias das vítimas e expressar sua solidariedade ao povo e ao governo centro-africanos, o Brasil sublinha a importância da desmobilização dos grupos armados e da continuidade do

processo de paz na República Centro-Africana.

Calendário de Eventos entre 24 e 31 de maio de 2019 – 27/05/19

29/ABR a 07/JUN – Genebra, Suíça. 71ª sessão da Comissão de Direito Internacional – 1ª parte (continuação).

13 a 22/MAI – Genebra, Suíça. 118ª sessão do Grupo de Trabalho sobre desaparecimentos forçados e involuntários (continuação).

13 a 31/MAI – Genebra, Suíça. 81ª sessão do Comitê para os Direitos da Criança (continuação).

20 a 28/MAI – Genebra, Suíça. 72ª Assembleia Mundial da Saúde.

27/MAI – Montreux, Suíça. “Retiro sobre propriedade intelectual e recursos genéticos”.

27 a 29/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Lançamento mundial da Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas.

27 a 30/MAI – Antofagasta, Chile. Participação brasileira na Feira de Mineração EXPONOR.

27 a 31/MAI – Montreal, Canadá. 83ª reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal.

28/MAI – Genebra, Suíça. Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias.

28/MAI – Genebra, Suíça. 30ª reunião (extraordinária) do Conselho Executivo da Unitaïd.

28/MAI – Genebra, Suíça. Reunião informal de consultas do Conselho do Comércio de Serviços (CTS) sobre “waiver” para PMDRs.

28/MAI – Genebra, Suíça. Reunião do Comitê de Acesso a Mercados.

28/MAI – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo Informal de Acessões.

28/MAI – Genebra, Suíça. Reunião sobre proposta da Suíça de mediação.

28/MAI – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte II (Continuação).

28 e 29/MAI – Genebra, Suíça. Reunião da Sessão Especial do Comitê de Agricultura (CoA-SS).

28 e 29/MAI – Genebra, Suíça. Conferência sobre Segurança Espacial – Organizada pelo UNIDIR – Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento.

28 a 30/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Consulta informal sobre a Reforma do Sistema Multilateral do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA).

29/MAI – Genebra, Suíça. Reunião Informal do Comitê de Agricultura acerca da Revisão de Bali sobre Quotas.

29 e 30/MAI – Genebra, Suíça. 145ª sessão do Conselho Executivo da OMS.

30/MAI – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) – Grupo de Trabalho de Composição Aberta (OEWG) sobre Sistemas Alimentares e Nutrição.

30/MAI – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento – Parte II (Continuação).

30/MAI – Buenos Aires, Argentina. Reunião de Coordenação entre Argentina, Brasil e Uruguai,

preparatória para a 50ª sessão do Órgão Subsidiário de Implementação e do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico da UNFCCC.

30/MAI a 7/JUN – New York, EUA. Sessão Anual da Junta Executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Fundo das Nações Unidas sobre Populações e do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNDP/UNFPA/UNOPS).

31/MAI – New York, EUA. Reunião conjunta das Juntas Executivas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Fundo das Nações Unidas sobre Populações, do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNDP/UNFPA/UNOPS), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Programa Mundial de Alimentos (WFP), e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres)

31/MAI – Genebra, Suíça. Reunião preparatória informal à 21ª Conferência anual do Protocolo II emendado à Conferência sobre certas armas convencionais.

Apoio à transição democrática venezuelana – 30/05/19

O governo brasileiro tomou conhecimento do diálogo mantido na Noruega pelo governo do Presidente Encarregado da Venezuela, Juan Guaidó, sobre a transição democrática naquele país. O governo brasileiro reitera seu apoio irrestrito ao Presidente Juan Guaidó em seus esforços em prol do restabelecimento da democracia na Venezuela e reafirma sua disposição de, individualmente ou em cooperação com outros países, contribuir para restaurar plenamente a democracia na Venezuela

e aliviar o sofrimento do povo venezuelano.

Calendário de Eventos entre 31 de maio e 07 de junho de 2019 – 31/05/19

29/ABR a 07/JUN – Genebra, Suíça. 71ª sessão da Comissão de Direito Internacional – 1ª parte (continuação).

13 a 22/MAI – Genebra, Suíça. 118ª sessão do Grupo de Trabalho sobre desaparecimentos forçados e involuntários (continuação).

30/MAI a 7/JUN – Nova York, EUA. Sessão Anual da Junta Executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Fundo das Nações Unidas sobre Populações e do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos UNDP/UNFPA/UNOPS (continuação).

1/JUN – São Salvador, El Salvador. Posse do presidente eleito.

3/JUN – Genebra, Suíça. “Sessões de Palestras Comerciais da OMC” (10ª edição).

3/JUN – Bruxelas, Bélgica. Conferência Internacional Mercado de Carbono.

3/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião da Mesa Diretora e do Grupo Consultivo do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA).

3 e 4/JUN – Nova York, EUA. Sessão organizacional do Grupo de Trabalho de Composição Aberta (“Open-Ended Working Group”) sobre desenvolvimentos no campo das tecnologias de informação e telecomunicação no contexto da segurança internacional.

3 a 7/JUN – Genebra, Suíça. 83ª sessão do Grupo de Trabalho prévio ao Comitê sobre os Direitos da Criança.

3 a 7/JUN – Brasília, Brasil. 27ª Conferência das Partes do “Inter-

American Institute for Global Change Research” (IAI).

3 a 14/JUN – Genebra, Suíça. 18º Congresso Mundial de Meteorologia.

4/JUN – Genebra, Suíça. Sessão Dedicada sobre Algodão.

04/JUN – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento – Parte II (Continuação).

4 e 5/JUN – Santiago, Chile. Visita ao Chile do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, acompanhado de missão empresarial da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).

5/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 2º Dia internacional de luta contra a Pesca ilegal não declarada e não regulamentada.

5 a 7/JUN – Santo Domingo, República Dominicana. 9ª Conferência das Partes da Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação de Tartarugas Marinhas.

5 a 7/JUN – Roma, Itália. 7ª Assembleia Plenária da Aliança Mundial pelos Solos.

5 a 7/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 7ª Sessão da Assembleia Geral da Aliança Mundial sobre Solo (GSP).

5 a 14/JUN – Londres, Inglaterra. MSC 101. 101ª Sessão do Comitê de Segurança Marinha (MSC) da Organização Marítima Internacional (IMO).

6/JUN – Buenos Aires, Argentina. Visita de Estado do Presidente Jair Messias Bolsonaro à República Argentina.

6/JUN – Genebra, Suíça. 31ª Rodada do Mecanismo do Diretor-Geral da OMC sobre Assistência ao Desenvolvimento do Algodão.

6/JUN – Genebra, Suíça. Fórum de Genebra sobre mudança do clima (Conselho de Direitos Humanos).

6/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião do grupo Amigos do Direito à Alimentação.

6/JUN – Genebra, Suíça. Comitê de TRIMS (Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio) ”.

6 e 7/JUN – Genebra, Suíça. “Conselho de TRIPS” (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio).

6 e 7/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião do Comitê Financeiro da Convenção Internacional de Proteção de Plantas (IPPC).

7/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Dia Mundial da Segurança Alimentar.

7/JUN – Genebra, Suíça. Workshop sobre Subprodutos de Algodão.

7/JUN – Genebra, Suíça. Reunião organizacional da 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

7 e 8/ JUN – Genebra, Suíça. Conferência Anual do G2 sobre a OMC e Regulamentação Econômica Global.

Apresentação de cartas credenciais ao Senhor Presidente da República – 04/06/19

Em cerimônia realizada hoje, 4 de junho, no Palácio do Planalto, apresentaram suas cartas credenciais ao Senhor Presidente da República os novos Embaixadores de Venezuela, María Teresa Belandria Expósito; Indonésia, Edi Yusup; República da Guiné, Kabiné Kondé; Peru, Javier Raúl Martín Yépez Verdeguer; Arábia Saudita, Ali Abdullah Bahitham; Paraguai, Bernardino Hugo Saguier Caballero; Colômbia, Darío Alonso Montoya Mejía; e México, José Ignacio Piña Rojas.

Declaração da XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima – Guatemala, 6 de junho de 2019 - -6/06/19

Os Governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, membros do Grupo de Lima, reunidos na Cidade da Guatemala, em apoio ao Presidente Encarregado da Venezuela, Juan Guaidó, e à Assembleia Nacional, expressam o seguinte:

1. Condenam energicamente os sistemáticos ataques do regime ilegítimo e ditatorial de Nicolás Maduro contra a Assembleia Nacional da Venezuela, rejeitam o anúncio de convocação de eleições legislativas antecipadas e reiteram seu mais firme apoio ao fim da usurpação, respaldam o estabelecimento de um governo de transição e a realização de eleições presidenciais livres, justas e transparentes.

2. Respaldam a disposição do Presidente Encarregado Juan Guaidó em buscar soluções destinados ao restabelecimento da democracia na Venezuela e afirmam a importância de se aprofundarem as negociações com os países que ainda apoiam o regime ilegítimo de Nicolás Maduro, notadamente com Rússia, China, Cuba e Turquia, instando-os a serem parte da solução de uma crise que tem impacto crescente na região.

3. Denunciam Nicolás Maduro e seu regime ilegítimo como os únicos responsáveis pelo agravamento da situação humanitária do povo venezuelano e reiteram que sua permanência no poder representa um obstáculo para o restabelecimento da democracia na Venezuela e constitui

uma ameaça à paz e à segurança, afetando principalmente a região.

4. Alertam sobre a intensificação do êxodo em massa de venezuelanos ocasionado pelo regime ilegítimo de Nicolás Maduro, que se converteu em uma das crises humanitárias mais graves em todo o mundo, e reiteram a necessidade de apoio aos esforços dos países acolhedores por parte das agências, fundos e programas do Sistema das Nações Unidas e da comunidade internacional.

5. Instam a comunidade internacional a adotar medidas diante do crescente envolvimento do regime ilegítimo de Nicolás Maduro em diversas formas de corrupção, narcotráfico e crime organizado transnacional envolvendo seus familiares e testas de ferro, bem como de seu respaldo à presença de organizações terroristas e grupos armados ilegais em território venezuelano e o impacto de suas atividades na região.

6. Destacam o papel prioritário da região e, por sua vez, a necessidade de coordenar esforços com o resto da comunidade internacional para apoiar o pronto restabelecimento da democracia na Venezuela, por meio de uma solução política e pacífica conduzida pelos próprios venezuelanos. Por esse motivo, saúdam a reunião entre representantes do Grupo Lima e do Grupo Internacional de Contato, realizada em 3 de junho de 2019, e expressam sua disposição em dar continuidade aos trabalhos de coordenação.

7. Decidem continuar em sessão permanente e saúdam o convite da República Argentina para sediar a próxima reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima, em data a ser definida.

Cidade da Guatemala, 6 de junho de 2019.

Declaração Conjunta Presidencial por ocasião da visita de Estado do Presidente Jair Bolsonaro a Buenos Aires – 06/06/19

Em 6 de junho, o Presidente da República Argentina, Mauricio Macri, recebeu o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que realizou visita de Estado à Argentina, na qual se reafirmaram os laços de amizade e cooperação que unem os dois países e abordaram temas da agenda bilateral, regional e internacional.

As conversas mantidas pelos Presidentes e suas delegações reafirmaram a vontade de ambos os governos de trabalhar em conjunto e o compromisso de intensificar o relacionamento bilateral em todas as suas áreas, chegando a acordos e enfrentando, de forma coordenada, desafios regionais e globais.

Os Presidentes,

Ratificaram a vontade política do Brasil e da Argentina de fortalecer e modernizar o MERCOSUL, priorizando sua reforma institucional e o intercâmbio comercial intra-MERCOSUL, bem como a inserção internacional do bloco, por meio da modernização de sua estrutura tarifária e da conclusão das negociações de acordos comerciais em curso.

Instruíram suas equipes negociadoras a intensificar esforços para concluir, juntamente com os outros dois parceiros do MERCOSUL, as negociações com a União Europeia, a EFTA e o Canadá, e a continuar as negociações com a Coreia e Singapura.

Destacaram o trabalho conjunto entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico com o compromisso de avançar no

processo de integração que se realiza no âmbito do Diálogo entre os dois blocos.

Celebraram a conformação de uma virtual área de livre comércio sul-americana para o comércio de bens em 2019, ano em que foi concluído o último cronograma de desgravação dos acordos comerciais assinados pelo MERCOSUL com seus Estados Associados no âmbito da ALADI, bem como o proceso em curso de ampliação, modernização e aprofundamento que realizam os Estados Partes com seus sócios da ALADI no marco dos acordos assinados pelo MERCOSUL.

Ressaltaram a realização da reunião de Chefes de Estado, em Santiago, no dia 22 de março, quando foi lançada a ideia de um novo espaço regional para avançar na integração da América do Sul, com base nos princípios da democracia e do livre mercado.

Reiteraram o firme interesse da Argentina e do Brasil em iniciar seus respectivos processos de adesão à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e manifestaram a expectativa de que os membros da organização alcancem prontamente os entendimentos políticos necessários para a expansão da OCDE.

Coincidiram sobre a importância da energia como motor de desenvolvimento econômico e social e, nesse sentido, destacaram o papel do planejamento como ferramenta indispensável para a adequação das projeções de crescimento aos recursos energéticos necessários.

Concordaram em instruir os respectivos órgãos responsáveis a aprofundar o intercâmbio de informações técnicas sobre planejamento energético.

Sublinharam a importância de ter acesso a novas fontes de energia para sustentar o desenvolvimento, reconhecendo o potencial das reservas e produção de

petróleo e gás natural dos reservatórios do Pré-Sal e de Vaca Muerta de ambos os países. Nesse contexto, se comprometeram a continuar promovendo o desenvolvimento de novos recursos energéticos em seus respectivos territórios.

Acordaram a importância de continuar trabalhando em mecanismos de integração e colaboração conjunta, priorizando os projetos energéticos de acordo com as circunstâncias existentes em cada país. Nesse contexto, a Comissão Técnica Mista para o aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados do rio Uruguai se concentrará em definir a oportunidade e os mecanismos que permitam aprofundar os estudos requeridos.

Compartilharam a visão da importância da bioenergia e dos biocombustíveis para a segurança energética, o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente. Afirmaram sua satisfação com a cooperação entre Brasil e Argentina por meio da Plataforma para o Biofuturo e do Grupo Ad Hoc de Biocombustíveis do MERCOSUL. Determinaram aprofundar sua cooperação nessas áreas e em um novo processo bilateral com vistas à progressiva harmonização de políticas e normas técnicas para o setor.

Instruíram seus Ministros a cumprir com os compromissos assumidos na VIII Comissão Bilateral de Produção e Comércio e a definir linhas de ação para promover um maior acesso aos respectivos mercados, reiterando a necessidade de concentrar esforços em matéria de convergência regulatória, facilitação do comércio e controles de fronteira, para facilitar o trânsito de mercadorias entre os dois países.

Ressaltaram a importância do setor de serviços e comprometeram-se a trabalhar em conjunto para promover e facilitar o comércio bilateral de

serviços, particularmente no que diz respeito aos serviços aéreos e aqueles baseados no conhecimento.

Destacaram, no marco dos 25 anos da entrada em vigor do Acordo Quadripartite, a relevância da histórica cooperação bilateral nos usos pacíficos da energia nuclear entre os dois países e agências envolvidas, incluindo a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Material Nuclear (ABACC), e sublinharam a importância de continuar o aprofundamento do diálogo político e técnico no marco dos mecanismos existentes de consulta e coordenação bilateral, tais como o Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN) e a Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN).

Ressaltando o valor estratégico da relação entre os dois países no âmbito da defesa, reconheceram a importância de avançar na cooperação em matéria de governança marítima no Atlântico Sul, fronteiras comuns, ciência e tecnologia e indústria, entendendo a complementaridade como forma de enfrentar os desafios do século XXI e com vistas ao desenvolvimento de ambos os países. Coincidiram na importância de uma maior cooperação entre as Forças Armadas de ambos os países e expressaram sua satisfação pela parceria estratégica entre a FAdeA e a Embraer para a produção da aeronave KC-390.

Destacaram, igualmente, as oportunidades de cooperação existentes no âmbito espacial e reafirmaram a continuidade do projeto de satélite SABIA-Mar.

Ressaltaram a pronta incorporação do Uruguai ao Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia (CABBIO), que há mais de 30 anos vem formando recursos humanos de ponta no campo da

biotecnologia na Argentina e no Brasil, e na região.

Manifestaram satisfação diante das possibilidades de cooperação decorrentes da assinatura da Declaração “Uma Visão Digital Comum”.

Celebraram os avanços alcançados em temas de segurança pública, ratificando o compromisso mútuo de fortalecer a luta contra o narcotráfico, a corrupção e o crime organizado transnacional com ações concretas que garantam a segurança dos cidadãos dos dois países.

Acordaram promover conjuntamente a cooperação e a busca de consensos para a criação de mecanismos regionais para tornar efetivos os compromissos assumidos por nossos países em virtude da “Convenção de Palermo contra o Crime Organizado Transnacional”.

Compartilharam experiências sobre cooperação na fronteira e instruíram as agências de imigração e alfândega dos dois países a simplificar e agilizar os controles fronteiriços.

Analisaram a grave situação que a Venezuela atravessa, imersa em uma crise política, humanitária, econômica e social provocada pelo regime ilegítimo de Nicolás Maduro. Reafirmaram seu pleno apoio à “Hoja de Ruta” traçada pelo Presidente Encarregado Juan Guaidó, bem como às ações empreendidas pelo povo venezuelano sob sua liderança.

Nesse sentido, reafirmaram o compromisso dos dois países com o tratamento da crise venezuelana em nível regional, inclusive durante a realização da 49ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), no final de junho, na cidade colombiana de Medellín.

O Presidente da República Argentina agradeceu o Presidente da República Federativa do Brasil pelo apoio à

candidatura da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai para ser sede conjunta da Copa do Mundo da FIFA de 2030.

O Presidente da República Federativa do Brasil reiterou o respaldo de seu país aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, relativa às Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e aos espaços marítimos circundantes. O Presidente Macri agradeceu o permanente apoio do Brasil à posição argentina na questão das Ilhas Malvinas, refletido na posição tradicional do Brasil sobre os acontecimentos de 1833 e nas numerosas declarações adotadas nos foros regionais e multilaterais nos quais a questão foi tratada.

Durante a visita, foram subscritos instrumentos nos seguintes temas: intercâmbio de energia elétrica e cooperação em bioenergia; ciência e tecnologia; mineração; defesa; e cooperação nuclear.

Cidade Autônoma de Buenos Aires, em 6 de junho de 2019.

Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa – Brasília, 7 de junho de 2019 – 06/06/19

O ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, realizará visita a Brasília no dia 7 de junho de 2019, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o chanceler Ernesto Araújo.

Os ministros discutirão os principais temas da agenda bilateral, com ênfase em comércio e investimentos; combate a crimes transnacionais; cooperação científica e tecnológica; infraestrutura e

integração fronteiriça. Passarão em revista, igualmente, temas da agenda regional, em particular o fortalecimento do MERCOSUL e as negociações externas do bloco.

O Brasil é o principal fornecedor de bens e o segundo maior parceiro comercial do Uruguai. Em 2018, o intercâmbio comercial aumentou 13,5% em relação ao ano anterior, alcançando US\$ 4,2 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 1,8 bilhão.

Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia sobre as negociações comerciais com o México – 07/06/19

Foi realizada, em 30 e 31 de maio, na Cidade do México, reunião bilateral com vistas à ampliação do comércio entre Brasil e México. A delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, e pelo Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz. Pelo lado mexicano, chefiou a delegação a Subsecretária de Comércio Exterior da Secretaria de Economia, Dra. Luz María de la Mora.

Com o objetivo de fortalecer o comércio e o investimento entre os dois países, o Brasil afirmou estar pronto para negociar acordo bilateral ambicioso com vistas ao livre comércio entre as duas maiores economias latino-americanas. Na ocasião, acordou-se avançar na ampliação do Acordo de Complementação Econômica 53 e, em paralelo, nas negociações sobre o comércio automotivo bilateral, sob a égide do Acordo de Complementação Econômica 55.

Calendário de Eventos entre 7 e 14 de junho de 2019 – 10/06/19

3 a 14/JUN – Genebra, Suíça. 18º Congresso Mundial de Meteorologia (continuação).

5 a 14/JUN – Londres, Inglaterra. MSC 101. 101ª Sessão do Comitê de Segurança Marinha (MSC) da Organização Marítima Internacional (IMO), (continuação).

06 a 08/JUN – São Petersburgo, Rússia. Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo (continuação).

7 e 8/ JUN – Genebra, Suíça. Conferência Anual do G2 sobre a OMC e Regulamentação Econômica Global.

10 a 12/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Simpósio sobre o Futuro da Alimentação.

10 a 12/JUN – Santiago, Chile. FIEXPO. Feira internacional do mercado de incentivos para a promoção do turismo na América do Sul, América Central, Caribe e México.

10 a 14/JUN – Roma, Itália. Programa Mundial de Alimentos (PMA). Sessão Anual da Junta Executiva do PMA.

10 a 14/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Reunião da Junta da Comissão de Medidas Fitossanitárias (CMF).

10 a 14/JUN – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo Negociador de Regras (Subsídios à Pesca).

10 a 14/JUN – Genebra, Suíça. 25ª sessão do Grupo de Trabalho sobre a questão da discriminação contra a mulher na lei e na prática.

10 a 21/JUN – Genebra, Suíça. 108ª Conferência Internacional do Trabalho.

11/JUN – Genebra, Suíça. Reunião Informal de Consultas do Comitê de Regras de Origem.

11 a 13/JUN – New York, EUA. 12ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

11 a 14/JUN – Genebra, Suíça. Reunião Grupo de Trabalho do Tratado de Cooperação em Matérias de Patentes.

11 a 14/JUN – Genebra, Suíça. Audiência do Órgão de Apelação no caso “Austrália – Plain Packaging”.

11 a 14/JUN – New York, EUA. Sessão Anual da Junta Executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

12/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE) do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) - 6ª reunião do Comitê de Supervisão do Fundo Fiduciário.

12/JUN – Genebra, Suíça. Reunião com Delegação da República Dominicana sobre Negociações sob Artigo XXVIII GATT.

12/JUN – Genebra, Suíça. Reunião com Delegação do Haiti sobre Negociações sob Artigo XXVIII GATT.

12 e 13/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Seminário sobre a Transformação Digital da Agricultura.

12 e 14/JUN – Genebra, Suíça. Revisão de Política Comercial do Canadá.

12 a 20/JUN – Barcelona, Espanha. Mostra de móveis brasileiros na Barcelona Design Week.

13/JUN – Genebra, Suíça. Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia.

13/JUN – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte II (Continuação).

14/JUN – Genebra, Suíça. Reunião Informal do Comitê de Agricultura sobre a Revisão da Decisão de Bali.

14/JUN – Genebra, Suíça. Seminário intersessional sobre o papel da boa governança para a proteção dos direitos humanos e a implementação dos ODS, particularmente o ODS 16.

14/JUN – Genebra, Suíça. Reunião do Quad Plus Técnico do Algodão.

Crise no Sudão – 10/06/19

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a situação de instabilidade política no Sudão e os recentes episódios de violência no país, que já deixaram dezenas de mortos e feridos.

O Brasil expressa seu apoio ao papel da União Africana e de outros atores regionais para a superação da atual crise e conclama à retomada da via do diálogo, de modo a que se encontre uma solução pacífica e acordada para a crise política, em conformidade com as aspirações da população sudanesa.

Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Marrocos, Nasser Bourita – Brasília, 13 de junho de 2019 – 12/06/19

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Marrocos, Nasser Bourita, realizará visita oficial ao Brasil no próximo dia 13 de junho. A visita do Chanceler marroquino dá sequência à visita a

Brasília do Primeiro-Ministro do Marrocos, Saadedini El-Othmani, por ocasião da posse do senhor Presidente da República, em 1º de janeiro.

Em Brasília, o Chanceler Nasser Bourita será recebido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, em reunião de trabalho. Na ocasião, além de discutir temas da agenda regional e internacional, os chanceleres tratarão de iniciativas para a ampliação e a diversificação dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos e do fortalecimento da parceria bilateral, com a assinatura de acordos nas áreas de investimentos, cooperação jurídica e defesa e de memorando de entendimento sobre cooperação entre academias diplomáticas. Deverão, ademais, dar continuidade às tratativas para o início de negociações de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o Marrocos.

Carne bovina – fim da suspensão dos embarques para a China – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 14/06/19

A China informou ao Brasil, ontem, que serão retomadas as importações de carne bovina brasileira, suspensas desde o último dia 3 de junho.

Conforme previsto em protocolo sanitário assinado pelos dois países, o Brasil havia suspenso os embarques após a detecção de caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), em sua forma atípica, confirmado e notificado à Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) em 31 de maio último.

Como se sabe, diferentemente da forma clássica da doença, a forma atípica ocorre de forma espontânea e esporádica em todas as populações de bovinos do mundo, não estando relacionada à ingestão de alimentos contaminados. A detecção é resultado do ativo monitoramento no âmbito do Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da EEB (PNEEB).

Desde 2015, a OIE deixou de considerar esse tipo de ocorrência na avaliação do status sanitário dos países. O Brasil continua a ser considerado, pela OIE, país de risco insignificante para a doença, o melhor grau atribuído pela organização.

Ataque em Sobame Da, no Mali – 14/06/19

O Governo brasileiro condena veementemente o atentado que deixou ao menos 95 mortos em Sobame Da, na região central do Mali, no último dia 9 de junho.

Ao transmitir suas condolências às famílias das vítimas, o Brasil expressa sua solidariedade ao governo e ao povo malinos e reitera seu apoio aos esforços locais, regionais e internacionais em favor da consolidação da paz e da estabilidade no Mali.

Conflito no Iêmen – 14/06/19

O Governo brasileiro expressa preocupação com a escalada de tensões relacionada ao conflito no Iêmen, da qual resultou, em 12 de junho último, ataque missilístico ao aeroporto de Abha, na Arábia Saudita, deixando mais de 20 feridos.

O Brasil conclama os envolvidos a absterem-se de ações que violem o direito internacional e que levem ao aumento de hostilidades. O Brasil reafirma seu apoio aos esforços do

Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Iêmen, Martin Griffiths, para promover o diálogo entre as partes e uma solução pacífica para o conflito. O Governo brasileiro reitera, igualmente, seu compromisso com a Missão Política Especial das Nações Unidas em Apoio ao Acordo de Hodeida (UNMHA), que conta com participação brasileira.

Visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Africana e dos Togoleses no Exterior, Robert Dussey – 17 e 18 de junho de 2019

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Africana e dos Togoleses no Exterior, Robert Dussey, realizará visita oficial ao Brasil nos dias 17 e 18 de junho.

Em Brasília, o chanceler togolês será recebido em reunião de trabalho pelo ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo. Na ocasião, deverão ser discutidos temas da agenda regional e internacional e meios de fortalecer a parceria bilateral. Os chanceleres tratarão de temas como atuação conjunta no combate à pirataria no âmbito do Centro Inter-Regional de Coordenação entre os Países do Golfo da Guiné (CIC), cooperação técnica bilateral no desenvolvimento do setor algodoeiro local e implementação da Área de Livre Comércio Continental Africana (ratificada pelo Togo em dezembro passado).

A Embaixada da República Togolesa em Brasília, inaugurada em outubro de 2015, é a única do país na América do Sul.

Calendário de Eventos entre 14 e 21 de junho de 2019 – 14/06/19

3 a 14/JUN – Genebra, Suíça. 18º Congresso Mundial de Meteorologia (continuação).

5 a 14/JUN – Londres, Inglaterra. MSC 101. 101ª Sessão do Comitê de Segurança Marinha (MSC) da Organização Marítima Internacional (IMO) (continuação).

10 a 21/JUN – Genebra, Suíça. 108ª Conferência Internacional do Trabalho.

12 a 20/JUN – Barcelona, Espanha. Mostra de móveis brasileiros na Barcelona Design Week (continuação).

17/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 2º Seminário Internacional sobre Seca e Agricultura por ocasião do Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca.

17/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Plenária do Grupo dos 77 e China.

17 a 19/JUN – Genebra, Suíça. 71ª sessão do Conselho Executivo da OMM.

17/JUN – Genebra, Suíça. Comitê de Orçamento, Finanças e Administração.

17/JUN – Genebra, Suíça. Grupo temático de Restrições nas Exportações no âmbito do CoA-SS.

17/JUN – Genebra, Suíça. Grupo temático de Concorrência nas Exportações no âmbito do CoA-SS.

17/JUN – Genebra, Suíça. Reunião do Conselho-Geral sobre o Programa de Trabalho em Comércio Eletrônico.

17/JUN – Genebra, Suíça. Reunião informal da Declaração Conjunta de Buenos Aires sobre Regulamentação Doméstica.

17 e 18/JUN – Bratislava, Eslováquia. Consultas regionais com Estados membros da Organização para Segurança e Cooperação na Europa, em preparação ao Grupo de Peritos.

17 a 19/JUN – Genebra, Suíça. Reunião Plurianual de Peritos sobre Investimento, Inovação e Empreendedorismo - UNCTAD.

17 a 19/JUN – New York, EUA. 29ª Reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar.

17 a 21/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 9ª reunião do Grupo de Trabalho Aberto para melhorar o Sistema Multilateral do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA).

17 a 21/JUN – Genebra, Suíça. 38ª sessão do Subcomitê de Prevenção da Tortura.

17 a 21/JUN – Genebra, Suíça. 26ª reunião anual dos procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos.

17 a 21/JUN – Genebra, Suíça. 24ª sessão do Grupo de Trabalho sobre Situações (Conselho de Direitos Humanos).

17 a 21/JUN – Genebra, Suíça. 40ª sessão do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais Tradicionais da OMPI.

17 a 21/JUN – Genebra, Suíça. 3ª sessão do Grupo de Peritos Governamentais sobre o Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas.

18/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e

Agricultura (FAO). Lançamento do Framework da FAO sobre a pobreza extrema rural.

18/JUN – Genebra, Suíça. Conselho informal de Comércio de Bens.

18/JUN – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento – Parte II (Continuação).

18 e 19/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 13ª Sessão do Comitê de Conformidade da Comissão Geral de Pesca para o Mediterrâneo.

18 a 20/JUN – Ufá, Rússia. X Reunião Internacional de Altos Representantes Responsáveis por Assuntos de Segurança.

18 a 20/JUN – Genebra, Suíça. 75ª sessão do Comitê Permanente do ACNUR.

18 a 20/JUN – Seul, República da Coreia. 32ª reunião do Conselho Executivo da Unitaid.

18 a 20/JUN – Genebra, Suíça. Reunião Ampliada da Declaração Conjunta sobre comércio eletrônico.

18 a 20/JUN – New York, EUA. Sessão Anual da Junta Executiva da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres).

18 a 21/JUN – Genebra, Suíça. Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio.

18 a 23/JUN – Argel, Argélia. 52ª Feira Internacional de Argel (FIA-2019).

19/JUN – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). 105ª sessão da Comitê de Avaliação.

19/JUN – Genebra, Suíça. Retiro de Embaixadores dos membros em desenvolvimento organizado pela

China, com o tema “Prosseguir o desenvolvimento através da reforma da OMC”.

19 e 20/JUN – Genebra, Suíça. 24ª sessão do Comitê Permanente sobre Programa e Finanças da OIM.

19 e 20/JUN – Bruxelas, Bélgica. Consultas regionais com Estados membros da União Europeia, em preparação ao Grupo de Peritos Governamentais para avançar o comportamento responsável dos Estados no espaço cibernético no contexto da segurança internacional.

20/JUN – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). 153ª sessão da Comitê de Auditoria.

20/JUN – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte II (Continuação).

20/JUN – Genebra, Suíça. Reunião de consultas do presidente do Comitê de Acordos Regionais de Comércio.

20 e 21/JUN – Genebra, Suíça. Sessão Especial do Comitê de Agricultura (CoA-SS).

20 e 21/JUN – Sóchi, Rússia. Desafios à Biossegurança Global: Problemas e Soluções.

21/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 2ª Reunião Informal para membros com vistas à 34ª Sessão da Comitê de Pesca (COFI).

21/JUN – Genebra, Suíça. 3ª sessão especial do Conselho da OIM.

21/JUN – Genebra, Suíça. Seminário sobre Dependência de Commodities e Desenvolvimento - UNCTAD.

21/JUN – Genebra, Suíça. Grupo de Trabalho sobre Dívida de Comércio e Finanças.

Calendário de Eventos entre 21 e 28 de junho de 2019 – 21/06/19

18 a 23/JUN – Argel, Argélia. 52ª Feira Internacional de Argel (FIA-2019) (Continuação).

22 a 29/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). 41ª Sessão da Conferência da FAO.

23/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Eleição do novo Diretor-geral da FAO.

24/JUN – Genebra, Suíça. Reunião Informal do Comitê de Agricultura.

24/JUN – Genebra, Suíça. Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

24/JUN – Genebra, Suíça. Sessão Informativa do Comitê de Agricultura sobre Ajuda Alimentar Internacional.

24/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). 23ª reunião do Comitê de Direção da Parceria para Avaliação e Desempenho Ambientais da Pecuária (LEAP).

25/JUN – Brasília, Brasil. Seminário: A agenda Mulheres, Paz e Segurança - desafios brasileiros em operações de paz da ONU.

24 a 27/JUN – Genebra, Suíça. 30ª Sessão do Comitê sobre a Lei de Patentes da OMPI.

24 a 28/JUN – Genebra, Suíça. 66ª Sessão Anual da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD.

25/JUN – Genebra, Suíça. Comitê de Facilitação de Comércio.

25/JUN – Genebra, Suíça. Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias.

25/JUN – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte II (Continuação)

25 e 26/JUN – Genebra, Suíça. Reunião Regular do Comitê de Agricultura.

26/JUN – Genebra, Suíça. Comitê de Compras Governamentais.

26/JUN – Roma, Itália. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Assinatura do Memorando de Entendimento entre a FAO e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

26/JUN – Roma, Itália. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Apresentação do Relatório de Desenvolvimento Rural de 2019.

26 a 28/JUN – Medellín, Colômbia. 49ª Assembleia-Geral ordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA).

27/JUN – Genebra, Suíça. Lançamento pela OCDE do Relatório de Monitoramento e Avaliação de Política Agrícola.

27/JUN – Genebra, Suíça. Conselho do Comércio de Serviços.

27/JUN – Genebra, Suíça. Dia das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MSME's).

27 e 28/JUN – Genebra, Suíça. Simpósio do Comitê de Agricultura sobre o papel do comércio para o sistema agroalimentar global.

28/JUN – Genebra, Suíça. 109ª Sessão Regular do Comitê de Comércio e Desenvolvimento da OMC.

28/JUN – Genebra, Suíça. Reunião Informal do Grupo de Trabalho sobre Micro, Pequenas e Médias Empresas (MSME's).

28/JUN – Genebra, Suíça. Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento - Parte II (Continuação)

28/JUN – Genebra, Suíça. Reunião de Consultas Informais do Grupo de Peritos Governamentais sobre sistemas de armas autônomas letais (GGE sobre LAWS) de 2019.

Contencioso na OMC entre Brasil e Indonésia sobre medidas restritivas às exportações brasileiras de frango – Painel de implementação – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 24/06/19

O Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) estabeleceu hoje, a pedido do Brasil, painel de implementação no âmbito do contencioso com a Indonésia sobre carne e produtos de frango.

Em novembro de 2017, o Órgão de Solução de Controvérsias adotou decisão favorável ao Brasil na fase original da disputa. O painel que examinou a matéria determinou que diversas medidas mantidas pela Indonésia constituíam barreiras comerciais à importação de carne e produtos de frango brasileiros, em desconformidade com disciplinas do GATT e do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC.

Tendo-se encerrado o período acordado pelas partes para a implementação da decisão da OMC, o Brasil avalia que a Indonésia não lhe deu pleno cumprimento. Nesse contexto, cabe a um painel de implementação examinar, em procedimento mais expedito, se a Indonésia permanece, de fato,

descumprindo as disciplinas multilaterais.

Caso seja essa a conclusão, o Brasil poderá obter compensações por prejuízos causados pelas barreiras comerciais, ou, na ausência de compensações, o direito de impor medidas retaliatórias. Esta nova etapa no contencioso demonstra a disposição do governo brasileiro de se valer de todos os meios disponíveis nas regras multilaterais para assegurar condições justas para as exportações do país.

Situação no Golfo de Omã – 25/06/19

O governo brasileiro manifesta preocupação com os recentes incidentes verificados no Golfo de Omã, em particular os ataques contra embarcações comerciais e o abate de aeronave não-tripulada norte-americana.

O Brasil reafirma a importância de defender a segurança marítima, a liberdade de navegação e o livre fluxo de mercadorias em uma das mais importantes rotas de comércio mundiais.

Cúpula do G20 em Osaka – 26/06/19

O Senhor Presidente da República participará, em 28 e 29 de junho, da XIV Cúpula do G20, em Osaka, Japão.

O programa da Cúpula prevê 4 sessões de trabalho. A primeira tratará de temas relacionados à economia mundial, bem como ao comércio e aos investimentos internacionais. A segunda debaterá inovação e economia digital, incluindo o tema da inteligência artificial. A terceira, já no dia 29, debaterá temas afetos ao desenvolvimento sustentável, tais como emprego, saúde e combate a desigualdades. A quarta sessão tratará de mudança do clima, energia e meio ambiente.

À margem da Cúpula, o Presidente Jair Bolsonaro deverá manter encontros bilaterais com outros Chefes de Estado e Governo.

Alguns dos temas prioritários para a presidência japonesa do G20 são: economia digital; infraestrutura de qualidade; envelhecimento populacional (tema com implicações para a previdência social, o futuro do trabalho e a saúde); e combate ao lixo plástico no mar.

Ao longo de 2019, o G20 também debateu temas de sua pauta de trabalho regular, tais como economia e finanças globais; tributação de empresas no ambiente digital; comércio internacional, inclusive as atuais tensões comerciais e a reforma da OMC; e energia e meio ambiente. Foram igualmente discutidas questões relacionadas a saúde, formação de capital humano, empoderamento das mulheres, agricultura e combate à corrupção.

Os consensos que se formem em Osaka constarão do Comunicado de Líderes, a ser adotado ao final da cúpula.

Reunião Informal de Líderes do BRICS à margem do G20 – Osaka, 28 de junho de 2019 – 26/06/19

Ocorrerá em Osaka, Japão, em 28 de junho, à margem da Cúpula do G20, reunião informal de líderes do BRICS. Como este último agrupamento é presidido pelo Brasil em 2019, o encontro será conduzido pelo presidente Jair Bolsonaro.

Confirmaram presença na reunião o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, o Presidente da China, Xi Jinping, e o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa.

Na ocasião, os líderes do BRICS debaterão temas relacionados à agenda do G20, tais como desdobramentos recentes na economia e no sistema financeiro internacional, transições energéticas e economia digital.

Ao final do encontro, será emitido comunicado de imprensa.

A 11ª Cúpula do BRICS terá lugar em Brasília, em 13 e 14 de novembro deste ano.

Adesão do Brasil ao Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas – 26/06/19

O senhor Presidente da República assinou, em 25/6/2019, o instrumento de adesão do Brasil ao Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas, em seguimento à aprovação do acordo pelo Senado Federal.

O Protocolo passará a produzir efeitos jurídicos no plano internacional 90 dias após o depósito do instrumento de adesão junto à Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), com sede em Genebra, e deverá ser promulgado internamente no mesmo prazo.

Com a adesão ao Protocolo de Madri, os empresários brasileiros poderão registrar suas marcas em 102 países signatários do acordo, apresentando documentação unicamente no Brasil, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O Protocolo de Madri simplificará, assim, de maneira significativa, o procedimento de registro de marcas nos países membros, com redução de custos e burocracia.

Reunião informal de líderes do BRICS à margem da Cúpula do G20 – Comunicado conjunto de Imprensa – Osaka, 28 de junho de 2019 – 27/06/19

1. Nós, os chefes de estado e de governo da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul, reunimo-nos em 28 de junho de 2019, à margem da Cúpula do G20 em Osaka, Japão. Congratulamos a presidência japonesa do G20 e expressamos nosso apreço pela hospitalidade oferecida.

2. Tomamos nota das prioridades escolhidas pelo Japão para sua presidência, inclusive comércio, ciência, tecnologia e inovação, infraestrutura, mudança do clima, cobertura universal de serviços de saúde, envelhecimento populacional e desenvolvimento sustentável.

3. O crescimento econômico mundial aparenta estar-se estabilizando e está prevista uma moderada retomada no final do presente ano e em 2020. No entanto, o fortalecimento do crescimento continua altamente incerto, com o aumento das tensões comerciais e geopolíticas, volatilidade dos preços das commodities, desigualdade, crescimento inclusivo insuficiente e condições financeiras mais rígidas incrementando o risco. Desequilíbrios globais continuam amplos e persistentes e requerem monitoramento minucioso e respostas políticas tempestivas. Enfatizamos a importância de um ambiente econômico global favorável ao crescimento sustentável do comércio internacional.

4. Nesse cenário, notamos com satisfação que os países do BRICS têm sido os principais motores do crescimento global na última década e atualmente representam cerca de um

terço do produto global. Projeções indicam que os BRICS continuarão a responder por mais da metade do crescimento econômico global até 2030. A implementação contínua de reformas estruturais fortalecerá nosso potencial de crescimento. A expansão equilibrada do comércio entre os membros do BRICS contribuirá ainda mais para o fortalecimento dos fluxos de comércio internacional.

5. A fim de contribuir para enfrentar desafios e beneficiar-nos plenamente de oportunidades, reconhecemos a importância de, entre outros: mercados abertos; maior resiliência econômica; estabilidade financeira; políticas macroeconômicas bem concebidas e coordenadas, quando apropriado; reformas estruturais; investimento adequado em capital humano; redução dos níveis de pobreza e da desigualdade; concorrência efetiva para promover investimento e inovação; ambientes abertos de negócios, justos e não discriminatórios; cooperação em parcerias público-privadas (PPP); e financiamento de infraestrutura e desenvolvimento.

Medidas internacionais e domésticas nessas e em outras áreas contribuirão para um crescimento econômico inclusivo e sustentável. Conclamamos maior participação dos países em desenvolvimento nas cadeias globais de valor. Reconhecemos a importância da interface entre comércio e economia digital. Afirmamos também o papel dos dados para o desenvolvimento.

6. Estamos comprometidos com o comércio internacional transparente, não discriminatório, aberto, livre e inclusivo. O protecionismo e o unilateralismo são contrários ao espírito e às regras da OMC. Reafirmamos nosso compromisso com o multilateralismo e o direito internacional e nosso total apoio ao sistema multilateral de comércio

baseado em regras, tendo a OMC como seu centro. Trabalharemos de forma construtiva com todos os membros da OMC sobre a necessária reforma da organização, com vistas a melhor enfrentar os desafios atuais e futuros no comércio internacional, aumentando assim sua relevância e eficácia. A reforma deve, *inter alia*, preservar a centralidade, os valores centrais e os princípios fundamentais da OMC, e considerar os interesses de todos os membros, inclusive os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). É imperativo que a agenda de negociações da OMC seja equilibrada e discutida de maneira aberta, transparente e inclusiva.

7. O mecanismo de solução de controvérsias da OMC é um pilar indispensável do sistema multilateral de comércio, e o Órgão de Apelação é essencial para o funcionamento adequado e efetivo da Organização. Permanecemos comprometidos com a preservação de um sistema de controvérsias na OMC vinculante e operativo, com duplo grau adjudicatório. Recordando a urgência de resolver-se o impasse na nomeação dos membros para o Órgão de Apelação da OMC, instamos que o processo de seleção do Órgão de Apelação seja iniciado imediatamente.

8. Reafirmamos nosso compromisso com um Fundo Monetário Internacional (FMI) forte, baseado em cotas e com recursos adequados, no centro da Rede de Proteção Financeira Global. Reiteramos nosso compromisso de trabalhar com a Diretoria Executiva para a implementação da reforma de cotas e de governança do FMI, com base nos princípios acordados em 2010. Continuamos comprometidos com a conclusão da 15ª Revisão Geral de Cotat até as Reuniões Anuais de 2019.

9. Tomamos nota com satisfação do papel do Novo Banco de

Desenvolvimento (NDB) no financiamento de infraestrutura e no desenvolvimento sustentável e ressaltamos a necessidade de esforços intensificados e contínuos para a construção de um portfólio de projetos forte, equilibrado e de alta qualidade. Enfatizamos a importância de um esforço concentrado para enfrentar o atraso na realização de investimentos em infraestrutura crítica nos países membros. O NDB será fortalecido pelo estabelecimento de escritórios regionais. Saudamos o compromisso do NDB de mobilizar recursos nas moedas de todos os seus membros, a começar pela China, assim como os futuros programas de títulos na África do Sul e na Rússia. Aguardamos com antecipação a pronta implementação do Fundo de Preparação de Projetos do NDB, que esperamos se torne um instrumento eficiente para a preparação de projetos, provendo assistência técnica aos países membros do NDB.

10. Ressaltamos a importância do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) do BRICS como mecanismo de prevenção de pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos dos países membros. Em seguimento ao bem-sucedido teste realizado em 2018, comprometemo-nos a realizar novos testes mais complexos para assegurar sua prontidão operacional para responder a uma solicitação de recursos, se necessário. Saudamos a operacionalização do Sistema de Intercâmbio de Informações Macroeconômicas (SEMI) do ACR. Saudamos os esforços continuados para o estabelecimento do Fundo de Títulos em Moeda Local do BRICS e aguardamos com expectativa o início de seu funcionamento. Apoiamos igualmente a cooperação entre o ACR e o FMI.

11. Condenamos fortemente atentados terroristas, inclusive contra países do

BRICS, em todas as suas formas e manifestações, independentemente de onde cometidos e de quem os cometa. Exortamos esforços concertados e uma abordagem abrangente para combater o terrorismo sob os auspícios da ONU sobre uma sólida base jurídica internacional. Reiteramos que é responsabilidade de todos os estados prevenir o financiamento de redes terroristas e de ações terroristas a partir de seus territórios. Reiteramos nosso compromisso de combater a exploração da internet para fins terroristas. Conquanto reconheçamos que os estados têm papel de liderança para garantir a proteção e segurança no uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), instamos as empresas de tecnologia a cooperarem com os governos, conforme a legislação aplicável, a fim de eliminar a capacidade de terroristas utilizarem plataformas digitais para encorajar, recrutar, facilitar ou cometer atos terroristas.

12. Continuamos firmemente comprometidos a combater a corrupção e continuaremos a promover a integridade nos setores público e privado. Nos esforçaremos, dessa forma, para promover a cooperação internacional contra a corrupção e o fortalecimento dos marcos jurídicos, conforme apropriado, para tratar de forma mais eficaz dos casos de corrupção, especialmente no que diz respeito à recuperação de ativos. Buscaremos melhorar nossos esforços mútuos para processar pessoas procuradas por corrupção. Reconhecemos o papel dos denunciantes⁽¹⁾ na prevenção e no combate à corrupção nos setores público e privado e a necessidade de melhorar as medidas para protegê-los.

13. Reconhecemos que a corrupção, inclusive as transações financeiras e monetárias ilícitas e os recursos obtidos ilicitamente ocultados em jurisdições

estrangeiras, é um desafio global, que pode impactar negativamente o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Envidaremos esforços para coordenar nossas abordagens e encorajaremos um compromisso global mais forte a esse respeito. Também reconhecemos a necessidade de fortalecer a cooperação, respeitados os sistemas jurídicos domésticos, no cumprimento da lei no combate à corrupção, na extradição de fugitivos, infratores econômicos e corruptos, e na recuperação de ativos roubados. Reafirmamos nosso compromisso de apoiar a cooperação internacional no combate aos fluxos financeiros ilícitos, inclusive a cooperação no Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), na Organização Mundial de Aduanas e em outros mecanismos multilaterais relevantes.

14. Reconhecemos o papel crucial da cooperação na transição para sistemas de energia eficiente mais limpos e flexíveis que combinem crescimento com redução das emissões de gases do efeito estufa, enquanto garantem segurança energética, acesso à energia, sustentabilidade e acessibilidade de preços. Reconhecemos a importância de fontes de energia variadas e avanços tecnológicos para alcançar um futuro de baixos níveis de emissão, tais como energia solar, bioenergia sustentável e gás natural para meios de transporte. Nesse sentido, reconhecemos os esforços dos países do BRICS em promover cooperação internacional em recursos energéticos renováveis e reiteramos nosso comprometimento de fortalecer a Plataforma de Cooperação em Pesquisa Energética do BRICS, com vistas a promover estudos conjuntos sobre energia sustentável e a compartilhar tecnologias energéticas avançadas.

15. Continuamos comprometidos com a plena implementação do Acordo de Paris, adotado sob os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), inclusive os princípios das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz de diferentes circunstâncias nacionais. Instamos os países desenvolvidos a fornecer apoio financeiro, tecnológico e de capacitação aos países em desenvolvimento para aprimorar sua capacidade em mitigação e adaptação. Esperamos que a Cúpula de Ação Climática da ONU, a ser realizada em setembro deste ano, produza resultados positivos.

16. Recordando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, reafirmamos nosso forte compromisso com o desenvolvimento sustentável. Ressaltamos a importância de honrar integralmente compromissos de assistência oficial ao desenvolvimento e de prover recursos para o desenvolvimento, conforme a Agenda de Ação de Adis Abeba. Continuamos a apoiar o Plano de Ação do G20 sobre a Agenda 2030, a Iniciativa do G20 de Apoio à Industrialização na África e em Países de Menor Desenvolvimento Relativo e a Parceria África do G20, incluindo o Pacto com a África.

17. Congratulamos o Brasil por escolher “Crescimento Econômico para um Futuro Inovador” como tema da presidência de turno de 2019. Reconhecendo que a inovação é uma força motriz essencial do desenvolvimento, reafirmamos nosso comprometimento em maximizar os benefícios da digitalização e das tecnologias emergentes, inclusive para as populações de áreas rurais e remotas. Encorajamos esforços conjuntos para compartilhar boas práticas de redução da pobreza por meio da internet, bem como de transformação digital do setor

industrial. Ressaltamos a importância de continuar a cooperação científica, técnica, de inovação e de empreendedorismo no âmbito do BRICS, incluindo a Parceria do BRICS para a Nova Revolução Industrial (PartNIR), a Rede iBRICS, o Instituto de Redes Futuras do BRICS e o Fórum de Jovens Cientistas.

18. Expressamos nosso apoio à presidência de turno brasileira do BRICS em 2019 e aguardamos com expectativa a bem-sucedida realização da 11ª Cúpula do BRICS em Brasília, em novembro.

Conclusão das Negociações do Acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia – Nota Conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Bruxelas, 27 e 28 de junho de 2019 – 28/06/19

Em reunião ministerial realizada nos dias 27 e 28 de junho, em Bruxelas, foi concluída a negociação da parte comercial do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia (UE). Participaram, pelo Brasil, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, e o Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo.

O acordo é um marco histórico no relacionamento entre o MERCOSUL e a União Europeia, que representam, juntos, cerca de 25% do PIB mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. Em momento de tensões e incertezas no comércio internacional, a conclusão do

acordo ressalta o compromisso dos dois blocos com a abertura econômica e o fortalecimento das condições de competitividade.

O acordo comercial com a UE constituirá uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Pela sua importância econômica e a abrangência de suas disciplinas, é o acordo mais amplo e de maior complexidade já negociado pelo MERCOSUL. Cobre temas tanto tarifários quanto de natureza regulatória, como serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual.

Com a vigência do acordo, produtos agrícolas de grande interesse do Brasil terão suas tarifas eliminadas, como suco de laranja, frutas e café solúvel. Os exportadores brasileiros obterão ampliação do acesso, por meio de quotas, para carnes, açúcar e etanol, entre outros. As empresas brasileiras serão beneficiadas com a eliminação de tarifas na exportação de 100% dos produtos industriais. Serão, desta forma, equalizadas as condições de concorrência com outros parceiros que já possuem acordos de livre comércio com a UE.

O acordo reconhecerá como distintivos do Brasil vários produtos, como cachaças, queijos, vinhos e cafés.

O acordo garantirá acesso efetivo em diversos segmentos de serviços, como comunicação, construção, distribuição, turismo, transportes e serviços profissionais e financeiros. Em compras públicas, empresas brasileiras obterão acesso ao mercado de licitações da UE, estimado em US\$ 1,6 trilhão. Os compromissos assumidos também vão agilizar e reduzir os custos dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens.

O acordo propiciará um incremento de competitividade da economia brasileira ao garantir, para os produtores nacionais, acesso a insumos de elevado teor tecnológico e com preços mais baixos. A redução de barreiras e a maior segurança jurídica e transparência de regras irão facilitar a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, com geração de mais investimentos, emprego e renda. Os consumidores também serão beneficiados pelo acordo, com acesso a maior variedade de produtos a preços competitivos.

Segundo estimativas do Ministério da Economia, o acordo MERCOSUL-UE representará um incremento do PIB brasileiro de US\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a US\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não-tarifárias e o incremento esperado na produtividade total dos dos fatores de produção. O aumento de investimentos no Brasil, no mesmo período, será da ordem de US\$ 113 bilhões. Com relação ao comércio bilateral, as exportações brasileiras para a UE apresentarão quase US\$ 100 bilhões de ganhos até 2035.

A UE é o segundo parceiro comercial do MERCOSUL e o primeiro em matéria de investimentos. O MERCOSUL é o oitavo principal parceiro comercial extrarregional da UE. A corrente de comércio birregional foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. Em 2017, o estoque de investimentos da UE no bloco sul-americano somava cerca de US\$ 433 bilhões. O Brasil registrou, em 2018, comércio de US\$ 76 bilhões com a UE e superávit de US\$ 7 bilhões. O Brasil exportou mais de US\$ 42 bilhões, aproximadamente 18% do total exportado pelo país. O Brasil destaca-se como o maior destino do investimento externo direto (IED) dos países da UE na América Latina, com quase metade do estoque de investimentos na região. O Brasil é o

quarto maior destino de IED da UE, que se distribui em setores de alto valor estratégico.

Declaração de Osaka dos Líderes do G20 – 29/06/19

PREÂMBULO

1. Nós, os Líderes do G20, reunimo-nos em Osaka, Japão, em 28 e 29 de junho de 2019, com vistas a realizar esforços conjuntos para tratar dos principais desafios econômicos globais. Nós trabalharemos juntos para promover o crescimento econômico global, aproveitando o poder da inovação tecnológica, em particular a digitalização e seu uso em benefício de todos.

2. Com base no trabalho realizado pelas presidências anteriores, nos esforçaremos para criar um círculo virtuoso de crescimento, enfrentando as desigualdades, para criar uma sociedade em que todos os indivíduos possam realizar todo o seu potencial. Estamos decididos a construir uma sociedade capaz de aproveitar oportunidades e tratar dos desafios econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, inclusive aqueles relacionados à mudança demográfica.

3. Continuaremos a liderar os esforços na promoção do desenvolvimento e na superação de outros desafios globais, a fim de preparar o caminho para um mundo inclusivo e sustentável, tal como vislumbrado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

ECONOMIA GLOBAL

4. O crescimento global parece estar se estabilizando e, em geral, prevê-se que aumente moderadamente no fim deste ano e durante 2020. Essa recuperação é apoiada pela continuação de condições financeiras acomodáticas e medidas de estímulo em vigor em alguns países. No entanto, o crescimento permanece baixo

e os riscos permanecem inclinados para o lado negativo. Mais importante, as tensões comerciais e geopolíticas se intensificaram. Continuaremos a abordar esses riscos e estaremos prontos para tomar novas medidas.

5. Reafirmamos nosso compromisso de usar todos os instrumentos políticos para alcançar um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo e proteger contra riscos negativos, por meio da intensificação do nosso diálogo e das nossas ações para aumentar a confiança. A política fiscal deve ser flexível e favorável ao crescimento, reconstruindo amortecimentos onde necessário, garantindo que a dívida como parcela do PIB esteja em um caminho sustentável. A política monetária continuará apoiando a atividade econômica e assegurando a estabilidade de preços, de forma consistente com os mandatos dos bancos centrais. As decisões dos bancos centrais precisam permanecer bem comunicadas. A implementação contínua de reformas estruturais aumentará nosso potencial de crescimento. Também reafirmamos os compromissos de taxa de câmbio assumidos pelos nossos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais em março de 2018.

6. Os desequilíbrios globais de conta corrente diminuíram na sequência da crise financeira global, notadamente nas economias emergentes e em desenvolvimento, e eles se tornaram cada vez mais concentrados nas economias avançadas. No entanto, eles permanecem grandes e persistentes, e as posições acionárias continuam a divergir. Ao avaliar os saldos externos, notamos a importância do monitoramento de todos os componentes da conta corrente, incluindo saldos do comércio de serviços e do balanço de rendas. No espírito de reforçar a cooperação,

afirmamos que são necessárias políticas macroeconômicas e estruturais cuidadosamente calibradas, sob medida para as circunstâncias específicas de cada país, para fazer face a desequilíbrios excessivos e mitigar os riscos para o alcance do objetivo do G20 de crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo.

7. As mudanças demográficas, inclusive o envelhecimento da população, representam desafios e oportunidades para todos os membros do G20, e essas mudanças exigirão ações políticas que abranjam as políticas fiscais, monetárias, financeiras, laborais e outras políticas estruturais. Para fortalecer a inclusão financeira numa sociedade que está envelhecendo, endossamos as Prioridades Políticas do G20/Fukuoka sobre Envelhecimento e Inclusão Financeira.

INCENTIVANDO UM CRESCIMENTO ECONÔMICO GLOBAL ROBUSTO

Comércio e investimento

8. Saudamos a Declaração Ministerial do G20 sobre Comércio e Economia Digital realizada em Tsukuba. Esforçamo-nos por construir um ambiente de comércio e investimentos que seja livre, justo, não-discriminatório, transparente, previsível e estável e por manter nossos mercados abertos. O comércio e o investimento internacional são importantes motores de crescimento, produtividade, inovação, criação de empregos e desenvolvimento. Reafirmamos nosso apoio às reformas necessárias na OMC, com vistas a aperfeiçoar suas funções. Trabalharemos construtivamente com outros membros da OMC, inclusive na preparação da 12ª Conferência Ministerial da OMC. Concordamos em que ações são necessárias no que tange ao funcionamento do mecanismo de solução de controvérsias de maneira consistente com as regras conforme

negociadas pelos membros da OMC. Ademais, reconhecemos os papéis complementares dos acordos de comércio bilaterais e regionais compatíveis com o a OMC. Trabalharemos para assegurar condições isonômicas de competição de modo a incentivar um ambiente de negócios estimulante.

Excesso de capacidade

9. Embora tomemos nota do avanço alcançado até agora pelo Fórum Global sobre Excesso de Capacidade de Produção de Aço (GFSEC, na sigla em inglês), solicitamos aos ministros relevantes dos países membros do GFSEC que explorem e, até o fim do outono de 2019, no hemisfério setentrional, logrem consenso acerca do trabalho do foro.

Inovação: Digitalização, Livre Fluxo de Dados com Confiança

10. A inovação é um importante fator para o crescimento econômico, que pode também contribuir para o avanço em direção aos ODS e o aumento da inclusão. Trabalharemos para alcançar uma sociedade sustentável, segura, confiável e inovadora por meio da digitalização e da promoção da aplicação das tecnologias emergentes. Compartilhamos a noção de uma sociedade futura centrada no ser humano, noção que está sendo promovida pelo Japão como Sociedade 5.0. Como a digitalização está transformando todos os aspectos de nossas economias e sociedades, reconhecemos o papel crucial desempenhado pelo uso efetivo de dados como um facilitador do crescimento econômico, do desenvolvimento e do bem-estar social. Visamos a promover discussões sobre políticas internacionais para aproveitar todo o potencial dos dados.

11. O fluxo transfronteiriço de dados, informações, ideias e conhecimento gera maior produtividade, maior

inovação e aprimora o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que gera desafios relacionados a privacidade, proteção de dados, direitos de propriedade intelectual e segurança. Ao enfrentar esses desafios, podemos facilitar ainda mais o livre fluxo de dados e fortalecer a confiança dos consumidores e das empresas. A este respeito, é necessário que os marcos jurídicos nacionais e internacionais sejam respeitados. O livre fluxo de dados com confiança permitirá aproveitar as oportunidades da economia digital. Cooperaremos para incentivar a interoperabilidade de diferentes estruturas e afirmamos o papel dos dados no desenvolvimento. Também reafirmamos a importância da interação entre o comércio e a economia digital e tomamos nota das discussões correntes ao amparo do Comunicado Conjunto sobre comércio eletrônico e afirmamos a importância do Programa de Trabalho da OMC sobre Comércio Eletrônico.

12. A fim de promover ainda mais a inovação na economia digital, apoiamos o intercâmbio de boas práticas sobre políticas eficientes e enfoques e marcos regulatórios que sejam inovadores, ágeis, flexíveis e adaptadas à era digital, inclusive por meio de regras experimentais (“regulatory sandboxes”). O desenvolvimento e o uso responsável da Inteligência Artificial (IA) podem ser uma força motora para ajudar a promover os ODS e a criar uma sociedade sustentável e inclusiva. Para promover a confiança do público em tecnologias de IA e realizar plenamente seu potencial, comprometemo-nos com um enfoque de IA centrado no ser humano e saudamos os Princípios sobre IA do G20, extraídos da Recomendação da OCDE sobre IA. Adicionalmente, reconhecemos a crescente importância de promover a segurança na economia digital e tratar de lacunas e vulnerabilidades. Afirmamos a

importância da proteção da propriedade intelectual. Juntamente com a rápida expansão de tecnologias emergentes, inclusive a “Internet das Coisas (IoT, em inglês), cresce o valor de uma permanente discussão sobre a segurança na economia digital. Nós, como membros do G20, afirmamos a necessidade de continuar tratando desses desafios urgentes. Reafirmamos a importância de superar o hiato digital e promover a adoção da digitalização pelas pequenas e médias empresas (PMEs) e por todos os indivíduos, particularmente os grupos vulneráveis, e também encorajamos a comunicação e a troca de experiências entre cidades, para o desenvolvimento de cidades inteligentes.

Investimento em infraestrutura de qualidade

13. A infraestrutura é um fator de crescimento econômico e prosperidade. Nós endossamos os Princípios do G20 para Investimento em Infraestrutura de Qualidade como nossa direção estratégica comum e alta aspiração. Esses Princípios enfatizam que a infraestrutura de qualidade é uma parte essencial dos esforços continuados do G20 para preencher a lacuna de infraestrutura, em conformidade com o Roteiro para Infraestrutura como uma Classe de Ativos. Salientamos a importância de maximizar o impacto positivo da infraestrutura em busca do crescimento e desenvolvimento sustentáveis, ao mesmo tempo em que preservamos a sustentabilidade das finanças públicas, aumentamos a eficiência econômica em função do custo do ciclo de vida dos projetos, integramos considerações ambientais e sociais, incluímos políticas de fortalecimento econômico das mulheres, aumentamos a resiliência contra desastres naturais e outros riscos e fortalecemos a governança de infraestrutura. Esperamos continuar a fazer avanços para o desenvolvimento

da infraestrutura como uma classe de ativos, inclusive por meio da exploração de possíveis indicadores sobre investimento em infraestrutura de qualidade.

GOVERNANÇA FINANCEIRA GLOBAL

14. Reafirmamos nosso compromisso de fortalecer ainda mais a rede de segurança financeira global com um FMI forte, baseado em cotas e adequadamente provido de recursos em seu centro. Continuamos comprometidos com a conclusão da 15ª Revisão Geral de Cotas até as Reuniões Anuais de 2019, e pedimos ao FMI que acelere seu trabalho sobre os recursos do FMI e a reforma de sua governança, como questão da mais alta prioridade. Apoiamos o progresso alcançado no trabalho de acompanhamento das propostas do Grupo de Pessoas Eminentemente (GPE), inclusive no que se refere a plataformas de países e aos esforços do Grupo Banco Mundial (GBM) para aumentar o seguro de risco no financiamento do desenvolvimento. Saudamos o trabalho realizado pelas organizações internacionais sobre fluxos de capital. Continuaremos nosso trabalho sobre as propostas do GPE, reconhecendo sua natureza plurianual.

15. Reiteramos a importância dos esforços conjuntos empreendidos tanto por mutuários quanto por credores, públicos e privados, para melhorar a transparência da dívida e garantir a sustentabilidade da dívida. Pedimos ao FMI e ao Grupo Banco Mundial que continuem seus esforços para fortalecer a capacidade dos mutuários nas áreas de registro, monitoramento e elaboração de relatórios de dívida, gestão da dívida, gestão financeira pública e mobilização de recursos internos, inclusive sob sua abordagem multifacetada. No contexto da revisão da Política de Limites da Dívida e da Política de Empréstimos Não Concessionais, encorajamos o FMI

e o GBM a continuar seus esforços para aprofundar sua análise das práticas de financiamentos colateralizados. Saudamos a conclusão da autoavaliação voluntária da implementação das Diretrizes Operacionais do G20 para Financiamento Sustentável e da nota do FMI-GBM sobre os resultados da pesquisa e recomendação de políticas. Aplaudimos os membros do G20 e não-membros do G20 que completaram a pesquisa e clamamos por uma discussão continuada sobre os assuntos destacados por esta nota, com vistas a melhorar as práticas de financiamento. Apoiamos o trabalho do Instituto de Finanças Internacionais sobre os Princípios Voluntários para a Transparência da Dívida para melhorar a transparência da dívida e a sustentabilidade do financiamento privado e esperamos o seu seguimento. Apoiamos o trabalho em andamento do Clube de Paris, como principal fórum internacional para reestruturação da dívida pública bilateral, com vistas a um engajamento mais amplo dos credores emergentes e saudamos a associação voluntária da Índia ao Clube de Paris, a fim de cooperar com seu trabalho em base de caso a caso.

16. Continuaremos nossa cooperação por um sistema tributário internacional globalmente justo, sustentável e moderno, e saudamos a cooperação internacional para promover políticas tributárias pró-crescimento. Reafirmamos a importância da implementação mundial do pacote de Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros (BEPS) do G20/OECD, bem como de uma maior segurança tributária. Saudamos os recentes progressos no tratamento dos desafios tributários decorrentes da digitalização e endossamos o ambicioso programa de trabalho que consiste numa abordagem de dois pilares, desenvolvida pelo Quadro Inclusivo sobre o BEPS. Vamos redobrar os

nossos esforços por uma solução de consenso, com um relatório final até 2020. Saudamos as recentes conquistas em matéria de transparência fiscal, incluindo o progresso no intercâmbio automático de informações para fins fiscais. Também saudamos a lista atualizada de jurisdições que não implementaram satisfatoriamente os padrões de transparência fiscal acordados internacionalmente. Esperamos uma nova atualização da lista pela OCDE, que leve em conta todos os critérios avançados. Será considerada a adoção de medidas defensivas contra as jurisdições listadas. O relatório da OCDE de 2015 lista possíveis medidas para esse fim. Pedimos a todas as jurisdições que assinem e ratifiquem a Convenção multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal. Reiteramos nosso apoio à capacitação fiscal nos países em desenvolvimento.

17. As inovações tecnológicas podem trazer benefícios significativos para o sistema financeiro e para a economia em geral. Embora os criptoativos não representem uma ameaça à estabilidade financeira global neste momento, estamos monitorando de perto os desenvolvimentos e permanecemos vigilantes em relação aos riscos existentes e emergentes. Saudamos o trabalho em andamento no FSB e outros órgãos criadores de normas e pedimos que aconselhem sobre respostas multilaterais adicionais, conforme seja necessário. Reafirmamos nosso compromisso de aplicar os Padrões GAFI recentemente atualizados aos ativos virtuais e provedores relacionados, para combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Saudamos a adoção da “Nota Interpretativa e Orientação”, do GAFI. Saudamos também o trabalho do FSB sobre as possíveis implicações das tecnologias financeiras descentralizadas

e sobre como os reguladores podem envolver outras partes interessadas. Também continuamos a intensificar os esforços para aumentar a resiliência cibernética.

18. Saudamos a Resolução 2462 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que salienta o papel essencial do GAFI no estabelecimento de padrões globais para prevenir e combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação. Reiteramos nosso forte compromisso de intensificar os esforços para combater essas ameaças, inclusive por meio do fortalecimento da rede global de organismos regionais do GAFI. Pedimos a implementação completa, efetiva e rápida dos Padrões do GAFI.

19. Um sistema financeiro aberto e resiliente, baseado em padrões internacionais acordados, é crucial para o crescimento sustentável. Continuamos comprometidos com a implementação plena, oportuna e consistente das reformas financeiras acordadas. Pedimos ao FSB que continue a avaliar seus efeitos. Continuaremos monitorando e, à medida do necessário, trataremos das vulnerabilidades e riscos emergentes para a estabilidade financeira, inclusive por meio de ferramentas macroprudenciais. Embora o financiamento não bancário ofereça uma bem-vinda diversidade ao sistema financeiro, continuaremos a identificar, monitorar e tratar os riscos relacionados à estabilidade financeira, conforme apropriado. Saudamos o trabalho realizado sobre a fragmentação do mercado, e abordaremos seus efeitos negativos não intencionais, inclusive por meio da cooperação regulatória e de supervisão. Continuamos a monitorar e tratar as causas e as consequências da retirada das relações de correspondentes bancários. A mobilização de finanças sustentáveis e o fortalecimento da

inclusão financeira são importantes para o crescimento global. Saudamos a participação e a transparência do setor privado nessas áreas.

ANTICORRUPÇÃO

20. Continuamos empenhados em desempenhar um papel de liderança nos esforços globais para a prevenção e luta contra a corrupção, assim como em promover a integridade, implementando o Plano de Ação de Combate à Corrupção do G20 2019-2021, ao mesmo tempo em que fortalecendo as sinergias entre instrumentos e mecanismo internacionais relacionados. Reconhecendo que o combate à corrupção é um importante requisito para garantir a qualidade e a confiabilidade da infraestrutura, saudamos o Compêndio de Boas Práticas para Promover a Integridade e a Transparência no Desenvolvimento de Infraestrutura como parte do nosso trabalho futuro. Endossamos os Princípios de Alto Nível para Proteção Efetiva de Delatores. Renovamos nosso compromisso de manter cooperação internacional de alto nível entre os membros do G20 na luta contra a corrupção e de liderar pelo exemplo através da implementação efetiva da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, incluindo seu processo de revisão. Intensificaremos nossos esforços para combater o suborno estrangeiro e para garantir que cada país do G20 tenha uma legislação nacional em vigor para criminalizar o suborno estrangeiro o mais cedo possível. Tomamos nota dos esforços para a adesão à Convenção da OCDE sobre a Luta Contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais Internacionais. Continuaremos a cooperação prática para combater a corrupção e reafirmamos nosso compromisso de negar abrigo seguro a pessoas procuradas por corrupção e a seus ganhos com a corrupção, em

conformidade com nossos compromissos internacionais no âmbito do G20 e com nossos sistemas legais domésticos, assim como trabalharemos mais estreitamente na cooperação sobre recuperação de ativos. Esperamos pelo documento de avaliação sobre cooperação internacional que trata de “sérios criminosos econômicos” e da recuperação de ativos que tenham relação com corrupção, a ser preparado pelas organizações internacionais relevantes. Adicionalmente, saudamos o trabalho sobre a relação entre corrupção e gênero ora sendo realizado por organizações internacionais relevantes.

CRIAÇÃO DE UM CICLO VIRTUOSO DE CRESCIMENTO ATRAVÉS DO COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Trabalho e emprego

21. O envelhecimento da população está progredindo nos membros do G20 a diferentes taxas. Levando em consideração semelhanças e diferenças entre a demografia do G20, reconhecemos a importância de promover uma sociedade de envelhecimento ativo e saudável, que permita que os trabalhadores participem do mercado de trabalho em idades mais avançadas, simultaneamente ao aumento da participação de jovens, mulheres e pessoas com deficiência em atividades econômicas. Impulsionaremos a criação de empregos, arranjos de trabalho flexíveis, buscaremos aumentar a qualidade de empregos e a empregabilidade dos trabalhadores por meio da educação ao longo da vida, visto que a vida laboral tende a ser mais longa, assim como empenharemos esforços para melhorar as condições de trabalho para todos, incluindo para os prestadores de cuidados de longo prazo, de acordo com as circunstâncias nacionais. Também continuaremos a promover oportunidades de emprego e a empregabilidade da população jovem.

Pedimos aos Ministros do Trabalho e Emprego que identifiquem possíveis prioridades de políticas públicas para adaptação à mudança demográfica quando se reunirem em Matsuyama, em setembro. Reconhecemos que novas formas emergentes de trabalho, principalmente aquelas impulsionadas pela inovação tecnológica, podem ser uma fonte de oportunidades de trabalho, mas também podem representar desafios para o trabalho decente e sistemas de proteção social. Encorajamos os Ministros do Trabalho e Emprego a continuarem a intercambiar experiências e boas práticas, à medida que nos empenhamos em desenvolver respostas políticas adequadas a essas novas formas de trabalho, levando em consideração a visão do setor privado. Seguimos comprometidos com a promoção do trabalho decente e reafirmamos nosso compromisso de tomar ações para erradicar trabalho infantil, trabalho forçado, tráfico humano e formas modernas de escravidão no mundo do trabalho, inclusive por meio do fomento de cadeias globais sustentáveis.

Empoderamento das mulheres

22. Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres são essenciais para alcançar um crescimento econômico sustentável e inclusivo. Reconfirmamos sua importância em todos os aspectos de nossas políticas e como um tema transversal em todas as Cúpulas futuras. Notamos o progresso alcançado rumo ao Objetivo de Brisbane de reduzir a disparidade na participação de homens e mulheres na força de trabalho em 25% até 2025. Tomamos nota do relatório de progresso Mulheres no Trabalho nos Países do G20 preparado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela OCDE, e reconhecemos a necessidade de acelerar nossos esforços. Dando continuidade aos esforços continuados dos Ministros de Trabalho e de

Emprego, compartilharemos nosso respectivo progresso e ações realizadas no G20 rumo ao objetivo de Brisbane, incluindo a qualidade do emprego das mulheres, com base no relatório anual. Também trataremos da disparidade de gênero no trabalho doméstico não remunerado, que continua a ser um grande obstáculo à participação de mulheres no mercado de trabalho. Comprometemo-nos a tomar medidas adicionais para melhorar a qualidade do emprego das mulheres, reduzir as disparidades de salário entre homens e mulheres e acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e combater os estereótipos e reconhecer as mulheres como agentes da paz, e na prevenção e resolução de conflitos.

23. Assumimos o compromisso de continuar apoiando a educação e o treinamento de meninas e mulheres, incluindo o fornecimento de educação primária e secundária de qualidade, de aprimorar a qualidade e acesso à educação STEM (“ciência, tecnologia, engenharia e matemática”, na sigla em inglês) e de promover a conscientização com vistas a eliminar os estereótipos de gênero. Com o intuito de superar o hiato de gênero digital, continuaremos a melhorar o acesso de meninas e mulheres à tecnologia digital, com foco nas necessidades daquelas que vivem na pobreza e em áreas rurais. Reafirmamos a importância de tomar medidas para erradicar toda a violência baseada em gênero, abuso e assédio, inclusive no contexto digital. Congratulamo-nos com os esforços, particularmente por parte do setor privado, para promover o acesso das mulheres a cargos gerenciais e de tomada de decisão, bem como para apoiar mulheres líderes empresariais e empreendedorismo. Reafirmamos a importância de tomar medidas para apoiar o desenvolvimento de habilidades e o financiamento para a promoção do empreendedorismo de mulheres e saudamos a continuada

implementação da Iniciativa de Financiamento de Mulheres Empresárias (We-Fi) em apoio ao empreendedorismo feminino em países em desenvolvimento, incluindo na África. Reconhecemos a importância de incentivar os esforços do setor privado, inclusive reconhecendo as empresas que estão tomando medidas para aumentar o número de mulheres em cargos de gerência e em cargos de tomada de decisões, bem como fazendo investimentos com consideração de gênero. Saudamos o lançamento da aliança do setor privado Empoderamento e Progressão da Representação Econômica das Mulheres (EMPOWER) e solicitamos à aliança que advogue a favor do avanço de mulheres no setor privado, assim como avaliaremos de seu progresso e compartilharemos seus esforços concretos em nossas Cúpulas futuras.

Turismo

24. O turismo responde por parte significativa do PIB mundial e espera-se que continue a ser um importante fator do crescimento econômico global. Trabalharemos para maximizar a contribuição do setor para a criação de empregos de qualidade e para o empreendedorismo, especialmente para mulheres e jovens e na indústria criativa; a resiliência e recuperação econômica; a preservação de recursos naturais por meio do planejamento e gestão do turismo sustentável; e a realização do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Agricultura

25. Com o intuito de alcançar segurança alimentar e aprimorar a nutrição de uma crescente população mundial, a produtividade agrícola precisa aumentar e a distribuição precisa ser mais eficiente, inclusive pela redução das perdas e do desperdício de alimentos, de forma mais compatível com a gestão sustentável de recursos naturais. Para

tanto, destacamos a importância do acesso e da utilização de tecnologias existentes, novas e avançadas, como a tecnologia da informação e comunicação (TIC), inteligência artificial (IA) e robótica, entre outros, e incentivamos a colaboração intersetorial entre as partes interessadas. Também incentivamos a inovação, capacitação e educação ao longo da vida para todos para atração de novos participantes e a capacitação de jovens e mulheres no setor agroalimentar. Reconhecemos a importância de desenvolver cadeias de valor agroalimentar sustentáveis, baseadas em ciência e resilientes, de maneira inclusiva e equitativa, inclusive para agricultura familiar e pequenos produtores, que também contribuem para a revitalização das áreas rurais. Enfatizamos a necessidade do compartilhamento continuado e aprimorado de informações e colaboração em pesquisa para responder aos problemas atuais e emergentes da saúde animal e vegetal. Continuaremos a encorajar o intercâmbio voluntário de boas práticas e conhecimentos com vistas a um setor agroalimentar mais sustentável.

CONSTRUINDO UM MUNDO MAIS INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento

26. Tendo em vista a realização do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas e do Diálogo de Alto-Nível sobre Financiamento para Desenvolvimento, em setembro, continuamos decididos a desempenhar um papel de liderança na contribuição para a tempestiva implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda de Ação de Addis Abeba. Reconhecemos que o financiamento público internacional e privado para o desenvolvimento, assim como outros mecanismos inovadores de financiamento, incluindo financiamento conjunto, podem ter papel importante

no aumento de nossos esforços coletivos. Construída a partir do Plano de Ação do G20 sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Atualização de Osaka enfatiza as ações coletivas e concretas do G20 para contribuir com a implementação da Agenda e ajudar a garantir que “ninguém seja deixado para trás”. Saudamos o Relatório de

Monitoramento Abrangente de Osaka.

27. Apoiamos os países em desenvolvimento em seus esforços com vistas à implementação tempestiva dos ODS em áreas como erradicação da pobreza, investimento em infraestrutura de qualidade, igualdade de gênero, saúde, educação, agricultura, ambiente, energia e industrialização, usando de todos os meios de implementação, tais como a mobilização dos recursos do setor privado e assistência em capacitação. Reiteramos nosso apoio contínuo à Parceria do G20 na África, incluindo o maiores responsabilidades para o WBG, AfDB, e o FMI na implementação da CwA, assim como a Iniciativa do G20 para a Industrialização da África e outras iniciativas do G20 que auxiliem na concretização da Visão Africana, conforme definida na Agenda 2063 da União Africana. Permanecemos comprometidos a enfrentar os fluxos financeiros ilícitos e faremos avaliação de monitoramento do tema em Cúpulas futuras.

28. Reafirmamos nosso compromisso de investir em capital humano e de promover uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos, conforme enfatizado na Iniciativa do G20 sobre Investimento de Capital Humano para o Desenvolvimento Sustentável. Reconhecendo a importância da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) para os ODS, endossamos os Princípios Orientadores

para o Desenvolvimento de CTI para os Roteiros dos ODS. Reconhecemos a importância de mais esforços na cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, bem como sobre a redução do risco de desastres, incluindo o financiamento de riscos relacionados a desastres naturais e esquemas de seguro como um meio de promover resiliência financeira contra desastres naturais.

29. Continuaremos nosso trabalho para realizar, com êxito, a 19ª reposição da Associação Internacional de Desenvolvimento, bem como a 15ª reposição do Fundo Africano de Desenvolvimento. Clamamos pela implementação completa e oportuna do pacote de aumento de capital do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e da Corporação Financeira Internacional, tendo em vista a ampliação de suas funções.

Saúde Global

30. A saúde é um pré-requisito para o crescimento econômico sustentável e inclusivo. Recordamos nosso compromisso de avançar no sentido de alcançar a cobertura universal de saúde, de acordo com os contextos e prioridades nacionais. Aguardamos a realização da Reunião de Alto-Nível da ONU sobre Cobertura Universal de Saúde (UHC, na sigla em inglês). O atendimento primário de saúde, incluindo acesso a medicamentos, vacinação, nutrição, água e saneamento, promoção da saúde e prevenção de doenças, é essencial para o avanço da saúde e da inclusão. Fortaleceremos os sistemas de saúde com foco na qualidade, inclusive por meio da ampliação da força de trabalho de saúde e dos recursos humanos para o planejamento de políticas, bem como promovendo inovação nos setores público e privado, tais como tecnologias apropriadas e economicamente viáveis, sejam digitais ou outras tecnologias inovadoras. Reconhecendo a

importância do financiamento sustentável da saúde, solicitaremos maior colaboração entre as autoridades de saúde e finanças, em conformidade com o Entendimento Compartilhado do G20 sobre a Importância do Financiamento da Cobertura Universal de Saúde nos Países em Desenvolvimento, com o qual nos comprometemos, por meio dos nossos Ministros de Saúde e Finanças, em sessão conjunta. Encorajamos as organizações internacionais e todas as partes relevantes a colaborar efetivamente, e esperamos a apresentação, no futuro próximo, do plano global de ação para vidas saudáveis e bem-estar para todos.

31. Promoveremos o envelhecimento saudável e ativo por meio de medidas de política pública para promoção da saúde e para a prevenção e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como por meio de uma saúde integrada e de cuidados de longo prazo, ao longo da vida, que sejam centrados nas pessoas, multisetoriais, baseadas na comunidade, de acordo com os contextos nacionais, incluindo as tendências demográficas. Implementaremos um conjunto abrangente de políticas para tratar a demência, incluindo a promoção da redução de riscos e a provisão sustentável de cuidados médicos, bem com sociedades inclusivas, com vistas a buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas com demência e de prestadores de cuidados.

32. Estamos comprometidos a aprimorar a preparo e a capacidade de resposta da saúde pública, inclusive por meio do fortalecimento de nossas próprias capacidades e do apoio ao fortalecimento das capacidades de outros países, em conformidade com o Regulamento Internacional em Matéria de Saúde (2005), da Organização Mundial da Saúde (OMS). Apoiaremos

países afetados pelo atual surto de Ebola na África, por meio de assistência técnica e financeira adequada e em bom tempo, em conformidade com a responsabilidade de coordenação central, que compete à OMS, para resposta internacional a emergências de saúde. Trabalharemos pela sustentabilidade e eficiência dos mecanismos de financiamento de emergências relacionadas à saúde global. Reafirmamos nosso compromisso de erradicar a pólio, bem como de acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose e malária, e esperamos que tenha sucesso a Sexta reposição do Fundo Global para o combate à AIDS, Tuberculose e Malária.

33. Vamos acelerar os esforços com base na Abordagem Única de Saúde para combater a resistência antimicrobiana (AMR). Reconhecendo o relatório da SGNU sobre AMR, que incorporou recomendações do Grupo de Coordenação Interinstitucional das Nações Unidas sobre AMR e de outras iniciativas relevantes, encorajamos todas as partes interessadas, incluindo as organizações internacionais, a agirem e coordenarem-se de acordo com os itens relevantes às suas missões que contribuam para os esforços globais de combate à AMR. Reconhecemos a necessidade de medidas de política pública visando a prevenção de infecções e a redução do uso excessivo de antibióticos. Ações adicionais devem ser tomadas para a promoção do uso correto e do acesso a antibióticos. Tomando nota do trabalho realizado pelo HUB Global de P&D sobre AMR, promoveremos P&D para enfrentar a AMR. Conclamamos os membros interessados do G20 e o Hub Global de P&D em AMR a analisar mecanismos “push and pull” para identificar os melhores modelos para P&D em AMR, e a relatar os resultados aos Ministros pertinentes do G20.

Temas e desafios ambientais globais

34. Notando o importante trabalho do Painel Internacional sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) e da Plataforma Intergovernamental de Ciências-Políticas sobre Biodiversidade e Fontes de Ecossistemas (IPBES, na sigla em inglês), e à luz dos recentes eventos climáticos extremos e desastres, reconhecemos a urgente necessidade de enfrentar os complexos e prementes desafios e temas globais, incluindo a mudança climática, a eficiência de recursos, a poluição do ar, da terra, da água doce e marinha, incluindo o lixo plástico no mar, perda de biodiversidade, consumo e produção sustentáveis, qualidade ambiental urbana e outras questões ambientais, assim como a necessidade de promover e liderar transições energéticas, com a melhor ciência disponível, enquanto fomentamos o crescimento sustentável. É necessária uma mudança de paradigma em que o ciclo virtuoso de ambiente e crescimento é acelerado por meio de inovações, com as comunidades de negócios desempenhando um papel importante, em sinergia com o setor público. Para esse fim, enfatizamos a importância de acelerar o ciclo virtuoso e de liderar na transformação rumo a um futuro resiliente, inclusivo e sustentável. Enfatizamos a importância de tomar ações concretas e práticas e de coletar melhores práticas internacionais e sabedoria de todo o mundo, a fim de mobilizar financiamento público e privado e investimento e de melhorar os ambientes de negócios.

Mudança do clima

35. Para este fim, nós nos esforçamos para promover o financiamento inclusivo para o desenvolvimento sustentável, incluindo a mobilização de financiamento público e privado e o alinhamento entre eles, bem como a inovação em uma ampla gama de áreas para baixas emissões o desenvolvimento

resiliente. Ações climáticas em todos os níveis e com ampla participação, inclusive de atores não estatais, será a chave para concretizar essa mudança de paradigma. Ao aprimorar ainda mais esse esforço, conforme seja apropriado às circunstâncias de cada país, analisaremos uma grande variedade de tecnologias e abordagens limpas, incluindo cidades inteligentes, abordagens baseadas em ecossistemas e em comunidades, soluções baseadas na natureza e o conhecimento indígena tradicional. Precisamos aumentar os esforços para apoiar as ações e a cooperação sobre adaptação e redução do risco de desastres, em particular nas comunidades mais vulneráveis, bem como aprofundar e promover a coerência entre ações de mitigação, medidas de adaptação, proteção ambiental e infraestrutura resiliente. Notamos a adoção bem-sucedida das diretrizes para implementação do Acordo de Paris, bem como a conclusão do exercício de levantamento do Diálogo de Talanoa, na COP 24 da Convenção-Quadro da Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) 24 e a o resultado da Reunião de Ministros de Energia e Meio Ambiente em Karuizawa, na esteira da bem sucedida Cúpula de Líderes do G20 de Buenos Aires. Estamos determinados a fazer o melhor uso deste impulso e, portanto, esperamos uma bem-sucedida Cúpula de Ação Climática do Secretário Geral das Nações Unidas, bem como resultados concretos na UNFCCC COP 25, em Santiago, Chile. Signatários do Acordo de Paris que escolherem em Buenos Aires implementá-lo reafirmam seu compromisso com sua total implementação, refletindo nossas responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das circunstâncias nacionais. Até 2020, nós buscaremos comunicar, atualizar ou manter nossos

Compromissos Nacionalmente Determinados (NDCs, na sigla em inglês), levando em conta que esforços globais adicionais são necessários. Salientamos a necessidade de prover recursos financeiros para apoiar países em desenvolvimento com respeito tanto a mitigação quanto a adaptação, em conformidade com o Acordo de Paris.

36. Os EUA reiteraram sua decisão de retirar-se do Acordo de Paris porque ele coloca em situação de desvantagem os trabalhadores e contribuintes norte-americanos. Os EUA reafirmam seu forte compromisso com a promoção do crescimento econômico, segurança energética, acesso à energia e à proteção ambiental. O tratamento equilibrado da energia e do ambiente dos EUA permite a entrega de energia a preços acessíveis, segura e confiável para todos os seus cidadãos utilizando todas as fontes de energia e tecnologias, incluindo combustíveis e tecnologias limpas e avançadas de combustíveis fósseis, renováveis e energia nuclear civil, ao mesmo tempo em que reduz emissões e promove o crescimento econômico. Os EUA são líderes mundiais de redução de emissões. As emissões norte-americanas de CO₂ relacionadas à energia diminuíram 14% entre 2005 e 2017, mesmo com sua economia crescendo 19,4% devido ao desenvolvimento e implementação de tecnologias de energia inovadoras. Os EUA continuam comprometidos com o desenvolvimento e a implementação de tecnologias inovadoras para continuar a reduzir emissões e prover um ambiente mais limpo.

Energia

37. Reconhecemos a importância das transições de energia que realizam os “3E + S” (sigla em inglês para Segurança Energética, Eficiência Econômica, e Meio Ambiente + Segurança) a fim de transformar nossos sistemas de energia em sistemas

acessíveis, confiáveis, sustentáveis de baixa emissão de gases de efeito estufa o mais rápido possível, reconhecendo que existem diferentes caminhos nacionais possíveis para atingir esse objetivo. Recordando a Reunião Ministerial do G20 sobre Transições Energéticas e o Comunicado sobre o Ambiente Global para o Desenvolvimento Sustentável, reconhecemos o papel de todas as fontes de energia e tecnologias no mix de energia e os diferentes caminhos nacionais para atingir sistemas mais limpos de energia. Reconhecemos também as oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento continuado de tecnologias inovadoras, limpas e eficientes para as transições energéticas, incluindo o hidrogênio e também, a depender das circunstâncias nacionais, a Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono (CCUS, na sigla em inglês), tomando nota do trabalho sobre “Reciclagem de Carbono e “Mercado de Carbono” (“Emissions to Value”). Reconhecemos a iniciativa da Presidência Japonesa do G20 chamada Pesquisa e Desenvolvimento 20 para tecnologias de energia limpa (“RD20”). Em vista dos eventos recentes que causam preocupação quanto ao fluxo seguro de energia, reconhecemos a importância da segurança energética global como um dos princípios orientadores para a transformação de sistemas de energia, incluindo resiliência, segurança e desenvolvimento de infraestrutura e um fluxo ininterrupto de energia de várias fontes, fornecedores e rotas. Reconhecemos o valor da cooperação internacional em uma ampla gama de temas relacionadas à energia, incluindo acesso à energia, custos acessíveis, eficiência energética e armazenamento de energia. Reafirmamos nosso compromisso comum de racionalização no médio prazo e de eliminação gradual dos subsídios ineficientes aos

combustíveis fósseis que encorajam gastos desnecessários, ao mesmo tempo em que oferecemos apoio direcionado aos mais pobres.

Meio Ambiente

38. Reconhecemos que melhorar a eficiência dos recursos através de políticas e abordagens como economia circular, gestão sustentável de materiais, 3R (reduzir, reutilizar, reciclar) e “aproveitamento de resíduos” (“waste to value”), contribuem para os ODS, bem como para abordar uma ampla gama de desafios ambientais, o aumento da competitividade e o crescimento econômico, o gerenciamento de recursos de forma sustentável e a criação de empregos. Encorajamos o trabalho conjunto com o setor privado com vistas à inovação no setor de refrigeração. Também trabalharemos com as partes envolvidas para estimular a demanda por produtos reciclados. Esperamos o desenvolvimento de um “mapa do caminho” referente ao Diálogo sobre Eficiência de Recursos do G20 na Presidência Japonesa.

39. Reiteramos que medidas para tratar do lixo marinho, especialmente do lixo plástico no mar e dos microplásticos, precisam ser tomadas em níveis nacionais e internacionais, por todos os países, em parceria com as partes envolvidas relevantes. A esse respeito, estamos determinados a tomar ações nacionais apropriadas rapidamente para a prevenção e redução do descarte de lixo plástico e de microplásticos nos oceanos. Além disso, olhando para além dessas iniciativas e das ações existentes em cada membro, compartilhamos, e pedimos que outros membros da comunidade internacional também compartilhem, como uma visão global comum, a Visão Oceano Azul de Osaka, pela qual pretendemos reduzir a poluição adicional por lixo plástico no mar a zero, até 2050, por meio de uma abordagem abrangente do ciclo de vida,

que inclui a redução do descarte de lixo plástico mal manejado, por meio de um gerenciamento aprimorado de resíduos e de soluções inovadoras, ao mesmo tempo em que reconhecemos o importante papel dos plásticos para a sociedade. Também endossamos o Marco de Implementação de Ações do G20 sobre lixo marinho.

40. Uma vez que a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU, na sigla em inglês) continua a ser, em várias partes do mundo, uma séria ameaça à sustentabilidade do oceano, reconhecemos a importância de tratar da pesca IUU para assegurar a utilização sustentável dos recursos marinhos e para conservar o meio marinho, incluindo a biodiversidade, e reafirmamos nosso compromisso com a eliminação da pesca IUU.

Deslocamento e Migração

41. Tomamos nota do Relatório Anual de 2019 para o G20 sobre Tendências e Políticas sobre Migração Internacional e Deslocamento, elaborado pela OCDE, em cooperação com a OIT, Organização Internacional de Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e enfatizamos a necessidade de continuar nosso diálogo sobre esses temas. Nós continuaremos o diálogo sobre as várias dimensões desses assuntos no G20.

42. Grandes movimentações de refugiados são uma preocupação global, com consequências humanitárias, políticas, sociais e econômicas. Enfatizamos a importância de ações compartilhadas para enfrentar as causas originárias do deslocamento e para responder a necessidades humanitárias crescentes.

43. Agradecemos ao Japão pela sua Presidência e por sediar uma Cúpula de Osaka de sucesso, bem como por sua contribuição para o processo do G20, e esperamos reunirmos novamente na

Arábia Saudita em 2020, na Itália em 2021 e na Índia em 2022.

Declaração de Osaka dos Líderes do G20 para a Prevenção da Exploração da Internet para o Terrorismo e o Extremismo Violento Conducente ao Terrorismo (EVCT) – 29/06/19

Como Líderes, uma de nossas maiores responsabilidades é garantir a segurança dos nossos cidadãos. É papel do Estado, em primeiro lugar, prevenir e combater o terrorismo. Aqui em Osaka, reafirmamos nosso compromisso de proteger nossos povos do terrorismo e da exploração da internet para o terrorismo e o extremismo violento conducente ao terrorismo (EVCT). Lançamos esta declaração para aumentar a expectativa de que as empresas de plataformas on-line façam sua parte.

Nós, os Líderes do G20, reafirmamos nossa mais forte condenação do terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Os ataques terroristas em Christchurch, na Nova Zelândia, registrados ao vivo e outras atrocidades recentes demonstram a urgência com a qual devemos implementar plenamente resoluções relevantes da ONU, a Estratégia Global contra o Terrorismo da ONU e outros instrumentos, incluindo a Declaração dos Líderes do G20 de Hamburgo de 2017, sobre o combate ao terrorismo.

Para que todos nós possamos colher os frutos da digitalização, estamos comprometidos em promover uma Internet aberta, livre e segura. A Internet não deve ser um refúgio seguro para os terroristas recrutarem, incitarem ou prepararem atos terroristas. Para tanto, instamos as plataformas online a

que sigam o princípio central, tal como afirmado em Hamburgo, de que o estado de direito se aplica tanto on-line como off-line. Isso deve ser alcançado de uma forma compatível com os direitos nacional e internacional, inclusive os direitos humanos e as liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão e o acesso à informação, os quais temos em alta conta. Comprometemo-nos a colaborar com estados, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil nesse esforço.

Instamos as plataformas on-line a que atendam às expectativas de nossos cidadãos de que não permitam o uso de suas plataformas para facilitar o terrorismo e o EVCT. As plataformas têm a importante responsabilidade de proteger seus usuários. A complexidade do desafio e a crescente sofisticação dos criminosos que fazem mau uso da internet não diminuem a importância de que as plataformas mitiguem a proliferação de conteúdos terroristas e de EVCT, que prejudicam a sociedade por meio dessas plataformas.

Instamos as plataformas on-line a que aumentem a ambição e o ritmo de seus esforços para impedir que o conteúdo produzido por terroristas e pelo EVCT seja transmitido, enviado ou reenviado. Encorajamos vivamente um esforço concertado para estabelecer, implementar e fazer cumprir termos de serviço que detectem e impeçam que o conteúdo produzido por terroristas e pelo EVCT apareça nas respectivas plataformas. Isso pode ser alcançado, entre outras medidas, pelo desenvolvimento de tecnologias. Nas situações em que o conteúdo de terroristas é carregado ou transmitido ao vivo, destacamos a importância de as plataformas on-line tratarem tempestivamente da questão, de modo a evitar a proliferação, garantindo que as provas documentais sejam preservadas.

Saudamos o compromisso das plataformas on-line de apresentar relatórios públicos regulares e transparentes, conforme estabelecido em suas políticas e procedimentos.

Tomamos nota do trabalho em curso do Fórum Global da Internet para o Combate ao Terrorismo (GIFCT, na sigla em inglês) para impulsionar essa importante agenda interssetorial, inclusive em reação a crises. No entanto, são necessárias ações urgentes e adicionais. Encorajamos a colaboração com o setor privado, os meios de comunicação, pesquisadores e a sociedade civil para fortalecer o GIFCT e expandir o número de seus membros de modo a que seja mais inclusivo. Um GIFCT fortalecido aumentaria a compreensão e a colaboração do setor, assim como a capacidade das grandes e pequenas empresas de impedir o terrorismo e a exploração das suas plataformas pelo EVCT.

Comprometemo-nos a continuar trabalhando juntos para enfrentar esse desafio - inclusive compartilhando nossas experiências nacionais - em nossos países e por meio de fóruns e iniciativas internacionais. Narrativas positivas para combater a propaganda terrorista continuarão sendo um elemento importante desse esforço. Continuaremos comprometidos com o progresso do setor privado e exortamos a sociedade civil, consumidores e investidores a fazer o mesmo.

Declaração dos Membros do Grupo de Lima – Osaka, Japão – 30/06/19

Os líderes de Argentina, Brasil, Canadá e Chile, membros do Grupo de Lima, reiteraram seu compromisso com a restauração pacífica da democracia

constitucional na Venezuela, hoje, em Osaka, às margens da reunião do G20.

Durante a reunião, os líderes do Grupo de Lima condenaram veementemente a repressão e a violação sistemática dos direitos humanos dos venezuelanos pelo regime ilegítimo de Nicolás Maduro.

Eles exortaram a comunidade internacional, o sistema das Nações Unidas e seu Secretário-Geral a fortalecer medidas para proteção dos venezuelanos e para mitigar as consequências da crise humanitária, causada pelas ações do regime de Maduro.

Os líderes se comprometeram a trabalhar com a comunidade internacional para redobrar os esforços para resolver a crise na Venezuela. Eles conclamaram os países que ainda apoiam o regime de Maduro a considerar o impacto adverso que seu apoio tem sobre o povo venezuelano e em toda a região.

Por fim, clamaram por um compromisso internacional fortalecido e unificado para defender os direitos humanos do povo venezuelano, incluindo a libertação de todos os presos políticos; e comprometeram-se a trabalhar dentro do Grupo de Lima e com todos os parceiros internacionais dispostos para uma transição democrática e pacífica na Venezuela.

Nota do Grupo de Lima – 30/06/19

Os governos de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia e Venezuela, membros do Grupo de Lima, condenam o assassinato do capitão de corveta venezuelano Rafael Acosta Arevalo e expressam seu pesar e solidariedade à sua família.

O capitão havia sido capturado por homens armados em 21 de junho e apresentado a um juiz sete dias depois, em 28 de junho, com sinais de tortura visíveis. A gravidade de seu estado de saúde levou o juiz a encaminhá-lo a um centro hospitalar, onde morreu em 29 de junho.

O Grupo de Lima repudia a contínua prática de detenções arbitrárias e torturas a que o regime ilegítimo de Nicolás Maduro submete aqueles que considera seus opositores e insta a comunidade internacional, em especial o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas de Direitos Humanos, a agir prontamente em favor do restabelecimento dos direitos e da proteção da integridade dos venezuelanos.

ARTIGOS

Opinião: Bolsonaro não foi eleito para deixar país igual, diz chanceler – Bloomberg, 7 de janeiro de 2019 – 07/01/19

Artigo originalmente publicado no site da Bloomberg, em português e inglês

"A política externa brasileira não pode mudar". Foi assim que um político brasileiro resumiu seu distanciamento em relação às posições de política externa do presidente Jair Bolsonaro e minhas. Essa opinião é sintomática daqueles que ficaram tão traumatizados com a política externa esquerdista e caótica dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016) que preferem a inércia e a indiferença a qualquer tentativa de tornar o Brasil um ator global novamente. Estão tão acostumados a mudanças para pior que preferem não arriscar mudança nenhuma.

Acham que a única alternativa para o desastre de Lula na política externa é pensar pequeno, recitar a cartilha das Nações Unidas, e tentar fazer algum comércio. Lutam por algum tipo de mediocridade dourada. Querem que o Brasil simplesmente aceite "o mundo tal como o encontramos", parafraseando a famosa expressão de Ludwig Wittgenstein.

Curiosamente, essa referência aparece no mesmo item do "Tractatus Logico-Philosophicus", parágrafo 5.631, onde Wittgenstein afirma: "o sujeito que pensa e tem ideias simplesmente não existe." Essa espécie de desconstrução pós-moderna *avant-la-lettre* do sujeito humano e negação da realidade do pensamento está, portanto, associada à renúncia da própria capacidade de agir e de influenciar o mundo, implícita no

pessimismo de tomar o mundo "tal como o encontramos". Essas são as raízes filosóficas da nossa atual ideologia totalitária globalista: ao proibir a independência do pensamento e a substância das ideias, ela consegue cada vez mais dominar o ser humano, enquanto dita: "você não merece liberdade porque você não existe, você não existe como ser independente, você é apenas a soma das partes do seu corpo e suas ideias são apenas construções sociais, então cale-se."

Não gosto de Wittgenstein.

O presidente Bolsonaro não foi eleito apenas para aceitar o Brasil tal como o encontrou e deixá-lo como está. Não foi eleito para aceitar a política externa brasileira tal como a encontrou, para meramente levantar mecanicamente a bandeira do "pragmatismo" e pronto. Não é isso que o povo brasileiro - feito de seres pensantes e independentes, com suas próprias paixões e ideias, e não robôs pós-modernos - quer e merece.

A política externa brasileira precisa mudar: isso faz parte do mandato sagrado do povo confiado a Jair Messias Bolsonaro.

Estamos convencidos de que o Brasil tem um papel muito maior a desempenhar no mundo do que esse que atualmente nos atribuímos.

Queremos promover a liberdade de pensamento e de expressão em todo o mundo. Isso é essencial para promover qualquer outra mudança e qualquer outra liberdade. A eleição de Bolsonaro no Brasil só foi possível porque as pessoas puderam trocar livremente suas ideias e expressar seus sentimentos, sem serem tolhidas pela camisa-de-força da mídia tradicional. Essa lição não tem preço. Infelizmente, no mundo de hoje, há países onde o pensamento é controlado diretamente pelo Estado, e há países, principalmente no Ocidente, onde o pensamento é controlado, de

forma indireta e insidiosa, pela mídia e pelos acadêmicos, deixando pouquíssimos espaços livres da opressão wittgensteiniana da morte-do-sujeito. O Brasil mostrou agora que é possível se libertar e, pela simples força da palavra, transformar a realidade política de um país de 200 milhões de pessoas, desmontando pacificamente um sistema de décadas de crime e corrupção por meio da coragem, determinação e sinceridade.

Também queremos promover a paz e a segurança em nossa região e em toda parte. Mas não se promove a paz e a segurança fingindo que elas não sofrem ameaças e que não há nada que se possa realmente fazer a respeito. É preciso enfrentar as ameaças, e a maior delas vem de regimes não-democráticos que exportam o crime, a instabilidade e a opressão. Ditaduras como Venezuela e Cuba não desaparecerão pelo simples desejo de que sumam. Ainda mais quando alguns nem desejam. Ainda mais quando alguns as deixam manter e ampliar seu poder, com a desculpa de que isso seja "o mundo tal como o encontramos" ou "o caminho natural das coisas".

E queremos, é claro, fazer comércio. A política comercial brasileira, como parte de nossa política externa, ficou adormecida por muito tempo. Estamos determinados a negociar acordos de comércio, de investimentos e de tecnologia com todos os nossos parceiros, de forma ambiciosa e criativa, explorando diferentes modelos com diferentes parceiros, tendo sempre em mente as necessidades concretas do setor produtivo.

Os críticos dirão que, ao falarmos sobre liberdade e democracia, e ao levar esses conceitos a sério, estamos sendo "ideológicos". Argumentam que a defesa da liberdade e da democracia colocará nosso comércio em risco. Seria um mundo triste, se esse fosse o caso.

Mas estou convencido de que um Brasil muito mais assertivo, um país que fala com sua própria voz em vez de dublar a de outros, será um parceiro muito melhor - no comércio ou em qualquer outra área.

Algumas pessoas acham que nossa abordagem de marketing deveria ser: "Olha, eu sou o Brasil. Eu não acho nada. Eu não tenho idéias. Assim como o sujeito desconstruído de Wittgenstein, eu não tenho um 'eu'. Eu não incomodo ninguém. Faça negócios comigo!"

Mas isso não funciona. Ninguém respeita esse tipo de comportamento, e você não faz bons negócios quando não há respeito. Vejam a China. A China defende, sem pedir desculpas, seu interesse nacional e sua identidade, suas idéias específicas sobre o mundo, defende seu sistema - e todos fazem cada vez mais negócios com a China. Por que outros países devem ser obrigados a esposar certas ideias antes de serem considerados bons parceiros comerciais? Devemos renunciar a nossos compromissos com a liberdade e a democracia quando outros não são obrigados a renunciar a seus compromissos com seus próprios sistemas?

O Brasil mostrará que você pode aumentar sua participação no comércio internacional e nos fluxos de investimento, ao mesmo tempo em que sobe confiante no palco mundial para defender a liberdade, falando com a própria voz da sua nação.

A política externa brasileira pode mudar, e o mundo pode mudar. Não precisamos aceitá-los tais como os encontramos.

“Os primeiros avanços da nova política externa” (Valor Econômico, 08/05/2019) – 08/05/19

Ernesto Araújo é ministro das Relações Exteriores.

Nos primeiros 100 dias do governo Bolsonaro, a nova política externa brasileira realizou avanços fundamentais para a reinserção do Brasil na região e no mundo, no papel protagonista que nos cabe, e para a prosperidade do povo brasileiro.

Ao longo de décadas, o "establishment" brasileiro de política externa buscou fazer do Brasil ator global, um país de referência no concerto das nações, com uma atuação internacional capaz de trazer progresso para sua sociedade e seu povo. Evitava-se, porém, concretamente aproximar-se o Brasil dos Estados Unidos, de Israel e de outros grandes centros tecnológicos, integrando-o a economias dinâmicas capazes de nos transmitir inovação e competitividade, uma vez que isso seria classificado de "alinhamento automático".

O Brasil poderia ter alcançado a reestruturação do espaço sul-americano, abandonando a Unasul, claramente desgastada, e passando a um processo de integração competitiva e promoção da democracia, mas isso não foi feito, pois excluiria a Venezuela de Maduro.

O Brasil poderia ser ousado e pró-ativo nas grandes negociações comerciais com União Europeia, Canadá, Coreia e EFTA? A resposta, em anos passados, seria de que não podemos nos expor à competição desses mercados mais avançados.

Deveríamos ingressar na OCDE? Mais uma vez, muitos responderiam não, pois o clube de países ricos poderia nos

impor padrões diferentes das nossas políticas públicas. Alguns diriam que sim, a entrada na OCDE seria boa. Mas para entrar na OCDE precisamos do apoio norte-americano. Para obtê-lo, precisamos construir uma relação de confiança mútua com os EUA - e aí vinha novamente o argumento do alinhamento automático.

Deveríamos participar ativamente da reforma da OMC para tratar de novos temas ou, mesmo, dos temas tradicionais da organização com novo enfoque, mais efetivo? Não, era preciso preservar os antigos dogmas negociadores, mesmo que recentemente não tenham trazido resultados efetivos.

A visão do "establishment" de décadas recentes, portanto, era manter uma política externa imutável em um país estagnado. O "establishment" sabia para onde queremos ir, mas não estava disposto a fazer, com coragem, as mudanças necessárias para se chegar lá.

Agora, estamos fazendo todos aqueles esforços e muitos outros. Estamos tomando as medidas concretas necessárias para fazer da política externa brasileira um instrumento de crescimento econômico, de aumento do poder e da prosperidade da nação, em ambiente regional e mundial democrático - uma política que se constitui em um conjunto de ações determinadas, longe de ser apenas uma coleção de discursos vazios.

A reaproximação com os Estados Unidos, consolidada pela visita do presidente Bolsonaro a Washington, permitiu abrir o caminho para o ingresso do Brasil na OCDE, a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, o incremento da parceria em defesa mediante a declaração do Brasil como "aliado especial" e início de aproximação à OTAN, e o lançamento das bases de uma parceria econômica que incluirá diferentes

instrumentos nas áreas do comércio e dos investimentos.

É preciso não ter medo de quebrar os tabus que por décadas paralisaram a política externa, gerando atraso e estagnação

A substituição da Unasul pelo Prosul, alicerçada na democracia e na liberdade econômica, nos proporciona uma nova alavancagem integracionista capaz de transformar a América do Sul em um grande espaço de dinamismo econômico, livre de uma vez por todas do caudilhismo e do projeto totalitário do Foro de São Paulo.

A parceria com Israel, construída pela liderança do presidente Bolsonaro e do primeiro ministro Netanyahu, abre para o Brasil um novo horizonte de avanços na tecnologia e na inovação, na agricultura e piscicultura, na segurança e na defesa, além do importantíssimo aspecto simbólico de reconexão do Brasil com lugares que são considerados por 90% dos brasileiros o berço sagrado de sua fé.

Nos vários órgãos das Nações Unidas, o Brasil passou a atuar em defesa dos seus interesses.

Defendemos os valores do povo brasileiro e sua soberania, contra o uso indevido dos foros de Direitos Humanos para a promoção de instrumentos contrários à família, ou dos foros de Meio Ambiente para justificar o protecionismo contra a agricultura brasileira, ou ainda o uso de vários foros para proibir a exploração legítima e sustentável dos recursos naturais que pertencem ao povo brasileiro.

Estamos abrindo novas frentes bilaterais para geração de oportunidades econômicas com países de enorme potencial, como a Polônia (economia que mais cresce na União Europeia) e os Emirados Árabes Unidos (com quem estamos criando um pujante programa

de investimentos no Brasil e desenhando um esquema de exportação para atingir imensos mercados do Oriente Médio e sul da Ásia com nossos produtos alimentícios).

Mantivemos ou manteremos em breve diálogos produtivos com Alemanha, Arábia Saudita, Hungria, Itália, Marrocos, Nigéria, Nova Zelândia, Suíça e muitos outros países com os quais já identificamos novas ideias e projetos de cooperação efetiva para o crescimento brasileiro.

Estamos reestruturando a fundamental relação com a China, com vistas a melhor utilizar os instrumentos negociadores de que o Brasil dispõe para conseguir diversificar e aumentar o acesso de nossos produtos, em especial do agronegócio, ao mercado chinês.

No BRICS, lançamos com a China e os demais países do bloco um programa de inovação e start-ups e iniciativas na área da economia digital, de modo a conectar esse mecanismo às prioridades brasileiras de desenvolvimento.

Demos novo impulso ao MERCOSUL, que volta a ser uma plataforma eficiente de negociação comercial e integração competitiva, bem como à parceria com a Argentina, com ideias inovadoras e ambiciosas nas áreas econômica, tecnológica e muitas outras. Com o Paraguai construiremos duas novas pontes que ampliarão a integração entre os dois países.

Liberamos da exigência de vistos os turistas dos EUA, Canadá, Austrália e Japão, gerando, de imediato, significativo aumento na demanda de viagens para o Brasil, o que criará empregos e renda no turismo, um setor fundamental para a recuperação de áreas economicamente deprimidas.

Todos esses resultados abrem o caminho para posicionarmos o Brasil na

geopolítica e na economia mundial no lugar que nos cabe.

Para chegar lá, é preciso trabalho, criatividade, sinceridade. É preciso pensar novo e pensar grande. É preciso abandonar dogmas e conceitos ultrapassados. É preciso não ter medo de quebrar tabus, esses tabus que, por décadas, paralisaram a nossa política externa, gerando atraso e estagnação. A política externa precisa ser dinâmica e, sobretudo, estar a serviço do povo brasileiro. Estamos trilhando com firmeza esse caminho.

ENTREVISTAS

“Admiramos a Polônia, por defender seus interesses” (Diário Rzeczpospolita, 14/02/2019) – 14/02/19

Entrevista do ministro Ernesto Araújo ao Diário Rzeczpospolita, em 14/02/2019, por ocasião de sua visita a Varsóvia para a Conferência Ministerial sobre Oriente Médio
Tradução não oficial para o português pela embaixada do Brasil em Varsóvia

MRE do Brasil: “Admiramos a Polônia, por defender seus interesses”

“Chegou a hora de adotar uma nova estratégia para buscar solucionar os persistentes desafios internacionais” – diz Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

JEDRZEJ BIELECKI: O senhor é o único ministro de relações exteriores de todos os países da América Latina que participou da conferência sobre o Oriente Médio em Varsóvia. De onde partiu essa decisão?

Sr. ME: Entendemos que chegou a hora de adotar uma nova estratégia para solucionar os persistentes desafios internacionais, e não só no Oriente Médio. Os brasileiros sentem-se próximos a Israel, que é o país da Terra Santa, mas também um país de democracia dinâmica e tecnologias modernas. As relações com esse país vêm há muito tempo sendo negligenciadas por governos brasileiros anteriores. Também queremos aplicar essa nova estratégia de maior aproximação com interlocutores europeus.

JEDRZEJ BIELECKI: Quais?

Sr. ME: Antes de partir de Brasília para Varsóvia, conversei com o presidente Bolsonaro. Ele mencionou sua

admiração pela Polônia por ter sido o primeiro país a derrubar o comunismo, e que durante séculos tem cultivado um espírito de luta, independência, ligação com os valores tradicionais, fé e identidade nacional. País que, hoje, sabe resistir ao politicamente correto e às doutrinas da União Europeia e defender os seus próprios interesses, no lugar de apenas seguir as recomendações das organizações internacionais. Admiramos também o dinamismo econômico da Polônia. O presidente Jair Bolsonaro teve uma reunião há pouco tempo com o presidente Duda, em Davos, mas gostaria de visitar a Polônia ainda neste ano ou no início do próximo. Eu estarei de volta a Varsóvia no final de fevereiro. Também queremos desenvolver relações próximas com outros países do Grupo de Visegrado e com a Itália.

JEDRZEJ BIELECKI: Estamos falando, porém, de uma conferência organizada principalmente pelos Estados Unidos. A presença do Brasil uma mudança de rumos, de maior aproximação com os Estados Unidos?

Sr. ME: Infelizmente, as relações com os Estados Unidos também têm sido negligenciadas por governos anteriores. Por intermédio de potenciais investimentos americanos, o nosso país poderá construir uma economia ainda mais moderna. Por isso, precisamos de uma parceria mais forte com os EUA nas áreas de defesa e de combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Os Estados Unidos dispõem de técnicas de enfrentamento desses problemas que o Brasil não possui.

JEDRZEJ BIELECKI: No entanto, Washington quer construir uma aliança global contra a crescente influência da China, o parceiro econômico chave do Brasil...

Sr. ME: A cooperação com a China está baseada na exportação de matérias primas, tecnologias simples. Isso não é

suficiente para garantir o desenvolvimento do país. A dependência da China é até arriscada, em face de sua intenção de controlar a exploração de matérias primas em outros países. Por isso, precisamos diversificar. O que está em jogo é a soberania do Brasil.

JEDRZZEJ BIELECKI: O Brasil concordará com a criação de uma base militar americana no seu território?

Sr. ME: Foi só uma ideia mencionada pelo presidente Bolsonaro em uma das entrevistas de imprensa, um exemplo de cooperação, que não precisa se tornar realidade.

JEDRZZEJ BIELECKI: Ao posicionar-se favoravelmente a Israel, o senhor não tem medo de colocar em risco as exportações brasileiras de carne halal para os países árabes?

Sr. ME: Não tenho esse receio. Podemos ao mesmo tempo ser mais próximos de Israel e dos países árabes. Acredito que um não exclui o outro.

JEDRZZEJ BIELECKI: O Brasil tradicionalmente tem-se absterido de intervir em outros países. Porém, rapidamente reconheceu o presidente Juan Guaidó na Venezuela. É parte da estratégia de aproximação com os Estados Unidos, o que justificaria sua visita a Varsóvia?

Sr. ME: Decidimos tomar este passo porque consideramos que, inclusive à luz da constituição bolivariana da Venezuela, a Assembleia Nacional possui plena legitimidade. Consultamos o Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela a respeito dessa questão. Finalmente, o povo venezuelano, as pessoas que hoje estão passando fome, passa a enxergar uma luz no fim do túnel. Mas a situação na Venezuela também encerra ameaças a nossa segurança, por conta do contrabando de armas e drogas e de atividade de organizações radicais.

JEDRZZEJ BIELECKI: E se a Venezuela estiver a beira de uma guerra civil, o Brasil intervirá?

Sr. ME: Não. Não acreditamos em intervenções militares. A solução da crise precisa ser atingida pelos próprios venezuelanos.

JEDRZZEJ BIELECKI: O senhor mencionou o apreço do presidente Jair Bolsonaro pela luta polonesa a favor da liberdade, mas o presidente teria expressado, em várias ocasiões, admiração pela ditadura militar no Brasil, que durou até 1985. Como compatibilizar essas posições?

Sr. ME: Os militares chegaram ao poder em 1964 para pôr fim ao experimento que transformaria o Brasil numa nova Cuba. Tratava-se de salvar o livre mercado. Hoje, quando já não existe mais a União Soviética, é fácil criticar. Certo: muitos brasileiros acreditam que os militares abusaram e que deveriam ter reconstruído as instituições democráticas mais cedo. Mas o processo de transferência do poder transcorreu com muita calma e hoje o exército recuperou seu grande prestígio, por saber resistir à corrupção e à violência – os dois problemas mais graves que o Brasil tem hoje em dia.”

Ernesto Araújo, Canciller de Brasil: “La creación de Prosur es muy necesaria e no tiene sesgo ideológico” (La Tercera, 22/03/2019) – 22/03/19

Autor: Fernando Fuentes

En entrevista con La Tercera, Araújo destaca que se abre “una nueva relación, en un nivel mucho más elevado” con Chile. Y sobre la crisis en Venezuela, asegura que Brasil “no considera” una opción militar.

A su arribo a Chile ayer para acompañar al Presidente Jair Bolsonaro en su visita oficial a Chile, el canciller brasileño Ernesto Araújo se enteró del arresto en Sao Paulo del exmandatario Michel Temer por cargos de corrupción. De ese tema, la cumbre de Prosur, la relación con Chile y la crisis en Venezuela se refiere Araújo en esta entrevista con La Tercera.

¿La detención del expresidente Michel Temer sorprende al gobierno de Jair Bolsonaro o era algo que esperaban podía pasar?

No estoy en condiciones de contestar, porque no conozco el contexto jurídico exacto. Además, que es una detención, no significa una condena, de manera que me resultaría mejor no comentar directamente ese caso de la detención del expresidente.

Pero le sorprende al gobierno lo que sucede...

Bueno, en la prensa, en los medios de comunicación ya se comentaban cosas que podían ser atribuidas al Presidente Temer, de manera que eso era algo que se comentaba. Pero dentro del gobierno, personalmente, no habían discusiones, comentarios sobre eso. Lo que sí quisiera decir, independiente de ese caso, es el compromiso muy fuerte del Presidente Bolsonaro con la lucha contra la corrupción. Es un compromiso que asume ante una demanda muy fuerte del pueblo brasileño.

La visita oficial de Bolsonaro a Chile coincide con la cumbre de Prosur. Una de las críticas que se hace a esta iniciativa es su “sesgo ideológico”. ¿Cómo se plantea Brasil ante Prosur? ¿Ve necesaria la creación de un nuevo foro?

Consideramos que es muy oportuna, consideramos que no hay un sesgo ideológico en el sentido que la democracia no es una ideología. Entonces el problema no es entre izquierda y derecha, sino entre

democracia y totalitarismo. Sí, en muchos casos, la ideología de izquierda se asoció a esquemas no democráticos, dictatoriales. Todos los gobiernos derecha de la región tienen un compromiso muy fuerte con la democracia. Si hoy hay una coincidencia es porque en muchos países los electores identificaron a gobiernos y regímenes de izquierda con cosas negativas, con situaciones de ineficiencia económica y de privación de libertades, en algunos casos más intensamente y fue eso lo que llevó a la configuración que tenemos hoy.

Parece simbólico que la primera visita de Bolsonaro en Sudamérica sea a Chile y no a Argentina, como había sido en el último tiempo. ¿Es indicativo de una nueva relación entre Brasil y Chile?

Sí, creo que hay una nueva relación, en un nivel mucho más elevado y que nos inspira mucho y nos entusiasma mucho. Creo que eso tiene que ver con una coincidencia entre los dos países, cada uno con una opción económica abierta, liberal y una base de valores más bien conservadores. El hecho de que el Presidente venga a Chile antes de una visita a Argentina no significa para nada que nuestros hermanos argentinos no estén en nuestro corazón, como siempre estuvieron. Es una relación, no necesito decirlo, importantísima, fundamental para Brasil. Y (debo) recordar que la primera visita que el Presidente Bolsonaro recibió en Brasilia fue la del Presidente Macri.

¿Qué balance hace de la reciente visita de Bolsonaro a EE.UU.?

Un saldo extremadamente positivo a nivel tanto de los temas individuales, como de la atmósfera que se crea y del impulso hacia recuperar una relación que siempre debiera haber existido, que es natural, una alianza que ya ha generado resultados excelentes para Brasil, para EE.UU. También. Estados

Unidos ha sido el gran aliado del desarrollo de Brasil durante mucho tiempo. Y Brasil perdió muchísimo cuando renunció a esa alianza por razones ideológicas.

En su reunión con Bolsonaro, Donald Trump reiteró que “todas las opciones están sobre la mesa” respecto a la crisis en Venezuela. ¿Brasil descarta la opción militar?

No consideramos una opción militar. Nuestro enfoque es seguir con la diplomacia, porque creemos que es posible llegar a una transición democrática a través de la diplomacia. La expresión de que “todas las opciones están sobre la mesa” por parte de EE.UU. Me parece que es una manera de expresar la irreversibilidad del proceso, de expresar que no se puede tolerar que lo que pasa en Venezuela se vuelva una cosa normal.

“ENTREVISTA – Brasil diz que militares russos devem deixar Venezuela se objetivo deles é manter Maduro no poder” (Reuters, 28/03/2019) – 28/03/19

Por Anthony Boadle

BRASÍLIA (Reuters) - Os militares russos enviados à Venezuela devem deixar o país se o seu propósito for o de manter o governo de esquerda no poder, disse o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, nesta quinta-feira.

Em entrevista à Reuters, Araújo disse que ele espera que a Rússia reconheça que apoiar o presidente Nicolás Maduro apenas aprofundará o colapso da economia e sociedade venezuelanas, e que o único modo de sair da crise é realizar eleições sob um governo

interino liderado pelo líder da oposição Juan Guaidó.

“Se a ideia deles é manter Maduro no poder por mais tempo, isso significa mais pessoas passando fome e fugindo do país, mais tragédia humana na Venezuela”, disse o ministro.

“Qualquer coisa que contribua para a continuação do sofrimento do povo venezuelano deve ser removida”, disse ele em entrevista por telefone.

Na quarta-feira, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pediu que a Rússia retire seus militares da Venezuela e disse que “todas as opções” estão em aberto para que isso ocorra.

O presidente Jair Bolsonaro, cujo governo se uniu a uma coalizão liderada pelos EUA para levar ajuda humanitária até a Venezuela, disse que as Forças Armadas brasileiras não têm intenção alguma de intervir militarmente no país vizinho.

A chegada de dois aviões da Força Aérea russa no subúrbio de Caracas no sábado transportando, acredita-se, cerca de 100 membros das forças especiais russas e equipes de cibersegurança escalaram a crise política na Venezuela. A Rússia disse nesta quinta-feira que eram “especialistas” enviados à Venezuela sob um acordo de cooperação militar e que ficariam lá.

Araújo disse que o Brasil gostaria de discutir a crise venezuelana bilateralmente com a Rússia e a China, suas parceiras no BRICS, para convencê-las que uma transição diplomática no país produtor de petróleo pode ser também de seu interesse.

Com o reconhecimento dos países do Grupo de Lima de Guaidó como líder legítimo da Venezuela, o Brasil está agora focado em ter os representantes dele reconhecidos por organizações

internacionais em vez de os de Maduro, disse Araújo, como aconteceu recentemente no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Chanceler Ernesto Araújo: “Esperamos que haja recuperação na Argentina” (Clarín, 10/04/2019) – 10/04/19

Na entrevista exclusiva ao Clarín, em Buenos Aires, Ernesto Araújo falou sobre a política externa brasileira. Disse que a relação com os Estados Unidos era “descuidada”, comentou sobre o MERCOSUL, sobre a China e respondeu sobre o fator religioso em suas falas.

Natasha Niebieskikwiat 10/04/2019

Ernesto Araújo finalmente veio a Buenos Aires. As viagens do presidente Jair Bolsonaro ao Chile, aos Estados Unidos e a Israel atrasaram sua visita, prevista originalmente para março.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, diplomata de carreira, de 51 anos, chegou na terça-feira (9) à noite na Argentina e nesta quarta seguirá sua agenda oficial: encontros com o presidente Mauricio Macri, que disse que "admira"; com seu colega Jorge Faurie; e com o ministro da Produção Dante Sica.

Com eles conversará sobre a visita de Jair Bolsonaro à Argentina, que, em princípio, seria em maio. Na terça-feira à noite, Ernesto Araújo fez uma palestra no Conselho Argentino para as Relações Internacionais (Cari), em Buenos Aires.

Ele disse que tem certeza que "ambos os países vão resolver seus problemas".

Araújo disse ao Clarín que um dos problemas de Bolsonaro é que precisa realizar reformas.

Além de suas entrevistas bilaterais, o senhor fez uma palestra no Cari sobre a atual política externa do Brasil. Como o senhor a define?

Ela pode ser definida como a tentativa de combinar uma política mais eficiente, especialmente a nível econômico, expansão do comércio e captação de investimentos e, ao mesmo tempo, uma política mais robusta de defesa da soberania. Uma política de defesa dos valores básicos e dos ideais do nosso povo, que estavam um pouco esquecidos. E nessa defesa de valores também queremos uma defesa da democracia.

Em seus textos e declarações há uma defesa do fator religioso de maneira muito relevante.

Claro, isso viria a ser parte da dimensão filosófica dos valores. Noventa por cento dos brasileiros são cristãos, católicos e evangélicos. E muitas vezes não se sentiam representados pela atuação do Brasil em fóruns internacionais. Por exemplo, nos fóruns de direitos humanos. Isso é uma inspiração do presidente Bolsonaro e do programa que o levou à vitória eleitoral. Mas, para o ministério, essa não é uma questão de um teste sobre se são religiosos ou não.

De jeito nenhum. É uma dimensão importante da vida dos brasileiros. Por isso o presidente fala sobre isso abertamente.

E em que lugar fica a relação com a Argentina depois que autoridades brasileiras disseram que este país e o MERCOSUL não seriam prioridade, mas também depois da boa química entre Macri e Bolsonaro na reunião em Brasília?

Acho que a Argentina é tão fundamental que falamos menos da Argentina porque

já existia uma relação excelente antes. Ambos os países vão resolver seus problemas. Com os Estados Unidos, a relação estava muito abaixo do necessário.

O que o senhor quer dizer com isso?

Bom, que a relação com os Estados Unidos precisava de um impulso porque estava muito abaixo do nível necessário, do potencial. Com a Argentina já tínhamos uma relação de alta intensidade. Estamos assim na relação bilateral, assim como no MERCOSUL. Já superamos qualquer dúvida que havia no Brasil sobre o futuro do MERCOSUL.

O Brasil está disposto a firmar acordos bilaterais com outros países fora do MERCOSUL?

Não. O que queremos discutir com os parceiros é um mecanismo de flexibilidade para que, com os países com os quais não temos acordos, tenhamos modalidades que facilitem a negociação individual, mas com algum mecanismo de convergência que não provoque dano à união aduaneira.

Mas, colocado desse modo, não vejo uma diferença em relação aos governos anteriores, que também buscavam uma flexibilização.

Agora temos uma disposição muito concreta para encontrar as modalidades e flexibilidades. Estamos começando a falar sobre isso. Vou conversar com Faurie. Já começamos a conversar sobre isso em dezembro.

E com que países negociariam um acordo de livre comércio? Com os Estados Unidos? Com a China certamente não....

(O chanceler prefere não se definir, apesar da insistência do Clarín) É preciso definir com que país não negociamos. Com uma perspectiva realista. E com esse país, o que é mais produtivo e eficiente.

Um TLC MERCOSUL-UE seria bem-vindo? Seria enviado ao Congresso?

Sim. Damos muita prioridade a isso.

Aqui na Argentina esperam a visita de Bolsonaro antes da reunião do MERCOSUL, concretamente em maio.

Trago uma proposta de data. A visita será antes da reunião do MERCOSUL.

O senhor chega aqui em um momento complicado. A situação da Argentina o preocupa?

Ambos os países estamos esperando que haja uma recuperação em ambos os casos.

No Brasil temos números bons de emprego desde o começo do ano, mas podemos fazer muito mais.

Claro, a interconexão econômica é grande especialmente em alguns setores. No Brasil estamos esperando que, quando o sistema da previdência for aprovado, isso gere um ciclo de crescimento virtuoso, com investimentos.

E isso certamente vai impactar muito positivamente na Argentina nos próximos meses. Esperamos então que os argentinos possam estar a favor do novo sistema da previdência no Brasil e façam pressão sobre os parlamentares brasileiros para que o aprovem.

Porque é um assunto de interesse comum, assim como, para nós, a recuperação argentina é ideal para o Brasil.

Sobre que assuntos o senhor conversará com Faurie e Dante Sica? Dizem que o Brasil quer pedir para que o açúcar seja incorporado ao MERCOSUL. E um TLC de veículos, algo que encontra certa resistência aqui. O senhor vai conversar sobre isso?

Sim, mas o caso do açúcar vem sendo discutido desde 1991. Queremos falar sobre a presidência temporária do MERCOSUL. Sobre os grandes acordos em que estamos comprometidos. O acordo com a União Europeia seria uma prioridade. Assuntos sobre segurança pública e como combater o crime.

O senhor está de acordo com uma intervenção militar na Venezuela?

Não estamos discutindo isso. Estamos conversando dentro do Grupo de Lima a nível político e diplomático. Acho que com o governo de Juan Guaidó e o apoio internacional conseguimos uma mudança que não parecia possível. É algo que não tem precedentes. Tantos países reconhecendo um governo como legítimo, mas que ainda não tem os mecanismos de poder. Mas que tem um reconhecimento progressivo nos organismos internacionais.

Na gestão de Bolsonaro se torna evidente que a explosiva pendularidade prometida durante a campanha está adotando um certo pragmatismo que também se mostra na política exterior. O senhor considera que isso acontece por causa da política do Itamaraty?

Tudo o que estamos procurando fazer é seguir o programa do presidente durante a campanha, claro que lá de maneira mais genérica, e agora de maneira mais concreta. Eu não diria que há um desvio do que ele afirmava naquele momento.

Por exemplo, em relação aos Estados Unidos, com os quais tínhamos uma relação muito descuidada, e agora buscamos uma relação mais profunda. Outro exemplo é em relação à democracia para a Venezuela. Falou-se muito de que tirariam alguns impulsos do programa do presidente. Mas não acho que seja isso que estamos fazendo. Existe uma dimensão pragmática sim, mas que já estava no programa, na busca de uma atuação comercial mais intensa. Por exemplo, na busca de uma

reforma da OMC. Em uma reativação e em uma reorganização dos instrumentos de promoção comercial e de investimentos. Para o agronegócio, por exemplo, que é um setor menos favorecido.

Mas a relação com a China não mudou como o senhor disse. E a embaixada do Brasil em Israel não mudou de Tel Aviv para Jerusalém...

O vetor é fundamentalmente o mesmo que existia na campanha. Foram citados alguns casos, sim, como o da mudança da embaixada para Jerusalém, depois abrimos um escritório comercial lá, mas o vetor é o mesmo, de aproximação com Israel. Com a China nunca houve uma intenção de distanciamento.

Chanceler, o presidente Bolsonaro usou esse caso na campanha....

Bom, há uma concentração de investimentos chineses muito grande no Brasil e não quer dizer que não os queremos. O investimento estrangeiro é bem-vindo, mas queremos diversidade de parceiros. Como em qualquer país, o investimento estrangeiro é bem-vindo, mas queremos diversidade. O que também acontece é que muitos interpretaram que uma aproximação com os Estados Unidos implicava um distanciamento em relação à China.

Por que razão Bolsonaro está caindo nas pesquisas de opinião?

Existe uma campanha muito feroz da imprensa porque há uma mudança política para organizar o governo pela eficiência e não pela distribuição de cargos a grupos políticos. Isso afeta muitos interesses e esses interesses têm acesso à mídia e começa uma ação sistemática e crítica da mídia e se gera uma sensação diferente da realidade.

“Em viagem pela Europa, chefe da diplomacia brasileira busca levar mensagem

tranquilizadora” (AFP, 08/05/2019) (Francês) – 08/05/19

Trechos da entrevista do ministro Ernesto Araújo à AFP, em 08/05/2019, por ocasião de sua visita a Roma

Le chef de la diplomatie brésilienne, en tournée européenne, se veut rassurant

Rome (Italie): 08 mai 2019 AFP – Olivier BAUBE

Le ministre Brésilien des Affaires étrangères, Ernesto Araujo, s'est voulu rassurant mercredi à Rome, au début d'une tournée européenne, face aux inquiétudes qui entourent la nouvelle diplomatie et les choix environnementaux de son pays.

Le monde a parfois une "vision très superficielle" de notre président (Jair Bolsonaro), pourtant soutenu par la majorité des Brésiliens, a déclaré en français M. Araujo, dans un entretien exclusif avec l'AFP.

Il en veut pour preuve l'augmentation de la violence prédite par certains après l'arrivée au pouvoir de M. Bolsonaro. Or, a-t-il assuré, c'est le contraire qui s'est produit: le taux d'homicides a baissé de 25% depuis le début de l'année, selon le ministre. C'est en quelque sorte le résultat de l'effet Bolsonaro, "le reflet de la psychologie collective de gens qui se sentent bien avec un gouvernement qui les représente mieux", a-t-il expliqué, depuis l'un des somptueux salons de l'ambassade du Brésil à Rome, qui surplombe la célèbre place Navone.

Et tant pis si la côte de popularité du président Bolsonaro a depuis lourdement chuté, avec seulement un peu plus de la moitié des Brésiliens approuvant son action.

Tout sourire, soucieux de convaincre, il s'est également efforcé de présenter le Brésil comme un pays responsable face

au changement climatique, luttant "contre la déforestation" et où l'agriculture, a-t-il assuré, est "respectueuse de l'environnement".

L'agriculture brésilienne est "une agriculture moderne, qui n'occupe pas les zones des forêts tropicales", a-t-il ainsi affirmé, dénonçant des idées reçues à l'étranger dans ce domaine.

"Il y a des études là-dessus qui montrent très clairement, contre une opinion parfois diffusée, que l'occupation du territoire par l'agriculture est très respectueuse de l'environnement", a-t-il assuré.

Pourtant, la déforestation, qui avait baissé de manière spectaculaire en Amazonie de 2004 à 2012, est repartie de plus belle en janvier, date de l'arrivée au pouvoir du président Bolsonaro, avec une hausse de 54% par rapport à janvier 2018, d'après l'ONG Imazon. Et même si elle a baissé en février et mars, 268 km² de forêt ont disparu au premier trimestre.

Il n'est également pas question pour le Brésil de sortir de l'accord de Paris sur le climat, même si Brasilia juge qu'il contient des mesures protectionnistes à l'encontre de son agriculture, sous couvert de lutte contre le réchauffement climatique.

- 'Ne pas diaboliser' - Les climato-sceptiques doivent pouvoir "donner de la voix", il ne faut "pas les diaboliser", juge pourtant le chef de la diplomatie d'un pays ayant à sa tête un président souvent accusé de nier le réchauffement climatique.

Le Brésil juge également très important de maintenir de bonnes relations avec le reste du monde, à commencer par l'Union européenne.

Il a pourtant choisi, pour sa première tournée européenne, de limiter son déplacement à l'Italie, où il a rencontré Matteo Salvini, le ministre de l'Intérieur

et patron de la Ligue (extrême droite), puis la Pologne et la Hongrie, deux autres pays idéologiquement proches du nouveau Brésil.

M. Araujo n'en compte pas moins sur le soutien de la France, a-t-il expliqué, pour obtenir une conclusion rapide conclure des négociations commerciales en cours entre l'UE et le Mercosur, le marché commun sud-américain. "Nous sommes à la dernière phase des négociations", et il ne manque plus qu'une "offre raisonnable de la part de l'Union européenne par rapport à l'accès au marché agricole, pour que l'accord puisse être approuvé au Congrès brésilien", a-t-il assuré.

Vis-à-vis de la Chine - régime maoïste contre lequel il faut lutter, avait-il écrit sur son blog - le ministre s'est montré conciliant.

"Nous voulons être une voix en faveur de la démocratie dans le monde, mais je ne crois pas que ce soit un problème avec la Chine qui est très pragmatique". De même, "nous sommes beaucoup plus proches d'Israël, mais les relations avec les pays arabes ne vont pas souffrir, au contraire!", a-t-il assuré.

Enfin, concernant le Venezuela, qui a une frontière commune avec le Brésil, M. Araujo s'est dit confiant sur les chances d'aboutir à un changement de régime grâce au dialogue, écartant toute option militaire. Admirateur de l'opposant vénézuélien Juan Guaido, reconnu président par intérim par une cinquantaine de pays, le chef de la diplomatie brésilienne espère que les tentatives de rapprochement entre ce dernier et une partie de l'armée vénézuélienne porteront leurs fruits.

"Il y a un mouvement, il y a une dynamique, c'est plus long qu'on aimerait peut-être, mais c'est solide", a-t-il ajouté.

Araújo: “No combate à soberania para salvar a nação (e alma) o Brasil fica com os soberanos” (Corriere della Sera, Itália, 08/05/2019) – 08/05/19

Araújo: «Combattere il sovranismo per salvare nazione (e anima) Il Brasile sta con i sovranisti» (Corriere della Sera, 08/05/2019)

Il ministro degli Esteri è stato ha incontrato Matteo Salvini a Roma e oggi è in Ungheria: «Vorremmo diventare membri della Nato a tutti gli effetti»

di Monica Ricci Sargentini

ROMA Un'alleanza sovranista tra i Paesi che vogliono recuperare l'orgoglio nazionale e patriottico. È questo che il filo che unisce il tour europeo in Italia, Ungheria e Polonia del ministro degli Esteri Brasiliano, Ernesto Araújo, 51 anni, in carica da quattro mesi, La prima tappa si è conclusa ieri a Roma dopo due giorni di incontri con imprenditori italiani che operano in Brasile ma, soprattutto, con rappresentanti del governo: in primis il ministro dell'Interno e vice presidente del Consiglio dei ministri, Matteo Salvini, e la ministra della Difesa, Elisabetta Trenta.

Perché partire dall'Italia?

«Perché in Brasile c'è la più grande comunità italiana all'estero e perché con voi abbiamo la partnership più forte sia politica che economica. Apriremo un dialogo con le aziende italiane che sono in Brasile, c'è un potenziale enorme. Ma, soprattutto, condividiamo gli stessi valori, una visione simile del mondo».

Quali sono questi valori?

«La promozione della democrazia, prima di tutto. Ma anche la visione di una nazione con le radici. Noi vogliamo recuperare un approccio patriottico. In

questo senso Matteo Salvini è il più vicino a noi».

Per questo l'Ungheria e la Polonia saranno le prossime tappe del suo viaggio?

«Sì, in un certo senso, perché vogliono preservare le nostre radici cristiane. Le riforme economiche possono funzionare solo se c'è anche un retroterra culturale su cui appoggiarsi. La cultura postmoderna si è distanziata dall'identità nazionale invece è necessario recuperare il nazionalismo pur continuando ad essere una società aperta».

Pensate che sia arrivato il momento di un'Europa sovranista?

«Siamo pronti a lavorare con tutti in Europa, a Brasilia ho recentemente incontrato con grande profitto il ministro degli Esteri tedesco, ma certo c'è una vicinanza con i sovranisti. L'Europa ha bisogno di reinventarsi, per noi il progetto europeo è un'ispirazione. E. ma c'è bisogno di un passo avanti».

Il Brasile guarda al Vecchio Continente....

«Il nostro Paese ha forti connessioni con l'Occidente, sia per storia che per tradizioni. In questo senso la mia presenza qui è simbolica perché Roma è il centro delle nostre radici. Ogni volta che ci torno mi emoziono profondamente. Non a caso all'accademia diplomatica ho voluto che fosse inaugurato un corso di cultura classica. Conoscere Aristotele e Platone ti dà una dimensione diversa».

Chiedete un coinvolgimento più forte nella Nato?

«Siamo già un alleato importante, ma ora si sta pensando alla possibilità di diventare membri a tutti gli effetti. Sarebbe una sfida militare ma anche politica perché, per esempio, bisognerebbe pensare a come il Brasile può contribuire alla difesa comune. Presto diventeremo membri

dell'Organizzazione per la cooperazione e lo sviluppo economico, abbiamo il supporto dei Paesi europei».

Perché è così importante sentirsi parte dell'Occidente?

«Ci consente di accelerare le nostre riforme economiche ed è uno stimolo per il Paese ad adottare politiche sane. Per ora siamo partiti dall'Atto per la libertà economica che rende più facile aprire un'attività».

A differenza di Trump voi non avete disdetto l'accordo di Parigi sul clima, ma alcune Ong denunciano disboscamenti nella foresta amazzonica. Qual è la vostra posizione?

«Noi vogliamo preservare la foresta amazzonica, siamo un Paese molto rispettoso dell'ambiente, in Brasile solo il 30% del territorio viene usato per agricoltura e allevamento. Però in Amazzonia vivono 30 milioni di persone e dobbiamo dare loro i mezzi di sussistenza».

Lei parla spesso in modo critico dell'ideologia «globalista». Perché?

«Perché è la visione di un'economia liberale in una società frammentata in cui non ci sono più forti sentimenti nazionali. L'uomo postmoderno è un uomo senza anima».

Trump dice «prima l'America», Salvini «prima gli italiani», qual è il suo slogan?

«Io direi “prima il Brasile e i brasiliani”. Servono delle riforme che diano seguito ai bisogni di chi fino ad oggi non si è sentito rappresentato».

Il presidente Bolsonaro verrà in Italia?

«Prima abbiamo invitato il premier Giuseppe Conte in Brasile, poi Bolsonaro ricambierà la visita».

Brasil-Hungria: Araújo diz que Brasil manterá pressão para que militares abandonem Maduro (EFE, 10/05/2019) – 10/05/19

<https://www.efe.com/efe/brasil/brasil/araujo-diz-que-brasil-mantera-press-o-para-militares-abandonem-maduro/50000239-3972895>

<https://www.youtube.com/watch?v=1t6TVFHyBjs>

O Brasil manterá a pressão para que os militares venezuelanos facilitem a queda de Nicolás Maduro na Venezuela e passem a apoiar o líder da oposição, Juan Guaidó, afirmou nesta quinta-feira o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em entrevista à Agência Efe na Hungria.

"Tudo é válido (quando se trata de pressão) e tudo converge no sentido que a comunidade internacional não vai voltar atrás. Aconteça o que acontecer, não vamos dizer 'bom, não aconteceu'", declarou.

"Continuaremos fazendo muita pressão diplomática, tentando, por exemplo, colocar representantes de Guaidó, e não de Maduro, em organizações internacionais", complementou Araújo.

O chanceler reconheceu que há diferentes posturas entre os países contrários a Maduro sobre o que fazer para conseguir tirar o chavismo do poder. No entanto, ele destacou o fato de Guaidó ser reconhecido como presidente interino por mais de 50 governos e de ter representantes no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Parte da estratégia do Brasil, explicou o ministro, é adotar uma "pressão permanente" para que os militares venezuelanos sintam que "podem fazer uma opção pelo governo que consideramos legítimo".

Araújo destacou que conhece pessoalmente Guaidó e disse admirar o trabalho realizado pelo líder opositor na Venezuela, ressaltando a capacidade do deputado em mobilizar o povo do país em condições tão adversas.

"Nossa ideia geral é de que Guaidó é o presidente encarregado legítimo. Tem que ser parte de uma solução (para a crise do país)", defendeu.

O chanceler está na Hungria como parte de uma excursão pela Europa. Ontem, na Itália, Araújo foi recebido pelo ministro do Interior, o ultranacionalista Matteo Salvini. A viagem terminará na Polônia.

Perguntado sobre a escolha dos três países, o chanceler afirmou que a visita se deve à "afinidade" que eles têm com o governo Jair Bolsonaro.

"São três países com os quais temos agendas políticas e econômicas muito importantes, governos com os quais compartilhamos uma afinidade em nível de concepção de mundo", disse Araújo, em referência à orientação nacionalista e direitista mútua.

O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, foi o único líder de um país que faz parte da União Europeia (UE) que participou da posse de Bolsonaro em janeiro deste ano.

Segundo o chanceler, que se reuniu hoje com o ministro das Relações Exteriores da Hungria, Péter Szijjártó, essa visão comum seria a de uma "democracia autêntica", na qual o povo se mobiliza para defender seus valores de uma maneira mais direta, não através de um filtro de opinião controlado pela

imprensa e baseado - segundo ele e em alusão ao pensamento de esquerda - a uma "visão predominante nos círculos intelectuais".

Indiretamente, o ministro admitiu que essa afinidade não se estende a muitos outros países, mas ressaltou que isso não impede que o Brasil não tenha boas relações com outros governos.

Araújo citou como exemplo a "excelente interação" que teve com o ministro de Relações Exteriores da Alemanha, Heiko Mass, que visitou Brasília na semana passada.

"Compartilhar uma orientação abre uma possibilidade de construir mais, nos oferece um campo muito promissor para trabalhar", disse.

Para o chanceler, o Ocidente está observando a "recuperação de uma soberania popular e de uma ideia de nação, de filiação a uma nação e de construir uma sociedade economicamente efetiva, mas com bases nas identidades fortes".

O ministro também revelou que está planejando com Szijjárt uma visita de Bolsonaro à Hungria, em data que ainda será definida.

“Queremos o equilíbrio entre os Estados Unidos e a China” (Le Figaro, 28/05/2019) (Francês) – 28/05/19

[http://www.lefigaro.fr/conjoncture/ernesto-
araujo-nous-voulons-l-equilibre-entre-les-
etats-unis-et-la-chine-20190528](http://www.lefigaro.fr/conjoncture/ernesto-araujo-nous-voulons-l-equilibre-entre-les-etats-unis-et-la-chine-20190528)

Ernesto Araujo: «Nous voulons l'équilibre entre les États-Unis et la Chine»

INTERVIEW - Le ministre brésilien des Affaires étrangères, de l'équipe

Bolsonaro, défend une politique commerciale plus ouverte.

Par Anne Cheyvialle
Publié le 28 mai 2019 à 12:34, mis à jour le 28 mai 2019 à 13:23

Le ministre des Affaires étrangères du Brésil était à Paris la semaine dernière pour défendre la candidature d'adhésion de son pays à l'OCDE, l'organisation internationale de coopération économique. Après avoir obtenu le soutien clé des États-Unis, il espère démarrer le processus début 2020.

LE FIGARO. - La relation se tend entre Pékin et Washington. Quelle est la position du Brésil entre les États-Unis, dont vous vous dites très proche, et la Chine, votre premier partenaire commercial?

- Ernesto ARAUJO. - Tout d'abord, la stratégie de notre gouvernement est de mener un effort intense d'ouverture commerciale. C'est une priorité totale. C'est vrai que la Chine est un partenaire important. Nous avons tenu une réunion de la commission sino-brésilienne sur la coopération économique. Il n'y en avait pas eu depuis trois ans, nous voulons donner plus d'espace dans le marché chinois aux produits agricoles. En parallèle, nous avons la volonté de rebâtir la relation avec les États-Unis. C'est une relation vitale qui a été négligée ces dernières années. Nous cherchons un équilibre entre ces deux relations vitales, mais aussi avec l'Union européenne. Il faut aller là où sont les marchés. Toute forme de restriction commerciale nous préoccupe.

- Est-ce que vous partagez les griefs de Trump contre les pratiques de discrimination de la Chine?

- Là, il faut surtout travailler au niveau de l'OMC (Organisation mondiale du commerce, NDLR) sur ces pratiques qui créent des distorsions: les entreprises d'État, le transfert de technologie forcé... Nous voulons faire partie du processus de réforme de l'OMC. Un des

objectifs de venir à Paris était de participer aux réunions informelles à côté de l'OCDE. C'est un grand défi du système multilatéral d'intégrer ces nouveaux sujets, en plus des questions plus traditionnelles comme les subventions agricoles. L'OMC est le meilleur endroit et nous sommes plus flexibles dans la négociation. Avant, le Brésil ne voulait pas de format limité à un nombre de pays, de négociations plurilatérales. Aujourd'hui, on est ouvert à n'importe quel format et géométrie pourvu qu'on aborde les sujets clés.

- Pourtant, vous affichiez avant votre entrée au gouvernement des positions très hostiles au multilatéralisme. C'est un revirement complet?

- Je ne dirais pas que nous avons été hostiles au multilatéralisme. L'idée est de le rendre utile et compatible avec nos intérêts. Il y a des choses que l'on peut faire mieux à l'échelle bilatérale et multilatérale. Tout ce qui a à voir avec les entreprises d'État relève plus du système multilatéral. D'autres questions sont plus bilatérales. Il n'y a pas de parti pris d'aucune façon contre le multilatéralisme, soit-il commercial, environnemental ou des droits de l'homme. L'enjeu est de le rendre plus efficace.

- Washington reste sourd aux vellétés de réforme. Est-ce une tactique de Trump pour faire pression, ou veut-il tout simplement la fin de l'OMC?

- Je ne crois pas qu'il veuille la fin du multilatéralisme. Il veut le mettre à jour, c'est une demande rationnelle. Le système a évolué sans qu'il y ait un équilibre entre droits et devoirs pour certains acteurs.

- Vous pensez à la Chine ?

- Peut-être la Chine, peut-être d'autres. Ce n'est pas une critique contre la Chine. Ils sont dans le système et l'utilisent dans leur intérêt.

- Sur le plan bilatéral, êtes-vous favorable à un accord entre le Mercosur et l'Union européenne?

- Après 20 ans de négociation, c'est le moment de conclure! Depuis notre prise de fonction, le Brésil a fait des efforts très grands pour sacrifier certaines positions, pour aller de l'avant. Nous avons réussi, la semaine dernière à Buenos Aires, à identifier des thèmes essentiels, d'accès aux marchés agricoles, industriels, automobile, de service. Il y a eu beaucoup d'avancées.

- Avez-vous discuté avec Jean-Yves Le Drian de cet accord, qui est très controversé en France?

- Il nous a dit très clairement que la France veut l'accord. Bien sûr il reste des questions techniques d'accès à résoudre. Mais notre volonté commune d'arriver à un accord est très significative.

- Votre gouvernement soutient la réforme clé des retraites. Pensez-vous obtenir l'aval du Congrès ?

- Nous sommes confiants, car il existe un consensus dans l'opinion brésilienne que l'économie n'est pas soutenable sans cette réforme. Les électeurs passent le message à leurs représentants. Il y a aujourd'hui une participation inédite de la population dans le processus politique qui s'est traduite par des manifestations spontanées, ce dimanche, pour défendre la réforme.

“Nuestra visión del mundo coincide com la de Macri” (La Nación, 06/06/2019) Español – 06/06/19

El presidente de Brasil, el ultraderechista Jair Bolsonaro, llegó hoy a Buenos Aires, en una primera -y demorada- visita al país, para intentar fortalecer su relación con Mauricio Macri y subrayar la sintonía de ambos gobiernos en su perspectiva económica,

el futuro del Mercosur y la crisis en Venezuela.

"Tenemos una visión de mundo, de región y de economía que coincide con la administración del presidente Macri. El objetivo principal es marcar una nueva etapa en los vínculos Brasil-Argentina. Tenemos una relación tan rica y compleja que es necesario reinventarla un poco a partir de las prioridades de los gobiernos de cada momento", resaltó a LA NACION el canciller brasileño, Ernesto Araújo, uno de los principales ministros que acompañarán a Bolsonaro en el viaje que retribuye la visita de Macri a Brasilia el 16 de enero.

Bolsonaro estará acompañado por una amplia delegación. Más allá de acuerdos de cooperación en defensa, agricultura y ciencia y tecnología, las conversaciones se centrarán en cuestiones económicas en un delicado momento para los dos países, además de la situación en Venezuela y las negociaciones del Mercosur con la Unión Europea (UE), según adelantó Araújo en la entrevista en el Palacio de Itamaraty.

-La Argentina depende mucho de la economía brasileña y los últimos datos mostraron una retracción de la actividad en el primer trimestre. ¿Qué evaluación hace de esta situación?

-Hay mucha expectativa con la reforma previsional y los inversores están esperando que se apruebe. La reforma será aprobada en el corto plazo y eso abrirá el camino para inversiones que agilicen la economía.

-¿Qué ocurriría si no se aprobara la reforma previsional hasta fin de año?

-No quiero hablar de esa hipótesis, todo el gobierno está trabajando con la reforma como prioridad máxima y las señales del Congreso son positivas. Claro que puede cambiar un poco el

contenido, habrá algunos ajustes, pero hay consenso sobre la necesidad de la reforma. Por el momento, no nos parece necesario trabajar en un plan B.

-¿Qué cambiaría en la relación bilateral si Macri no fuese reelegido en octubre?

-No queremos pensar mucho en ese escenario porque contamos con la victoria del presidente Macri, cuyas políticas y visión de mundo son compartidas con las nuestras. Si eso no sucediera, ya tenemos ejemplos de lo que ocurrió en el pasado, de políticas adoptadas por el anterior gobierno argentino, que son distantes de nuestra visión. Eso exigiría repensar varias cosas. En términos de la región, por ejemplo, el apoyo que fue dado por otros gobiernos argentinos y brasileños al régimen dictatorial en Venezuela es algo que nos preocupa. Volver atrás en eso sería pésimo para toda la región. América del Sur ha avanzado mucho, de manera determinada, hacia la plenitud democrática y la consolidación de la economía de mercado, con un concepto de integración abierto. Sería preocupante que un gran país como la Argentina pueda desvincularse de ese proceso regional.

-¿La eventual victoria del kirchnerismo sería un retroceso para Brasil?

-Ciertamente sería un retroceso. El Mercosur vivió grandes dificultades en el período en que prevalecieron esas políticas de los gobiernos kirchneristas y petistas. El Mercosur fue desvirtuado en aquella época, no funcionaba como zona de libre comercio, se levantaban barreras por todos lados, no funcionó como plataforma de negociación con otras regiones y socios, estaba extremadamente politizado, utilizado como soporte incluso para Venezuela cuando ya se veía que era un régimen antidemocrático. Los ejemplos que

tenemos del pasado reciente son malos para el Mercosur.

-Desde la visita de Macri a Brasilia se habló de la necesidad de mejorar y modernizar el Mercosur, pero ¿qué se ha hecho?

-Hemos estado lidiando con las barreras que aún existen para el libre comercio intrazonal, para su remoción y para que realmente funcione como una zona de libre comercio y como una unión aduanera con el perfeccionamiento de la tarifa externa común, su revisión y reducción para ganar competitividad. Además, hemos dinamizado las negociaciones con otros socios, en especial con la UE, con la que ya estamos muy cerca de concluir un acuerdo.

-Hace más de dos años que se viene diciendo que el acuerdo Mercosur-UE es inminente.

-Es posible acabar con las negociaciones en la reunión ministerial que se realizará a fines de junio, aún no tenemos la fecha exacta, pero será en Bruselas. Las señales que recibimos de los europeos es que ellos también ya están listos para firmar. Ya logramos encapsular los principales temas que faltaba resolver y los dos lados tenemos la misma percepción política de las virtudes de este acuerdo, el carácter estratégico que tendría. Luego negociaríamos con Canadá y Corea del Sur. Estos países y la UE son conscientes de la oportunidad que representa tener a los dos mayores socios del Mercosur alineados, con una misma visión de apertura económica, de competitividad. El momento es ahora.

-En Venezuela, se desarrolla un nuevo proceso de mediación, con Noruega. ¿Brasil tiene alguna confianza en este proceso?

-Es necesario tener extrema cautela con estos procesos de diálogo porque en el pasado siempre fueron usados como tácticas dilatorias y de pérdida de

tiempo por parte del régimen de Nicolás Maduro. Al mismo tiempo, cabe al gobierno del presidente encargado, Juan Guaidó, definir su estrategia de cómo promover la transición democrática. No queremos decir cómo debe ser ese tan deseado reinicio de la democracia en Venezuela. Nosotros siempre apoyamos los esfuerzos de Guaidó para traer a los militares venezolanos del lado del gobierno legítimo y para conquistar los corazones del pueblo venezolano. Nuestra posición está muy clara.

-El alineamiento de Brasil con los Estados Unidos es visto con desconfianza en América Latina. En la Argentina recuerda el período de "relaciones carnales". ¿Qué diría al respecto?

-Hicimos el esfuerzo de construir una nueva relación con los Estados Unidos, que es una relación tradicional que fue colocada en una dimensión mucho menor por los gobiernos brasileños anteriores. No hay nada de alineamiento de Brasil con los Estados Unidos, sino de realineamiento de Brasil con sus propios intereses; esos intereses -en áreas de comercio, defensa, ciencia y tecnología- no estaban atendidos.

“Nuestra visión del mundo coincide con la de Macri” (La Nación, 06/06/2019) (Español) – 06/06/19

El presidente de Brasil, el ultraderechista Jair Bolsonaro, llegará hoy a Buenos Aires, en una primera -y demorada- visita al país, para intentar fortalecer su relación con Mauricio Macri y subrayar la sintonía de ambos gobiernos en su perspectiva económica, el futuro del Mercosur y la crisis en Venezuela.

"Tenemos una visión de mundo, de región y de economía que coincide con la administración del presidente Macri. El objetivo principal es marcar una nueva etapa en los vínculos Brasil-Argentina. Tenemos una relación tan

rica y compleja que es necesario reinventarla un poco a partir de las prioridades de los gobiernos de cada momento", resaltó a LA NACION el canciller brasileño, Ernesto Araújo, uno de los principales ministros que acompañarán a Bolsonaro en el viaje que retribuye la visita de Macri a Brasilia el 16 de enero.

Bolsonaro estará acompañado por una amplia delegación. Más allá de acuerdos de cooperación en defensa, agricultura y ciencia y tecnología, las conversaciones se centrarán en cuestiones económicas en un delicado momento para los dos países, además de la situación en Venezuela y las negociaciones del Mercosur con la Unión Europea (UE), según adelantó Araújo en la entrevista en el Palacio de Itamaraty.

-La Argentina depende mucho de la economía brasileña y los últimos datos mostraron una retracción de la actividad en el primer trimestre. ¿Qué evaluación hace de esta situación?

-Hay mucha expectativa con la reforma previsional y los inversores están esperando que se apruebe. La reforma será aprobada en el corto plazo y eso abrirá el camino para inversiones que agilicen la economía.

-¿Qué ocurriría si no se aprobara la reforma previsional hasta fin de año?

-No quiero hablar de esa hipótesis, todo el gobierno está trabajando con la reforma como prioridad máxima y las señales del Congreso son positivas. Claro que puede cambiar un poco el contenido, habrá algunos ajustes, pero hay consenso sobre la necesidad de la reforma. Por el momento, no nos parece necesario trabajar en un plan B.

-¿Qué cambiaría en la relación bilateral si Macri no fuese reelegido en octubre?

-No queremos pensar mucho en ese escenario porque contamos con la victoria del presidente Macri, cuyas políticas y visión de mundo son compartidas con las nuestras. Si eso no sucediera, ya tenemos ejemplos de lo que ocurrió en el pasado, de políticas adoptadas por el anterior gobierno argentino, que son distantes de nuestra visión. Eso exigiría repensar varias cosas. En términos de la región, por ejemplo, el apoyo que fue dado por otros gobiernos argentinos y brasileños al régimen dictatorial en Venezuela es algo que nos preocupa. Volver atrás en eso sería pésimo para toda la región. América del Sur ha avanzado mucho, de manera determinada, hacia la plenitud democrática y la consolidación de la economía de mercado, con un concepto de integración abierto. Sería preocupante que un gran país como la Argentina pueda desvincularse de ese proceso regional.

-¿La eventual victoria del kirchnerismo sería un retroceso para Brasil?

-Ciertamente sería un retroceso. El Mercosur vivió grandes dificultades en el período en que prevalecieron esas políticas de los gobiernos kirchneristas y petistas. El Mercosur fue desvirtuado en aquella época, no funcionaba como zona de libre comercio, se levantaban barreras por todos lados, no funcionó como plataforma de negociación con otras regiones y socios, estaba extremadamente politizado, utilizado como soporte incluso para Venezuela cuando ya se veía que era un régimen antidemocrático. Los ejemplos que tenemos del pasado reciente son malos para el Mercosur.

-Desde la visita de Macri a Brasilia se habló de la necesidad de mejorar y modernizar el Mercosur, pero ¿qué se ha hecho?

-Hemos estado lidiando con las barreras que aún existen para el libre comercio

intrazonal, para su remoción y para que realmente funcione como una zona de libre comercio y como una unión aduanera con el perfeccionamiento de la tarifa externa común, su revisión y reducción para ganar competitividad. Además, hemos dinamizado las negociaciones con otros socios, en especial con la UE, con la que ya estamos muy cerca de concluir un acuerdo.

-Hace más de dos años que se viene diciendo que el acuerdo Mercosur-UE es inminente.

-Es posible acabar con las negociaciones en la reunión ministerial que se realizará a fines de junio, aún no tenemos la fecha exacta, pero será en Bruselas. Las señales que recibimos de los europeos es que ellos también ya están listos para firmar. Ya logramos encapsular los principales temas que faltaba resolver y los dos lados tenemos la misma percepción política de las virtudes de este acuerdo, el carácter estratégico que tendría. Luego negociaríamos con Canadá y Corea del Sur. Estos países y la UE son conscientes de la oportunidad que representa tener a los dos mayores socios del Mercosur alineados, con una misma visión de apertura económica, de competitividad. El momento es ahora.

-En Venezuela, se desarrolla un nuevo proceso de mediación, con Noruega. ¿Brasil tiene alguna confianza en este proceso?

-Es necesario tener extrema cautela con estos procesos de diálogo porque en el pasado siempre fueron usados como tácticas dilatorias y de pérdida de tiempo por parte del régimen de Nicolás Maduro. Al mismo tiempo, cabe al gobierno del presidente encargado, Juan Guaidó, definir su estrategia de cómo promover la transición democrática. No queremos decir cómo debe ser ese tan deseado reinicio de la democracia en Venezuela. Nosotros siempre apoyamos

los esfuerzos de Guaidó para traer a los militares venezolanos del lado del gobierno legítimo y para conquistar los corazones del pueblo venezolano. Nuestra posición está muy clara.

-El alineamiento de Brasil con los Estados Unidos es visto con desconfianza en América Latina. En la Argentina recuerda el período de "relaciones carnales". ¿Qué diría al respecto?

-Hicimos el esfuerzo de construir una nueva relación con los Estados Unidos, que es una relación tradicional que fue colocada en una dimensión mucho menor por los gobiernos brasileños anteriores. No hay nada de alineamiento de Brasil con los Estados Unidos, sino de realineamiento de Brasil con sus propios intereses; esos intereses -en áreas de comercio, defensa, ciencia y tecnología- no estaban atendidos.

“Nacionalismo suave” (Veja, 26/06/2019) – 26/06/19

O chanceler Ernesto Araújo ameniza antagonismos com a China e reconhece que a tentativa de Juan Guaidó de derrubar Maduro na Venezuela foi uma frustração

Por Edoardo Ghirotto

25 jun 2019.

Arrolado entre os ministros mais “ideológicos” do governo — ao lado de Damares Alves, dos Direitos Humanos, e de Abraham Weintraub (e seu antecessor Véllez Rodríguez), da Educação —, Ernesto Araújo, 52 anos, colecionou alguns tropeços na pasta das Relações Exteriores desde que tomou posse. Entre outros percalços, o chanceler irritou o setor agropecuário com declarações contrárias à China e decepcionou a bancada evangélica por não transferir a embaixada brasileira em

Israel para Jerusalém, uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro. Ao sentar por pouco mais de uma hora com a reportagem de VEJA, no seu gabinete no Palácio Itamaraty, Araújo mostrou sua formação de diplomata: conciliador, procurou minimizar conflitos e atritos. Rechaçou a possibilidade de intervenção militar na Venezuela e disse que a tão debatida embaixada brasileira em Jerusalém ainda está “em estudo” — reafirmou, aliás, o compromisso brasileiro com a solução de dois Estados, um israelense e um palestino. O chanceler só se agitou na cadeira quando instado a responder sobre a interferência dos ministros militares no Itamaraty. Na entrevista a VEJA, defendeu Olavo de Carvalho — que o indicou para o cargo — e falou sobre China e terraplanismo.

Seus críticos dizem que o Brasil está perdendo protagonismo na arena internacional. O senhor se responsabiliza por isso?

O Brasil já vinha perdendo protagonismo, e essa é uma das coisas que tentamos inverter. Não buscamos o protagonismo pelo protagonismo, mas buscamos influenciar mudanças em foros e situações importantes para o país. Tentamos recuperar a atividade produtiva da nossa política externa e creio que estamos conseguindo inverter essa tendência de queda. Na América do Sul, o Brasil está na vanguarda do processo para uma mudança democrática na Venezuela, e na construção do Prosul, uma nova entidade que substitui a Unasul para tentar consolidar a economia de mercado na região. Mas o maior destaque foi a conquista dos apoios necessários para a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O processo de adesão ainda não começou, mas já está todo armado.

Juan Guaidó, presidente autodeclarado da Venezuela, fez uma tentativa frustrada de derrubar a ditadura de Nicolás Maduro. O Brasil não mostra otimismo exagerado quanto às possibilidades de Guaidó redemocratizar o país?

Houve, sim, uma frustração com aquela tentativa de conquistar o poder de maneira mais rápida por meio da convocação de grupos militares na Venezuela. Mas naquele momento ficou demonstrada uma possível fratura na cúpula militar venezuelana, por causa de uma série de conchavos que não sabemos exatamente como foram feitos. E isso significou um ganho político. Não foi um passo definitivo, mas foi mais um passo. Trata-se de um ganho lento.

Todas as opções estão na mesa em relação à Venezuela?

Da nossa parte, só trabalhamos com a hipótese dos meios diplomáticos e políticos. Não é necessária uma intervenção militar porque há uma construção política que está ganhando corpo e criando raízes com a atuação de Juan Guaidó e a continuação do apoio internacional.

Em algum momento o senhor conversou com o presidente sobre a possibilidade de intervenção militar na Venezuela?

“Não. Admiro muito o presidente Trump. Ele oferece a perspectiva de revalorização da nação como um espaço político fundamental. Chamam de nacionalismo, mas é mais do que isso”

O governo de Jair Bolsonaro investiu muito no alinhamento com Donald Trump. Isso não cria um risco no caso de uma vitória democrata nas eleições de 2020?

Existem convergências com o governo Trump, e há uma série de ações que tentamos implementar por conta dessa

afinidade — como o apoio americano para a entrada do Brasil na OCDE. Se vier um governo com menos afinidade, veremos como fazer. Essa perspectiva não me preocupa, até porque há várias visões no Partido Democrata.

Haveria afinidades, digamos, com um governo de Joe Biden?

Não queria comentar porque admiro muito o presidente Trump, por uma série de visões que, até onde sei, não estão presentes no pensamento do Joe Biden. Trump oferece a perspectiva de revalorização da nação como um espaço político fundamental. Chamam de nacionalismo, mas é mais do que isso. É uma visão de mundo que compartilho em grande medida porque acho que ela é boa para o Brasil e para outros países. Não vemos o mesmo tipo de atitude em várias correntes democratas, mas isso não quer dizer que não se possa trabalhar com elas. Estamos criando diversas ações permanentes na relação com os Estados Unidos.

A entrada do Brasil na OCDE poderia ser obstruída?

Espero que não, porque essas coisas se baseiam no interesse compartilhado. Tanto o Brasil tem interesse em aderir à OCDE quanto os Estados Unidos em ver o Brasil lá. O mesmo vale para o acordo de salvaguarda tecnológica e de aliado preferencial extra-Otan. Não vejo os democratas retroagindo nessas questões.

A aproximação do Brasil com Israel e o aceno de uma futura embaixada brasileira em Jerusalém não trazem um ônus desnecessário para o comércio com os países árabes?

Essa é uma falsa percepção, uma visão muito abstrata. Na prática, não é assim. Nossa realidade é de aprofundamento também da relação com os países árabes, sem nenhum prejuízo para os nossos negócios. Estamos criando

várias oportunidades. O chanceler do Marrocos esteve aqui recentemente para tratarmos da questão agrícola, assim como o dos Emirados Árabes.

Representantes da Frente Parlamentar Evangélica reuniram-se com o senhor recentemente. Eles pressionaram pela abertura da embaixada em Jerusalém?

Não vieram pressionar, não. Foi uma ideia que surgiu de uma conversa minha com o presidente da frente, Silas Câmara, para falarmos sobre a ampla agenda de objetivos comuns que temos. É muito benéfico que exista o interesse da bancada evangélica em Israel, pois dá raízes a esse relacionamento que só trará benefícios para o Brasil.

Em relação ao conflito Israel-Palestina, o Brasil ainda defende a solução dos dois Estados?

É a nossa posição, da qual não saímos. Se houver toda a armação política para permitir a convivência pacífica de Israel com o Estado Palestino, será a solução que todos consideramos produtiva e promissora. Precisamos sair do engessamento da questão Israel e Palestina, pensar em novas perspectivas e ideias.

A embaixada brasileira será instalada em Jerusalém neste governo?

Continua em estudo. No momento, queremos trabalhar com o que temos agora para abrir o escritório de comércio e investimentos na cidade.

O setor de agronegócios manifestou, no início do governo, receio por suas opiniões sobre a China. O que mudou na sua posição sobre o país asiático?

Nunca houve um atrito com a China. Houve interpretações de que uma declaração ou outra que eu dei poderia resultar em algum problema, o que nunca se materializou. A minha visão coincide com a de todo o governo: a China é um parceiro econômico de primeira linha, com o qual queremos

não só continuar como aumentar os negócios. O Itamaraty também apoia o esforço da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, de ir até a China para tentar abrir novos mercados. Outros pensaram que a aproximação com os Estados Unidos seria vista como um problema pela China, mas isso não nos foi passado de forma nenhuma por quem quer que fosse.

Mas o senhor declarou que o Brasil não pode “vender a alma” para exportar minério de ferro e soja para a China.

Mantenho inteiramente minha convicção de que no relacionamento com qualquer país o Brasil tem de manter seus valores e princípios, e não sacrificar sua visão de mundo.

A China é uma ameaça para o Brasil?

Não. Vemos a China como um parceiro econômico de primeira grandeza, que de maneira nenhuma nos cerceia na capacidade de defender nossos valores.

Em artigos, o senhor já criticou a imigração ilimitada que estaria minando a identidade europeia. O Brasil imporá alguma trava à imigração?

Não pensamos em travas. A imigração está sob controle. A crise da Venezuela cria uma pressão muito grande, sobretudo em Roraima, mas não vamos impor limites. A imigração é extremamente bem-vinda, sempre de acordo com as nossas leis e a nossa identidade. No caso da Europa, o que vemos é uma imigração maciça e que em muitos casos cria certo desafio à identidade nacional dos países europeus.

O governo concedeu isenção de vistos a americanos, canadenses, australianos e japoneses. A medida teve os resultados esperados?

Existem números muito claros a partir da reserva e compra de passagens, que aumentou em 250% desde a medida. É um ganho efetivo e imediato: fala-se em 1 bilhão de dólares por ano em ingresso adicional pelo turismo.

“Para mim, a Terra é redonda. Mas talvez a intenção do professor Olavo seja chamar atenção para a necessidade de entender melhor o método científico. A ciência precisa de questionamento”

Há interferência dos militares no Itamaraty?

Essa não é uma questão que se coloca dessa maneira. Temos um governo que procura ser coeso. É uma das grandes inovações do presidente Bolsonaro: tentar fazer com que o governo funcione como uma equipe, e não cada ministério isoladamente, como é a tradição no Brasil. Temos uma agenda ampla entre Itamaraty e Ministério da Defesa, por exemplo.

O vice-presidente Hamilton Mourão recentemente elogiou o secretário-geral do Itamaraty, Otávio Brandelli, que seria uma “força de moderação”. Também pediu mais pragmatismo na política externa. Foi uma ingerência na sua pasta?

Não quero interpretar declarações do vice-presidente, com quem tenho um excelente relacionamento, aliás. Talvez haja a percepção equivocada de que existem diferenças de política externa entre mim e o secretário-geral. Não existem. Tudo é um esforço coerente e que converge para as nossas diretrizes, que são traçadas pelo presidente.

O senhor já ouviu alguma orientação do filósofo Olavo de Carvalho sobre política externa?

Não, nunca discutimos nada tão específico. É sempre intelectualmente instigante conversar com o professor Olavo. Mas tenho falado com ele muito raramente.

Recentemente, Olavo de Carvalho levantou a discussão sobre terraplanismo nas redes sociais. Qual sua avaliação do tema?

Para mim, a Terra é redonda. Mas é importante que haja esse espírito de questionamento. Talvez a intenção do professor Olavo seja chamar a atenção das pessoas para a necessidade de entender melhor o que é o método científico, e que a ciência precisa de um questionamento permanente. As pessoas devem ter os olhos abertos para o que é a evolução da ciência, sem se pautar por dogmas, que são contrários ao espírito científico.

Publicado em VEJA de 26 de junho de 2019, edição nº 2640

<https://veja.abril.com.br/politica/nacionalismo-suave-ernesto-araujo/>

INDICE REMISSIVO

A

África – 3, 9, 16, 18, 25, 26, 38, 39 – 44, 46, 167, 176, 177, 179

África do Sul – 9, 26, 40, 42, 98, 148, 163, 164, 166

Alemanha – 43, 61, 62, 63, 91, 94, 104, 122, 127, 128, 138, 188, 201

América do Sul – 6, 25, 37, 39, 98, 104 - 107, 111, 126, 130, 156, 159, 188, 207

Angola – 40, 42

Argentina – 4, 5, 8, 9, 11, 63, 66, 67, 69, 70 – 72, 74 – 77, 79, 84, 85, 90, 91, 94, 103, 105, 107, 118, 120, 124, 129, 130, 137, 142, 145, 146, 149, 151 – 155, 183, 184, 188, 192, 194, 195, 203 - 206

Armas Nucleares – 27, 125, 132

Ásia – 25, 121, 135, 144, 145, 188

Assunção – 3, 6, 19, 22, 150, 177, 181

B

Bolívia – 75, 119

BRICS – 6, 11, 26, 98, 141, 163 – 168, 188, 193

C

Canadá – 23, 24, 72, 74, 75, 79, 85, 90, 91, 94, 103, 118, 129, 130, 137, 149, 152, 153, 157, 183, 184, 187, 188, 204, 206

Chile – 6, 9, 24, 72, 74, 75, 79, 85, 90, 91, 93, 94, 103 – 110, 117, 118, 120, 129 – 133, 137, 138, 145, 149, 151, 152, 155, 156, 180, 183, 184, 191, 192, 194

China – 6, 9, 10, 11, 25, 98, 99, 104, 105, 119, 140, 142, 144 – 147, 152, 158, 159, 161, 163, 164, 166, 183, 188, 190, 191, 193 - 210

Coreia do Sul – 24, 25

D

Desarmamento – 27, 78, 88, 94, 104, 116, 117, 122, 125, 132, 139, 142, 149, 151, 157, 160 - 162

Desenvolvimento Sustentável – 61, 63 – 65, 74, 102, 104, 106, 108, 163, 164, 166, 167, 169, 171, 179, 181

Direitos Humanos – 9, 27, 52, 72 – 74, 80, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 94 – 96, 103, 104, 106, 108, 115, 116, 119 – 121, 128 – 130, 133, 134, 137, 139, 144, 145, 151, 157, 160, 183, 184, 188, 194, 206

E

Energia – 20, 26, 33, 61, 63 – 66, 70, 71, 76, 99, 103, 106, 109, 113, 114, 122, 127, 128, 141, 146, 151, 154, 155, 163, 167, 177, 180, 181

Equador – 105, 120

Espanha – 157, 159

Estados Unidos – 3, 11, 18, 21, 25, 31, 33, 34, 43, 102, 103, 187, 190 – 196, 201, 204, 206, 208, 209

F

França – 91, 94, 105, 139, 142, 197

Fronteiras – 19, 22, 25, 26, 89, 136, 154

G

Guerra – 19, 22, 27, 38, 49 – 51, 124, 129, 130, 191

H

Haiti – 136, 157

Honduras – 72, 75, 79, 85, 90, 94, 103, 118, 129, 130, 137, 152, 184

I

Índia – 5, 88, 90

Investimentos – 18 – 20, 23 – 26, 31, 40, 44, 76, 84, 96 – 100, 103, 109, 114, 121, 122, 125, 127, 128, 134, 135, 137, 139, 141, 144, 155, 158, 163, 166, 169, 170, 176, 186, 188, 190, 194 – 196, 208

Israel – 6 – 8, 18, 26, 81, 84, 99, 113, 114, 131, 132, 187, 188, 190, 191, 194, 196, 206 - 208

Itália – 4, 8, 11, 18, 75, 80, 81, 88, 94, 104, 105, 116, 118, 125, 126, 132 – 134, 136, 138, 139, 141, 143, 149 – 151, 156, 157, 159 – 162, 182, 188, 190, 198, 200

J

Japão – 11, 24, 25, 31, 43, 84, 88, 95, 123, 128, 129, 163, 164, 169, 171, 182, 183, 188

L

Líbano – 24, 136

M

Meio Ambiente – 13, 46, 64, 65, 138, 139, 145, 154, 163, 180, 181, 188

MERCOSUL – 11, 22 – 24, 39, 63, 75, 96, 106, 110, 123, 126, 141, 152, 153, 155, 157, 167, 168, 187, 193 - 195

México – 4, 6, 9, 10, 77, 100, 118, 138, 139, 147, 150, 155

Moçambique – 6 – 8, 42, 43, 99, 110, 111, 121, 125, 128, 133, 134

Montevideu – 104, 138

N

Nações Unidas – 4, 9, 35, 40, 71, 75, 77 – 81, 84, 85, 87, 90, 93, 95, 100, 103, 104, 107, 112, 114, 114 – 118, 120, 121, 124, 127, 130, 131, 132, 134, 138, 148, 149, 151, 155, 158 – 161, 166, 173, 176, 178, 179, 181, 183, 184, 187

Nuclear – 9, 69, 70, 75, 93, 115, 124, 131, 145, 153, 154, 179

O

OMC – 3, 5, 7, 8, 10, 19, 26, 28 – 30, 35, 46, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 92, 103, 104, 111, 113, 115, 121, 129, 132, 137, 140 – 143, 146, 149, 150, 155, 160 – 162, 164, 169, 170, 186, 195, 200, 201

Oriente Médio – 24, 25, 87, 124, 187, 189

P

Palestina – 207

Paraguai – 6, 71, 73, 74, 78, 84, 89, 90, 93, 95 – 97, 102 – 104, 106, 107, 117, 119, 128, 129, 135, 136, 150, 151, 154, 183, 187

Paz – 7, 20, 21, 26, 32, 40, 41, 69, 72, 74, 75, 78, 79, 84, 86, 87, 90, 92, 93, 96, 96, 105, 106, 111, 112, 114, 117, 124, 126, 127, 133, 147, 148, 151, 157, 160, 168, 175, 185, 187

Peru – 4, 6, 9, 71, 73, 74, 77, 78, 84, 89, 90, 93, 102, 104, 109, 110, 117, 119, 128, 129, 136, 137, 150, 151, 183

Portugal – 121, 131

Propriedade Intelectual – 114, 141, 148, 150, 159, 163, 167, 170

R

Rússia – 7, 24, 93, 97, 117, 118, 130, 141, 151, 155, 159, 160, 162, 165, 192

S

Segurança Alimentar – 40, 79, 102, 127, 137, 138, 148 – 150, 156, 175

T

Terrorismo – 11, 75 – 78, 81, 88, 93, 99, 101, 119, 122, 133, 139, 142, 165, 172, 173, 181, 182

Turquia – 9, 118, 120, 146, 151

U

União Europeia – 4, 5, 8, 11, 23, 30, 76, 83, 85, 86, 88, 92, 125, 126, 129, 152, 160, 167, 186, 187, 189, 195, 199

Uruguai – 10, 104, 118, 138, 148, 153 - 155

V

Venezuela – 3 – 6, 11, 17,

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira

Vivian Fernandes

Diagramação

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Organização, revisão e divulgação

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia – Chefe do Arquivo Central

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,

Capa normal em papelão

e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

212



**Departamento de
Comunicações e Documentação**

Endereço para correspondência

Arquivo Central do Itamaraty

Ministério das Relações Exteriores,

Anexo II, 1º subsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9278 / 9273

Fax: (61) 2030-6591 **A ser impresso pela
Gráfica do Ministério das Relações
Exteriores**